

REF PA 1.22.000.000 307 2017/44

ANEXO I – RAMBOLL

Destinado ao:

Ministério Público Federal - MPF

Tipo de Documento:

Relatório de Monitoramento Mensal – Mês 052 – Abril/2021

Período:

16/03/2021 à 15/04/2021

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO MENSAL DOS PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS PARA REPARAÇÃO INTEGRAL DA BACIA DO RIO DOCE



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS	5
2.1	PG001: Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados	5
2.2	PG002: Programa de Indenização Mediada	7
2.3	PG003: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas	10
2.4	PG004: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais	12
2.5	PG005: Programa de Proteção Social	13
2.6	PG006: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social	15
2.7	PG007: Programa de Assistência aos Animais	19
2.8	PG008: Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira	21
2.9	PG009: Programa de Recuperação da UHE Risoleta – Candonga	27
2.10	PG010: Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga	31
2.11	PG011: Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar	34
2.12	PG012: Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural	36
2.13	PG013: Programa de Promoção da Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo	38
2.14	PG014: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada	40
2.15	PG015: Programa de Promoção da Inovação	42
2.16	PG016: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	44
2.17	PG017: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias	47
2.18	PG018: Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica	48
2.19	PG019: Programa de Recuperação dos Micro e Pequenos Negócios	51
2.20	PG020: Programa de Estímulo a Contratação de Mão de Obra Local	52
2.21	PG021: Programa de Auxílio Financeiro Emergencial	54
2.22	PG022/41: Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais	56
2.23	PG023/PG024: Programa de Manejo de Rejeitos e Sistemas Contenção e Tratamento de Rejeitos <i>In Situ</i>	57
2.25	PG025: Programa de Recuperação da Área Ambiental 1	66
2.26	PG026: Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Recarga Hídrica (ARH)	68
2.27	PG027: Programa de Recuperação de Nascentes	69
2.28	PG028: Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática	70
2.29	PG029: Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre	75
2.30	PG030: Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre	76
2.31	PG031: Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	78
2.32	PG032: Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	81
2.33	PG033: Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce	83
2.34	PG034: Programa de Preparação às Emergências Ambientais	84
2.35	PG035: Programa de Informação para a população	88
2.36	PG036: Programa de Comunicação Nacional e Internacional	89
2.38	PG038: Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas	91
2.39	PG039: Programa de Consolidação de Unidades de Conservação	96
2.40	PG040: Programa de Fomento à Implantação do CAR e dos PRAs na Área Ambiental	199
2.42	PG042: Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários	99
3.	MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS	102

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório mensal apresenta a análise das principais questões identificadas no processo de monitoramento dos programas socioambientais e socioeconômicos da Fundação Renova, voltados à reparação integral da Bacia do Rio Doce, realizada ao longo do período de 16 de março a 15 de abril de 2021.

Neste relatório é apresentado o Processo de Monitoramento da Reparação Integral da Bacia do Rio Doce, realizado de modo independente pela Ramboll, conforme as 5 dimensões da Reparação propostas pela Ramboll: Social, Economia, Natural, Infraestrutura e Governança. É apresentada uma análise do progresso de cada um dos Programas da Fundação Renova, utilizando indicadores, de forma a avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação Renova bem como identificar oportunidades de melhoria.

Com vistas a assegurar a acurácia dos resultados quanto ao monitoramento dos programas da Fundação Renova, a Ramboll adota as técnicas de auditoria sugeridas pela norma ABNT ISO 19.011, garantindo a implementação de um processo sistemático, independente e documentado para obtenção e avaliação objetiva de evidências que indiquem se os compromissos assumidos pela Fundação Renova e discutidos no âmbito do Sistema CIF foram atendidos e em que medida. Como ferramenta para averiguação do progresso dos programas e de sua coerência com as Cláusulas do TTAC, TAC-Gov bem como atendimento às Deliberações do CIF a eles relacionadas, são realizadas campanhas de monitoramento para averiguação de evidências documentais e confirmação de dados em campo. Os resultados aqui apresentados resumem questões identificadas como relevantes e significativas para o monitoramento do progresso e efetividade dos programas bem como eventual necessidade de ajuste e complementação.

Os resultados do monitoramento realizado pela Ramboll, no período, demonstraram que houve pouca evolução na atuação e nos resultados dos programas da Fundação Renova nos territórios. Tal fato chama atenção pois, de modo geral, estes programas ainda apresentam lacunas significativas de atuação, seja na perspectiva de resposta às ações de reparação e/ou compensação, seja na perspectiva de alcance de resultados efetivos que atendam às expectativas das comunidades atingidas. Alguns exemplos: o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) conta com um índice de atendimento às solicitações de Cadastro de apenas 38% do total de solicitações; a taxa de famílias indenizadas pelo Programa de Indenização Mediada (PIM) permanece em 35%, correspondendo a pouco mais de um terço do total de famílias cadastradas. Importante ressaltar que, com a implementação da plataforma para o fluxo rápido de indenizações ("sistema Novel"), a Fundação Renova deixou de atuar no cadastramento e no PIM. Tampouco foi concedido, até o momento, acesso à Ramboll a esta nova plataforma. É entendido e publicado pela Fundação Renova que avanços com relação à indenização pelo novo sistema indenizatório vêm sendo alcançados, porém não nos é viável, sem acessos adequados, emitir parecer acerca do real alcance e dificuldades enfrentadas pela nova plataforma.

Cabe ressaltar, ainda, que a pandemia de Covid-19 vem agravando sobremaneira as condições socioeconômicas das comunidades atingidas, seja pela retração das atividades econômicas já bastante impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, seja pelas condições de saúde e proteção social ainda precariamente tratadas no âmbito dos programas da Fundação Renova, potencializando assim o grau de vulnerabilidade social. Neste aspecto, destaca-se a redução do valor do AFE em 50% para aqueles titulares que viviam da pesca ou da agricultura de subsistência, a partir de janeiro de 2021, conforme decisão judicial da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais.

É importante dar destaque a alguns processos que ocorrem neste período:

- (i) a paralisação parcial de atividades pela Fundação Renova, em especial de suas atividades de campo, em função do agravamento da pandemia de Covid-19, com re-suspensão desde Março/21;
- (ii) a judicialização dos Eixos Temáticos Prioritários, que incluem em parte ou totalmente programas cujo progresso depende agora de decisões judiciais a serem emitidas pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais, que vem retardando a solução de muitos impasses ou simplificando o tratamento de indenizações e reparações. O objetivo inicial

da judicialização do processo buscava impor celeridade à tomada de decisão e cumprimento de atividades de modo a alavancar o processo de reparação dos danos como um todo. Com esse processo de judicialização, a Fundação Renova vem negando acesso a informações e se negando a discutir temas, tanto com os Experts quanto com o sistema CIF. Desta forma, diversos itens que estão judicializados interromperam as atividades que se encontravam em curso, prejudicando o andamento dos programas, em contraponto ao objetivo inicial do processo que era de conceder celeridade às ações de reparação;

- (iii) as revisões das definições dos programas, conforme previsto pelo TTAC, que teve início durante o ano de 2020. Muitos programas tiveram seus escopos revisados, a partir de oficinas realizadas ao longo do último trimestre de 2019 e ao longo de 2020. Cabe o alerta de que em várias das definições de programas reapresentadas se observa um retrocesso no avanço aos entendimentos / discussões no âmbito do sistema CIF e uma perspectiva de simplificação e redução das responsabilidades da Fundação Renova frente aos objetivos de reparação integral dos danos ocasionados pelo desastre; e
- (iv) após breve descontinuidade contratual incorrida nas atividades da Ramboll, não houve, até o momento, uma retomada do fluxo de informações usualmente fornecidas pela Fundação Renova para o monitoramento dos programas, prejudicando a qualidade deste último monitoramento. Ramboll e Ministério Público Federal vem envidando esforços junto à Fundação Renova para que esta dificuldade seja equacionada o mais breve possível.

Destaca-se, finalmente, discussões iniciais acerca do processo de repactuação das ações previstas pelo TTAC bem como do sistema de governança (TAC-Gov), exigido pelas empresas como condicionante para dar continuidade à contratação dos *Experts*. Neste contexto, têm sido realizadas revisões e sistematização de informações internamente à Ramboll, assim como na interação com os demais *Experts*, para que possam ser apresentadas propostas de ajustes no processo de reparação à Força Tarefa Rio Doce (FTRD) do Ministério Público Federal.

Cabe lembrar ainda que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da sua área de Fundações, peticionou, na esfera estadual a extinção da Fundação Renova, tendo em vista a não aprovação das contas dos últimos 4 anos; esta foi contestada pela AGU, o que resultou na decisão judicial pela abertura de mais um Eixo Temático Prioritário no âmbito da ACP (Eixo 13). O juiz indicou a Kearney como perito, estabelecendo um prazo de seis meses para sua manifestação acerca das necessidades de ajustes no processo interno de Governança da Fundação Renova.

Finalmente, no período, a Samarco S.A. entrou com pedido de recuperação judicial, sendo determinado pela 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, implicando na suspensão de todas as ações e execuções de dívidas contra a Samarco por 180 dias, a partir do dia 12/04/21. Há afirmações, apresentadas pela Vale S.A. (uma das acionistas da Samarco S.A. e mantenedora da Fundação Renova) em Comunicado emitido ao Mercado em 09/04/2021, que o pedido de recuperação judicial não impactará o cumprimento dos compromissos de reparação assumidos em função do rompimento da barragem de Fundão. O mesmo Comunicado afirma ainda que o pedido de recuperação judicial formulado pela Samarco tem, primordialmente, o objetivo de preservar sua recente retomada operacional, os empregos e o cumprimento de suas obrigações socioambientais.

2. MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS

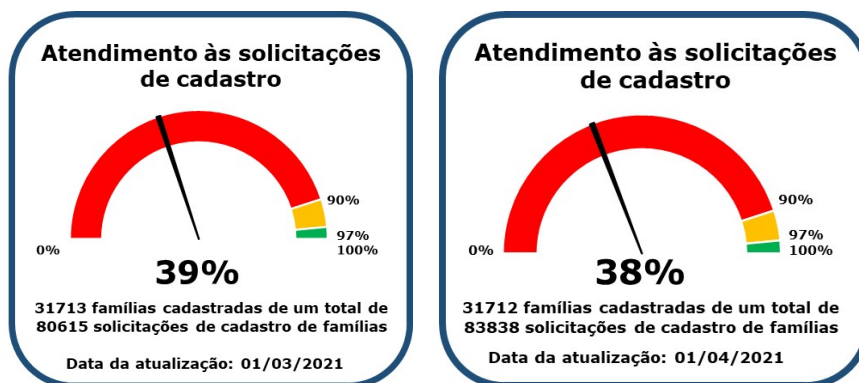
2.1 PG001: Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados

O monitoramento do PG001 utiliza duas fontes de informação, o Relatório de Monitoramento Mensal (RMM) e a consulta direta ao Banco de Dados do Cadastro ('Cadastro Integrado', filtro_1322, 'propriedades.xlsx', 'pessoas.xlsx'). Considerando a forma de construção dessas duas fontes os resultados frequentemente apresentam alguma variação.

O cadastramento encontra-se paralisado em função do direcionamento das equipes do Programa à implementação da plataforma do novo sistema indenizatório, segundo informado pela Fundação Renova nas reuniões na CT-OS ocorridas desde novembro/20 e por meio do Ofício FR.2020.002. Tal informação foi reiterada na 52ª reunião ordinária da CT-OS, ocorrida em 27/04/2021, na qual representante do Programa relatou que ainda não há previsão de prazo para retorno.

Ao analisar os números do Programa registrados na base de dados 'dim_people' em comparação com o número de solicitações registradas nos Canais de Relacionamento, observa-se a sua estagnação, tendo sido registrada no último mês a redução de 1 família cadastrada. No total, 38% das famílias que solicitaram foram efetivamente cadastradas. O indicador sofreu uma redução de 1% em relação ao mês anterior, em função do registro de novas 3.223 solicitações de cadastro neste período.

Figura 2.1-01: Indicador "Atendimento às solicitações de cadastro" – fev/21 e mar/21



Ao analisar o Relatório de Monitoramento Mensal (RMM) e Anexo 4 encaminhados à CT-OS, nota-se a manutenção do valor de indivíduos cadastrados reportado no mês anterior: 25.248, dos quais 204 referem-se à Fase 2. Já o número de solicitantes que ainda não tiveram a pesquisa cadastral realizada pela Fase 2 sofreu um aumento de novos 715 indivíduos, sendo registrado ao final do mês de fevereiro o número de 33.218 "Solicitantes Fase 2 – Sem Pesquisa Cadastral". O número total de solicitantes também sofreu aumento em relação ao mês anterior, havendo, segundo o Anexo 4, 62.806 pessoas que já solicitaram o cadastramento, o que, comparado ao número de cadastrados, significa que 40% dos solicitantes foram efetivamente cadastrados – número que se aproxima da porcentagem obtida a partir da análise das bases de dados descrita na figura acima.

Cumprir observar que no mês anterior a Fundação Renova havia alterado o formato (colunas e atributos) dos dados apresentados no Anexo 4, tendo sido verificada uma redução de 4.908 cadastrados, cujos motivos ainda não foram esclarecidos, apesar da Ramboll ter sido solicitado justificativa perante a Fundação Renova, que ainda não foi encaminhada.

Com relação à fase emergencial de cadastramento não houve alteração em relação ao mês anterior, havendo, no total, 29.619 solicitantes, 25.687 cadastrados (87%) e 485 em tratamento (2%)¹.

O Anexo 4 apresentou, ainda, o número de 28.941 CPFs "com danos disponíveis no fluxo ágil", os quais, segundo informado pela Fundação Renova na 51ª CT-OS, tratam-se dos solicitantes que possuem danos disponíveis caso o titular solicite ingressar no sistema. Tais dados foram disponibilizados

¹ O restante dos indivíduos está distribuído entre as seguintes classificações: "Crianças e Adolescentes Não Incluídos Pela Família", "Descartado", "Não localizado", "Pessoas/Propriedades em Territórios Aldeados", "Recluso", "Recusa", "Óbito" e "Sem Informações de Contato".

majoritariamente para os atingidos dos municípios que já possuem sentença da 12ª Vara Federal: Aimorés, Aracruz, Governador Valadares (Baguari), Baixo Guandu, Belo Oriente (Cachoeira Escura), Bom Jesus do Galho (Revés do Belém), Colatina, Conceição da Barra, Itueta, Linhares, Naque, Periquito (Pedra Corrida), Rio Doce, Santana do Paraíso (Ipaba do Paraíso) e São Mateus². Nota-se que no mês anterior havia 35.826 CPFs com danos disponíveis, tendo ocorrido portanto a redução de 6.885 CPFs com danos disponíveis. Após questionamento à Fundação Renova sobre tamanha alteração, foi encaminhado na 52ª Reunião Ordinária da CT-OS que ela deverá informar as razões para redução do número de CPFs com danos disponíveis em até 5 dias.

Discutiu-se na reunião ordinária da 51ª CT-OS que ainda falta esclarecer a relação entre os solicitantes de cadastro (com cadastro concluído, em andamento ou não iniciado) e os indivíduos que (i) solicitaram ingresso na plataforma indenizatória e que (ii) já tiveram acordos homologados. Diante disso, foi encaminhado (E51-9) que a Fundação Renova acrescente ao Anexo 4 do RMM: (1) informação das pessoas que solicitaram, junto à plataforma do "fluxo ágil", adesão ao novo sistema indenizatório; (2) das pessoas que solicitaram junto à plataforma, quais já tiveram acordos homologados; (3) dicionário da base de dados do Anexo 4 com informação de origem de cada uma das variáveis. Tais informações, no entanto, não foram adicionadas ao Anexo 4 apresentado no mês de março para a reunião subsequente. Durante a 52ª Reunião Ordinária da CT-OS, a Fundação Renova indicou que cabe a outro setor, que não relativo aos Programas 01 e 02, fornecer tais informações, e diante disso, foi definido (E52-5) o encaminhamento das solicitações destes dados para a área competente, devendo contudo, segundo a Fundação Renova, passar por uma análise jurídica prévia que avaliará a determinação de confidencialidade realizada pelo juiz da 12ª Vara Federal e o respeito à Lei Geral de Proteção de Dados. A Ramboll também solicitou à Fundação Renova que informe o número total de atingidos (i) que já solicitaram ingresso na plataforma; (ii) cujos danos encontram-se sob análise na plataforma; (iii) que fecharam acordos na plataforma; (iv) que foram considerados inelegíveis ao recebimento de indenização dentre outros detalhamentos, bem como, dentre o número total de atingidos que fecharam acordos na plataforma, quantos já estavam cadastrados no PG001 e quantos haviam solicitado cadastramento. Tais solicitações ainda não foram respondidas.

Com relação ao novo Sistema Indenizatório:

1- Informar o número total de atingidos: (i) que já solicitaram ingresso na plataforma; (ii) cujos danos encontram-se sob análise na plataforma; (iii) que fecharam acordos na plataforma; (iv) que foram considerados inelegíveis ao recebimento de indenização.

2- Disponibilizar a base de dados utilizada pela plataforma do novel sistema indenizatório (integral ou com dados anonimizados).

No que se refere à evolução do cadastro em Mariana, a Assessora Técnica de Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana (MG)³ informou à CT-OS que:

- A Assessoria Técnica Cáritas vem enfrentando dificuldades para finalizar os formulários de cadastros devido a pandemia. No dia 01 de fevereiro de 2021 os trabalhos foram retomados e hoje 1.200 cadastros foram realizados (todas as etapas necessárias) e estão com os dossiês prontos encaminhados à Fundação Renova das famílias que estiveram de acordo, 180 estão em andamento, e ainda têm em torno de 100 para serem iniciados. De acordo com as informações obtidas o preenchimento do formulário não corresponde a sua finalização, mas sim é apenas uma etapa.
- Os cadastros e vistorias devem ser agendadas em conjunto com a Synergia (contratada da Fundação Renova), mas a empresa não tem se movimentado para isso; ou seja, não está acontecendo.
- Durante a pandemia não houve ação de entrada de novos núcleos.
- Continua sendo realizado o acompanhamento e Assessoria Técnica às famílias.
- O número de cadastros se apresenta alto porque muitas famílias desmembraram os núcleos familiares que existiam um único domicílio, cada um quer fazer o seu independente, mas também muitas famílias começam a fazer e depois param.
- A família participa das etapas que são provenientes da sua perda, não quer dizer que ela participa das quatro etapas, uma vez que a perda pode ter sido apenas do terreno, por exemplo.
- A família tem direito de não querer participar de todas as etapas do cadastro.

² Maior detalhamento será feito no item dedicado ao PG002.

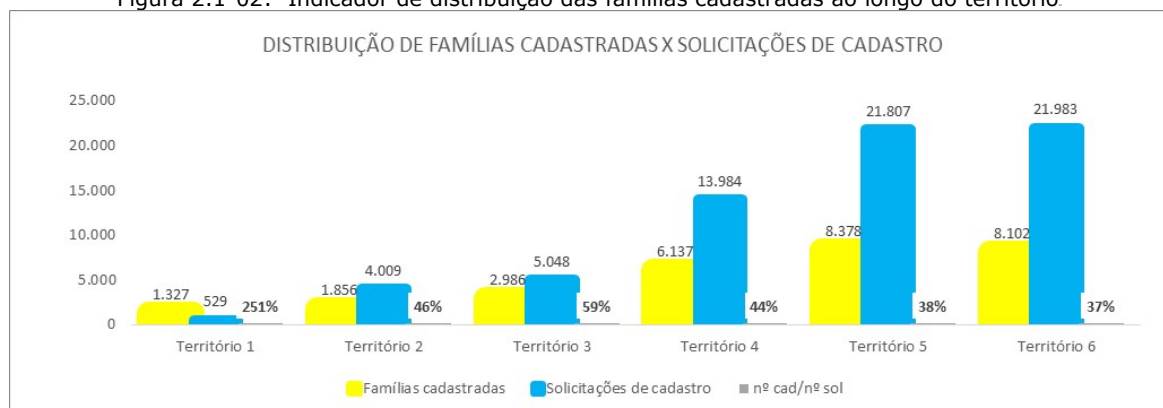
³ Informações obtidas através de reunião virtual realizada com a Cáritas Brasileira no dia 29/03/2021 às 14h.

- A matriz de danos construída pela Cáritas não vem sendo levada em consideração pela Fundação Renova, pois precisaria ser homologada judicialmente pela 12ª Vara para ser utilizada nos processos de indenização que são discutidos judicialmente e até mesmo pelo PIM.

Para finalizar, se destaca que a assessoria técnica Cáritas está em vias de renovar o contrato junto a Fundação Renova, provavelmente em decorrência da Ação Civil Pública de Mariana. Neste tópico, observa-se que a Ramboll solicita mensalmente a base de dados do cadastro de Mariana à Fundação Renova, no entanto, não recebeu retorno nos últimos meses.

O indicador de distribuição das famílias cadastradas ao longo do território apresenta a porcentagem obtida a partir da comparação dos dados das solicitações do cadastro em cada um dos seis territórios.

Figura 2.1-02: Indicador de distribuição das famílias cadastradas ao longo do território⁴



No contexto atual, mediante os questionamentos encaminhados à Fundação Renova, porém ainda sem esclarecimento, se destaca a ausência total de informação sobre qual será o tratamento a ser dispensado para aqueles solicitantes de cadastro que não desejam integrar o “fluxo ágil”.

2.2 PG002: Programa de Indenização Mediada

O Programa de Indenização Mediada promoveu, até 01/04/2021, a indenização de 35% das famílias cadastradas, mantendo a porcentagem verificada desde outubro/20. Em relação ao mês anterior, 22 novas famílias foram indenizadas no âmbito do PIM. Os indicadores abaixo descritos comparam as famílias que tiveram ao menos algum tipo de indenização paga com o total de famílias atualmente cadastradas, em percentual total e estratificado por territórios. A partir da análise dos dados de indenizações pagas ao longo do território, identifica-se o Território 1 (Mariana) como proporcionalmente mais indenizado, e o Território 3 (Calha do Rio Doce/Vale do Aço) como menos indenizado. A porcentagem de distribuição indicou aumento no mês de março apenas no Território 1, em 2%.

Figura 2.2-01: Famílias Indenizadas em relação ao total de famílias cadastradas – Março/2021

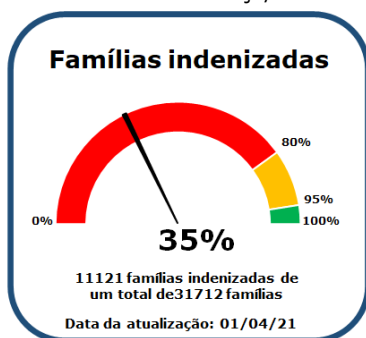
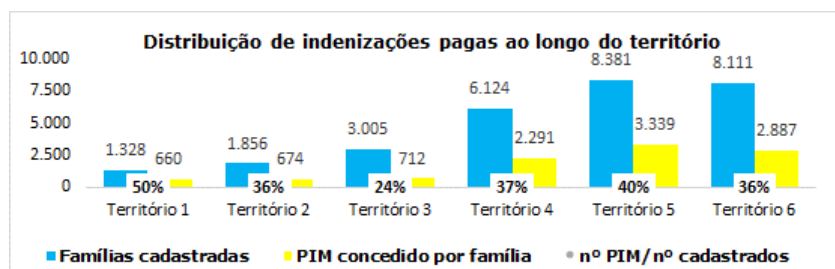


Figura 2.2-02: Distribuição das indenizações pagas ao longo do território – Março/2021



⁴ Dados referentes a 01/04/2021. Fonte: Fundação Renova: base de dados: 'Cadastro Integrado', filtro_1322, 'propriedades.xlsx' (atributos 'Município' e 'ID_SGC'); 'Canais de relacionamento - SGS': 'filtro_327.xlsx'.

Ao analisar os dados do Programa encaminhados pela Fundação Renova à CT-OS, relativos ao mês de fevereiro (até 28/02/2021), observa-se 9.885 famílias com pagamentos efetivados – com incremento de 2 novas famílias no mês de fevereiro/2021. Uma vez comparados o número total de famílias efetivamente indenizadas com o total de cadastros liberados para análise pelo Programa (30.375), também reportado pela Fundação Renova nos respectivos relatórios, observa-se um percentual de 33% de “famílias com pagamento realizado”.

Com relação a Mariana, a Fundação Renova informou que, de um universo total de 1.325 famílias cadastradas, 559 aceitaram propostas de indenização, das quais 521 tiveram suas indenizações pagas (39%) até fevereiro/2021. Em relação a janeiro/20, foram novos 17 acordos e novos 40 pagamentos, mantendo Mariana como o território com maior desempenho no PIM. Foi informado também que 190 famílias estão em atendimento, 224 tiveram seus cadastros finalizados por inexistência de impactos diretos ou outros critérios de inelegibilidade e 191 famílias recusaram as propostas de indenização.

O baixo percentual de famílias cadastradas que foram indenizadas pelo PIM deve-se em grande parte à espera pela definição de políticas, que corresponde a 31% do total de famílias encaminhadas ao Programa. Outra razão indicada pela Fundação Renova está no alto número de famílias consideradas como não elegíveis (23% do total de famílias encaminhadas ao Programa) por motivos relacionados à LMEO⁵, à renda e outros. Também é destaque o dado apresentado pela base de dados da Fundação Renova de que 29% do total de famílias inseridas no PIM já tiveram o seu portfólio quitado.

Os dados de famílias vulneráveis contidos no cadastro integrado revelam que 40% delas receberam indenização pelo PIM até 01/04/21, mantendo-se a porcentagem verificada nos meses anteriores. Quanto à distribuição do pagamento por gênero do titular, destaca-se que apenas 35% das indenizações foram pagas diretamente a mulheres⁶. Considerando a realidade no território que é marcada pela acentuada presença de mulheres que antes do desastre realizavam atividades econômicas hoje interrompidas, o percentual acima sugere que grande parte deste universo provavelmente se encontra na condição de dependente de um titular, tendo sido invisibilizada como força de trabalho ou detentora de algum tipo de patrimônio inviabilizado pós desastre.

Figura 2.2-03: Indicador de Acesso ao PIM pelas famílias vulneráveis – fevereiro/2021

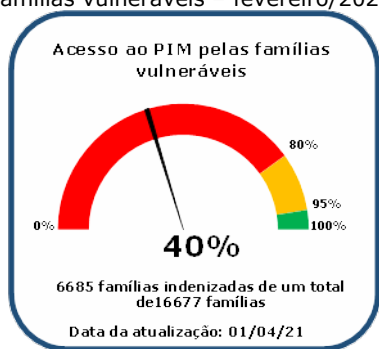


Figura 2.2-04: Indicador Acesso ao PIM por gênero



Com relação ao Projeto Pescador de Fato, em dezembro/20, o Comitê Interfederativo deliberou (Deliberação CIF nº 469/2020) pela aprovação das conclusões contidas na Nota Técnica nº 43/2020/CTOS-CIF, que tratam das fragilidades do Projeto, e determinou o retorno da questão à CT-OS, para que apresente proposta metodológica e de execução do Projeto, no âmbito da revisão de programas e observando o rito previsto na Deliberação nº 465. Visando dar cumprimento ao rito estabelecido nesta Deliberação, a CT-OS encaminhou, em fevereiro, o Ofício nº 08/2021, à Fundação Renova, no qual solicita o agendamento de reunião de trabalho para que sejam expostos os motivos do descumprimento e realizados os aprofundamentos necessários a fim de apresentar ao CIF proposta completa com escopo,

⁵ LMEO - Linha Média das Enchentes Ordinárias; é utilizada como parâmetro para estabelecimento da faixa de 15 metros a partir da margem dos rios que é pertencente à União (estabelecida pelo Decreto Lei nº 9.760/1946). A Fundação Renova considera tal delimitação, acrescida de mais 1.000 metros, como área de abrangência para fins de aferição de elegibilidade para a pesca de subsistência.

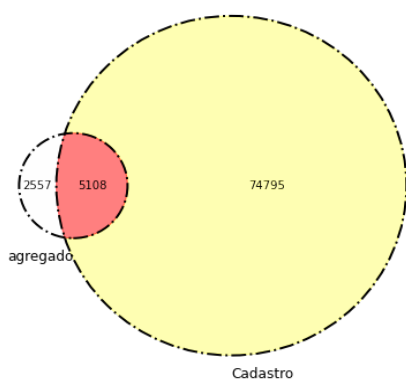
⁶ Tal porcentagem possui como referência o total de mulheres que recebem indenização em seu nome x o total de indivíduos que recebem indenização e com declaração de gênero.

meta e indicadores. A Fundação Renova ainda não retornou e, após cobrança realizada durante a 52ª Reunião Ordinária da CTOS no dia 07/04/2021, foi encaminhado que ela deverá responder às solicitações do Ofício em até 05 dias.

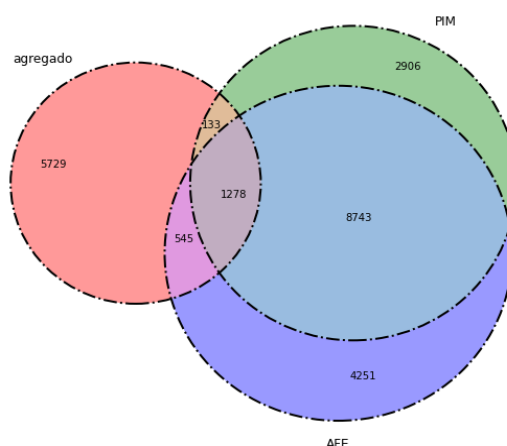
Cumpra destacar que, conforme informado pela Fundação Renova nas últimas reuniões ordinárias da CT-OS, a Fundação Renova está priorizando a execução da nova plataforma de indenizações instituída a partir das determinações da 12ª Vara Federal. A partir da consulta aos processos judiciais do eixo 7, levantamento de CPFs cujos titulares tiveram acordos homologados e cruzamento com os dados disponíveis nas bases de dados dos programas de Cadastro, PIM e AFE, foi identificado que, de 7.665 indivíduos com acordos homologados perante a 12ª Vara Federal, 5.108 estão cadastrados no sistema da Fundação Renova (inseridos no PG001), 1.487 haviam recebido algum tipo de indenização no âmbito do PIM e 1.953 recebiam auxílio financeiro emergencial⁷. Observa-se que, dentre estes valores, podem haver interseções, isto é, CPFs que constam em mais de uma das bases de dados (cadastro, AFE e PIM). Os gráficos abaixo comparam (a) o número de CPFs identificados no eixo 7 e na base de cadastro e sua interseção, e (b) o número de CPFs identificados no eixo 7 e nas bases de AFE e de PIM e a sua interseção⁸.

Figura 2.2-05: Interseção dos CPFs no eixo 7 e nas bases de cadastro, AFE e PIM

Indivíduos com acordos homologados - Eixo 7 que estão no Cadastro Integrado



Indivíduos com acordos homologados - Eixo 7 que já receberam indenização e AFE



No último mês, a Fundação Renova inseriu no Anexo 4 do RMM do PG001, o dado de 28.941 "CPF's com danos disponíveis no fluxo ágil". Segundo informado na 51ª CT-OS, trata-se dos indivíduos cujos dados foram tratados e cujos danos se encontram disponíveis no sistema, caso solicitada a adesão junto à plataforma. Desse número total, destacou-se que 28.525 (98,6%) correspondem aos municípios que já possuem sentença pelo novo fluxo indenizatório da 12ª Vara Federal. A tabela a seguir compara esses valores por município com sentença proferida.

⁷ No caso do AFE, refere-se àqueles contemplados pelo PG021 até dezembro/2019 (base disponibilizada pela Fundação Renova). No caso do PIM, trata-se dos que receberam indenização até janeiro/2021.

⁸ O campo "agregado" refere-se aos CPFs dos acordos homologados perante a 12ª Vara Federal no âmbito do eixo 7.

Tabela 2.2-01: Municípios com Decisões proferidas pela 12ª Vara Federal e acordos homologados (mar/21)

Municípios com Decisões proferidas	Nº "CPFs com Danos disponíveis no fluxo ágil"	Nº acordos homologados
Aimorés	3.436	140
Aracruz	3.035	400
Baguari/Governador Valadares	298	84
Baixo Guandu	5.245	2.213
Bugre	123	1
Cachoeira Escura/Belo Oriente	1.808	524
Caratinga	2	-
Colatina e Itapina	1.092	291
Conceição da Barra	1.534	145
Ipaba do Paraíso/Santana do Paraíso	378	201
Ipaba	13	-
Itueta	369	268
Linhares	3.870	1.102
Marilândia	-	-
Naque	1.688	958
Periquito (inclusive Pedra Corrida)	195	319
Resplendor	11	-
Revés do Belém/Bom Jesus do Galho	688	464
Rio Doce	880	100
São Mateus	3.831	526
Sem Peixe	-	-
Senhora da Penha (Fernandes Tourinho)	-	-
Total	28.496	7.736

Obs.: Municípios que peticionaram para entrada no sistema mas ainda não tiveram decisão emitida pela 12ª Vara Federal: Barra Longa, Galileia, Pingo D'água, Ponte Nova e distrito Rosário de Pontal, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, São José do Goiabal e Tumiritinga.

Observa-se por fim que a Ramboll solicitou à Fundação Renova, com relação ao novo sistema indenizatório, a disponibilização da base de dados utilizada pela plataforma e que sejam informados:

1. O número total de atingidos: (i) que já solicitaram ingresso na plataforma; (ii) cujos danos encontram-se sob análise na plataforma; (iii) que fecharam acordos na plataforma; (iv) que foram considerados inelegíveis ao recebimento de indenização.;
2. Os dados acima solicitados (de i a iv) por mês, desde agosto/20 até março/21, e também por categoria/atividade referente;
3. Dentre o número total de atingidos que fecharam acordos na plataforma, quantos já estavam cadastrados no PG001 e quantos haviam solicitado cadastramento;
4. Dentre o número total de atingidos que solicitaram ingresso na plataforma, quantos já estavam cadastrados no PG001 e quantos haviam solicitado cadastramento.

Tais dados ainda não foram encaminhados pela Fundação Renova.

2.3 PG003: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas

O monitoramento realizado pela Ramboll segue a estrutura da Definição do Programa e está organizado em cinco eixos: (i) ações emergenciais; (ii) ações estruturantes; (iii) saúde indígena; (iv) qualidade ambiental; (v) gestão institucional e ações judicializadas. Os indicadores que tiveram atualizações no período são apresentados com gráficos. As demais informações significativas do período foram atualizadas com base nas informações do Relatório de Monitoramento Mensal fevereiro 2021 da Fundação Renova e no acompanhamento das discussões da CT-IPCT.

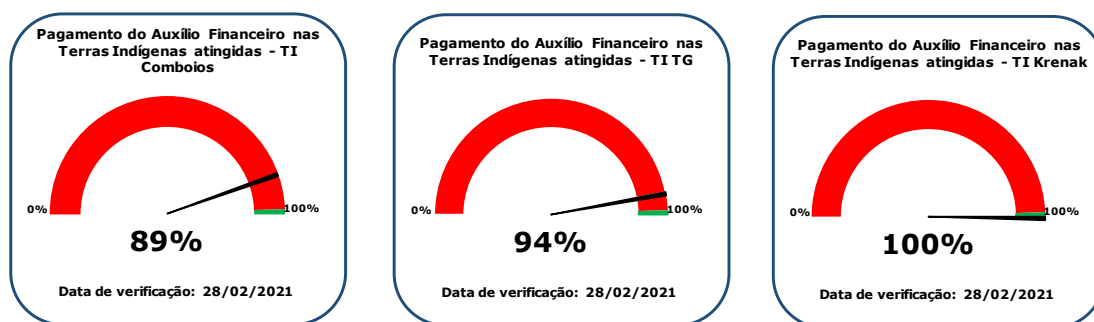
Ações Emergenciais

Os indígenas da TI Krenak recebem integralmente o auxílio financeiro acordado, direcionado às 8 associações indígenas Krenak⁹, totalizando 137 famílias. Além do apoio extra emergencial, no mês de fevereiro/2020 foram distribuídos: 240 toneladas de silagem de milho para 100 famílias; 300 sacos de 25kg de sal mineral para bovinos para 100 famílias; 2.268 sacos de 40kg de para 108 famílias. Cumprindo a totalidade acordada.

O último Termo de Cumprimento (TC) ao TTAC para a TI Tupiniquim Guarani, celebrado no dia 15/12/2020, prevê a inclusão de 134 novas famílias para recebimento do auxílio financeiro. Até o momento são atendidas 1266 famílias (de um total de 1350), distribuído em 6 associações indígenas¹⁰.

O TC-TTAC para a TI Comboios, celebrado no dia 16/12/2020, prevê a inclusão de 26 novas famílias para recebimento do auxílio financeiro. Até o momento são atendidas 266 famílias (de um total de 300), todas ligadas à Associação Indígena Tupiniquim de Comboios (AITC).

Figura 2.3-01: Pagamento de auxílio financeiro por Terra Indígena atingida



Ações Estruturantes

O território Krenak segue sem avanço no Estudo de Componente Indígena (ECI). As ações para o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) continuam suspensas devido à publicação da Portaria nº 419 da Funai, em 17/03/20, estabelecendo medidas de prevenção à infecção e propagação de Covid-19.

A Fundação Renova mantém o posicionamento de discordar parcialmente da matriz da danos construída no Estudo de Componente Indígena Tupiniquim Guarani (ECI-TG). A Fundação Renova ainda não contratou a consultoria responsável para elaboração do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), cujo prazo estabelecido pela Funai e pelo CIF após aprovação do ECI¹¹ era até 05/03/2021. A Fundação Renova apresentou na 36ª RO da CT-IPCT que finalizaria a contratação até maio/2021.

A Fundação Renova não apresentou até o momento um cronograma claro para a entrega do projeto básico, a elaboração do projeto executivo e a construção do sistema de abastecimento de água (SAA) nas terras indígenas do Espírito Santo. Foi apresentado da 36ª RO da CT-IPCT um cronograma sem definição de datas específicas, identificando uma contagem de dias para cada atividade. No Relatório de Monitoramento Mensal de fevereiro/2021 a entrega dos projetos básicos para as aldeias Comboios e Córrego do Ouro estão previstas para ocorrerem em novembro e dezembro de 2021, respectivamente.

As negociações sobre indenização na TI Comboios encontram-se em um impasse. A Fundação Renova frisou em reunião no dia 07/04/2021¹² que a indenização no valor de R\$184.780 por família, referente ao impacto na renda oriundo da pesca e do artesanato, seria sua última proposta. Os indígenas discordaram do montante e enviaram uma contraproposta, oferecendo a opção de pagamento individual do valor

⁹ Associações indígenas: Atorã (31 famílias); Bakan (10 famílias); Burum Ererre (17 famílias); Krenak (18 famílias); Naknenuk (12 famílias); Nakerre (11 famílias); Takruk (11 famílias) e Uatu (27 famílias).

¹⁰ Associações indígenas: Guarani Mboapy Pindó (69 famílias); Tupiniquim Pau Brasil (237 famílias); Tupiniquim de Irajá (122 famílias); Tupiniquim de Areal (51 famílias); Tupiniquim AITG (700 famílias); Tupiniquim Guarani D Atuguaa (32 famílias).

¹¹ Ofício SEQ 31118 /2020/GJU e Deliberação nº 477/CIF/2021

¹² Ofício nº 193/AITC/2021 de 26/03/2021

proposto pela Fundação Renova ou que seja adicionado o montante de R\$ 54.082,13, referente à agricultura de subsistência e à caça para a indenização por família, mais danos morais para ambas as propostas. É importante ressaltar que durante as reuniões de negociação, a Fundação Renova tem reforçado seu posicionamento em finalizar o pagamento dos auxílios financeiros em 2021, data em que, como já ressaltado, o PBA para os indígenas talvez não esteja finalizado (uma vez que nem foi contratado até o momento) e consequentemente não estará dando resultados para que as famílias possam se manter como faziam tradicionalmente.

Saúde Indígena

Não houve avanço no período nas questões de saúde. Conforme determina a Deliberação CIF nº 445/2020, na TI Comboios são fornecidos 5 litros da água mineral por pessoa/dia para 748 indígenas. Em fevereiro/2021, foram entregues 2.162 galões de 20 litros de água mineral. Na TI Krenak, conforme acordo emergencial, são fornecidos 5 litros por pessoa por dia para 600 pessoas, totalizando 123.000 litros no período.

Outras ações de apoio à Saúde Indígena não são realizadas.

Qualidade Ambiental

O Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG038) não inclui as TIs. A Fundação Renova continua insistindo na inexistência do nexo de causalidade, se negando a elaborar um programa de monitoramento ambiental para as Terras Indígenas que anteceda o Plano Básico Ambiental (PBA-CI), contrariando a NT nº35/CT-IPCT/CIF/2020 e a Deliberação CIF nº 445/2020.

Gestão Institucional e Ações Judicializadas

Não houve atualização no período.

2.4 PG004: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais

O monitoramento realizado pela Ramboll segue a estrutura da Definição do Programa e está organizado em cinco eixos: (i) ações emergenciais; (ii) ações estruturantes; (iii) saúde quilombola; (iv) qualidade ambiental (v) gestão institucional e ações judicializadas. Os indicadores que tiveram atualizações no período são apresentados com gráficos. As demais informações significativas do período foram atualizadas com base nas informações do Relatório Mensal de Atividades fevereiro 2021 da Fundação Renova e em informações obtidas nas discussões na CT-IPCT.

Ações Emergenciais

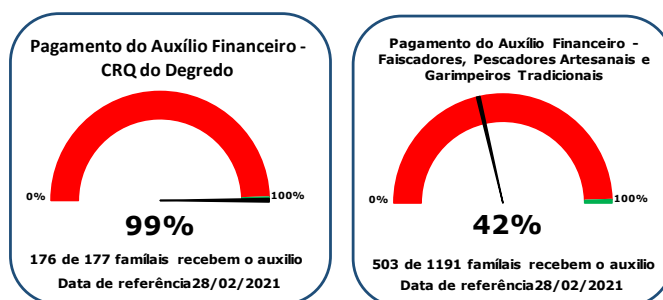
Na CRQ Degredo, 176 famílias recebem auxílio financeiro. A Fundação Renova mantém o posicionamento de cancelamento do auxílio para 1 família que aceitou a indenização na nova plataforma a partir da sentença de Linhares/ES. Também, permanece com o corte de 50% no auxílio de 102 famílias quilombolas.

207 famílias de faiscadores e 296 pescadores artesanais do Alto Rio Doce recebem auxílio financeiro. A Fundação Renova mantém a redução para metade do valor do auxílio para 35 famílias de faiscadores. Ressalta-se que a atividade de pesca e coleta exercida nessas comunidades são de caráter artesanal e não de subsistência, motivo pelo qual a decisão do juiz não deveria ser aplicada à essas categorias.

Ações Estruturantes

Em fevereiro e março, foram realizadas as consultas da segunda fase de validação Plano Básico Ambiental Quilombola, referente à aprovação de outros seis programas: PGR03 – Casa da Tradição; PGR04 – Quadra multiuso; PGR08 – Educação Ambiental; PGR11 – Viveiro das plantas e ervas medicinais do

Figura 2.4-01: Auxílio Financeiro Tradicionais



Degredo; PGR13 – Retomada das atividades de agricultura familiar; PGR20 – Sede administrativa da ASPERQD. A terceira rodada de consulta está prevista para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2021, sem data definida.

Foi realizada a contratação da empresa responsável pela execução de três programas: PGR17 – Capacitação de lideranças quilombolas; PGR18 Monitoramento e gestão das ações do PBAQ; e PGR19 – Diálogo, participação e controle social. Os outros três programas validados na primeira fase ainda não tiveram contratação. Foi constituído o Comitê Gestor com representação da ATI-ASPERQD, Comissão Quilombola, FCP e Fundação Renova. Em fevereiro foi publicado o edital de meliponicultura, referente ao PGR15 – Intensificação de atividade de apicultura no território, para contratação da empresa responsável na execução do programa.

Quadro 2.4-01: Programas e fases da consulta PBAQ

1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
PG01. Documentação de referências culturais; PG02. Incentivo às práticas culturais do Degredo; PG10. Publicação do livro de medicina do Degredo; PG17. Capacitação de lideranças quilombolas; PG18. Monitoramento e gestão das ações do PBAQ; PG19. Diálogo, participação e controle social.	PG03. Casa da tradição do Degredo; PG04. Quadra multiuso; PG08. Educação ambiental; PG11. Viveiro das plantas e ervas medicinais do Degredo; PG13. Retomada das atividades de agricultura familiar; PG20. Sede administrativa da ASPERQD	PG 5. Monitoramento ambiental; PG 6. Etnomonitoramento da ictiofauna do rio Ipiranga; PG 7. Monitoramento de qualidade da água dos poços do Degredo; PG 9. Práticas pedagógicas de educação popular; PG 12. Acompanhamento multidisciplinar das famílias do Degredo; PG 14. Beneficiamento e Comércio das Polpas e Subprodutos das Frutas; PG 15. Intensificação da atividade de apicultura no território; PG 16. Incentivo ao Turismo Ecológico-Cultural

A Fundação Renova mantém o posicionamento de não executar a construção do Sistema de Abastecimento de Água de Degredo, considerando a elaboração do projeto como uma medida compensatória. O Projeto Executivo está previsto para ser entregue em agosto/2021.¹³

Quanto à indenização na CRQ do Degredo, no final de dezembro 2020, ocorreu uma consulta na comunidade na qual foi acordada entre os quilombolas a valoração dos danos. Foi feita a opção de protocolar o processo via segredo de justiça, e a comunidade aguarda o despacho do magistrado. Foi definido um piso indenizatório no valor de R\$ 148.000,00, buscando simplificar a valoração devido a pluriatividade relacionada a renda no território. Foi definido que o auxílio financeiro seria cortado após a indenização e que seria realizado quitação específica para o dano indenizado, sendo este um posicionamento inegociável pelas empresas.

Saúde Quilombola

O fornecimento de água mineral para as famílias de Degredo compõe o escopo de ações para a saúde e permanece sendo a única atividade realizada referente a este tema. São distribuídos 15 litros de água, pessoa/dia, para 185 famílias quilombolas (665 dependentes) conforme Deliberação CIF nº 355. O fornecimento de água mineral acontece 3 vezes por semana.

Qualidade Ambiental

A Nota Técnica Intercâmaras nº 2 de 2021 /CT-IPCT/CT-BIO/CT-Saúde/CT-GRSA/CT-SHQA/CIF, que analisa a "Compilação e avaliação de estudos ambientais realizados antes e após o rompimento da barragem de Fundão – Litoral norte do Espírito Santo", com ênfase no território de Degredo, prevista para a 51ª RO do CIF, foi transferida para ser discutida no dia 09/04/2021, em reunião extraordinária do CIF.

Gestão Institucional e Ações Judicializadas

Não houve alteração deste indicador durante o período, não tendo sido emitidas novas deliberações.

2.5 PG005: Programa de Proteção Social

Em conformidade ao fluxo estabelecido pela Deliberação CIF nº 465, no dia 18 de fevereiro de 2021, a Fundação Renova apresentou durante a reunião do grupo de trabalho da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) uma planilha com as recomendações elencadas nas Notas Técnicas nº 44 e 46/2020 para adequação do escopo do programa. No dia 31 de março de 2021, foi realizada a segunda reunião técnica de alinhamento onde foram apresentados esclarecimentos sobre o detalhamento

¹³ Relatório Mensal de atividades – janeiro 2021, Fundação Renova

do orçamento apresentado no escopo e informes sobre o monitoramento do Eixo 2. Ficou acordada uma próxima reunião em 26 de abril de 2021, que teria como elementos centrais de análise os indicadores de monitoramento do programa e a apresentação dos outros pontos trazidos pela CTOS, tais como o conceito de vulnerabilidade.

Outro ponto relevante foi a abertura do edital de chamamento de entidades privadas da Proteção Social para a execução da Proposta Alternativa aos Planos Municipais de Reparação do Programa de Proteção Social para atender às famílias vulneráveis atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

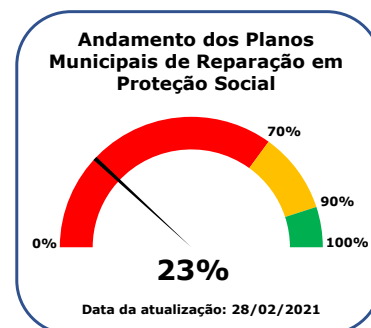
Durante a 51ª Reunião Ordinária da CT-OS, realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi acordado que a Fundação Renova disponibilizaria informações que possibilitem o acompanhamento do processo de seleção das Organizações da Sociedade Civil de Proteção Social, assim como o referido edital seria encaminhado à CT-OS assim que fosse lançado. O edital tem por objetivo selecionar e apoiar projetos inéditos ou iniciativas já existentes apresentadas por instituições da rede de Proteção Social e outras entidades que tangenciam a assistência social em municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Ao contrário do acordado, o edital foi enviado no dia 26 de março de 2021, duas semanas após a abertura. Destacam-se as repetidas dificuldades de cumprir com acordos que permitam uma gestão participativa, colaborativa e com a contribuição das distintas instâncias.

É imprescindível ressaltar que a política Nacional de Assistência Social (PNAS) compreende a descentralização político-administrativa. O que implica em um esforço planejado entre as instâncias do Estado, a Fundação Renova e a sociedade civil organizada e não organizada, possibilitando o diálogo que encaminha a construção horizontal de ações cooperadas, com vista ao desenvolvimento social local e a superação da condição de vulnerabilidade.

Planos Municipais de Reparação em Proteção Social

Os Planos Municipais de Reparação em Proteção Social e os Termos de Cooperação Técnica e Financeira são o resultado da operacionalização do Programa de Proteção Social. Para caminhar em direção a reparação dos impactos psicossociais causados ou agravados pelo rompimento da barragem, os Planos Municipais precisam estar em execução. No contexto atual dos 41 Planos Municipais elaborados (excluindo as localidades de São Mateus, Conceição da Barra, Fundão e Serra, em desatendimento à Deliberação CIF nº 58), 12 estão aprovados e em execução, sendo 11 em Minas Gerais (Barra Longa, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Conselheiro Pena, Ipaba, Itueta, Mariana, Naque, Periquito, Santa Cruz do Escalvado e Santana do Paraíso) e 1 no Espírito Santo (Linhares), permanecendo inalterado o indicador desde setembro de 2020.

Figura 2.5-01: Planos Municipais de Reparação em Proteção Social



Nove municípios de Minas Gerais (Aimorés, Belo Oriente, Galileia, Governador Valadares, Ipatinga, Resplendor, Rio Doce, São José do Goiabal e Tumiritinga) e quatro do Espírito Santo (Aracruz, Baixo Guandu, Colatina e Sooretama) não chegaram a um acordo, sendo apresentado uma proposta alternativa para fomentar instituições da rede de proteção social ou de entidades em assistência social, criando condições para o aumento (proporcional à quantidade de famílias) da capacidade de atendimento a famílias vulneráveis atingidas nos municípios elegíveis não aderentes ou sem posicionamento em Proteção Social, por meio de ações socioassistenciais, socioculturais e apoio psicossocial, como projetos que contemplem ações de promoção e valorização de vínculos familiares e comunitários, inclusão de mulheres chefes de família, dentre outros.

Ainda, há 16 municípios sem suplementação de recursos humanos aos equipamentos locais de Proteção Social, que estão aguardando o desenvolvimento das capacitações das equipes já existentes na região.

Capacitação dos Operadores de Proteção Social dos municípios atingidos

A oferta de dois cursos para os operadores em proteção social é uma das ações previstas no Programa de Proteção Social que visa a reparação das famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem.

A Fundação Renova informou a CT-OS que a aula inaugural do curso de capacitação dos operadores do aparelho do SUAS com o tema “Trabalho Social com Famílias”, teria início no dia 13 de abril de 2021. O curso tem carga horária de 20h distribuídas em 10 encontros de 2h.

Entretanto considerando o Decreto do governador do Estado do Espírito Santo, que impõe restrições no trabalho das secretarias e que os planos de reparação com grande parte dos municípios no estado do Espírito Santo não foram assinados, a Fundação Renova resolveu adiar a referida capacitação para 18 de maio de 2021.

Portanto, este indicador permanece inalterado e insatisfatório, com apenas 2% da execução dessas capacitações (realizadas em 2019). Conforme apontado nos Relatórios de Monitoramento Mensais, estas capacitações estavam previstas para ter início em maio de 2020 e término até novembro de 2020.

Cumprimento das Deliberações CIF para o Programa de Proteção Social

Não houve nenhuma alteração em relação ao cumprimento das Deliberações CIF diretamente relacionadas ao escopo do PG005 no período deste relatório.

Em dezembro de 2021, houve a emissão da Deliberação nº 465/2020 definindo um novo fluxo para a finalização das revisões do programa. Embora já tenham acontecido duas reuniões entre a CT-OS e a Fundação Renova para apresentação sobre os pontos de consensos e dissensos sobre as Notas Técnicas nº 44 e 46/2020, a Deliberação nº 465/2020 ainda não foi plenamente atendida.

O indicador permanece com o resultado insatisfatório de 11%.

Figura 2.5-02: Capacitação em Proteção Social

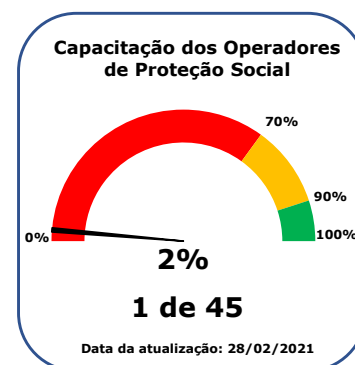
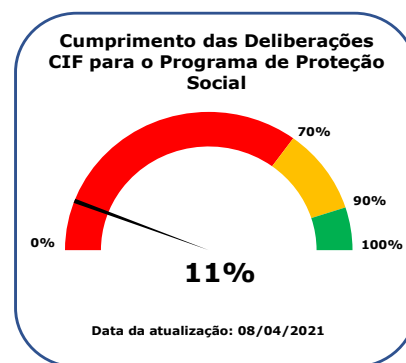


Figura 2.5-03: Cumprimento das Deliberações CIF



2.6 PG006: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

Em que pese as melhorias em andamento na Ouvidoria Geral, os demais pilares deste programa continuam seriamente comprometidos em relação à sua efetividade para a reparação dos danos. A informação necessária e adequada à participação social continua com baixa transparência, e somada à ausência de mecanismos de participação nos processos decisórios, tem impedido qualquer tipo de controle social.

Pilar Participação e Diálogo Social

Um dos elementos centrais deste pilar é a elaboração e execução dos Planos Territoriais Integrados (PTI) que vêm sendo reiteradamente descumpridos pela Fundação Renova. A Nota Técnica nº 25 -CT-PDCS, de fevereiro /2021, estabeleceu o prazo de 120 dias para apresentação dos Planos à Câmara Técnica, antecedida da entrega de documento com metodologia de mobilização e de construção dos processos decisórios. Em documento apresentado na 45ª Reunião Ordinária da CT-PDCS, ocorrida em março, a Fundação Renova apresentou uma proposta para implantação inicial de um “Plano de Ações Territoriais” (PAT), a partir de demandas já coletadas pelas equipes de diálogo, adotando a mesma divisão territorial (14 microterritórios) utilizada para a seleção das assessorias técnicas dos atingidos pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos. O cronograma da proposta apresentada prevê atividades internas de levantamento de informações junto aos demais programas da reparação, validação na CT-PDCS até 30/04/2021 e apresentação e consulta aos territórios a partir de 02/05/2021. O cronograma geral, no entanto, limita-se ao período de 3 meses, não oferecendo nenhuma perspectiva de continuidade da proposta.

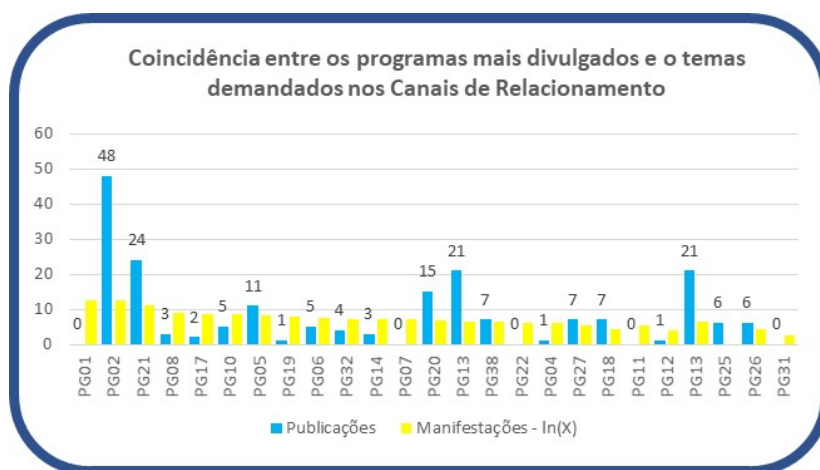
Quanto às reuniões de diálogo, continuam sendo realizadas por meio virtual. O número de reuniões realizadas no mês de março foi de 51 em diferentes territórios, com crescimento em relação aos meses anteriores (janeiro: 22 e fevereiro: 17).

Pilar Comunicação

Em março de 2021, os temas mais divulgados pela Fundação Renova foram os relacionados aos Programas¹⁴ 02, 21, 13 e 20 e 05, nessa ordem. Ao passo que os temas mais demandados, conforme registro das manifestações em canais de relacionamentos, foram os temas relacionados aos PGs 01, 02, 21, 08 e 17. O programa mais demandado – PG01 – não apresentou nenhuma publicação; por outro lado, outros dois programas dos mais referidos nas manifestações – PGs 02 e 21 – apresentaram também o maior número de publicações nos canais de comunicação da Fundação Renova, como maior grau de coincidência, o que está relacionado à implementação da nova plataforma de indenizações no “fluxo ágil” a partir de decisão da 12ª Vara Federal.

A Figura 2.6-01 exibe a coincidência entre os programas mais divulgados pela Fundação Renova em seus canais de comunicação (site, jornais para comunidades, rádio, entre outros) e os temas demandados nos Canais de Relacionamento.

Figura 2.6-01: Coincidência entre programas mais divulgados e temas demandados nos Canais de Relacionamento.
Fonte: Site e SGS Renova e elaboração própria (Manifestações em escala logarítmica – $\ln(X)$)



Pilar Canais de Relacionamento

No mês de março/21, foi registrado um total de 13.342 manifestações, das quais 12.284 são oriundas das localidades atingidas. Houve uma pequena redução na quantidade total de manifestações em comparação com o mês de fevereiro/21, quando foram registradas 13.984 manifestações, sendo 12.723 das localidades atingidas, quase 500 a mais do que o mês passado. Ainda, foram superiores ao valor médio de manifestações registradas por mês durante o ano de 2020 (média de 8.503 manifestações por mês, sendo 7.471 das localidades atingidas).

Os Canais de Relacionamento da Fundação Renova acumulam, desde o início da sua operação, 801.722 manifestações totais. O passivo acumulado de manifestações em tratamento e/ou aguardando conclusão em março/21 foi de 73.987, ligeiramente maior do que em fevereiro/21, que tinha em aberto ainda 73.911.¹⁵ manifestações. O percentual de manifestações respondidas fora do prazo de finalização no mês foi de 15% (idêntico ao mês de fevereiro, sendo o menor percentual registrado desde janeiro/2019).

¹⁴ PG01 (Programa de Levantamento e Cadastro de Impactados, PG02 (Programa de Indenização Mediada), PG08 (Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira), PG13 (Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer), PG17 (Retomada das Atividades Agropecuárias), PG21 (Programa de Auxílio Financeiro Emergencial), PG32 (Programa de Melhoria dos Sistema de Abastecimento de Água) e PG38 (Monitoramento da Bacia do Rio Doce).

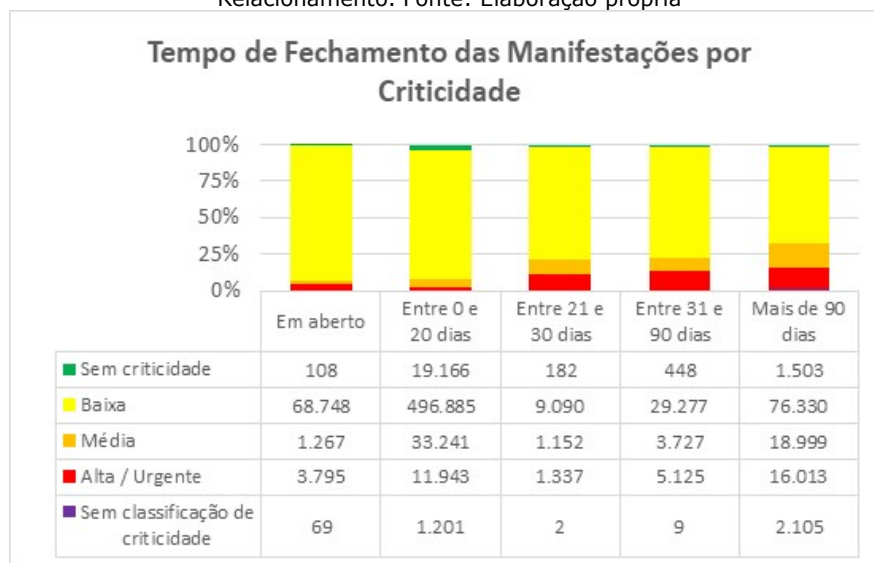
¹⁵ Há meses nos quais há uma pequena margem de diferença de fechamento dos dados totais de variação devido ao momento em que o sistema extrai o filtro e gera a planilha de consulta. O total mensal é retificado mais adiante com a entrada definitiva de todas manifestações de cada dia no saldo acumulado. Essa margem de erro no mês, quando ocorre, não ultrapassa 2% do total de registros mensais e não chega a 0,05% do total de dados acumulados.

Figura 2.6-02: Evolução das manifestações respondidas dentro e fora do prazo.
Fonte: Elaboração própria



Das manifestações em aberto, no acumulado, 5% são classificadas como sendo de Alta/Urgente criticidade.

Figura 2.6-03: Tempo de fechamento das manifestações por criticidade - Canais de Relacionamento. Fonte: Elaboração própria

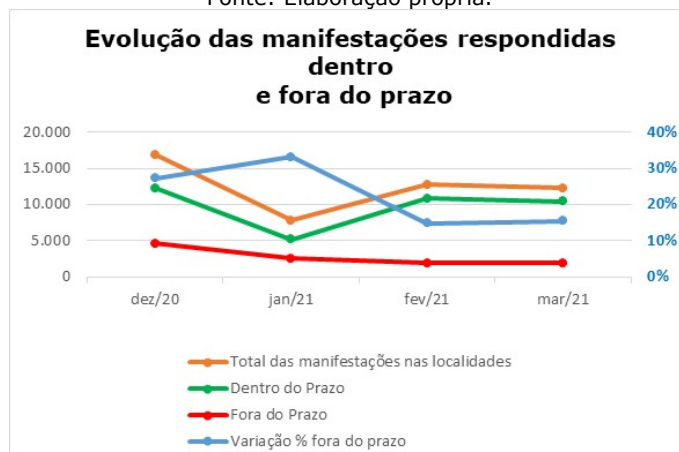


Pilar Ouvidoria

Conforme dados fornecidos pela Fundação Renova, até 01/04/2021, acumularam-se 14.031 manifestações na Ouvidoria da Fundação Renova, 11.950 segregadas como "comunidade" e 2.081 como "corporativo". A diferença no quantitativo de manifestações da segregação "comunidade" em relação ao reportado no relatório anterior é de 257.

Da segregação "comunidade", 11.478 demandas estão finalizadas e 472 (4%) estão em aberto. No total, 15% das manifestações são finalizadas dentro do prazo (aumento de 3% em relação ao mês anterior), conforme exibido na Figura 2.6-04.

Figura 2.6-04: - Manifestações finalizadas por território - Ouvidoria.
Fonte: Elaboração própria.



Dando continuidade às tratativas entre os *experts* do MPF e a Fundação Renova para promoção de melhorias na Ouvidoria, foi realizada nova reunião no dia 08/04/21, na qual foi avaliado o treinamento de direitos humanos destinado à equipe da ICTS e acompanhado pelos experts, bem como o cumprimento das recomendações feitas para os meses de fevereiro e março, tendo como destaque:

- Relatórios: Foi apresentado o modelo principal de relatório com novas melhorias, o qual é encaminhado todo mês à CT-PDCS e ao Conselho Curador, e que registra os dados de tratamento das manifestações da Ouvidoria. Observado que o relatório trimestral também registra tais informações, e será acompanhado de informações qualificadas de modo a refletir as escutas realizadas no território. Além disso, foi apresentado também novo relatório que registra as atividades realizadas pela Ouvidoria também nos territórios, e, de forma mais qualitativa, registra as falas e demandas levantadas pelas pessoas atingidas.
- Números: observa-se progressivo aumento de manifestações recebidas por mês ao longo de 2021, tendo como principais temas AFE, cadastro e PIM, bem como aumento do número de manifestações finalizadas no prazo legal. Durante a reunião foi estimada a redução das manifestações em aberto relativas aos anos anteriores até o mês de junho.
- Escutas dos territórios: a Ouvidoria vem realizando escutas com as pessoas atingidas, tanto por meio das reuniões promovidas pelas equipes do diálogo, quanto diretamente junto a associações e grupos de atingidos.
- Melhorias no tratamento: avaliada positivamente a implementação do novo roteiro de atendimento, revisado recentemente pelo grupo. Também vem sendo utilizado o chamado "plano de ação", voltado para os casos em que o protocolo é finalizado, mas a demanda não foi inteiramente resolvida, como é o caso de indivíduos que solicitam indenização, mas não há política voltada para sua categoria, ou nos casos de assédio. O plano de ação é então utilizado para que, mesmo após finalizada a manifestação, a pessoa atingida receba atualizações sobre novas possibilidades de resolução da demanda.
- Política de tratamento de dados: A Ouvidoria e a ICTS fizeram adaptações para atender à Lei Geral de Proteção de Dados.

Está prevista a realização de nova reunião no dia 06/05/21 para dar seguimento às discussões e monitoramento das ações de melhorias.

Ponto crítico: o prolongamento das restrições sanitárias por causa do agravamento da pandemia de Covid-19 atinge fortemente as expectativas de que o retorno dos diálogos e reuniões presenciais no território pudessem facilitar o aprimoramento em geral dos níveis de participação e controle social sobre as medidas de reparação e compensação executadas pela Fundação Renova.

2.7 PG007: Programa de Assistência aos Animais

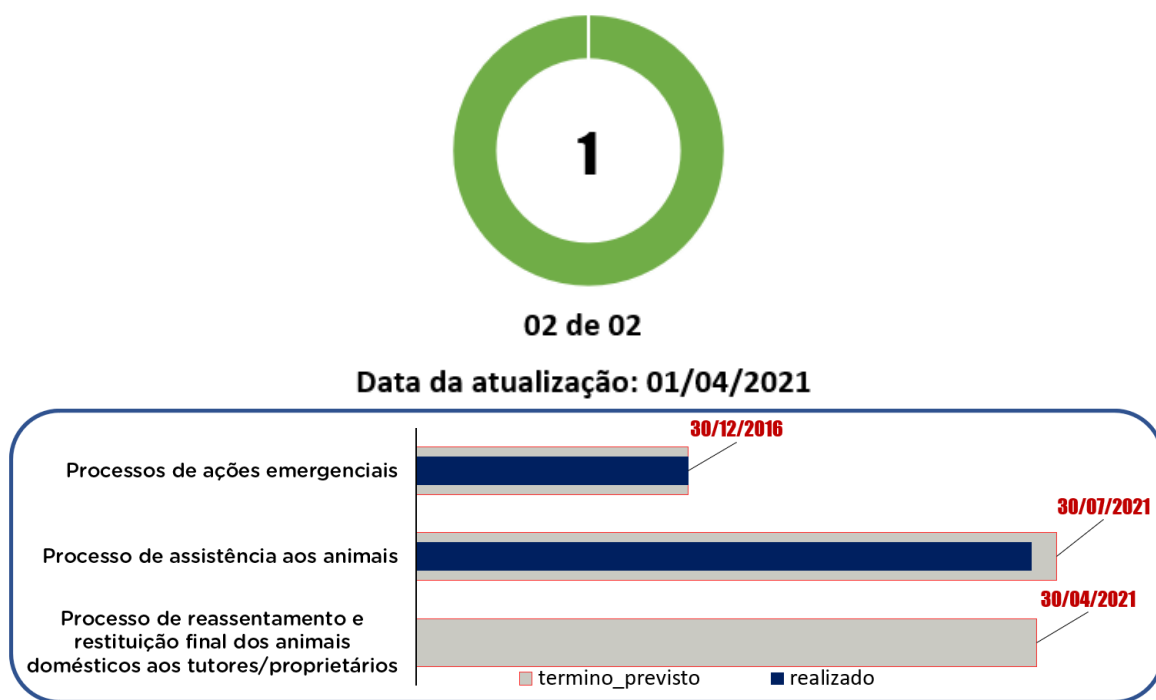
O Programa de Assistência aos Animais teve parte de suas atividades alterada devido às recomendações de distanciamento social e prevenção à disseminação de casos de contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19). Visitas regulares foram suspensas, atividades externas estão ocorrendo com um controle sanitário rigoroso, e a escala de trabalho dos colaboradores de campo foi adequada, em formato de quatro subequipes (duas por CATA), que trabalham em dias distintos.

Neste último mês de março foram concluídos quatro acompanhamentos de animais que foram adotados durante a campanha virtual de adoção.

O programa está atendendo aos prazos estabelecidos para execução das atividades e entrega dos produtos, não havendo atrasos até o presente momento. Em uma escala de 0 a 1, até março de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do programa pela Fundação Renova é igual a 1 (Figura 2.7-01).

Apenas o processo de restituição final dos animais segue adiado, em relação a previsão inicial, em virtude do atraso nas obras dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, bem como das moradias daqueles atingidos tutores de animais nos CATAs. Há grande probabilidade de que esta fase tenha que ser novamente estendida.

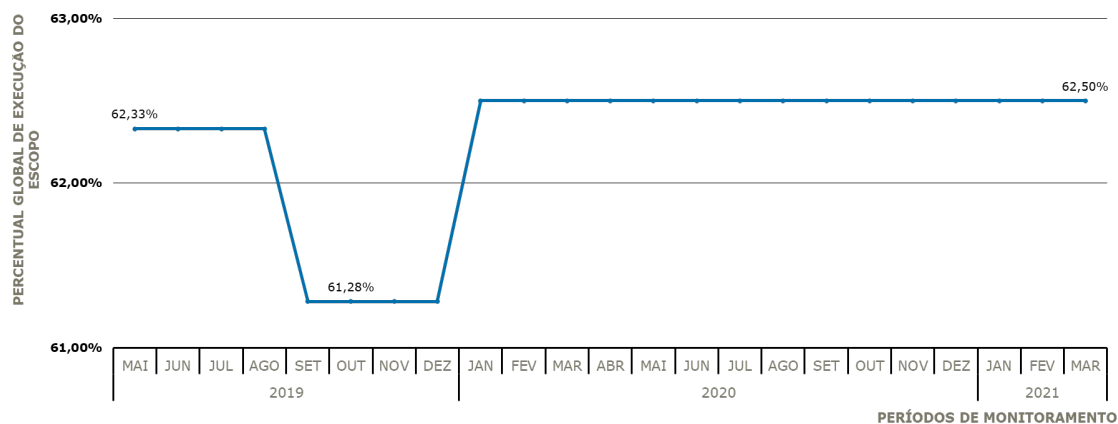
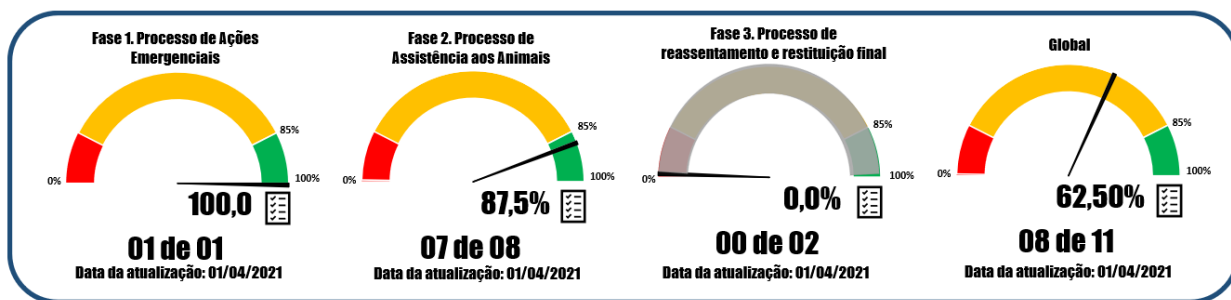
Figura 2.7-01: Atendimento aos prazos do Programa de Assistência aos Animais



Em relação ao escopo, o programa atendeu, até o momento, 62,50% das ações estabelecidas (Figura 2.7-02), tendo o seguinte status:

- Fase 1. Processo de ações emergenciais: concluído.
- Fase 2. Processo de assistência aos animais: em andamento e com percentual médio de bem-estar animal de 96,8%, ante a meta estabelecida de 80%.
- Fase 3. Processo de reassentamento e restituição final: não iniciado.

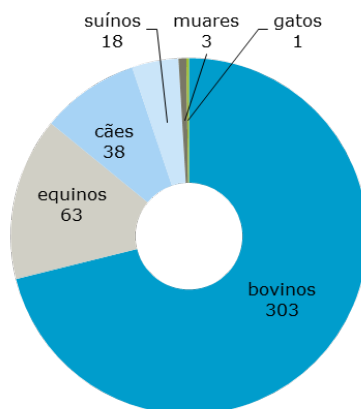
Figura 2.7-02: Atendimento ao escopo do Programa de Assistência aos Animais



A pequena variação temporal dos resultados deve-se à oscilação nos valores dos parâmetros do monitoramento de bem-estar animal, registrados no Protocolo de Perícia em Bem-Estar Animal (PPBEA), e à não conclusão do diagnóstico de situação do serviço veterinário local.

Atualmente, há 426 animais sob guarda temporária da Fundação Renova, divididos entre as espécies, conforme Figura 2.7-03).

Figura 2.7-03: Número de animais sobre guarda temporária da Fundação Renova



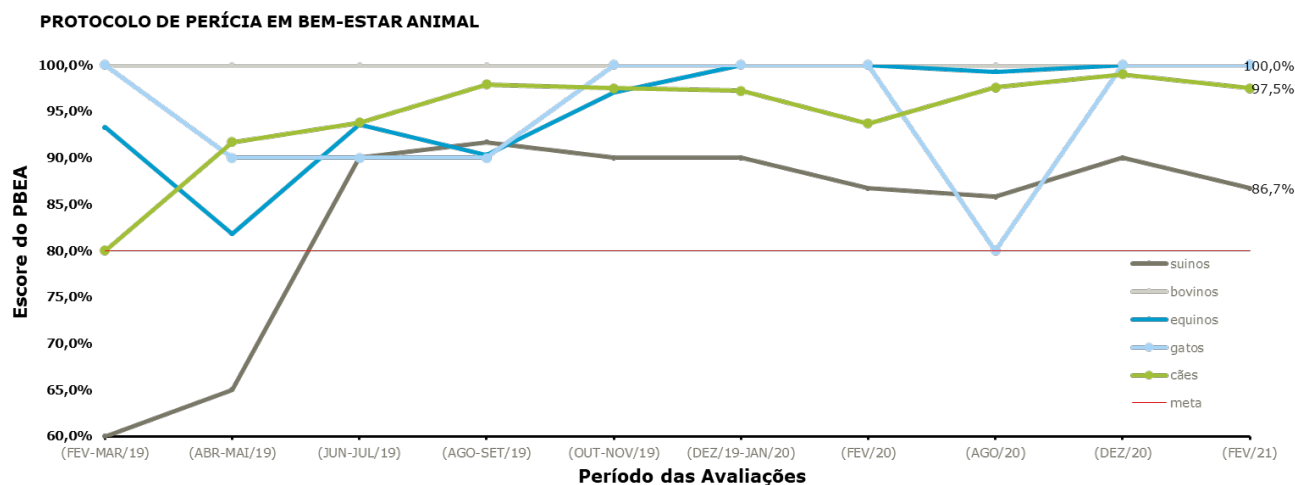
Em relação ao histórico de destinação dos 1115 animais contemplados pelo programa, até fevereiro de 2021, além dos 426 indivíduos supracitados, ainda mantidos sob guarda temporária, já foram realizadas 338 restituições e 154 adoções, além de registrados 155 óbitos, 30 animais com informações deficientes e 12 extravios.

Continuam sendo realizadas campanhas de aplicação do PPBEA, o que propicia o monitoramento das condições de nutrição, saúde, conforto e comportamento, bem como a consequente implantação de melhorias no manejo.

Em fevereiro foi finalizado o protocolo de monitoramento de bem-estar animal, relativo ao verão de 2021, e seus resultados reportados no mês de março.

O gráfico a seguir mostra a evolução do monitoramento de bem-estar animal, apresentando os seguintes percentuais em relação à meta (80%):

Figura 2.7-04: Evolução do Monitoramento do Bem-Estar Animal



Todas as espécies encontram-se com seu índice de bem-estar acima da meta estabelecida.

A realização de atividades básicas de manejo de animais nos CATAs não foi alterada. Animais seguem saudáveis, desverminados e instalados em recintos adequados e recebendo bons cuidados, porém permanece a baixa visitação dos proprietários aos animais sob guarda temporária.

O vínculo afetivo entre animais e proprietários, especialmente para os cães, é significativamente perdido neste processo de guarda temporária e o difícil reestabelecimento da relação de cuidado e pertencimento depois de tanto tempo de separação torna a restituição final um desafio, em que pese a implantação do sistema de visitas periódicas.

2.8 PG008: Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira

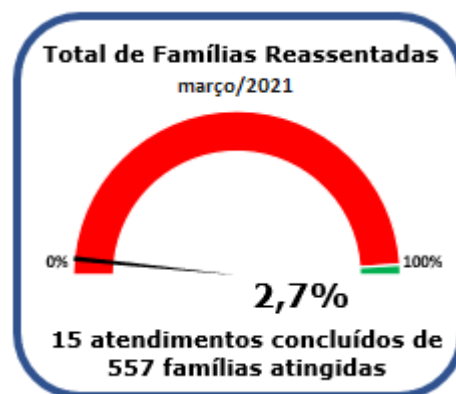
Após transcorridos 5 anos e cinco meses do desastre, apenas 2,7% das famílias foram reassentadas pela Fundação Renova, isto é, dos 557 atendimentos de reassentamento reconhecidos pela Fundação Renova, apenas 15 foram concluídos (reporte do PG08 realizado pela Fundação Renova na 51ª Reunião Ordinária da CT-Infra, do dia 15/03/2021), dos quais 4 se referem a imóveis do reassentamento familiar de Mariana e Barra Longa, 1 do reassentamento familiar de Gesteira (modalidade de carta de crédito), 8 casas reconstruídas na zona rural de Mariana e Barra Longa e 2 pagamentos de indenização em pecúnia realizados.

O prazo para a conclusão dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, estabelecido em ação judicial do MPMG que tramita na Comarca de Mariana, venceu em 27 de fevereiro de 2021. O MPMG manteve a decisão que estabeleceu a incidência de multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso, devendo as empresas efetuarem o pagamento da multa referente aos dias de atrasos após o encerramento do prazo.

O cenário atual dos reassentamentos de Mariana é apresentado a seguir.

Em **Bento Rodrigues**, conforme informado pela Fundação Renova na 51ª reunião ordinária da CT-Infra, foram concluídas 7 casas e 2 equipamentos públicos (posto de saúde/serviços e escola); até o final de fevereiro de 2020, 36 casas estavam sendo executadas no reassentamento e até janeiro de 2022

Figura 2.8-01: Total de Famílias Reassentadas



espera-se que o total de 79 edificações estejam concluídas. Considerada essa produtividade anual, para construção de, aproximadamente, 250 edificações, o reassentamento será concluído apenas no início de 2024, 9 anos após o rompimento da barragem de Fundão, acumulando um atraso superior a 3 anos frente ao prazo estipulado pelo juiz, de 27 de fevereiro de 2021.

Com relação aos 8 lotes situados sobre áreas de talvegues em Bento Rodrigues, foi verificado que apenas os 5 localizados no “talvegue principal” foram cancelados, sendo as respectivas famílias realocadas para outras áreas ou alterada a modalidade de atendimento para o reassentamento familiar.

Sobre os 3 lotes localizados no talvegue secundário, a Fundação Renova trouxe esclarecimentos na 50ª reunião ordinária da CT-Infra (24/02/2021) e apresentou documentos complementares via e-mail, em 31/03/2021, indicando que a localização do dreno de talvegue está fora da área do lote de ID 244 e não se sobrepõe à implantação da edificação do lote de ID 210, logo entende que não há necessidade de realocação das famílias ou alteração do projeto. Destacou ainda que o terceiro lote sobre o talvegue secundário - ID 310, foi desmembrado em 3 novos lotes (ID 158, 152 e 155):

- ID 158 foi realocado;
- ID 152, embora a Fundação Renova tenha apresentado a implantação do projeto neste lote na 50ª reunião da CT-Infra (Figura 2.8-02), foi informado por meio da documentação complementar enviada que o referido lote será relocado por solicitação da família para outra área e que o novo lote a ser estudado não terá interferência com o dreno existente;
- ID 155 ainda não decidiu locação no lote, garantido que a edificação será locada fora da área do dreno.

A Figura 2.8-02, apresentada pela Fundação Renova na 50ª reunião da CT-Infra, mostra a localização dos drenos nos talvegues (principal à esquerda e secundário à direita) e a implantação do projeto das casas nos lotes que não foram cancelados.

Os documentos da Fundação Renova enviados à CT-Infra, em 31 de março de 2021, mostram a implantação da edificação do lote de ID 210 em relação à localização do dreno (Figura 2.8-03), cuja área de servidão está dentro do lote de propriedade privada. Até o momento não houve discussão sobre como essa questão está sendo tratada com a família do referido lote e se haverá alguma forma de compensação pela redução da área útil do lote devido à existência da faixa de servidão, a qual não havia sido prevista no projeto urbanístico licenciado.

Figura 2.8-02: localização dos drenos de talvegue e implantação das edificações nos lotes sobre o talvegue secundário. Fonte: Fundação Renova. Reporte do PG08 na 50ª Reunião Ordinária da CT-Infra, realizada em 24/02/2021. Adaptado pela Ramboll.

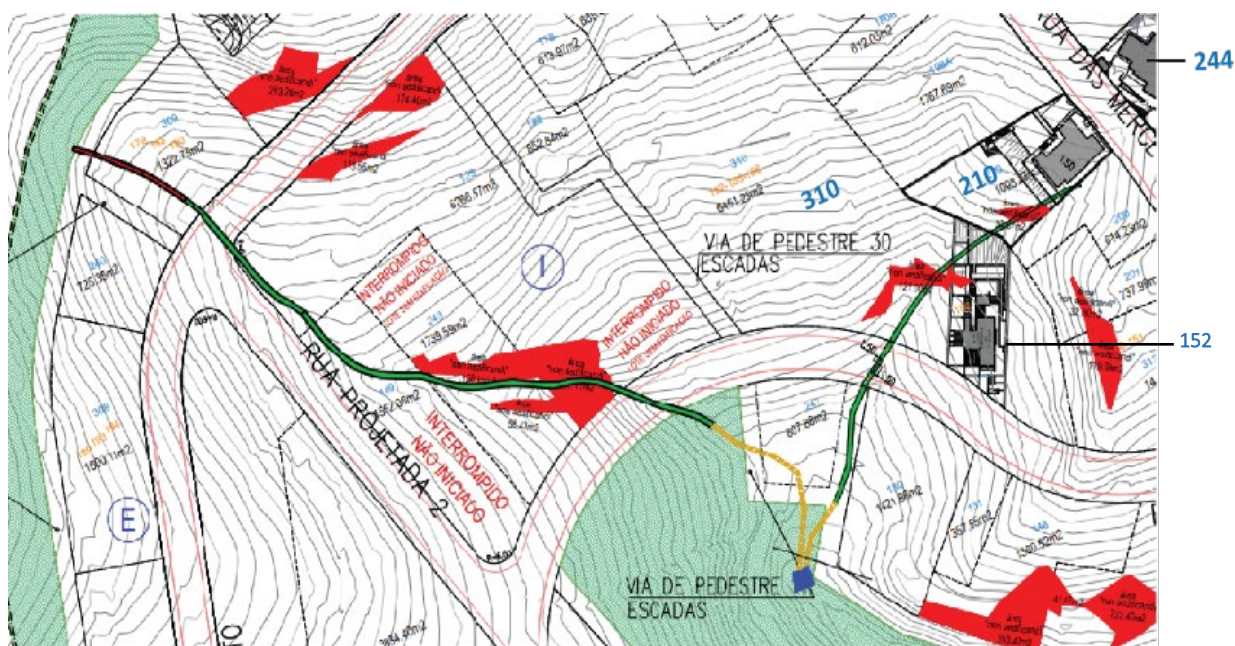
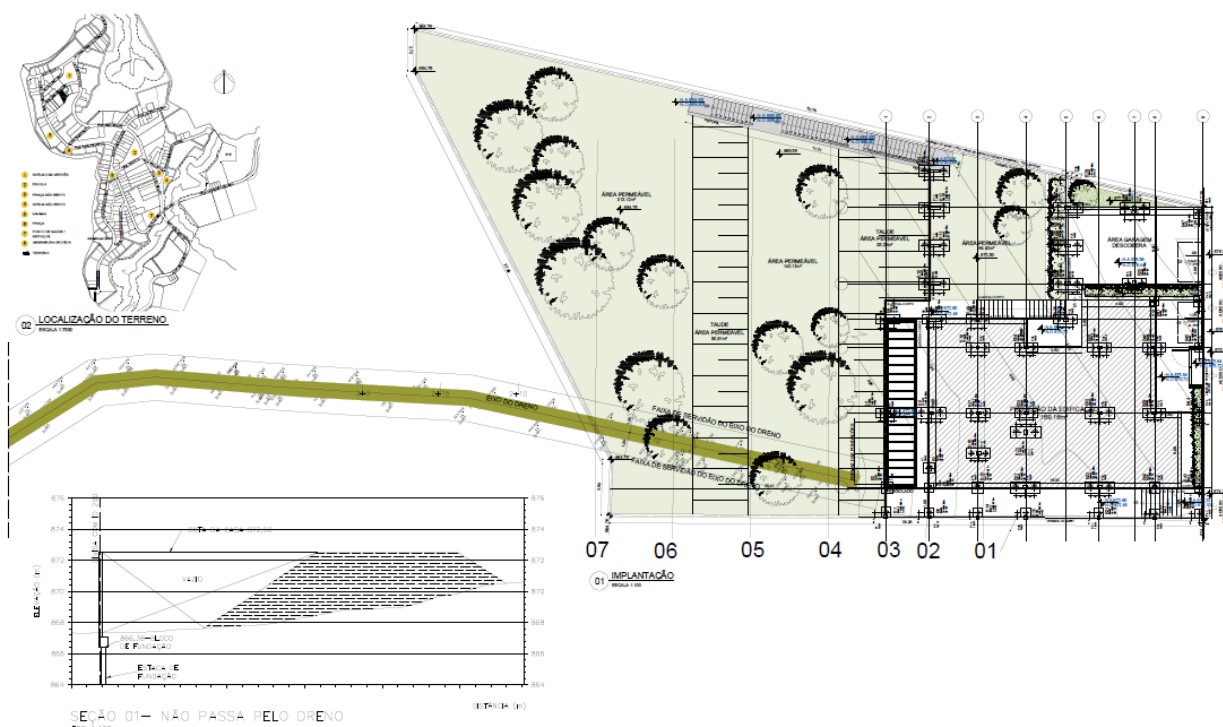


Figura 2.8-03: localização do dreno de talvegue secundário e da implantação da edificação nos lote de ID 210. Fonte: Fundação Renova. Projeto "sobreposição situação/estrutural/dreno – planta e perfil 01-02", enviado à CT-Infra em 31/03/2021, atendimento ao Encaminhamento E-50-5 da 51ª reunião da CT-Infra.

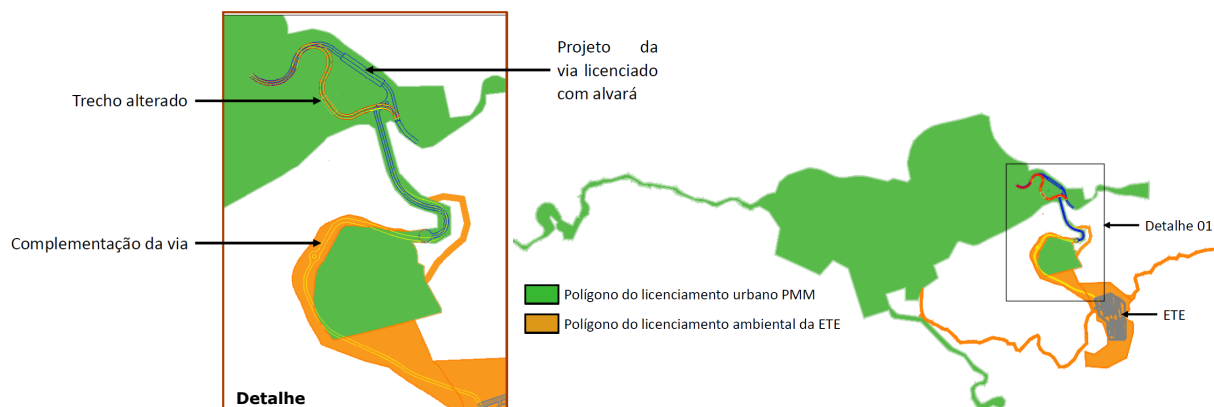


Outra questão que merece destaque sobre o reassentamento de Bento Rodrigues é a alteração de um trecho do sistema viário do reassentamento, denominado "variante", cujas obras foram concluídas no mês de março/2021. A CT-Infra solicitou à Fundação Renova a apresentação de documento emitido pela Prefeitura de Mariana autorizando a alteração do projeto para possibilitar a modificação do traçado viário ao final da Rua São Bento/Sagrado Coração de Jesus (encaminhamento E50-4 da 51ª reunião ordinária da CT-Infra). Em resposta ao encaminhamento da CT, a Fundação Renova enviou uma justificativa no dia 31/03/2021, informando que:

"O projeto de Bento Rodrigues é peculiar a várias mudanças toda semana durante a execução da obra, como alterações relacionadas a desistência de lotes, ocupação de lotes vagos, desmembramento de lotes, entre outras mudanças de projetos necessárias no decorrer da obra. Com isso não é possível realizar as mudanças no projeto urbanístico e protocolar na prefeitura a cada surgimento de pequenas mudanças de projeto.

Quando houver uma estabilização no projeto referente a essas mudanças aleatórias, a Fundação Renova fará uma revisão geral do Projeto Urbanístico, e será protocolado na prefeitura contemplando todas as mudanças."

Figura 2.8-04: Alteração do sistema viário do reassentamento de Bento Rodrigues. Fonte: Fundação Renova. Alteração do arruamento de Bento Rodrigues – março/2021. Arquivo enviado à CT-Infra em 31/03/2021, em atendimento ao Encaminhamento E-50-4 da 51ª reunião da CT-Infra.



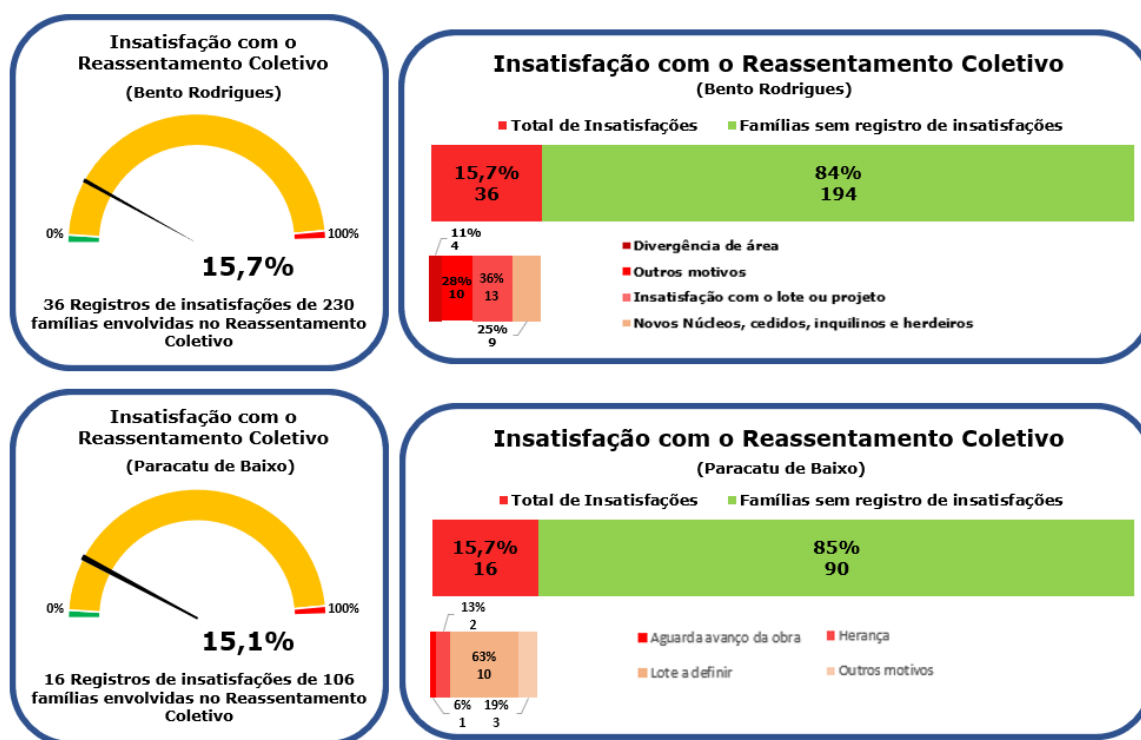
Nesse contexto, é importante ressaltar que o Alvará de Construção do reassentamento de Bento Rodrigues, emitido pela Prefeitura de Mariana em 01/08/2018, não permite qualquer alteração dos projetos e define como uma das condicionantes para a execução das obras que todos os projetos deverão ser respeitados e executados conforme aprovados. Portanto, uma vez que a Fundação Renova não apresentou documento emitido pela prefeitura autorizando tal intervenção e afirmou que “mudanças aleatórias” serão formalizadas na prefeitura apenas após a “estabilização do projeto”, o que se verifica é que a referida obra foi executada sem autorização do município, com claro descumprimento de condicionante estabelecida no Alvará de Construção.

No reassentamento de **Paracatu de Baixo**, nenhuma edificação foi construída e as obras estão concentradas na execução de infraestrutura de drenagem pluvial, contenções no acesso principal e terraplanagem. As obras no acesso principal do reassentamento estão sendo executadas há quase 2 anos, desde que foram emitidos o alvará e o licenciamento ambiental em junho/2019, e ainda assim não possuem previsão de término. Apenas na área da “trincheira”/acesso principal, foi realizada uma escavação de um volume da ordem de 200.000m³, o que exigiu estruturas de contenção de grandes proporções e a execução de 338 furos para instalação de grampos e tirantes. Na 51ª reunião da CT-Infra, não houve atualizações relevantes ou avanços significativos das obras neste reassentamento.

Os índices de insatisfação com os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estão em torno de 15%, conforme atualização realizada no mês de março de 2021, a partir de informações enviadas pela Fundação Renova à Ramboll em 12/03/2020 (GOV_5871_5872). Tais insatisfações, mapeadas pela Fundação Renova, foram categorizadas pela Ramboll como: divergência de área, outros motivos, insatisfação com o lote ou projeto, novos núcleos, cedidos, inquilinos e herdeiros (Bento Rodrigues), aguardando avanço de obra, lote a definir, herança e outros motivos (Paracatu de Baixo). A categoria “outros motivos” se refere às famílias que, em Bento Rodrigues: (i) não tiveram cadastro integrado concluído, (ii) aguardam a definição dos parâmetros de compensação; ou (iii) que tiveram divergências sobre indícios de edificações em construção; enquanto em Paracatu de Baixo, são de famílias que: (i) solicitaram alteração da modalidade de atendimento (sem cadastro integrado concluído), (ii) manifestaram insatisfação com o lote ou (iii) manifestaram discordância com o PIM.

Em comparação com os resultados anteriores, cujas insatisfações foram mapeadas em setembro de 2020, quando os índices de ambos os reassentamentos estavam entre 24 e 25%, observa-se uma redução das insatisfações. Uma causa possível dessa alteração pode estar associada a um aumento no número de famílias que migraram do reassentamento coletivo para o reassentamento familiar, uma vez que não tiveram suas insatisfações sanadas, deixando de ser contabilizadas no indicador. De setembro/2020 a março/2021, o número de famílias de Bento Rodrigues que optaram pelo reassentamento familiar ampliou de 46 para 57, enquanto em Paracatu de Baixo, a variação foi de 36 para 41, o que comprova tal hipótese.

Figura 2.8-05: Insatisfação com o Reassentamento Coletivo de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (março/2021).



A Cáritas, assessoria técnica independente dos atingidos de Mariana, encaminhou à Ramboll, em 31 de março de 2021, o "Relatório Técnico - Atraso na Reparação do Direito à Moradia", por meio do ofício OF/ACMG/037/2021. Conforme informado no ofício, o documento apresenta as considerações e insatisfações da população atingida de Mariana relacionadas ao atraso na entrega dos reassentamentos e reconstruções, cujo prazo final de entrega judicial se deu em 27 de fevereiro de 2021 e não foi cumprido. Este documento será analisado pela Ramboll e as considerações sobre seu conteúdo serão apresentadas no próximo relatório de monitoramento do PG08.

O reassentamento de **Gesteira**, por sua vez, ainda não tem data de início/término definida e está sendo tratado no âmbito do Eixo Prioritário nº 3, em processo que tramita na 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG. O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, revisado pela Fundação Renova, foi protocolado judicialmente em 20/05/2020. Na sequência, entre os meses de junho e julho de 2020, as empresas/Fundação Renova, as Instituições de Justiça subsidiadas pelos seus experts e a comissão de atingidos de Barra Longa com sua assessoria técnica AEDAS e o grupo de estudos GEPSA/UFOP, apresentaram suas considerações a respeito da versão do Plano Popular do Reassentamento Coletivo apresentada pelas empresas rés, assim como do sistema de abastecimento de água de Gesteira. O processo ficou parado por mais de 7 meses e o Juiz voltou a se manifestar sobre essa temática apenas em 09 de março de 2021, quando, por meio de Despacho (ID 470261980), intimou as partes a se manifestarem sobre: (i) a proposta do sistema de abastecimento de água apresentada pelas empresas rés e (ii) as considerações deduzidas pelas instituições de justiça (MPF, MP/MG, DPU e DPE/MG) a respeito do o Projeto Conceitual do Reassentamento de Gesteira. Além disso, em 24 de março de 2021, o juiz juntou ao processo (ID 488056422) as sentenças que homologou relativas a 23 Termos de Acordo das famílias de Gesteira que aderiram ao "Programa de Reassentamento Familiar" (carta de crédito), intimando também as partes a se manifestarem, uma vez que a alteração da modalidade de atendimento impacta diretamente na própria concepção do Reassentamento Coletivo de Gesteira.

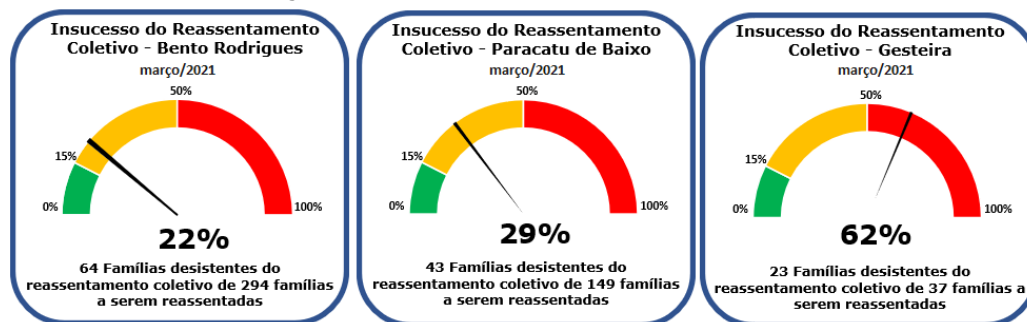
Em relação ao Programa de Reassentamento Familiar de Gesteira, o processo também está sendo conduzido pelo juiz da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, nos autos nº 1042050-07.2020.4.01.3800 (Reassentamento Familiar – Gesteira), o qual tornou-se parcialmente público apenas em outubro de 2020. Desde então, em um intervalo de 5 meses, enquanto o processo do Eixo 3 permaneceu parado, o juiz proferiu sentenças homologatórias a 23 Termos de Acordo para as famílias que migraram do

reassentamento coletivo para o familiar (carta de crédito). Dentre essas famílias, 1 já teve seu atendimento finalizado, com imóvel entregue e 2 já possuem contrato de compra e venda assinado, conforme reporte realizado pela Fundação Renova na 51ª reunião da CT-Infra.

Frente a essa situação, com a celeridade que ocorre a negociação judicial dos acordos de carta de crédito e a morosidade para a homologação do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, o número de famílias desistentes do reassentamento coletivo é cada vez maior. Até 19 de março de 2020, 62% das famílias que inicialmente manifestaram interesse pelo reassentamento coletivo de Gesteira já haviam migrado o atendimento para o reassentamento familiar (carta de crédito). Destaca-se que das 9 famílias cujos imóveis foram destruídos pela lama em Gesteira Velha, restam apenas 3 que ainda não abriram mão de suas casas no reassentamento coletivo; as demais aderiram a modalidade de carta de crédito. Com este cenário, torna-se necessária a readequação do projeto urbanístico (Plano Popular do Reassentamento Coletivo), uma vez que a versão elaborada pela comunidade contempla o total de 28 lotes e atualmente o número de famílias que desejam permanecer no reassentamento coletivo foi reduzido pela metade.

No caso dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o índice de desistência (insucesso) das famílias é um pouco menor, com respectivamente 22% e 29% das famílias desistentes dos reassentamentos coletivos, mas é algo que deve ser observado, principalmente pelo fato de ainda não haver qualquer perspectiva de conclusão dos reassentamentos por parte da Fundação Renova.

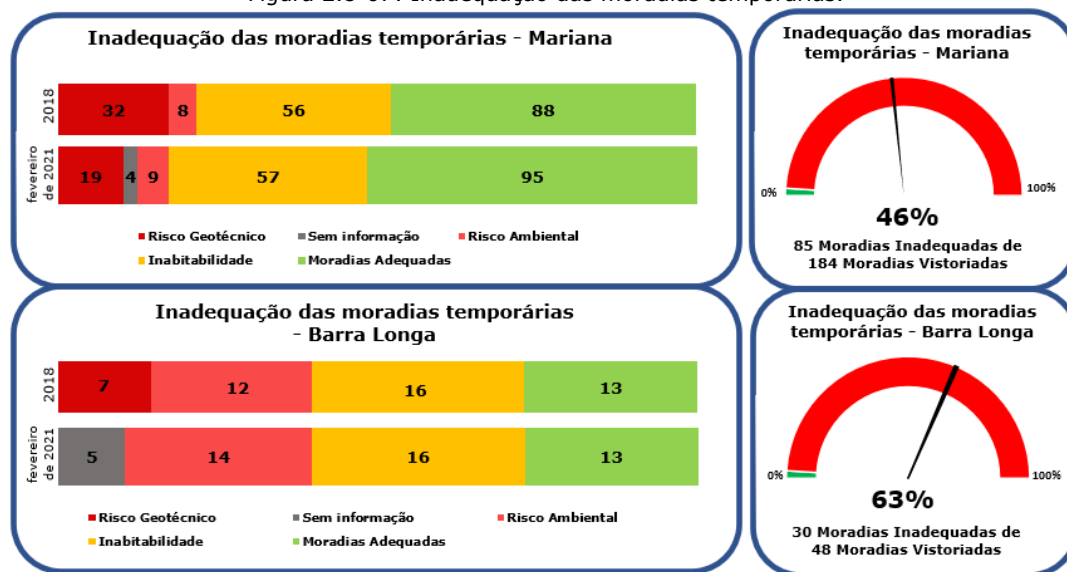
Figura 2.8-06: Insucesso do Reassentamento Coletivo



Com relação às moradias temporárias, ao comparar a base de dados disponibilizada pela Fundação Renova, datada de 21/10/2020, com aquela das moradias temporárias disponibilizadas no ano de 2018, verificou-se que em Barra Longa, 63% das moradias temporárias apresentam algum tipo de inadequação. Os imóveis inicialmente situados em área de risco geotécnico, mapeadas pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil, deixaram de ser alugados para essa finalidade, tendo sido realocadas todas as 7 famílias. Dessas, uma se mudou para um imóvel localizado em área de *Dam Break* (risco ambiental) e outra em área livre de riscos geotécnicos e ambientais. Não foi possível obter informações a respeito das demais 5 famílias, uma vez que seus nomes não constam na base de dados mais atualizada (out/20) da Fundação Renova.

Em Mariana, 19 famílias ainda permanecem residindo em áreas de risco geotécnico mapeadas pelo Plano Municipal de Redução de Riscos da Prefeitura de Mariana, 9 em área de risco ambiental e 57 com problemas de habitabilidade, totalizando 46% de moradias temporárias inadequadas, de 184 vistoriadas.

Figura 2.8-07: Inadequação das moradias temporárias.



2.9 PG009: Programa de Recuperação da UHE Risoleta – Candonga

O PG009 contempla as ações de recuperação para retomada das atividades da Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves (Candonga), sendo considerados os seguintes projetos principais em atendimento às cláusulas 79, 80 e 150 do TTAC, apresentados na Tabela 2.9-01 a seguir.

Tabela 2.9-01 –Principais ações do PG09.

Projetos	Status
Dragagem (remoção de sedimentos / desassoreamento) do reservatório da usina	As atividades de dragagem estão paralisadas desde julho de 2018.
Construção e manutenção dos barramentos A, B e C para contenção de sedimentos	Os barramentos estão mantidos no Rio Doce e estáveis. Fonte: Samarco - 51ª reunião da CT-GRSA de 09/02/20.
Implantação de Setores (áreas implantadas às margens do reservatório para recebimento dos sedimentos dragados no período emergencial)	O descomissionamento dos Setores depende de definições do processo de licenciamento. Os Setores 1, 4 e 5 estão nas margens do lago da UHE Risoleta Neves e serão enviados para Fazenda Floresta. Já os Setores 3, 6, 8 estão finalizados com o material confinado nas margens, porém a decisão de remoção está indefinida. Isso será decidido após a avaliação do recurso administrativo encaminhado pela Fundação Renova à SEMAD.
Licenciamento , construção e implantação de área de estocagem de rejeitos na área da Fazenda Floresta	A licença foi emitida sem efeitos pois a Fundação Renova/Samarco precisa solicitar a anuência dos órgãos de patrimônio histórico IEPHA e IPHAN que estão em andamento.
Recuperação das unidades geradoras da UHE Risoleta Neves	A limpeza e recuperação das unidades geradoras não foram finalizadas.
Recuperação de margens do reservatório da usina	Existiam 79 pontos de margens a serem recuperados. Faltam 30 pontos sendo que 5 destes dependem da licença entrar em vigor. Fonte: Samarco - 52ª reunião da CT-GRSA de 23/03/2021.

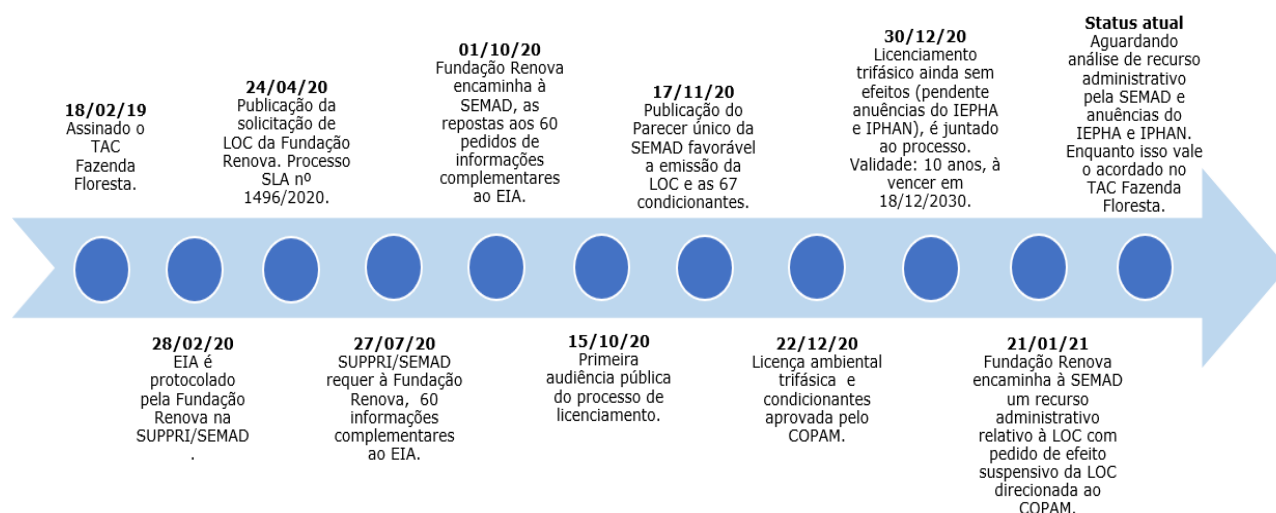
A UHE Risoleta Neves está com suas atividades paralisadas desde o desastre, em novembro de 2015. O orçamento apresentado pela Fundação Renova para 2021 considera a aplicação de R\$ 202,4 milhões na área do PG09. O indicador INFRA.09.01 – Desempenho do investimento no programa, acompanha a performance financeira do PG09 e indica que o valor gasto até o momento é de 1,3 vezes o valor investido originalmente para construção da UHE Risoleta Neves, com valores corrigidos para os dias atuais.

A Samarco e a Fundação Renova assinaram um termo de cooperação referente às responsabilidades do PG09 em 02/11/2020, informação que foi reafirmada na 67ª Reunião Ordinária da CMI (Câmara de Atividades Minerárias) do COPAM (Conselho Estadual de Política ambiental), em 18/12/2020. Assim, a

Fundação Renova continua responsável pelo PG09 dentro do sistema CIF, e, em parceria, a Samarco executará tanto as ações quanto as condicionantes que foram decididas no licenciamento ambiental.

Após o rompimento da barragem de Fundão, várias obras emergenciais foram realizadas no entorno da UHE Risoleta Neves, a fim de conter e dispor os rejeitos depositados nesta área. Atualmente, esta área passa por um processo de licenciamento ambiental corretivo (LOC) para regularização ambiental das obras realizadas no período emergencial e disposição adequada dos rejeitos. A Figura 2.9-01 resume o histórico de acontecimentos relacionados ao processo de licenciamento ambiental.

Figura 2.9.01 – Principais marcos do Processo de Licenciamento na área do PG09.



O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi requerido para o processo de licenciamento corretivo. A Tabela 2.9-02 apresenta um compilado dos cenários propostos pelo EIA/RIMA.

Tabela 2.9-02: Cenários do EIA/RIMA.

		Dragagem	Setores	Margens do lago da UHE	Barramentos A, B e C	Unidades Geradoras (UGs)
Cenário 1	Escolha da SUPPRI/SEMAD	Remoção total: Aporte natural estimado no retorno da dragagem + 9,6 milhões de m ³ de rejeitos/sedimentos	Remoção total dos setores (775.300 m ³)	Recuperação das margens	Remoção dos barramentos	Limpeza e Recuperação das UGs da UHE
Cenário 2	-	Remoção parcial dos sedimentos nos 400 m à montante da barragem da UHE (6,4 Milhões de m ³ de rejeitos/sedimentos)	Remoção dos setores 1, 4, 5, aterro provisório e experimental (388.729 m ³). Permanência dos setores 3, 6 e 8 (386.571m ³)	Recuperação das margens	Permanência dos barramentos	Limpeza e Recuperação das UGs da UHE
Cenário 3	Escolha do EIA (Agroflor/ Fundação Renova)	Remoção parcial dos sedimentos nos 60 m à montante da barragem da UHE (127 mil m ³ de rejeitos/sedimentos)	Remoção dos setores 1, 4, 5, aterro provisório e experimental (388.729 m ³). Permanência dos setores 3, 6 e 8 (386.571 m ³)	Recuperação das margens	Permanência dos barramentos	Limpeza e Recuperação das UGs da UHE

O cenário 3 foi proposto como a alternativa ambiental mais adequada pelo EIA, com a dragagem de um volume de 127.000 m³ de rejeitos/sedimentos, apenas na região 60 m a montante do barramento da UHE. Neste cenário está prevista a permanência dos barramentos A, B e C e a retirada dos rejeitos dos setores 1, 4 e 5, representando cerca de 290.729 m³. No total, somando os volumes dos aterros, o cenário 3 prevê a retirada de 902.300 m³ de rejeitos. Já a SUPPRI/SEMAD apresentou o Parecer Único PU nº 1496/2020, na avaliação dos cenários do EIA, que optou pelo Cenário 1, correspondendo à dragagem total do rejeito aportado no reservatório e setores, em torno de 10.375.300 m³ de rejeitos, escolha de cenário que se opõe à escolha do Cenário 3, opção selecionada pela equipe do EIA. A equipe técnica da SUPPRI/SEMAD indicou que as operações deverão ser iniciadas conforme projeto conceitual de dragagem apresentado no Cenário 3, mas que o empreendedor terá 12 meses para adequar o projeto executivo considerando o Cenário 1. Sendo assim, até que seja apresentado novo projeto executivo do Cenário 1, será implantado o Cenário 3. Em adição a isto, na 52ª reunião da CT-GRSA, realizada em 23/03/2021, a

Samarco ressaltou que enquanto a licença emitida não apresenta efeitos, é mantido o acordado entre Fundação Renova, SEMAD e Prefeitura de Rio Doce, no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Fazenda Floresta.

A licença foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 22 de dezembro de 2020. Entretanto a licença foi emitida sem efeitos pois a Fundação Renova/Samarco precisa solicitar anuência dos órgãos de patrimônio histórico, IEPHA e IPHAN. De acordo com o art. 26 do Decreto 47.383/2018, até a apresentação, pelo empreendedor, da manifestação dos órgãos intervenientes, a licença deverá ser emitida sem efeito:

Art. 26 – Os órgãos e entidades públicas a que se refere o art. 27 da Lei nº 21.972, de 2016, poderão manifestar-se quanto ao objeto do processo de licenciamento ambiental, de maneira não vinculante, no prazo de **cento e vinte dias**, contados da data em que o empreendedor formalizar, junto aos referidos órgãos e entidades intervenientes, as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções.

§ 1º – A não vinculação a que se refere o caput implica a continuidade e a conclusão da análise do processo de licenciamento ambiental, com a eventual emissão de licença ambiental, após o término do prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo das ações de competência dos referidos órgãos e entidades públicas intervenientes em face do empreendedor.

§ 2º – A licença ambiental emitida não produzirá efeitos até que o empreendedor obtenha a manifestação dos órgãos ou entidades públicas intervenientes, o que deverá estar expresso no certificado de licença.

§ 3º – Caso as manifestações dos órgãos ou entidades públicas intervenientes importem em alteração no projeto ou em critérios avaliados no licenciamento ambiental, a licença emitida será suspensa e o processo de licenciamento ambiental será encaminhado para nova análise e decisão pela autoridade competente.

§ 4º – A critério do órgão ambiental licenciador, a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes poderá ser exigida como requisito para formalização do processo de licenciamento ambiental ou para seu prosseguimento, hipótese essa em que o empreendedor deverá protocolizar, junto ao órgão licenciador, a decisão do órgão ou entidade pública interveniente, no prazo máximo de **trinta dias**, contados do recebimento da manifestação.

Em suma, após a solicitação de anuência por parte do empreendedor e a apresentação de informações e documentos necessários para avaliação das intervenções, os órgãos e entidades intervenientes (IEPHA e IPHAN) têm o prazo de 120 dias para manifestarem. Após a manifestação, o órgão licenciador poderá solicitar ao empreendedor a protocolização da decisão dos órgãos intervenientes em até 30 dias. Entretanto, na 52ª reunião da CT-GRSA, a Samarco informou que o prazo final de manifestação do IEPHA seria janeiro de 2022. A Samarco acredita que esse prazo se antecipe pois não há bem acautelado fora os da licença, além de ser interesse dos municípios a agilidade desta anuência.

Sobre o status dos pedidos de anuência, a Samarco informou na 52ª reunião da CT-GRSA, que ainda não houve pedido no IEPHA. De acordo com a Samarco, os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado possuem bens acautelados abarcados na licença: o barramento da UHE e a Fazenda Floresta. Em fevereiro a Samarco encaminhou estudos para estes municípios e Ponte Nova. Posteriormente, os municípios avaliam os estudos e elaboram o parecer técnico demonstrando se há ou não impacto e se estão ou não de acordo com os estudos apresentados pelas empresas. Em seguida os pareceres dos municípios são encaminhados ao IEPHA, conselho de patrimônio, para validação. Já com relação ao IPHAN, a Samarco avaliou que possuem uma anuência anterior para cerca de 95% da área de todo projeto. Sendo assim, contrataram um arqueólogo para emitir um laudo referente as áreas que não foram alvo da anuência anterior do IPHAN dada à Fundação Renova. Este laudo está previsto de ser concluído em abril de 2021. A partir desse laudo, a Samarco irá contactar o IPHAN para avaliar se há a necessidade de uma nova anuência.

Em adição a isto, a Samarco informou na 52ª reunião da CT-GRSA que o nome do empreendedor do licenciamento está sendo trocado de Fundação Renova para a Samarco. O prazo de cumprimento das condicionantes é contado a partir da data que a licença passa a ter efeito.

Em 21 janeiro de 2021, a Fundação Renova protocolou um recurso administrativo na SUPPRI/SEMAD solicitando a reavaliação do cenário do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) adotado na licença e

condicionantes emitidas. Posto isto, no dia 03/03/2021, a Samarco, Vale e BHP, denominadas “empresas”, informaram ao Juiz Federal da 12ª Vara Federal, através do processo nº 1000406-84.2020.4.01.3800, ID 435461436, que encaminharam o recurso administrativo, em que solicitaram à SUPPRI/SEMAD que:

- i. A CMI opte pela adoção do cenário 3, invés do cenário 1 proposto pela SUPPRI/SEMAD;
- ii. A CMI exclua 36 das 67 condicionantes definidas na LOC e
- iii. A CMI modifique 3 condicionantes.

Sucessivamente, a Fundação Renova solicitou que, caso seja mantida a decisão anterior da CMI a favor do estabelecido pela SUPPRI/SEMAD, este recurso seja submetido à Câmara Normativa e Recursal (CNR), órgão diretamente superior a CMI.

Na Decisão ID 151060847 proferida pelo juízo, em 23 de janeiro de 2020, ficou definido que nos itens 2 a 5 do eixo prioritário 5, as empresas rés teriam o prazo de 10 dias após a aprovação do EIA/RIMA para:

- Item 2 - apresentação de cronogramas e projetos executivos definitivos das atividades de dragagem;
- Item 3 – apresentação do contrato com empresa terceira para executar a dragagem;
- Item 4 - apresentar Cronograma Físico-Financeiro e o Plano de Obras para a infraestrutura da UHE Risoleta Neves;
- Item 5 – apresentar contrato assinado com a empresa que executará a construção da infraestrutura da Fazenda Floresta.

Dessa forma, em 03 de fevereiro de 2021, através da ID 435461436, as empresas¹⁶ e a Fundação Renova consideraram a decisão da LOC, que optou pelo cenário 1, como inexecutável e inexigível. Em sua argumentação, a Fundação Renova e as empresas relatam que não é possível cumprir o prazo estipulado de 10 dias para execução dos itens 2 a 5 e condicionantes 02 e 38. A condicionante 02 da LOC, solicita que seja apresentado projeto e cronograma executivo da dragagem e disposição dos 9,6 Mm³ de rejeitos do reservatório da UHE Risoleta Neves, conforme Cenário 1, o qual a Samarco informou na 52ª reunião da CT-GRSA que já está iniciado. Já a condicionante 38 da LOC estabelece que a dragagem e a disposição do material somente poderão ocorrer após a caracterização do material, conforme a Resolução CONAMA 454/2012. O plano de amostragem e caracterização dos sedimentos/rejeitos depositados no reservatório, atendendo à Resolução CONAMA 454/2021, foi protocolado na SEMAD em 21/01/2021. No momento, a SEMAD está avaliando o plano que foi feito com base no cenário 1. A execução do Plano de Amostragem, uma vez aprovado pela SUPPRI/SEMAD, está prevista pela Fundação Renova para ocorrer durante 8 meses. De acordo com a Samarco, na 52ª reunião da CT-GRSA, é necessária a caracterização do material a ser dragado para orientar como esse material poderá ou não ser disposto e retomar as atividades de dragagem, que estão paralisadas desde julho de 2018.

Durante a 51ª CT-GRSA, de 09/02/21, a Samarco apresentou informações sobre os barramentos A, B e C que possuem sensores angulares SAT, utilizados para verificar a estabilidade deles. Segundo a Samarco, as estruturas estão estáveis. Na 52ª reunião da CT-GRSA, de 23/03/21, a Samarco informou que estão sendo feitas sondagens rotativas nas rochas presentes na fundação da UHE, para auxiliar na avaliação da estabilidade do barramento da UHE. Foi informado nesta reunião que outros estudos relacionados a UHE estão sendo realizados, como estudos hidrossedimentológico e de vazão.

Foi também informado que na área do PG09 estão previstas, para o ano de 2021, as seguintes ações com base no TAC Fazenda Floresta:

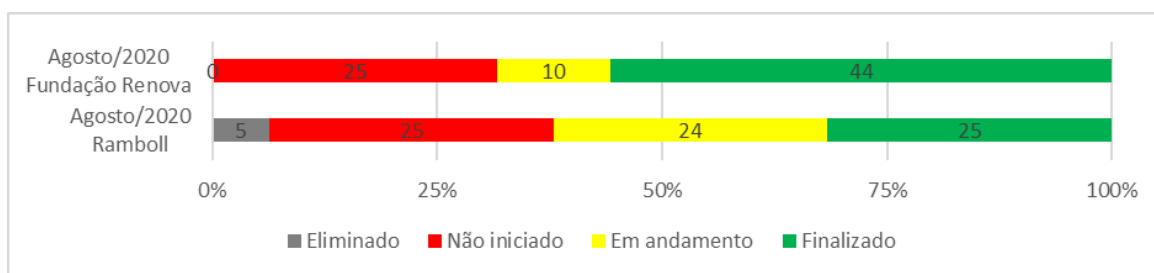
- (i) Setor 4: Elaboração do projeto de descomissionamento e estudos de estabilidade. Em relação à estabilidade, atualmente é feito o monitoramento de rotina e da instrumentação do setor 4;
- (ii) Execução do bueiro do Córrego dos Borges;
- (iii) Continuidade das obras para recuperação dos pontos de margens;
- (iv) Manutenção dos acessos;
- (v) Continuidade das obras compensatórias.

¹⁶ Samarco, Vale e BHP Billinton

No dia 22/03/21, ocorreu uma reunião com o objetivo de esclarecer questões técnicas e de caracterização do rejeito depositado no reservatório da UHE. A ideia é que este material seja utilizado para o desenvolvimento de tecnologias empregadas no programa da Aceleradora de Negócios de Impactos Socioambientais. Este material foi coletado em 2018 e avaliado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que o classificaram como particulado fino (rejeito arenoso, lama, solo e matéria orgânica) com presença principal de óxido de silício (60% de SiO_2), óxido de ferro (32% de Fe_2O_3) e alumínio (Al). O resíduo foi classificado como não perigoso, não inerte, não corrosivo, não reativo e não tóxico. A Startup GEECO apresentou que os valores de resistência do geopolímero estão acima dos exigidos pela norma e que o desafio é a segurança do produto. Nos estudos feitos para caracterização do rejeito da UHE, utilizou-se como referência a NBR 10.004, porém não se sabe ainda qual teste irá garantir a segurança do material utilizado. Há incertezas sobre a toxicidade da associação deste material com compostos de concreto, pH alcalino, entre outros. Na reunião foi sugerida a utilização do Anexo C para definir a toxicidade do rejeito.

As obras de recuperação dos pontos de margens, foram vistoriadas pela Ramboll em agosto de 2020. As vistorias da Ramboll seguem um protocolo específico para avaliar erosões, adequação e efetividade da solução implementada perante o projeto proposto e cronograma. Assim os 79 pontos onde existem ações da Fundação Renova são classificados em “Finalizados”, “Em andamento” (inclui pontos já finalizados que demandam retrabalhos ou manutenção), “Não Iniciados” e “Eliminados” (foi prevista intervenção, mas não efetivamente implementada por conta de regeneração natural ou outras questões). A Figura 2.9-02 apresenta os resultados deste indicador até o final da estação seca de 2020.

Figura 2.9-02: Situação da recuperação dos 79 pontos das margens do lago da UHE Risoleta Neves.



Cabe notar que o número de pontos classificados como “Em Andamento” pela Ramboll é superior ao que é considerado pela Fundação Renova. Consequentemente, o número de pontos “Finalizados” é menor, pois alguns pontos necessitam de manutenção das erosões e replantio de vegetação. De acordo com a Samarco, na 52ª reunião da CT-GRSA de 23/03/21, dos 79 pontos de margens a serem recuperados, faltam 30, sendo que 5 pontos dependem de liberação da licença para supressão de vegetação. Os demais pontos já podem ser recuperados.

2.10 PG010: Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga

Na 51ª Reunião Ordinária da CT-Infra, realizada em 15 de março de 2021, a Fundação Renova apresentou o status das obras previstas no planejamento do PG10 para 2021. A obra de Reconstrução do Parque de Exposições de Barra Longa continua em andamento, com avanço real de 59% e a previsão de conclusão passou de julho para agosto de 2021 (mais precisamente 13/08/2021), conforme informado pela Fundação Renova. Até a primeira quinzena de março/2021 estavam em execução nessa obra: alvenaria e chapisco no edifício sede, reboco das paredes do galpão 1 e a instalação de *brise* metálico e gradil no estábulo. Continuam em andamento as obras de manutenção em vias pavimentadas e não pavimentadas. A Fundação Renova apresentou o Projeto da Escola de Gesteira aprovado pela Prefeitura. Ainda não foram iniciadas as obras de reconstrução de pontes em Mariana e Barra Longa; dos campos de futebol em Barra Longa (Rodoviários), Ponte do Gama e Pedras; e de drenagem da Rua Capitão Manoel Carneiro X Rua 1º de Janeiro (não foi definida nova data junto à Prefeitura de Barra Longa).

Os indicadores referentes a adequação das intervenções em acessos pavimentados e não pavimentados, bem como adequação das intervenções em pontes de cabo de aço e pontes, permanecem

sem alteração em relação ao relatório anterior já que as vistorias de campo são quadrimestrais, sendo a última realizada nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021 em 70 intervenções localizadas em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Outras intervenções relacionadas às reformas e reconstruções de edificações não foram vistoriadas, pois são itens judicializados (Eixo Prioritário nº 4) e não contabilizados no escopo do PG10 – segundo informações dos representantes da Fundação Renova. Assim, os dados obtidos foram compilados no Quadro 2.10-01, a seguir.

Quadro 2.10-01: Itens vistoriados, indicados com o status “concluído” pela Fundação Renova.

DATA DA ATUALIZAÇÃO: fevereiro/2021		ITENS COM STATUS "CONCLUÍDO" INFORMADO PELA FUNDAÇÃO RENOVA									
		RECUPERAÇÃO DE ACESSOS				RECONSTRUÇÃO DE PONTES				Total Geral ⁽³⁾	
		ACESSO NÃO PAVIMENTADO		ACESSO PAVIMENTADO		PONTE		PONTE DE CABO DE AÇO			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
STATUS VERIFICADO IN LOCO	Concluído	14	33%	3	43%	5	45%	0	0%	22	31%
	Em andamento	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	N/A ⁽¹⁾	4	9%	3	43%	1	9%	0	0%	8	11%
	Não Concluído ⁽²⁾	25	58%	1	14%	5	45%	9	100%	40	57%
	Total geral	43	100%	7	100%	11	100%	9	100%	70	100%

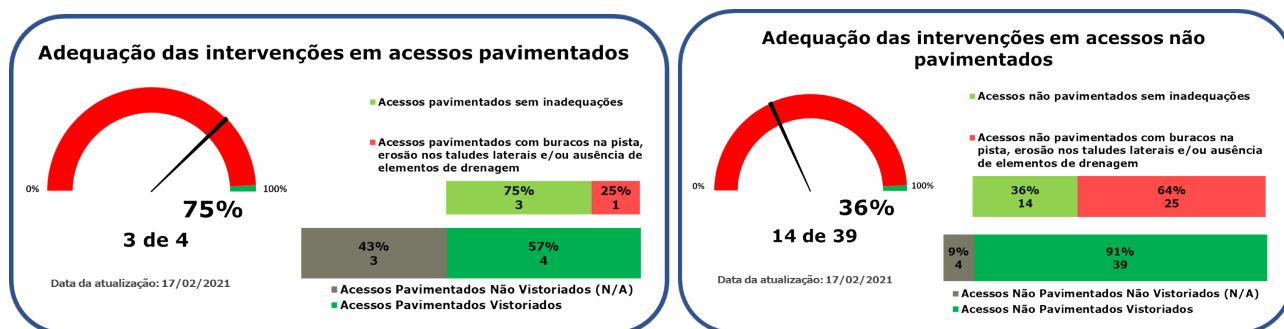
⁽¹⁾ O status "N/A" se refere aos itens cujos endereços não foram encontrados, ou quando o item possui cadastro em duplicidade, ou quando as coordenadas geográficas informadas não correspondem à intervenção indicada.

⁽²⁾ O status "Não concluído" dos itens de recuperação de acessos se referem às vias com buracos na pista, erosão nos taludes laterais e/ou ausência de elementos de drenagem. Já com relação aos itens de reconstrução de ponte, são aqueles que apresentam problemas no tabuleiro (buracos ou apodrecimento das madeiras do tabuleiro, madeiras sem tratamento adequado), no engate da ponte com a via de acesso e/ou guarda corpo baixo/danificado.

⁽³⁾ Os 70 itens apresentados nesta tabela se tratam apenas daqueles cujos dados fornecidos pela Fundação Renova possibilitaram sua espacialização. Todos os 70 itens foram indicados com o status "concluído" pela Fundação Renova.

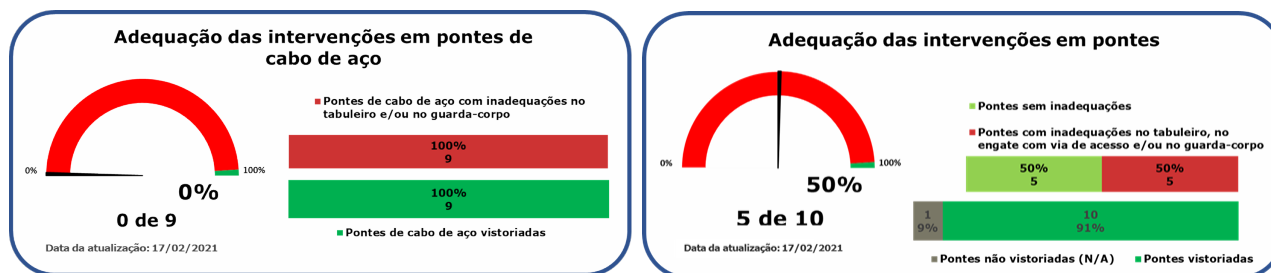
Comparando os dados da penúltima vistoria (outubro de 2020) com última de fevereiro/2021, verificou-se que o percentual de adequações dos acessos pavimentados passou de 50% para 75% e houve uma diminuição de 59% para 36% nas adequações dos acessos não pavimentados, conforme indicado nos gráficos a seguir.

Figura 2.10-01: Adequação das intervenções em acessos pavimentados e não pavimentados (fevereiro de 2021).



Com relação às pontes de cabo de aço, o indicador não se alterou desde outubro/2020 e permaneceu em 0% de adequação em fevereiro/2021 (última vistoria). De todas as pontes de cabo de aço executadas pela Fundação Renova e dadas como “concluídas”, nenhuma está adequada e em algumas delas, as estruturas de madeira danificadas continuam na mesma situação, senão piores. Todas essas pontes possuem guarda-corpo baixo, comprometendo a segurança dos usuários. Nas pontes de cabo de aço localizadas na “fazenda Gualaxo – Marco Mol” e na “Fazenda Sr. Clodoaldo Cerceau”, os proprietários instalaram um portão nos acessos em um dos lados da ponte para evitar a circulação de pessoas desconhecidas. Nas demais pontes vistoriadas, houve um aumento de 40% para 50% naquelas que não apresentam inadequações.

Figura 2.10-02: Adequação das intervenções em pontes de cabo de aço e pontes (fevereiro de 2021).



Sobre o Eixo Prioritário nº 4/ACP Linhares (Infraestrutura e Desenvolvimento), que trata das trincas e demais patologias nos imóveis, foram disponibilizados pelo perito do juízo no mês de março de 2021 os seguintes documentos:

- **148 laudos periciais elaborados para os imóveis vistoriados nos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova (MG).** A análise dos documentos apresentados pelo perito permitiu verificar que 61% dos laudos foram indicados com “nexo inexistente”, 38% com “nexo causal indireto”, ou seja, houve o reconhecimento de que os danos nos imóveis apresentam relação com ações, atividades de reparação e/ou serviços emergenciais realizados pela Fundação Renova e empresas terceirizadas, em função do rompimento da barragem de Fundão, logo são previstas intervenções para reformas dos imóveis. E 1% teve indicação de “nexo causal direto”, uma vez que o imóvel foi atingido diretamente pela lama;
- **Relatório com os esclarecimentos solicitados pelo juízo e as repostas para as manifestações apresentadas pelas partes interessadas** sobre os laudos emitidos para os imóveis vistoriados em Linhares, Fazenda Guararema e Sooretama, no Espírito Santo;
- **12 laudos revisados referentes aos imóveis periciados no Espírito Santo**, constando o acolhimento de quesitos apresentados pelo MPF/Ramboll, dentre os quais, dois laudos tiveram nexo causal alterado de “inconclusivo” para “indireto”;
- **Laudo Complementar do Perito do Juízo - Anexo A11078 - João Pereira de Souza, Wesley Bravim dos Santos e Jean Luiz Silvana Papadimitriou**, o qual avalia o imóvel que sofreu desabamento e o impacto dessa ocorrência em duas edificações lindeiras, localizadas na Rua Beira Rio em Linhares/ES. Destaca-se que os três imóveis já haviam sido objeto de vistoria do perito no mês de maio/2020, com laudos periciais emitidos (A11010, A11020 e A11024), cujas conclusões apontaram pela existência de nexo causal indireto. O referido Laudo Complementar apresentou os serviços e orçamentos adicionais, necessários para a reparação dos danos nas três residências, ocasionados após o desabamento do imóvel do Sr. João Pereira de Souza;

O Quadro a seguir sintetiza as conclusões da perícia para os imóveis já vistoriados nos municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Quadro 2.10-02: Conclusão das vistorias periciais nos imóveis relacionados ao Eixo 4/ACP Linhares

	NEXO CAUSAL									
	DIRETO		INDIRETO		INEXISTENTE		INCONCLUSIVO*		TOTAL	
ESPÍRITO SANTO	-	-	127	86%	10	7%	10	7%	147	100%
LINHARES	-	-	54 **	37%	3	2%	2 **	1%	59	40%
FAZENDA GUARAREMA	-	-	4 **	3%	6	4%	8 **	5%	18	12%
SOORETAMA	-	-	69	47%	1	1%	-	-	70	48%
MINAS GERAIS	1	1%	56	38%	91	61%	-	-	148	100%
RIO DOCE	-	-	29	20%	61	41%	-	-	90	61%
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	-	-	26	18%	28	19%	-	-	54	36%
PONTE NOVA	1	1%	1	1%	2	1%	-	-	4	3%

* De acordo com o perito do juízo, o nexo causal indicado como inconclusivo se refere aos laudos em que “não foi possível realizar o objeto de perícia”.

** Números atualizados, considerando a revisão realizada pelo perito do juízo nos laudos disponibilizados nos autos do processo do Eixo 4/ACP Linhares em 10/03/2021.

As vistorias periciais dos imóveis do território de Rio Doce, cujos laudos foram disponibilizados em março de 2021, tiveram início em setembro de 2020, juntamente com as vistorias nos imóveis localizados em Monsenhor Horta (Mariana/MG), porém tais laudos ainda não foram emitidos e não constam informações no processo acerca da conclusão ou da continuidade das atividades periciais neste território.

Por outro lado, em Barra Longa/MG, o perito anunciou que suas atividades seriam iniciadas em 22 de março de 2021, com entrevista socioeconômica realizada de forma virtual. A primeira entrevista seria realizada com o Padre Rodrigo, representante da Igreja Matriz de São José de Botas. As vistorias foram reprogramadas em função do agravamento da pandemia e as novas datas ainda não foram comunicadas.

Destaca-se ainda os resultados da análise comparativa realizada entre os Bancos de Dados do PG10 de 2018 (revisão 12), 2020 (revisão 13) e a lista de imóveis incluídos no Eixo 4 (objeto de decisões judiciais da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG), para confirmar se os itens suprimidos do banco de dados atual realmente constam na lista do Eixo 4 e, caso contrário, verificar quais intervenções foram retiradas do planejamento de obras do programa, sem qualquer justificativa. O Banco de Dados é um documento que enumera todo o escopo do programa e indica o status das intervenções (concluído, em andamento, não iniciado, paralisado). Observa-se que o banco de dados de 2018 possuía 1.752 intervenções no total, sendo que foram suprimidos 1.279 itens e restaram 759 itens no banco de dados de 2020. Segundo a Fundação Renova, esses itens foram retirados do escopo do programa devido à judicialização do Eixo 4 e somente serão reinseridos no Banco de Dados após proferida a decisão judicial determinando o tipo de intervenção a ser realizada.

Quadro 2.10-03: Resultados da análise comparativa entre o Banco de dados do PG10 (2018 e 2020) e a lista do Eixo 4 (judicializado).

		Nº de cadastros	(%)
Itens judicializados		395	63%
Itens não judicializados	Mantidos no Banco de Dados PG10 (2020)	9	2%
	Excluídos do Banco de Dados PG10 (2020)	219	35%
Total		623	100%

Ressalta-se que o resultado dessa análise comparativa preliminar, indicado a seguir, é impreciso visto que foram verificadas muitas inconsistências nas informações dos Bancos de Dados do PG10 elaborado pela Fundação Renova e na Lista de imóveis do Eixo 4, tais como dados duplicados, endereços incompletos e nome de proprietários/atingidos divergentes entre um documento e outro. Nota-se que de um universo de estudo com 623 itens constantes no Banco de Dados do PG10 de 2018, 395 (63%) foram contemplados na lista do Eixo 4, o que justifica a não inclusão desses itens no planejamento de obras da Fundação Renova.

Porém, dos 228 itens restantes, verifica-se que apenas 9 (2%) intervenções permanecem no Banco de Dados atual e 219 (35%) foram excluídos, sendo desconsiderados do escopo da reparação por algum motivo ainda não justificado, o que requer verificação e esclarecimento por parte da Fundação Renova.

2.11 PG011: Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar

Nesses meses, com aulas presenciais suspensas, as principais atividades da CT-ECLET com relação aos seus Programas foram voltadas à entrega de novas propostas para o processo de Revisão dos Programas.¹⁷ Com relação aos projetos do PG11 estão sendo propostas mudanças de concepção, cronograma e abrangência. Houve assim várias reuniões do GT-11, tanto internas quanto com

¹⁷ Conforme Deliberação CIF 465.

representantes das Secretarias Municipais de Mariana e Barra Longa, das Superintendências Regionais de Educação e de técnicos da Fundação Renova.

Diante das mudanças em curso no Programa, das alterações devidas à pandemia e da chegada de novas equipes nas prefeituras, os indicadores de monitoramento anteriormente usados não se aplicam, devendo ser revistos assim que houver nova deliberação do CIF sobre novo escopo do Programa 11, o que deve ocorrer em junho/2021.

Manutenção das escolas: Não foi ainda revertida a decisão da Fundação Renova quanto à reparação dos dois prédios escolares situados na sede do município de Barra Longa, sob a alegação que esses reparos são da competência da área de Infraestrutura, estando sujeitos a judicialização (Eixo 4). Porém, além de prejudicar as comunidades escolares com relação às quais há uma obrigação de apoio pedagógico, tais prédios são imóveis inventariados¹⁸ devendo, portanto, ser contemplados também pelo Programa 12 (Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural), conforme reiterado no Ofício 03/2021 da CT-ECLET e seu anexo¹⁹. Quanto à EM Gustavo Capanema, de Gesteira, o processo foi judicializado no contexto do reassentamento como um todo; e, segundo representante da Renova, “a escola vai ser reparada, mas não se sabe se esta vai ser usada depois, ou se vai ter outra”²⁰.

Processo de reintegração das comunidades escolares nos reassentamentos: a obra da escola de Nova Bento acaba em março; mas a comunidade escolar não pode mudar para ela antes que uma parte significativa de casas ali tenha sido entregue. Neste meio-tempo, estão planejadas ações de acompanhamento, aproximando a comunidade escolar para que, quando houver mudança, todos estejam mais familiarizados com o novo prédio. Quanto às escolas do reassentamento de Paracatu de Baixo, as obras ainda estão na fase de montagem da estrutura das escolas de ensino fundamental e infantil²¹. Uma liderança dos atingidos relatou à Ramboll que se for mantido o ritmo atual, a conclusão das obras deve demorar pelo menos 3 anos. Até lá, os alunos continuam frequentando a escola provisória no centro urbano de Mariana, da mesma forma que os alunos de Bento Rodrigues.

Projeto de apoio pedagógico: foi implementado nas escolas municipais de Mariana (53% do total previsto de escolas a serem atendidas neste projeto), na forma de um processo participativo para a construção dos respectivos Planos Político Pedagógicos (PPP), prevendo-se sua conclusão para o final de 2021. A Fundação Renova está propondo, na revisão deste PG11, que o apoio pedagógico às escolas estaduais de Mariana e Barra Longa e às escolas municipais de Barra Longa seja realizado como interface entre o PG11 e o PG33 por meio da formação dos educadores dessas escolas em processos a cargo da UFOP e da UFMG. Para tanto, foi proposto²² que sejam ouvidas as Superintendências Regionais de Ensino²³ responsáveis pelas escolas estaduais, as secretarias municipais de educação de Mariana e Barra Longa e as equipes gestoras dessas escolas, destacando-se a dificuldade extrema de alunos e até educadores de Barra Longa em ter acesso ao ensino remoto, o que dificulta atividades de apoio pedagógico.

Quanto ao apoio ao Programa de Educação em Tempo Integral em Mariana, a atual gestão municipal²⁴ deseja retomá-lo para: (a) planejar a possibilidade financeira e estrutural; (b) sensibilizar escolas e comunidades; (c) esclarecer as famílias sobre o que seria “tempo integral” em casa; (d) identificar alunos que desejam participar do tempo integral; (e) propor possível trabalho híbrido nas escolas (presencial e *on line*).

Projeto de atendimento psicopedagógico: sobre o atendimento *stricto sensu* do tipo clínico, a Fundação Renova considera ser sua obrigação somente os alunos das escolas temporárias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, assim como os egressos das escolas destruídas em 2015 que foram para outras unidades escolares; e finalizou, em março de 2021, a contratação de empresa que deverá oferecer

¹⁸ Previsto na Cláusula 93 do TTAC e aprovado pela Deliberação CIF nº 390/2020) - Informação disponível em <https://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/administracao/secretarias-municipais/cultura-esporte-lazer-e-turismo>

¹⁹ OF-CT-ECLET nº 03/2021 Belo Horizonte, 4 de março de 2021, em cujo anexo, no item sobre “PATRIMÔNIO INVENTARIADO/ATUALIZADO” às páginas 8 e 11 constam os respectivos prédios.

²⁰ Informação oferecida por técnica da Fundação Renova, em reunião do GT-11 realizada em 08/março/2021.

²¹ Panorama da Obra – Edição 17 (Álbum de Fotos do Reassentamento de Paracatu de Baixo)

²² Sugestão encaminhada pelo GT-11 em reunião realizada em 04/03/2021 com a Fundação Renova e as Superintendências Regionais de Educação.

²³ A representante da Superintendência Regional de Educação de Ponte Nova informou, nessa reunião do GT-11 de 04/03/2021, que tem tido dificuldade na interlocução com a Fundação Renova e em acompanhar esse PG11 nas duas escolas de Barra Longa devido a muitas demandas que possui; mas considera os projetos de grande importância para o município e, se forem bem sucedidos, poderá estender algo similar a outras escolas sob sua jurisdição, pois para o PG33 as escolas de 10 municípios da SRE de Ponte Nova serão contempladas.

²⁴ Conforme relatado pela Secretária de Educação de Mariana, na reunião da 42ª CT-ECLET, sessão aberta de 26/março/2021

às demais escolas de Mariana e Barra Longa apoio psicopedagógico de natureza institucional. O representante da Prefeitura de Mariana informou²⁵ que, embora a Fundação Renova tenha feito a “busca ativa” para identificar os alunos egressos, não houve encaminhamento de qualquer tipo de atenção ao qual teriam tido direito²⁶. Segundo a Fundação Renova²⁷, o apoio psicopedagógico deve continuar, de forma independente do apoio Pedagógico.

Projeto “Arte, Cultura, Sociabilidade e Produção de Saberes para Escolas e alunos impactados”: foi proposto este novo projeto para atender a atividades e eventos escolares relacionados à cultura das comunidades atendidas por elas, com possibilidade de atendimentos remoto, no cenário da pandemia; a empresa executora já foi contratada (CIEDES) e o plano será construído até final de maio.

Agenda Integrada da Educação²⁸: com relação ao repasse financeiro aos Municípios e Estados, a situação permanece a mesma do mês anterior (a maioria dos entes ainda não apresentou seus projetos ao Juízo). No entanto, há questionamentos por parte de membros da CT-ECLET e dos experts (Ramboll e FGV) sobre a importância de as medidas decorrentes deste Projeto, como obras e a aquisição de equipamentos, serem acompanhadas de processos formativos nas escolas contempladas para otimizar os resultados educativos dessas iniciativas.

Pontos de atenção:

Os membros da CT-ECLET, em seus respectivos Grupos Tarefa criados para cada um de seus quatro Programas, têm-se mostrado preocupados com relação a vários pontos propostos na revisão do PG11, Fundação Renova. Ressaltam-se: (a) se o projeto de Apoio Pedagógico vier a ser oferecido em interface com a Formação de Educadores do PG33, este deverá ter alguns acréscimos, com possíveis recursos do PG11, sendo aplicado em todas as escolas públicas de Mariana e Barra Longa, com garantia de se atender a todos os interessados e levando-se em consideração as peculiaridades de cada unidade escolar; (b) encaminhamento das propostas de Projeto Político Pedagógico Experimental (PPPE) que resultará dos cursos de especialização, inclusive nas escolas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo; (c) Atenção Psicopedagógica que precisa ser oferecido para as comunidades escolares de Mariana e Barra Longa atingidas em 2015, em especial quanto aos alunos egressos delas; (d) urgência na reparação dos prédios das escolas na sede de Barra Longa (imóveis inventariados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural), assim como agilizar as obras da escola de Gesteira, para que estejam prontas para a volta às aulas regulares, pós-pandemia; (e) necessidade de haver uma clara proposta de intersecção entre o PG11 e o projeto de Educação Patrimonial do PG12 de preservação da memória histórica, artística e cultural, de grande importância para os jovens e suas famílias, verificando como ele ficará na nova versão.

2.12 PG012: Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural

Este programa prevê ações de reparação de bens culturais (materiais e imateriais) em quatro municípios atingidos, situados entre a Barragem de Fundão e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves: Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Seu novo escopo, revisado, será objeto de discussão entre Fundação Renova e membros da CT-ECLET no dia 16/04/2021.

Projeto de Restauração das Capelas Atingidas e seus respectivos bens móveis e integrados

Sem alterações no primeiro trimestre de 2021. Foram três as capelas atingidas em Mariana (São Bento e Mercês, em Bento Rodrigues; e Santo Antônio, em Paracatu de Baixo) e uma em Barra Longa (Nossa Senhora da Conceição, povoado de Gesteira). Os projetos arquitetônicos da capela das Mercês e de Santo Antônio já foram revisados pela assessoria técnica da Arquidiocese de Mariana, e continuam aguardando parecer final do IEPHA-MG. No caso da Capela de São Bento, destruída pela lama, os projetos que tratam da recuperação das campas e do madeirame que restaram também já foram revisados pela assessoria da Arquidiocese. Com relação à capela de Gesteira, a revisão do projeto apresentado pela Fundação Renova

²⁵ Questionamento realizado durante reunião do GT-11 realizada em 04/março/2021.

²⁶ Conforme Cláusula 93 do TTAC.

²⁷ Conforme explicação dada por Igor Oliveira na reunião do GT-11 realizada em 04/março/2021.

²⁸ Processo referente à Agenda Integrada da Educação – Estados (Processo 1026843-65.2020.4.01.3800): juntada de procuração por parte da Fundação Renova em 23/09/2020.

ainda não foi concluída pela Arquidiocese de Mariana. A parceria com a Escola de Artes e Ofícios de Mariana, para instalação dos canteiros-escola já foi firmada e contará com 102 vagas para jovens aprendizes.²⁹

Em março, a Fundação Renova apresentou novas informações sobre os bens móveis integrados às capelas, que estão sob a guarda da “Reserva Técnica em Mariana”, com algumas divergências ou evoluções em relação a números apresentados anteriormente.³⁰, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.12-01: Bens da Reserva Técnica

ACERVO DA RESERVA TÉCNICA	QUANTIDADES
Peças e fragmentos na RT	2501
Peças passíveis de restauro	797
Projetos elaborados/em elaboração	270 que contemplam 797 peças/fragmentos
Projetos em aprovação (IEPHA)	84
Projetos aprovados	133 que contemplam 236 peças/fragmentos
Projetos executados/restaurados	97 que contemplam 184 peças/fragmentos

Projeto de Restauração de Bens Imóveis de Barra Longa

As obras estão paralisadas desde dezembro/2020 devido ao fato de o tema ter sido judicializado no âmbito do Eixo Temático Prioritário Nº 4 – Infraestrutura e Desenvolvimento, perante a 12ª Vara Federal, onde aguarda perícia técnica judicial.³¹ Dos 12 projetos arquitetônicos de restauração destes imóveis, sete projetos estão totalmente concluídos e quatro estão com percentual de elaboração acima de 90%. As obras foram iniciadas somente em 2019 e em apenas três imóveis.³², tendo ficado a maior parte do tempo suspensas em 2020 em função da pandemia.

Projeto de Inventário, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda das Referências Culturais

Em 2019, a Fundação Renova realizou o mapeamento das referências culturais (materiais e imateriais) de 21 comunidades atingidas.³³ nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova. Entretanto, a validação dos planos de intervenção junto aos conselhos municipais do patrimônio e às comunidades, que deveria ter começado em março de 2020, foi suspensa em razão da pandemia. Para a validação junto às comunidades, a Fundação Renova estabeleceu parceria com a UNESCO, que contratará equipe de 10 pessoas³⁴ para essa execução, por meio reuniões, rodas de conversas e oficinas. A implementação dos planos em cada comunidade ocorrerá após essa fase de validação.

Projeto de Inventário, Diagnóstico e Plano de Gestão dos Bens Arqueológicos

Foram identificados 81 bens arqueológicos na região compreendida entre a Barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves, sendo a maioria formada por núcleos de mineração e sedes de fazendas. A documentação aguarda parecer técnico do IPHAN.

Projeto de Fortalecimento e Valorização do Esporte, do Lazer e das Referências Culturais

Segundo a Fundação Renova, esse projeto está sendo reformatado e será executado em parceria com a UNESCO de forma integrada ao projeto de Referências Culturais e ao de Educação Patrimonial.

²⁹ Informação prestada pela Fundação Renova em 12/02/2021, em reunião da CT-ECLET

³⁰ Em setembro/2020 foi informada a existência de 2.700 peças e objetos, e a conclusão de 245 projetos, englobando 715 peças. Destes, 195 projetos já teriam sido aprovados pelo IEPHA-MG (informações repassadas pela Fundação Renova, em reunião da CT-ECLET)

³¹ Ofício FR 2020.1892 de 09/12/2020. Ressalte-se que em 2017 a contratada da Fundação Renova, empresa Vaz de Melo, já havia feito perícia técnica dos referidos imóveis.

³² Trata-se dos imóveis do Hotel Xavier, Igreja São José de Botas e residência do Sr. João de Freitas.

³³ Ponte Nova (Chopotó); Rio Doce (Sede, Matadouro e Santana do Deserto); Barra Longa (Sede, Gesteira e Barreto); Santa Cruz do Escalvado (Nova Soberba, Viana, Limoeiro, Jerônimo, Sagrado Coração de Jesus/Merengo, Pedra do Escalvado) e Mariana (Paracatu de Cima, Borba, Camargos, Ponte do Gama, Pedras, e Campinas).

³⁴ Informação prestado por consultores da Unesco em reunião com representantes do MPF e Governo MG em 31/03/2021

Projeto de Educação Patrimonial

A educação (formal ou informal) é uma estratégia fundamental para conhecer, proteger e difundir o patrimônio cultural das comunidades. Em fevereiro/2021, a Fundação Renova enviou ao Sistema CIF esse projeto revisado, de acordo com as orientações na Nota Técnica nº 40 da CT-ECLET. O projeto, com previsão de ser executado no período de maio/2021 a julho/2022, prevê ações com escolas, gestores, jovens e com comunidades.

Projeto Registro de Memórias

Esse projeto ainda está em elaboração e pretende *"fomentar projetos e ações de produção de conteúdos para exposições temporárias ou permanentes, publicações ou formatos virtuais baseados nos Diagnósticos de Referências Culturais e de Bens Arqueológicos pelas comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira (comunidades deslocadas) e demais comunidades atendidas pelo Programa"*.

Pontos de atenção:

- O documento de revisão do PG12 mantém a exclusão do distrito de Santa Rita Durão, de Mariana, e retira o povoado de Chopotó, de Ponte Nova. Essa configuração compromete a reparação dos danos, pois a primeira tem um inquestionável trânsito cultural com as demais comunidades atingidas; já o segundo, situado à margem do Rio do Carmo, foi atingido severamente pela lama de rejeitos.
- O PG12 não apresenta um recorte direcionado para as comunidades tradicionais. No âmbito do PG04 – Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais, a Fundação Renova não promove o atendimento integral (reconhecimento, mapeamento e planos de ações) das comunidades tradicionais já identificadas no Alto Rio Doce (municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Ponte Nova, Barra Longa, Acaiaca e Mariana).
- O mapeamento das referências culturais da comunidade de Gesteira e da Sede de Barra Longa foi elaborado a partir de dados secundários, sem participação da comunidade.
- Dois imóveis inventariados de Barra Longa, atualmente usados pelas duas escolas estaduais do município, não estão contemplados no projeto de restauração do PG12.

2.13 PG013: Programa de Promoção da Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo

O documento de revisão desse Programa foi protocolado no CIF em dezembro de 2020 e encontra-se sob análise da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo. Seu escopo foi estruturado em dois eixos, com seus respectivos projetos e ações.

Eixo 1 – Fomento do Potencial Turístico

Projeto Fortalecimento Institucional para o Turismo – Prevê consultoria para apoiar a revisão ou criação de sistemas municipais de turismo nos três polos definidos pelo PG013 (Mariana, Médio Rio Doce e Foz do Rio Doce). Em fase de contratação de consultoria.

Processo de Interface: Desenvolvimento do empreendedorismo Turístico

Por meio da Consultoria Moore, a Fundação Renova deu início à mobilização do setor público e privado para viabilização do Arranjo Produtivo Local (APL) no município de Marliéria-MG, sede do Parque Estadual do Rio Doce e integrante do Polo Médio Rio Doce. Foram realizadas três reuniões em março para elaboração do Planejamento Estratégico local voltado à estruturação do APL. Para o polo turístico de Mariana o planejamento para estruturação do APL está agendado para o mês de abril. No caso da Foz do Rio Doce, a discussão do APL de Turismo deve se iniciar somente em maio, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento Integrado da Foz³⁵, cujas ações serão apresentadas às comunidades em reunião pública virtual agendada pela CT-ECLET e GT Foz para a data de 30 de abril do corrente.

³⁵ O Plano de Desenvolvimento Integrado da Foz prevê 40 ações nas áreas de infraestrutura, cadeias produtivas e negócios do turismo, endereçadas à Fundação Renova, Governo do Estado do ES e Prefeitura de Linhares, para execução em 7 comunidades (Regência, Povoação, Desgreio, Areal, Entre Rios, Pontal do Ypiranga e Comboios).

Processo de Interface: Promoção do destino turístico

A elaboração dos planos de marketing ainda não foi concluída. As obras de infraestrutura viária para os polos da Foz e Médio Rio Doce (orçamento à parte), pactuadas com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo no âmbito da Agenda Integrada, já tiveram sua execução iniciada pelos respectivos governos estaduais.

Eixo 2 – Promoção da Qualidade de Vida

Projeto Fortalecimento das Relações Comunitárias, Valorização e Preservação Cultural – Prevê o fortalecimento de organizações e grupos informais de Cultura, Esporte, Cultura e Lazer, com apoio para formalização e aporte financeiro de R\$ 5.000,00 para despesas administrativas. As inscrições foram abertas em 01/03/2021 e enceram-se dia 16/04/2021. Até o dia 07/04/21 haviam sido feitas 116 inscrições.

Projeto Incentivo à Leitura – Não foi iniciado em 2020, como previsto, por falta de propostas à contratação aberta, segundo a Fundação Renova. Esse adiamento é prejudicial à reparação e compensação dos danos causados pelo desastre. A título de exemplo, na comunidade de São Lourenço, à margem do Rio Doce no município de Bugre-MG, esse é um dos poucos espaços culturais da comunidade.³⁶

Projeto Edital Doce – Dos 228 projetos aprovados na primeira edição do Edital Doce (chamada pública de apoio financeiro lançada em setembro de 2019 para municípios mineiros e em fevereiro de 2020 para municípios capixabas), 76 foram iniciados em 2021, em 27 dos 45 municípios contemplados na chamada. Outros 19 projetos estão em fase de ajustes de formato. A maior parte dos projetos selecionados (133), por dificuldades de execução durante o período de pandemia, ainda não teve seus contratos assinados.

Projeto Incremento de Infraestrutura – O planejamento de 2021 inclui apenas os municípios de Linhares e Rio Doce³⁷. Sobre a reparação das perdas de espaços de lazer e sociabilidade (Cláusula 104-D, do TTAC), a Fundação Renova ainda não iniciou as consultas às comunidades atingidas e aos Municípios, para elaboração conjunta das propostas de enfrentamento. A Deliberação CIF nº 454, de outubro de 2020, definiu o prazo até abril de 2021 para essa etapa ser concluída. O coordenador de Educação, Cultura e Turismo da Fundação Renova argumenta que as obras reparatórias não fazem parte deste programa, e sim o “enfrentamento das perdas”.

Projeto Recuperação da Pesca Esportiva e Amadora – MG e ES – Prevê a realização de torneio de pesca (até setembro de 2021) e a capacitação de pescadores artesanais para outras atividades da cadeia produtiva (ainda sem cronograma).

Projeto de Fortalecimento Institucional para Cultura e Esporte – Capacitação e mentoria de gestores públicos – Não iniciada. Em fase de contratação de consultoria.

Processo: Diagnóstico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer com apresentação dos diagnósticos, monitoramento e Planos de Intervenção – Um webinar por microrregiões está previsto para ocorrer em abril/21. Foi acordado com a CT ECLET que as sugestões e propostas apresentadas pelos gestores públicos e pelas comunidades serão consideradas como complementos aos diagnósticos.

Pontos de Atenção:

- A solicitação de informações feitas pela Ramboll, em 30/03/2021, sobre as obras de infraestrutura de reparação de danos ao lazer, no âmbito dos PG003, PG004, PG010 e PG013 aguardam resposta da Fundação Renova;
- Ainda sem data definida as atividades para criação do APL de Turismo de Governador Valadares (Polo Médio Rio Doce) ;
- O não cumprimento da Deliberação CIF 454, que determina elaboração conjunta de propostas para o enfrentamento das perdas de lazer, posterga o direito à reparação, desconsiderando as práticas de lazer como integrantes dos modos de vida das comunidades e das pessoas atingidas, com perda de

³⁶ Segundo Diagnóstico realizado pela Fundação Renova em 2016.

³⁷ Os diagnósticos da Fundação Renova, realizados em 2016, 2018 e 2019, identificaram danos ao lazer em comunidades de 33 municípios.

espaços de socialização importantes para a coesão e o bem-estar das famílias, especialmente os mais jovens.

- O projeto de recuperação da pesca esportiva e amadora não define as ações de reparação do patrimônio imaterial e da memória dos pescadores.

2.14 PG014: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada

Não foram observadas alterações na execução das ações de reparação em saúde em relação ao último período monitorado. Permanecem em execução apenas as ações do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano e as ações de Assistência à Saúde nos municípios de Mariana e Barra Longa. Todas as demais ações estão paralisadas ou não foram iniciadas pela Fundação Renova ou aguardam decisão judicial.

Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana

Os estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana realizados nos municípios de Mariana e Barra Longa e avaliados pela CT-Saúde através da Nota Técnica CT-Saúde nº 49/2020 foram aprovados pelo Comitê Interfederativo (CIF) através da Deliberação CIF nº 487/2021. Por sua vez, a Fundação Renova, através do ofício FR.2021.0527, apresentou ao CIF manifestação de discordância quanto aos encaminhamentos e definições estabelecidas pela deliberação do CIF.

A Fase 1 do estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana ainda previa a realização do estudo no município de Linhares/ES. O GT-Estudos da CT-Saúde concluiu a avaliação do relatório final do estudo e a Nota Técnica com o parecer será apreciada na 40ª Reunião Ordinária da CT-Saúde e há a previsão de pedido de pauta para deliberação na próxima Reunião Ordinária do CIF.

Em que pese a aprovação e recomendações do CIF e CT-Saúde quanto a adoção das medidas e recomendações de ações de saúde em decorrência das conclusões dos estudos, as discordâncias manifestadas pela Fundação Renova apontam persistência no atraso e morosidade na adoção das medidas de proteção à saúde da população exposta aos riscos e contaminantes encontrados nas comunidades e territórios analisados. Tal situação compromete ainda mais as condições de saúde e vida das populações e comunidades atingidas, mantendo-as expostas à riscos já identificados e para os quais já existem recomendações e medidas de proteção previstas a serem adotadas.

Estudos Epidemiológico e Toxicológico

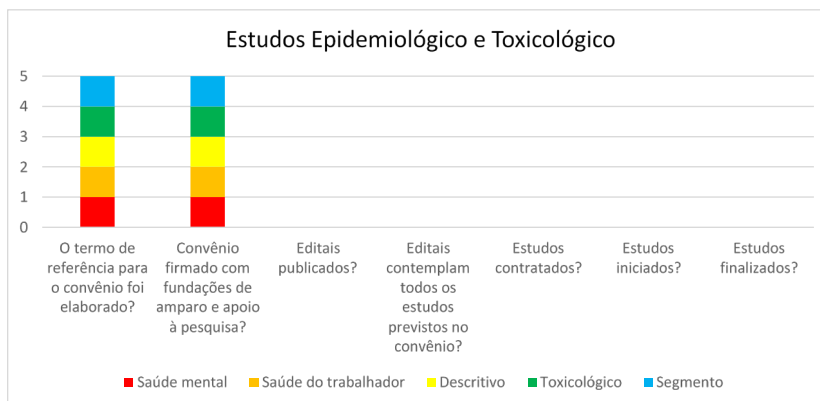
Não foram observadas nenhuma alteração em relação ao último período monitorado no andamento e tratativas do Convênio para a realização dos estudos.

Assim, permanece o resultado considerado insatisfatório do último período monitorado. A Figura 2.14-01 representa a evolução da contratação dos estudos através do convênio com a FAPES/FAPEMIG. Por sua vez, a Figura 2.14-02 apresenta o desenvolvimento das etapas desde a elaboração da minuta e assinatura do convênio até a finalização dos estudos, indicando se os 5 estudos previstos nas bases mínimas estão contemplados.

Figura 2.14-03: Evolução dos Estudos Epidemiológico e Toxicológico



Figura 2.14-04: Etapas previstas para Convênio FAPES/FAPEMIG



Planos de Ação em Saúde

O resultado insatisfatório do último período monitorado permanece para o processo de implementação dos Planos de Ação em Saúde, conforme observado na Figura 2.14-03, em que apenas 2 municípios estão com Planos de Ação em Saúde em execução, conforme indicado na Figura 2.14-04. A Nota Técnica CT-Saúde nº 50/2021, que recomenda ao CIF a aplicação de penalidade à Fundação Renova por descumprimento das Deliberações nº 434, 435 e 436, referentes aos Planos de Ação dos municípios de Belo Oriente, Mariana e Rio Doce, foi deliberada e aprovada na 7ª Reunião Extraordinária do CIF, realizada no dia 09/04/2021 e, com base no parágrafo sexto da cláusula 247 do TTAC, foi aplicada a penalidade prevista no dispositivo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cumulado com multa diária, enquanto durar o descumprimento, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada um dos itens descumpridos.

Figura 2.14-05 - Percentual de implementação dos Planos de Ação em Saúde

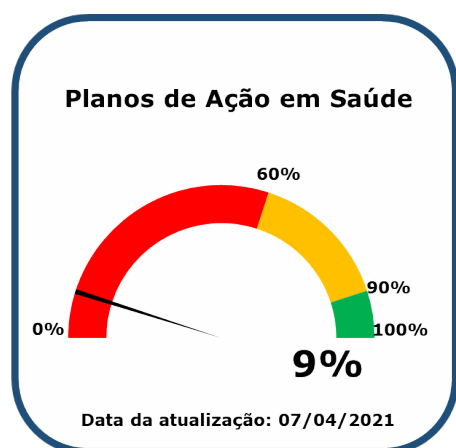
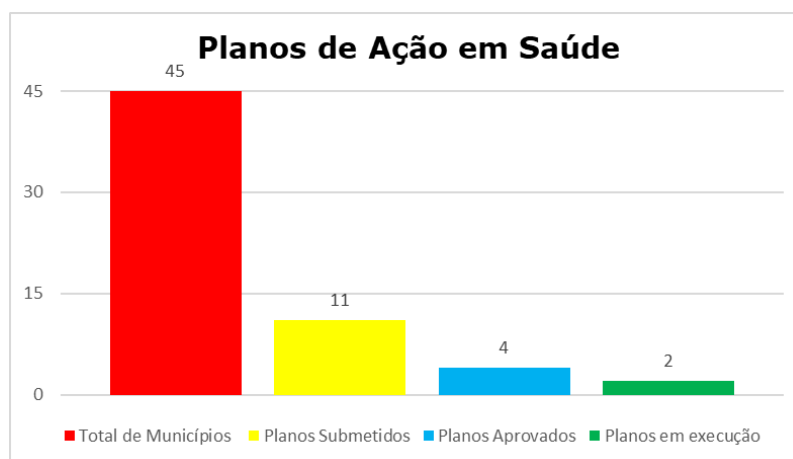


Figura 2.14-06 - Status dos Planos de Ação em Saúde



Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH)

Não houve alteração na execução do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) no período. O monitoramento encontra-se atualmente na 32ª Campanha, sendo realizado de forma parcial em 56 pontos de monitoramento.

Conforme informações apresentadas no relatório de março de 2021, o escopo do PMQACH, em termos de quantitativo de pontos e parâmetros monitorados, encontra-se atualmente em revisão pelo GT-Água da CT-Saúde.

2.15 PG015: Programa de Promoção da Inovação

A 7ª versão da Definição do PG15 (de set/20), protocolada em outubro/2020, submetida à Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI), deverá ser um dos primeiros escopos de programa a ser indicado para aprovação pelo GT-Desenvolve, de acordo com as análises preliminares por este Grupo de Trabalho, seguindo, então, o fluxo de discussões e deliberações do Sistema CIF. Durante a 9ª Reunião Extraordinária do GT-Desenvolve, realizada em mar/21 para análise das respostas da Fundação Renova à Nota Técnica da CT-EI nº081/2020, sobre o Distrito Empresarial de Mariana, foram citados também os encaminhamentos em relação ao Termo de Cooperação entre a Fundação Renova e a Prefeitura de Mariana, incluídos na NT, o que possibilitou a aprovação da NT CT-EI nº80/2020, relativa à Casa do Empreendedor (do PG18, do qual faz parte o “Hub de Inovação” deste PG15) já mencionada em relatórios anteriores.

Um ponto de atenção já ressaltado anteriormente, e que vem sendo solucionado a partir da última Reunião Ordinária da CT-EI (mar/21), é que com a submissão de uma série de projetos dentro dos programas da Câmara Técnica de Economia e Inovação, desde o final de 2020, deverão ocorrer a partir de abr/21, uma série de reuniões quinzenais, seja do GT-Desenvolve, seja entre membros da CT-EI e a Fundação Renova para poder-se agilizar as análises sobre as definições de todos esses programas. Em seguida, poderá se analisar os projetos submetidos à CT-EI pela Fundação Renova, por ora, seguindo-se a ordem de apresentação dos mesmos durante os próximos meses.

Eixo: Ambientes de Negócios

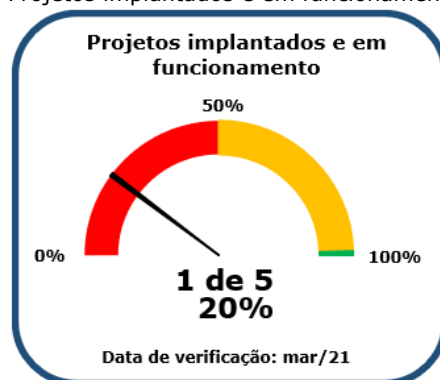
Durante a apresentação de follow-up na 52ª RO da CT-EI (abr/21), a Ramboll questionou sobre o encaminhamento do “Termo de Cooperação” mencionado na NT CT-EI no 80/2020 sobre o projeto “Casa do Empreendedor” (do PG18, do qual faz parte o “Hub de Inovação” deste PG15). A resposta por parte da Fundação Renova foi de que conforme a Nota Técnica aprovada, ela terá até o final do ano (ou seja, pelo menos 30 dias antes do início de seu funcionamento) para celebrar este termo junto à Prefeitura de Mariana. Especificamente, com relação a atividades do “Hub de Inovação” informou-se via follow-up da 52ª RO da CT-EI que as ações para a execução da rodada de aceleração *on line* do Hub, encontram-se em andamento.

Conforme os últimos relatórios de monitoramento pela Ramboll, apresenta-se o status dos demais projetos do **Eixo Ambiente de Negócios**. Sobre o “Projeto Empreende Rio Doce” efetuou-se a apresentação deste projeto na 51ª RO da CT-EI, do qual constava um valor de R\$ 2,339 milhões para a realização de quatro atividades, em cerca de 15 meses. Conforme relatado, na apresentação realizada durante a reunião, o valor do projeto teve um aumento de quase R\$ 500 mil, subindo para cerca de R\$ 2,808 milhões, sendo o prazo estendido para 36 meses (início previsto para jul/21), acrescentando-se uma nova ação, o “Include”. Na 52ª reunião da CT-EI, questionada pela Ramboll também sobre essas alterações, foi informado pela Fundação Renova que o projeto ainda se encontra em revisão e poderá conter outras pequenas alterações.

De acordo com o salientado no início deste item, após as análises das definições dos PGs da CT-EI, questões como essas serão trabalhadas via Notas Técnicas para possíveis encaminhamentos e aprovação de cada projeto submetido até aqui, junto à Câmara Técnica.

Dessa forma, o indicador deste eixo, como citado em relatórios anteriores, continuará sendo reportado conforme o documento de definição do programa até a possível aprovação do mesmo, considerando-se, portanto, os projetos: “Hub de Inovação”, “Empreende Rio Doce” e o “Levantamento de Matriz Tecnológica”, além dos retirados de seu escopo na 7ª revisão do PG15: “Projetos Estruturantes” e “Desenvolvimento de Cadeias Produtivas”.

Figura 2.15-01: Projetos implantados e em funcionamento



Eixo: Inovação para Reparação

Com relação às ações relativas a este eixo, foram reportadas pela Fundação Renova, via *follow-up* na **52ª Reunião Ordinária da CT-EI** (abr/2021) e também via GOVs da Fundação Renova para a Ramboll, as situações abaixo:

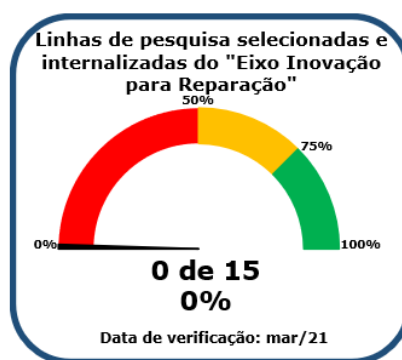
- a) **Chamada Pública FAPEMIG/FAPES 09/2018:** como informado anteriormente, com relação à Chamada FAPEMIG/FAPES/FUNDAÇÃO RENOVA reportou-se via GOV 5741, a realização do “Seminário Marco Zero” da chamada nos dias 09 e 10/02/2021; e também que as pesquisas se encontram em andamento. Em relação ao aditamento de contrato junto à FAPEMIG para se contemplar o prazo total de execução das pesquisas, informou-se via *follow-up* da 52ª RO da CT-EI, que o mesmo foi assinado em 30/03/2021;
- b) **Chamada Agroecologia FAPEMIG:** conforme informes da Fundação Renova, a última ação realizada foi o envio da minuta atualizada para a FAPEMIG, em set/20. Segundo o mesmo GOV 5741, o projeto encontra-se “aguardando a validação do jurídico e da diretoria da FAPEMIG”. Com previsão para assinatura adiada para abr/21 (*follow-up* da 52ª CT-EI).
- c) **Chamada Agroecologia FAPES:** com relação à FAPES, foi relatado o envio de minuta do edital revisada para a FAPES, em 11/03/2021. Aguarda-se a validação da mesma para posteriores encaminhamentos, sendo que a previsão de lançamento desta chamada se mantém para abr/21 (*follow-up* da 52ª CT-EI).
- d) **Edital SENAI de Inovação: LiaMarinha** - não houve maiores atualizações de até a 52ª RO da CT-EI, exceto de que “as atividades de monitoramento da Estação de Tratamento Natural, encontram-se em andamento”. Perguntada pela Ramboll, também durante a apresentação de *follow-up* do PG15 nesta reunião sobre o projeto da Sky Video (6D Drones), foi relatado que o projeto foi encerrado, ainda sem internalização de tecnologia para o processo de reparação. E que, por conta da pandemia, os testes foram efetuados em outras localidades, e havendo possibilidade e interesse, poderão ser trazidos para alguma iniciativa ligada aos programas de reparação da Fundação Renova.
- e) Dentre os **novos editais de pesquisa/inação e demais instrumentos de fomento a pesquisas:** tanto o “Projeto de Incentivo à Inovação (PII)” (em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais - SEDE/MG), como a iniciativa com a UFVJM-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sobre o “Desenvolvimento, produção, registro e aplicação de um herbicida orgânico” encontram-se na mesma situação já reportada, aguardando-se os próximos passos a serem dados pela CT-EI.
- f) Outro projeto em fase de formalização de parceria, este com a Fundação Banco do Brasil, a “Seleção Pública de Projetos para Replicação de Tecnologias Sociais na Bacia do Rio Doce”, também se encontra em negociação para elaboração de minuta de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, antes de ser submetido à CT-EI (*follow-up* do PG15 na 52ª RO).
- g) Com relação à **pesquisa executada pela Univale-Universidade do Vale do Rio Doce**, esta foi encerrada em out/20, conforme GOV 5626, sem internalização de seus resultados. Segundo este

GOV houve a produção de 2 TCCs (um de graduação e outro de pós-graduação), 1 dissertação de mestrado e 2 resumos em congressos, decorrentes deste projeto.

Um possível projeto, ainda em fase de aprimoramento para inclusão dentro do PG15, é o apresentado há duas reuniões ordinárias da CT-EI, de autoria do Sr. José Pavuna – produtor rural atingido e cadastrado pela Fundação Renova – e outros três companheiros do município de Tumiritinga. Tal projeto de piscicultura inicialmente previsto para o PG16 ou PG17, foi endereçado pela Fundação Renova, na 52ª reunião da CT-EI para ser avaliado dentro do escopo do PG15, ao longo dos próximos meses.

Com relação ao indicador, não há mudança de status com relação ao mês anterior, pois mesmo com o encerramento do projeto com a Univale, ainda não houve internalização de tecnologias para o processo de reparação conforme Figura 2.15-02:

Figura 2.15-02: Linhas de pesquisa selecionadas e internalizadas do Eixo Inovação para Reparação"



Eixo: Fortalecimento de Capital Humano

Não houve o desenvolvimento de nenhuma ação neste eixo, conforme relatado anteriormente.

2.16 PG016: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

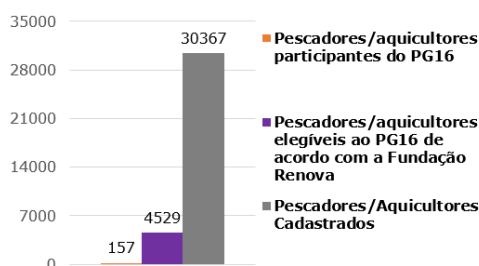
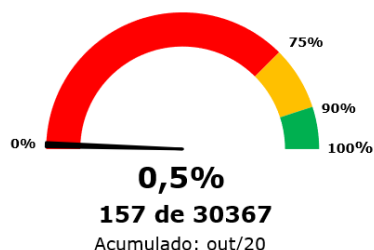
O monitoramento da Ramboll dos Programas da Fundação Renova depende, em grande parte, do envio de informações pela via da "Governança". Ao final do ano de 2020 foram realizadas 9 solicitações que carecem de resposta da Fundação Renova. No ano de 2021, foram realizadas 32 solicitações, sendo que destas 11 foram solicitadas duas vezes, totalizando 21 solicitações diferentes, e nenhuma delas foi respondida. Deste modo, a Fundação Renova possui, em atraso, 30 devolutivas à Ramboll de questões relacionadas ao PG016.

Durante os meses de dezembro a março, não foram obtidos dados referentes à adesão ao PG016 pela via da governança, entretanto de acordo com informações fornecidas pela Fundação Renova durante a 52ª RO CT-EI houve a inclusão de aproximadamente 15 pessoas, da localidade de Regência (Linhares/ES), no Projeto Cultivando Para Pescar. Pela ausência do envio de dados formais sobre a adesão ao PG016, optou-se por manter os dados relativos ao mês de outubro de 2020, no qual foram atendidas 157 pessoas cadastradas, conforme apresentado na Figura 2.16-01, resultando em uma taxa de adesão de 0,5% do número total de pescadores e aquicultores cadastrados autodeclarados. De acordo com o Relatório Mensal CIF da Fundação Renova (fevereiro/21), o PG016 atendeu, no período de avaliação, a 229 beneficiários, entretanto não é explicitado se são atingidos ou não.

Conforme apresentação da Fundação Renova durante a 52ª CT-EI, os atendimentos estão sendo realizados de forma *on line* pelo Projeto-Piloto Cultivando Para Pescar, no município de Linhares, nas localidades de Areal, Entre-Rios, Povoação e Regência; e também pelo Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo, nos municípios de Rio Doce, Periquito, Santa Cruz do Escalvado (MG) e de Linhares (ES).

Figura 2.16-01: Atendimento acumulado aos atingidos pelo PG016 em outubro de 2020 em relação aos atingidos cadastrados (à esquerda). Gráfico de barras representando o montante de atingidos cadastrados acumulados em relação aos atingidos elegíveis ao PG016 de acordo com a última definição do PG016 e em relação aos pescadores e aquicultores cadastrados (Fontes: GOV 5378, Definição PG016 nov/20, RMM PG001 Anexo 4).

Adesão Acumulada ao PG 16 dos Atingidos Cadastrados



Em relação ao atendimento ao público areeiro, foi enviado pela CT-GRSA resposta contendo complementações técnicas relacionadas ao rejeito. As complementações foram incorporadas no Ofício da CT-EI e foram enviadas à Fundação Renova em 09/04/2021, solicitando esclarecimentos. Será constituído pela CT-EI, GT específico, intercâmaras, para tratar do tema. No Relatório Mensal CIF da Fundação Renova, PG016, consta a cláusula 121 (que trata dos areeiros) como concluída internamente.

Ações Fundação Renova:

- Cultivando Para Pescar:** Licença ambiental de Areal emitida, demais localidades em estágios diversos de regularização dos locais de implantação. Durante a 52ª CT-EI foi informado que a implantação do primeiro módulo (Areal) ocorrerá em junho, e a dos últimos ocorrerão em agosto (Regência e unidade controle IFES). Aditivo de prazo elaborado para 12 meses, em andamento. A localidade de Regência não recebeu treinamento nas três áreas que as demais localidades receberam (Processamento de Pescado, Aquaponia e Aquicultura). Atendimento virtual em andamento;
- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo:** ASPIPEC e ASPERDOCE (PLAN) – aditivo de contrato finalizado, retomada dos atendimentos em março/21 (1 mês de atraso). Previsão de atendimento até junho de 2021. APIGUA e APAP (DVF) – aditivo de contrato finalizado, retomada dos atendimentos em março/21. Os aditivos de contrato da PLAN e da DVF não foram enviados, portanto não se sabe qual o tipo de alteração de atendimentos será realizado, tampouco o racional da extensão do contrato por apenas 4 meses.
- Oficinas Devolutivas de Resultados** (antiga Caravana de Resultados): sem avanços.
- Projetos da Foz:** (i) ASPER: Rampa – projetos básico e executivo em readequação após análise técnica (desde mar/21); licenciamento ambiental sem avanços (desde fev/21); Placas solares - início das obras de implantação das placas solares previsto para fev/21, entretanto ainda está em processo concorrencial. (ii) APAP - Edificação para armazenamento de pescado, apoio logístico e vigilância com projeto básico aprovado e em análise pela Fundação Renova, em atraso (previsão era jan/21). Todas as ações deste tema encontram-se em atraso, sem avanços nos últimos 2 meses;
- Diagnóstico complementar da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura e Estudo de Mercado:** E-books referentes aos municípios de Linhares, Serra e São Mateus atualizados. Atividades de campo permanecem suspensas. Atividades de coletas de dados primários de atingidos da pesca e aquicultura foram proteladas pela CT-EI até que haja adequação no tocante dos apontamentos da Deliberação CIF nº 480/2021;
- Caracterização Socioeconômica da Aquicultura e Pesca e Monitoramento Pesqueiro:** concluída etapa de treinamento de agentes de campo. Previsão do início da coleta de campo em 01/03/2021, não iniciada. Coletas de dados primários realizada de forma remota.

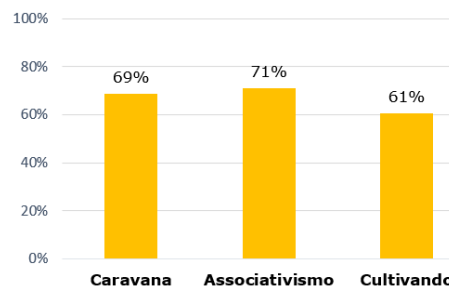
Os indicadores do PG016 elaborados pela Fundação Renova continuam não sendo reportados nos relatórios mensais (último avaliado – fevereiro de 2021), entretanto neste último relatório foi apresentado

o status de cada um dos três indicadores propostos. A previsão era que iniciassem sua apresentação em maio de 2020. Os indicadores propostos pela Fundação Renova são considerados inadequados para medição do PG016, havendo proposta de adequação em elaboração pela CT-EI.

O indicador apresentado na Figura 2.16-02, acerca do nível de satisfação dos atingidos atendidos pelo PG016, não possui novos dados além daqueles apresentados em outubro de 2020. Estes dados refletem que, apesar da baixa aderência, quando os atingidos são atendidos pela Fundação Renova e suas contratadas, o são de forma satisfatória (percepção positiva), mas não ideal.

Figura 2.16-02: Nível de satisfação de atingidos atendidos pelo PG016, acumulado até outubro de 2020 (dados da Caravana não considerados na média por não se tratar de uma ação de atendimento direto) (à esquerda). Nível de satisfação acumulado das ações específicas da Fundação Renova no âmbito do PG016 (à direita).

Nível de Satisfação com o PG16 pelos Atingidos Atendidos



Andamento de ações CIF/CTEI

- NT de ajuste de cláusulas – Sem andamento.
- NT de avaliação da Definição do PG016 – NT em elaboração, acerca da nova versão da Definição do PG016, enviada em 04/12/2020 por meio do Ofício FR.2020.2003. Prazo para finalização da NT em 15/03/2021. Houveram poucas contribuições à elaboração do documento, tendo sido o mesmo quase que exclusivamente escrito pela Ramboll. Foram definidas rodadas de reuniões entre representantes, na CT-EI, de cada um dos Programas, para avaliação de suas interações e consolidação das mesmas nas NTs de análise das Definições.
- NT de avaliação do Edital de Chamamento Público Fundação Renova – Seleção de Projetos Coletivos para Fomento da Cadeia da Aquicultura e Pesca no Rio Doce / NT de avaliação da Requisição Técnica da Fundação Renova para contratação de ATER. Reuniões de ajuste do Edital realizadas durante o mês de março e abril, com ajustes pontuais realizados. A publicação do Edital possui risco por ser apenas de expansão de unidades produtivas já existentes e pelo fato de a ATER do PG016 não estar em curso.
- NT Intercâmaras de avaliação da Estratégia de Entrada nos Territórios da Walm. Pendência de análise da resposta da Fundação Renova pela CT-EI.
- Ofício SECEX – Interpretação jurídica do termo “pescador” – Pendência de resposta da SECEX.
- Projeto de criação de peixe elaborado pelo Sr. José Pavuna e parceiros da comunidade Tumiritinga/MG – Após duas reuniões de CT-EI, o projeto proposto pelo atingido Sr. Pavuna foi avaliado pela Fundação Renova e encaminhado a atendimento pelo PG015, com auxílio do PG016. O atendimento por esse PG se deu devido a um entendimento da Fundação Renova que o referido atingido não se enquadra no público-alvo do PG016 (de acordo com a Fundação Renova, o cadastro dele teria sido realizado como agricultor), mesmo após manifestação que ele era aquicultor e dois de seus parceiros seriam pescadores com RGP. O projeto foi reestruturado, de modo que possa ser utilizado como estratégia de capacitação coletiva. A reestruturação do projeto será avaliada pelo Sr. José Pavuna e parceiros e será ponto de pauta da 55ª RO CT-EI (a ocorrer em julho/2021). O enquadramento do projeto no PG015 utilizará de verba compensatória, ao contrário do entendimento da Ramboll, que entende que a verba a ser utilizada neste caso deva ser reparatória no âmbito do PG016, uma vez que o Sr. José Pavuna é aquicultor e dois de seus parceiros são

pescadores. O acompanhamento deste projeto se dará, para fins deste monitoramento e manutenção de isonomia em relação aos projetos da Fundação Renova, no PG015.

2.17 PG017: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias

As atividades do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias do período avaliado neste relatório permanecem restritas em função da pandemia da Covid-19. Sendo, portanto, restritas a reuniões e a algumas ações essenciais do programa.

Durante o período de avaliação do relatório, ocorreu a 52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI), nos dias 05 a 07 de abril de 2021.

Conforme informado na apresentação de *follow up* pela Fundação Renova, a substituição do fornecimento da silagem por cartão para aquisição de alimentação animal foi realizada e 90% dos atingidos que recebiam o fornecimento de alimentação animal, passaram para a modalidade com cartão. Um ponto importante apresentado pela Fundação Renova, é que foi iniciada a comunicação junto aos produtores sobre o processo de redução gradativa do fornecimento de silagem, que será desenvolvido durante 5 meses, até o corte do fornecimento para as áreas que tiveram a produtividade reestabelecida. Para esse processo, a Fundação Renova dividiu os produtores em três grupos:

- Produtores que não aderiram ao programa: serão notificados, via cartório, juntamente com relatório de evidências com corte imediato do fornecimento de silagem.
- Produtores que tiveram a área impactada recuperada: a atividade de retomada terá uma redução gradativa mês a mês por 5 meses.
- Produtores que recebem silagem a mais e produtores que não têm a área reparada na totalidade: a alimentação animal será reduzida gradualmente e permanecerá recebendo o último valor até que a área seja reparada.

As informações com número de infraestruturas, hortas e pomares também foram apresentadas, sendo aplicadas para atualização dos indicadores.

O relatório mensal de fevereiro da Fundação Renova indica apenas o início das atividades de ATER individual no baixo rio Doce.

Os indicadores do programa para o Território 1 indicam, portanto, uma alteração no período, referente principalmente à implantação de infraestruturas (Figura 2.17-01) e ATER. Para o Território 2, houve alteração no indicador motivada pelo aumento das horas de assistência técnica informado pela Fundação Renova (Figura 2.17-02).

Figura 2.17-01: Indicador Reparação das atividades para o Território 1.

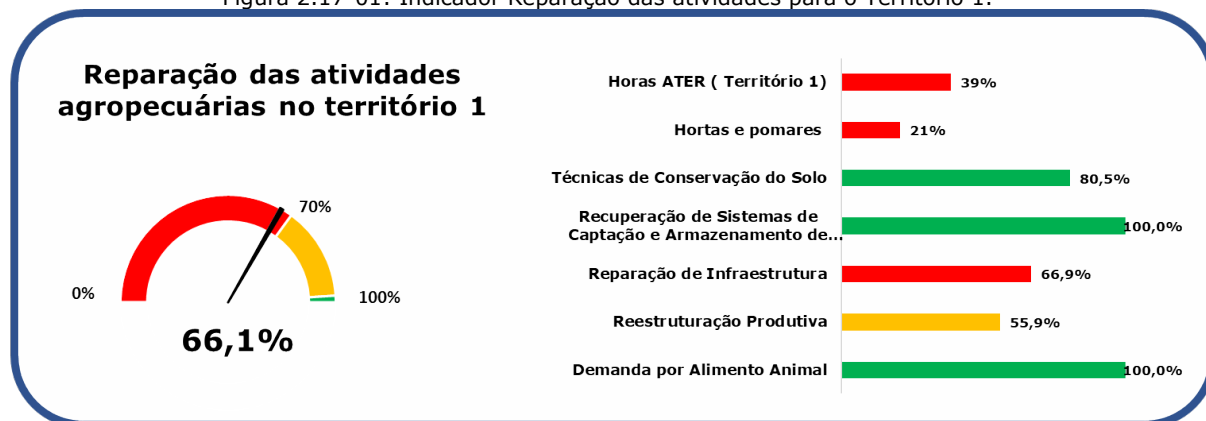
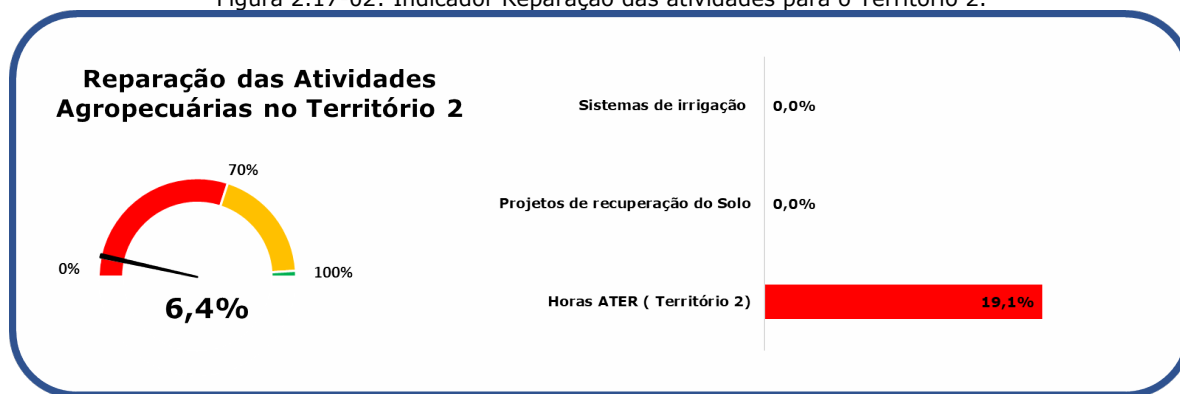


Figura 2.17-02: Indicador Reparação das atividades para o Território 2.



O programa apresenta um pequeno avanço, para o Território 2, devido a um avanço nas horas de ATER informado pela Fundação Renova. Em função da pandemia, a Ramboll não fez vistorias aos produtores no período. Entende-se que há necessidade de uma verificação junto aos produtores sobre o desenvolvimento dessas atividades no Território 2, o mais breve possível.

Outro ponto que merece atenção é o processo informado para redução de fornecimento de alimentação animal. A Ramboll entende que o processo deverá ser iniciado, mas para que o processo ocorra, é necessário a apresentação de um relatório técnico indicando a real recuperação e reestabelecimento das áreas produtivas nas propriedades atingidas pelo desastre.

2.18 PG018: Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica

A última versão da Definição do PG018 (rev. 06, set/20) submetida à Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI), será discutida, juntamente com as demais definições, conforme calendário de reuniões interGTs, a partir de meados de abril/21, para elaboração das respectivas notas técnicas pela câmara técnica. Todos esses escopos de programas serão analisados em paralelo em uma série de reuniões quinzenais do GT-Desenvolve, a partir de 16/04/21, para agilizar essas análises. Assim, somente após as análises e encaminhamentos sobre as definições dos PGs relacionados à CT-EI, os demais projetos já submetidos pela Fundação Renova desde o 2º semestre de 2020, serão analisados, seguindo-se a ordem de apresentação dos mesmos.

Eixo: Atração de Investimentos

Conforme já apontado anteriormente, a Nota Técnica CT-EI nº 80, referente ao **projeto "Casa do Empreendedor"** foi aprovada na 46ª reunião da CT-EI. Durante a apresentação de *follow-up* na 52ª RO da CT-EI, a Ramboll questionou sobre o encaminhamento do "Termo de Cooperação" mencionado na NT. A resposta por parte da Fundação Renova foi de que conforme a Nota Técnica aprovada, ela terá até o final do ano (ou seja, pelo menos 30 dias antes do início de seu funcionamento) para celebrar este termo junto à Prefeitura de Mariana.

Com relação ao projeto do **"Distrito Industrial/Empresarial"** houve encaminhamento na 51ª RO da CT-EI para a apresentação ponto a ponto pela Fundação Renova do que foi alterado no Projeto do agora "Distrito Empresarial" em relação à Nota Técnica da CT-EI nº081/2020. Em mar/21, foi realizada a 9ª Reunião Extraordinária do GT-Desenvolve, especificamente para esse fim, na qual foi feita esta apresentação e definida uma comissão entre o Comitê Gestor Pró-Rio Doce de Minas Gerais, a Fundação Renova e a Prefeitura de Mariana, para elaboração de nova nota técnica. A Nota Técnica CT-EI nº087/2021 foi aprovada, com ressalvas pelo MPF (representado pela Ramboll e FGV) na 52ª Reunião Ordinária da CT-EI. O encaminhamento dado pela CT-EI foi de aprovar a NT e enviá-la para a próxima reunião do CIF, podendo-se realizar uma reunião extraordinária, caso haja pontos relevantes de discordância, em caso de necessidade de nova deliberação pelos seus membros.

Até o momento, não houve novos encaminhamentos sobre os demais projetos deste eixo: **"Laticínio de Mariana"** e o **"Plano Diretor e de Mobilidade Urbana"** ou as novas ações incluídas neste eixo na nova definição do PG018, **"Incubadora de Negócios Locais"** e **"Inteligência de Mercado"**.

Questionada pela Ramboll, na apresentação do *follow-up* sobre o PG018 na mesma reunião, sobre a situação do Plano Diretor e de Mobilidade Urbana, a Fundação Renova informou que estão sendo finalizadas as tratativas de encaminhamento do projeto para a Prefeitura de Mariana, para encerramento e entrega desta atividade.

Eixo: Geração de Trabalho e Renda

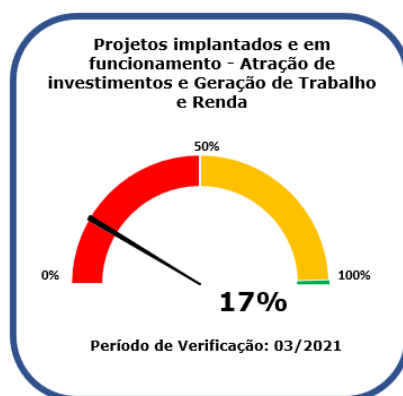
Com relação ao projeto **"Cadeias Produtivas"**, o **projeto da Cadeia do Cacau** não teve evolução até a 52ª Reunião Ordinária da CT-EI. Ainda dentro desta linha de atuação, foi relatado via *follow-up* do PG018 nesta mesma reunião, que o edital para contratação de uma entidade para implementação do **projeto de "Meliponicultura"** foi cancelado, pois não houve apresentação de propostas. Portanto, informou-se que a Fundação Renova irá desenvolver um processo concorrencial, mantendo-se o prazo para essa contratação até o final de jul/21.

Em relação ao **"Projeto Agroecológico em Assentamentos na Bacia do Rio Doce"**, houve uma atualização, segundo o *follow-up* da Fundação Renova, em abr/21, com relação à entidade que deverá realizar o projeto em MG, que passou a ser a Concentra-MG, cujo status para contratação encontra-se em fase de elaboração do plano de trabalho e orçamento, para posterior tramitação e avaliação das áreas técnicas da Fundação Renova.

Em relação aos projetos **"Fomento ao Associativismo e Cooperativismo"** (com atendimentos aos Empreendimentos de Base Solidária – EBS, por parte das consultorias DVF e Plan, além dos empreendimentos apoiados pela Brazil Foundation) e **"Promoção de Negócios Coletivos ou Individuais"**, incluídos neste eixo na nova definição do PG018, não foram recebidas informações adicionais solicitadas.

Até uma possível aprovação da nova definição do PG018, o indicador que aponta o avanço dos projetos implantados e em funcionamento dos eixos abordados continuarão listando os mesmos considerados até aqui, encontrando-se na mesma situação do relatório anterior (Figura 2.18-01).

Figura 2.18-01: Projetos implantados e em funcionamento – Eixos: Atração de Investimentos e Geração de Trabalho e Renda



Eixo: Financiamento

As operações dos fundos, mesmo em período de acirramento da pandemia, não tiveram nenhum avanço em termos das tratativas para uma alternativa de crédito que atenda ao público de MEIs, nem no estado de Minas Gerais, nem do Espírito Santo.

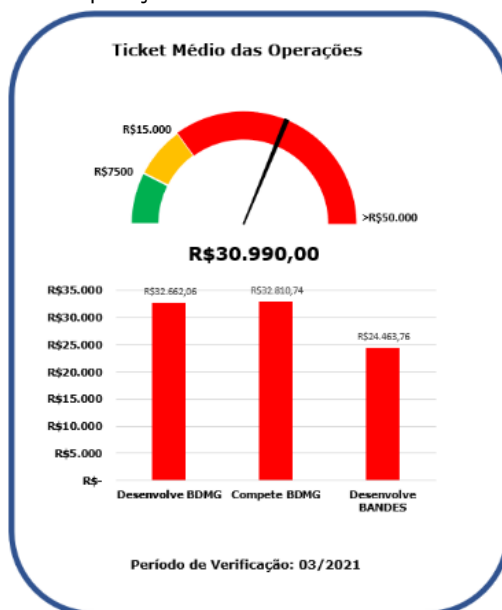
Não houve nenhuma atualização também em relação ao lançamento do **Compete-ES**. Assim, não houve alteração do indicador com relação ao relatório anterior, como se verifica na Figura 2.18-2, abaixo.

Figura 2.18-02: Percentual de execução dos fundos em conformidade com as Deliberações CIF relacionadas



A Figura 2.18-03 apresenta o ticket médio acumulado até fevereiro/2021 (GOV5850 – relatórios do Bandes – consolidado – e do BDMG – somente as planilhas, ref. fev/21).

Figura 2.18-03: Tickets Médios das Operações dos Fundos Desenvolve - MG e ES e Compete Rio Doce-MG



Em adição aos dados do último relatório mensal da Ramboll, apresentam-se abaixo os resultados das operações de crédito realizadas em fev/21, com a ressalva de que neste mês não foram recebidos os relatórios consolidados dos fundos operados pelo BDMG (Compete-MG e Desenvolve Rio Doce-MG). Por isso, os registros utilizados como base para cálculo dos tickets médios de ambos os fundos foram os apresentados nas planilhas de apoio enviadas pelos bancos para a Fundação Renova.

Dessa forma, os três fundos totalizaram um ticket médio acumulado desde o início de suas operações até fev/21 no valor de R\$ 30.990,00, sendo que os tickets médios dos fundos operados pelo BDMG (R\$ 32,8 mil do Fundo Compete-MG; e R\$ 32,7 mil, do Desenvolve-MG) são relativamente maiores do que o do Fundo Desenvolve Rio Doce-ES (R\$ 25,5 mil), operado pelo BANDES. Assim, no mês de fev/21:

- O **Fundo Desenvolve-MG** somou R\$ 748,7 mil em 27 operações (Ticket Médio: R\$ 27,7 mil no período);
- O **Compete-MG**, efetuou 1 operação no valor de R\$ 4,5 mil (Ticket Médio: R\$ 4,5 mil) nesse período; e
- O **Fundo Desenvolve Rio Doce-ES**, não teve nenhuma operação em fev/21.

Com relação aos créditos concedidos no período, não foi recebido também nenhum registro adicional de crédito obtido por empresas de atingidos pelo rompimento.

O projeto-piloto do **"Banco Comunitário"** a ser implementado na comunidade de Baixa Verde, em Dionísio/MG, tinha sido aprovado na 51ª RO da CT-EI. No entanto, previamente à 52ª Reunião Ordinária da CT-EI (em abr/21), foi encaminhada uma proposta revista por parte da Fundação Renova, readequando

cronograma e orçamento. A Ramboll solicitou informações e esclarecimentos sobre estas alterações durante a sessão de *follow-up* do PG018, e o retorno foi de que essas alterações estão sendo efetuadas para adequação ao cenário atual. As alterações se referem a uma possível divisão desta etapa de implementação em duas fases, com implementação dos primeiros cinco bancos em um primeiro momento, com outros cinco em uma fase posterior. Alterações estas a serem novamente analisadas pelo GT-Desenvolve, o que torna o projeto passível de nova revisão pela CT-EI antes de sua submissão ao CIF.

2.19 PG019: Programa de Recuperação dos Micro e Pequenos Negócios

No dia 19 de março, ocorreu a 3ª reunião extraordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI), cujo objetivo foi efetuar uma análise integrada dos escopos dos programas submetidos à CT-EI. Nesta reunião houve a apresentação de uma análise preliminar, feita por membros da câmara, da 7ª versão da definição do PG019, protocolada em outubro/2020, onde algumas críticas foram feitas com relação à falta de detalhamento das ações do programa, assim como público alvo mal definido nos anexos. A expansão da abrangência territorial delimitada pela Deliberação CIF nº 58 também não está incorporada nesta 7ª versão. A avaliação da definição dos programas ainda não está finalizada, sendo agendadas novas reuniões ao longo do mês entre os membros da câmara.

Adequação dos Negócios às Novas Condições de Mercado

Não houve o desenvolvimento de nenhuma ação neste eixo, no período de março/21, conforme relatado anteriormente.

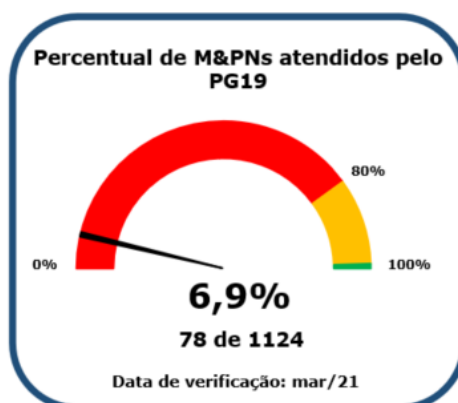
Recuperação das Condições de Produção

Durante o período monitorado foi enviada, via GOV 5879, a planilha de Gestão de atendimento do PG019 com dados referentes ao mês de fevereiro/21. Ao verificar a planilha de gestão foram contabilizados 78 micro e pequenos negócios atendidos, como disposto no indicador (Figura 2.19-1). Como apontado em outros relatórios mensais da Ramboll, a volatilidade da base de dados fornecida pela Fundação Renova não possibilita uma confiabilidade com relação aos dados fornecidos. Neste caso por exemplo, houve a redução de 1 negócio atendido, quando comparado às planilhas de gestão enviadas anteriormente, quando, o que era de se esperar é que o número de atendimentos de micro e pequenos negócios aumentasse e não se reduzisse. Questiona-se portanto, mais um vez, a forma como a Fundação Renova controla a base de dados do público atendido e a fidedignidade das informações fornecidas.

Mantém-se a ressalva que os atendimentos são verificados por meio do cruzamento entre a planilha de gestão do programa e o banco de dados de empresas cadastradas pela Fundação Renova e que os dados reportados diferem em quantidade do reportado pela Fundação Renova pois, foi fornecido à Ramboll somente o universo de negócios atingidos por CNPJ, não sendo possível a identificação do universo de negócios atingidos, também com base em CPFs (trabalhadores autônomos, que também fazem parte do público alvo do programa).

Abaixo, apresenta-se o resultado da mensuração do indicador do PG019 com dados referentes ao mês de fevereiro/21.

Figura 2.19-01: Atendimentos realizados pelo PG019



2.20 PG020: Programa de Estímulo a Contratação de Mão de Obra Local

No dia 19 de março ocorreu a 3ª reunião extraordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI), cujo objetivo foi realizar uma análise integrada dos escopos dos programas vinculados à CT-EI. Houve portanto, a apresentação da análise preliminar, feita por membros da câmara, sobre a última versão da definição do PG20, protocolada em dezembro/2020, onde foi recomendada a não aprovação da definição apresentada, uma vez que ainda são necessários esclarecimentos quanto a diversos processos de contratação de fornecedores e mão de obra local, bem como necessidade de ajuste no objetivo do programa, incluindo o que consta na Cláusula 135 do TTAC, sobre a identificação de potenciais empreendedores, negócios e mercado; o estabelecimento de uma estratégia de priorização de compras locais; e a ênfase para áreas que tiveram maior comprometimento de suas atividades produtivas e em atividades associadas às vocações locais. Para tanto, seria necessário realizar também, um levantamento da oferta de produtos e serviços locais, bem como a divulgação de demandas de produtos e serviços, e realização de rodadas de negócios.

Foi apontado também como pontos de atenção, o cronograma e orçamento do projeto, recomendando-se que seja avaliada a necessidade de revisão e ajustes em função de possíveis dificuldades de execução ou paralisação das atividades decorrentes das medidas de isolamento social de combate à Covid-19. Sugeriu-se também a realização de uma gestão de riscos no intuito de prever possíveis gargalos durante os projetos de cada eixo para que o cronograma inicialmente sugerido possa então ser ajustado conforme os riscos identificados. A avaliação da definição do PG20, bem como dos demais programas submetidos à CT-EI ainda não está finalizada, o que deverá ocorrer com base em novas reuniões ao longo do mês entre os membros da câmara.

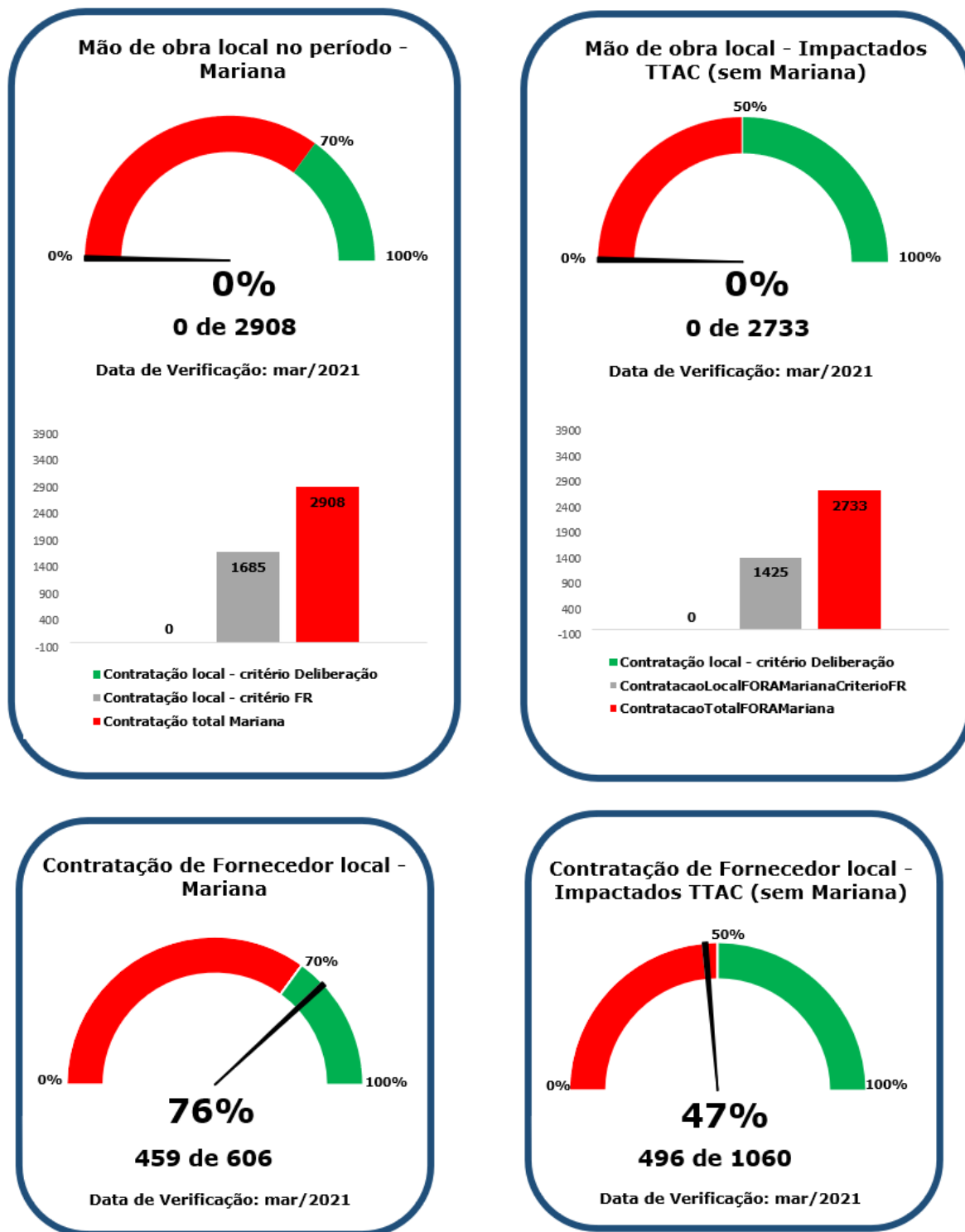
Eixo: Monitoramento das contratações locais

Na 51ª Reunião Ordinária da CT-EI, havia sido solicitada que fosse apresentado na 52ª CT-EI o percentual, acrescentando aos gráficos os valores contratuais acumulados, com filtro dos últimos seis meses, e quanto isso representa dos impedimentos pelo qual os fornecedores locais conhecidos não conseguiram participar dos processos de licitações. Na apresentação, a Fundação Renova apontou valor por fornecedor contemplado menor para contratação local do que para as contratações não locais (aproximadamente R\$ 10 milhões de diferença) e justificou dizendo que no período houve uma contratação de empresa não local com um valor significativo (R\$ 7 milhões), que influenciou na discrepância dos valores. No período de outubro/20 a março/21 participaram do processo 386 fornecedores, sendo 42% locais. Ainda, dos fornecedores locais não contemplados, a Fundação relatou que 68% foi em função da desistência ou não apresentação de proposta. Os demais 32% participaram do processo mas não ganharam por não atenderem o escopo técnico ou não apresentarem a melhor proposta comercial. Diante desses motivos citados, seria importante a realização de abordagem desse tema entre as empresas locais, oferecendo capacitação técnica para melhorarem suas condições de competitividade e preparação das propostas comerciais.

Ainda na 52ª CT-EI, houve a apresentação do percentual, acrescentando aos gráficos os valores contratuais acumulados e quanto isso representa dos contratos que não apresentaram o “nada consta”. Esta apresentação havia sido solicitada com filtro dos últimos 6 meses, entretanto a Fundação Renova expôs dados referentes apenas ao mês de fevereiro/21. De 116 contratos analisados, 64 possuem subcontratações com fornecedores locais e, desses 64, 3 estavam “não conformes”. Estes 3 “não conformes” representam um montante em torno de R\$ 1 milhão contratados, e apesar deste valor não ser significativo quando comparado ao montante final de R\$1,91 bilhão, ainda afeta os pequenos negócios locais. O encaminhamento dado pela CT-EI a essas apresentações foi o de se reportar mensalmente esses dados, complementados por informações específicas nos *follow-up* mensais do PG20.

Quanto aos indicadores, não foram recebidos novos dados de contratação de mão de obra local portanto foram mantidos os indicadores com dados relativos ao mês de janeiro/21. Já, em relação aos dados de contratação de fornecedores locais, novamente estes não foram enviados pela Fundação Renova sob a justificativa de que os contratos possuem cláusula de confidencialidade e que não haveria necessidade de tal informação para cumprimento do escopo da Ramboll. Portanto, foram mantidos os dados reportados desde o relatório quadrimestral de julho de 2020.

Figura 2.20-01: Contratação de mão de obra local no período



Eixo: Desenvolvimento da Competitividade de Fornecedores

Na apresentação de *follow-up* enviada para a 51ª RO da CT-EI, sobre o PG20 não houve nenhuma novidade significativa sobre o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF). No mês de março, foi citada apenas a ocorrência de duas palestras *on line* sobre “Inovação de negócios” e “Gestão da inovação: Definindo a estratégia de inovação e conduzindo um processo de inovação contínua”, porém, sem informações adicionais sobre o índice de participação das empresas ou sobre a potencial satisfação dos participantes com essas oficinas.

Eixo: Aperfeiçoamento da Mão de Obra

Não houve o desenvolvimento de nenhuma ação neste eixo, no período de mar/21. Em apresentação de *follow-up* na 52ª reunião da CT-EI relatou-se, apenas que as atividades estão paralisadas em virtude da pandemia.

2.21 PG021: Programa de Auxílio Financeiro Emergencial

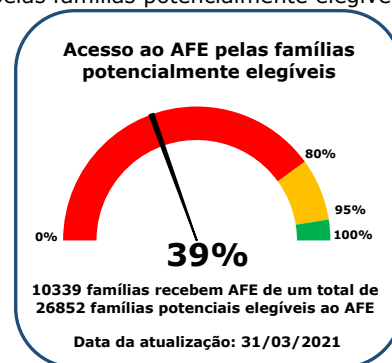
O Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (PAFE) apresenta duas situações críticas: a redução do valor pago aos agricultores e pescadores de subsistência, conforme determinação da 12ª Vara Federal, e o corte do auxílio aos atingidos que aderiram ao sistema simplificado de indenização. Ambas ocorrem em um contexto no qual já havia sido identificado que o Programa atendia a apenas 39% do público potencialmente elegível ao recebimento do AFE, conforme critérios estabelecidos pelo TTAC.

Especificamente em relação à redução dos valores de AFE para as categorias de subsistência, em resposta ao Ofício nº001/2021/CTOS-CIF, a Fundação Renova havia informado que 4.567 atingidos sofreram redução dos AFEs em 50% em função da atividade de subsistência, sendo 4.329 pescadores e 238 agricultores. Após reiterada solicitação pela CT-OS, a Fundação Renova, por meio do Ofício FR.2021.0460 e em resposta ao Encaminhamento 51.1 informou que utiliza, como critério para enquadramento na pesca de subsistência, (i) a declaração feita pelo atingido de que pescava e (ii) a ausência de comprovação da formalidade do ofício. Tal enquadramento associado à questão da comprovação contrasta com as definições de subsistência utilizadas pelo juiz da 12ª Vara Federal, ao proferir decisão em 12/07/2020 no bojo da ACP nº 1024354-89.2019.4.01.3800 e pelo IAJ-CIF, ao proferir Despacho nº 0232/2020/NMAF/SAP/PFMG/PGF/AGU sobre o tema, em 16/07/2020, nas quais não há relação entre a condição de subsistência e a ausência de comprovação da atividade³⁸. Diante disso, a CTOS encaminhou o Ofício nº 16/2021 ao CIF no qual informa e anexa os dados prestados pela Fundação Renova para que sejam adotadas as providências cabíveis, considerando o desrespeito aos precedentes judiciais e as consequências da inclusão indevida de pessoas atingidas no regime de transição. Na 52ª Reunião Ordinária da CTOS, ocorrida em 07/04/2021, foi solicitado que a Fundação Renova complemente as informações prestadas até 30/04/21, esclarecendo sobre os critérios utilizados para identificação da condição de subsistência na agricultura (Encaminhamento 52.5).

Além disso, a Fundação Renova segue descumprindo a Deliberação 457, que recomenda a suspensão do cancelamento de 143 Auxílios Emergenciais e correção do procedimento, o que ensejou a Notificação nº 4/2021-CIF/GABIN que impôs multa punitiva e multa diária à Fundação Renova enquanto persistir o seu descumprimento³⁹.

A Fundação Renova informou à CTOS, no Relatório de Monitoramento Mensal, que até o mês de fevereiro (28/02/21) havia 13.996 titulares de auxílio financeiro emergencial, contemplando 16.672 dependentes e um total de 30.668 pessoas assistidas pelo Programa. Em relação ao mês anterior, ocorreu a inclusão de 20 auxílios e a exclusão de 372 auxílios, considerando o cancelamento de auxílios vinculados à quitação do sistema indenizatório simplificado. Dessa forma, entre jan/21 e fev/21 ocorreu a redução de 352 titulares, 639 dependentes e 991 pessoas assistidas pelo Programa. Destaca-se que, somando os

Figura 2.21-07: Indicador de acesso ao AFE pelas famílias potencialmente elegíveis.



³⁸ Na referida decisão o juiz da 12ª Vara Federal definiu que "No caso do "pescador de subsistência" ou "pescador de barranco" tem-se a atividade de pesca para fins de mera subsistência, sem qualquer correlação com renda." Já no referido Despacho, o IAJ/CIF esclareceu que "quando a pesca ou a agricultura é efetivada para venda ou para escambo com fim de lucro ou proveito econômico, não se tem uma situação de subsistência. (...) Conclui-se assim, ao suporte dos posicionamentos teóricos, jurisprudenciais e principalmente da r. decisão judicial regente do feito, que os pescadores e agricultores de subsistência se distinguem precisamente pela reversão em favor de consumo próprio dos recursos naturais auferidos com seu trabalho. Não se configuram como pescadores ou agricultores de subsistência aqueles que insiram o recurso natural auferido em uma relação econômica na qual visem auferir proveito ou ganho."

³⁹ Através de Ofício FR.2020.2097 ao CIF, a Fundação Renova havia informado que não irá suspender os cancelamentos realizados em 2019 conforme determinado pela Deliberação CIF nº 457.

meses de janeiro e fevereiro, 696 auxílios foram excluídos, em decorrência da adesão ao novo sistema indenizatório ou de determinações judiciais.⁴⁰

No contexto do monitoramento do PG21, é importante observar que desde janeiro/2020, a Fundação Renova não apresenta base de dados atualizada do PG21. A base disponível com as informações de pagamento por mês apresenta pagamentos efetivados apenas até dezembro/2019. Por isso, os indicadores aqui apresentados não refletem as oscilações efetivamente ocorridas desde janeiro de 2020, como os diversos motivos de cancelamento de AFEs e eventuais inclusões. Durante o ano de 2020 e nos meses de fevereiro e março/2021, a Ramboll solicitou à Fundação Renova a disponibilização de dados atualizados a partir da atualização do filtro 1535 ou, alternativamente, a disponibilização de um filtro com essas informações, os quais não foram apresentados. A Fundação Renova apresentou uma planilha de movimentações bancárias relativas ao fornecimento de AFE até maio/2020 (dados reportados no relatório anterior), dado que ainda não foi atualizado, a despeito de já reiteradamente solicitado pela Ramboll à Fundação Renova.

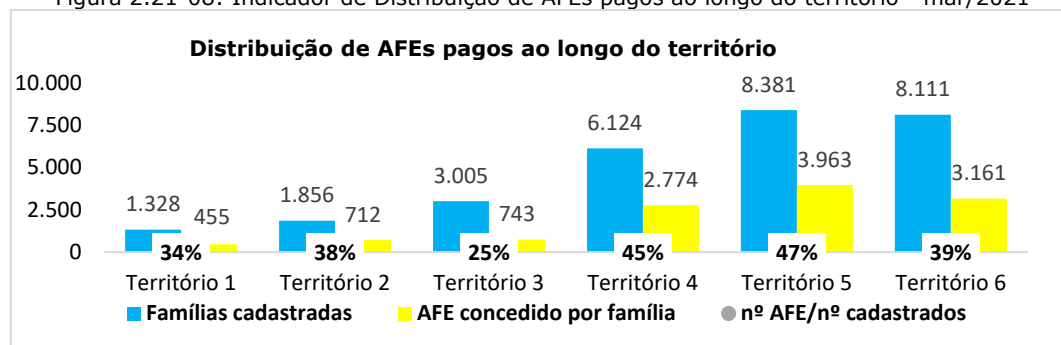
Observando o comparativo entre as planilhas de homologação de acordos apresentadas perante a 12ª Vara Federal e a base de dados do PG21 (filtro 1535) foi possível identificar que, dentre um total de 7.665 pessoas com acordos homologados no novo sistema indenizatório até o momento⁴¹, 1935 (25%) recebiam Auxílio Financeiro Emergencial e, assim, devem provavelmente passar pelo procedimento de quitação do AFE.

No dia 08 de fevereiro, as instituições de justiça MPF, MPMG e Defensorias Públicas peticionaram nos autos do Eixo 7 requerendo que seja determinado à Fundação Renova que se abstenha de vincular a adesão à matriz de danos à cessação do pagamento de AFE e restabeleça o pagamento de AFE àqueles que já aderiram ao novo sistema indenizatório, devendo realizar o pagamento retroativo e atualizado, o que ainda não foi apreciado.

Quanto ao status de avaliação dos cadastrados para ingresso no PAFE, a Fundação Renova reportou no RMM com dados de janeiro/21 que, de um total de 31.700 “cadastros com família” encaminhados ao PG21, 15.932 (50%) foram tratados. Destes, 3.884 (24%) foram considerados como “Impactados indiretos/não elegíveis”.⁴² Ainda do total de famílias cadastradas, 11.485 (36%) são classificados como “aguardando política”.⁴³ e outros 4.275 (13%) encontram-se “em análise”.

Ao analisar a distribuição do pagamento de auxílios financeiros ao longo do território da Bacia do Rio Doce, e considerando a territorialização utilizada pela Fundação Renova, nota-se que há considerável variação de atendimento entre os territórios, desde 25% até 47%. Os territórios 4 e 5 apresentam valor superior à porcentagem média de famílias cadastradas que recebem o auxílio.

Figura 2.21-08: Indicador de Distribuição de AFEs pagos ao longo do território - mar/2021



⁴⁰ Informação fornecida pela Fundação Renova durante a 52ª Reunião Ordinária da CT-OS.

⁴¹ Dado obtido a partir dos CPFs disponíveis nas planilhas encaminhadas para homologação no âmbito do Eixo 7. Não se refere ao número total de indivíduos que tiveram acordos homologados, uma vez que em considerável parcela das planilhas apresentadas não consta o dado de CPF.

⁴² Note-se que a denominação de impacto indireto praticada pela Fundação Renova não está esclarecida e que os critérios para acesso ao AFE estão diretamente condicionados à perda de renda com interrupção da atividade em decorrência do desastre.

⁴³ Destaca-se a improcedência deste argumento, considerando que, nos termos do TTAC, o AFE não está associado a políticas indenizatórias ou que imponham algum tipo de tratamento específico, mas sim associado a Cláusulas específicas do TTAC.

Os dados de famílias vulneráveis identificadas no cadastro integrado indicam que 47% delas recebem auxílio financeiro emergencial⁴⁴. É importante registrar que este indicador permite observar o padrão de atendimento às condições de vulnerabilidade numa situação de desastre tendo em vista as recomendações presentes nas Plataformas Internacionais de Direitos Humanos ao tratar do tema que preconizam a transferência de renda como uma das medidas a serem adotadas. Contudo, observa-se que nem todos os vulneráveis, nos termos das informações presentes no Cadastro Integrado, atendem os critérios de acesso ao AFE segundo as Cláusulas 137 e 138 do TTAC. Esta situação aponta para a necessidade de tratamento detalhado das informações sobre essa população objetivando observar sua situação no contexto das cláusulas citadas.

Quanto ao acesso ao AFE por gênero, é possível observar significativa disparidade, na medida em que 36% dos auxílios possuem titulares mulheres. Este percentual provavelmente decorre do fato de que grande parte das mulheres trabalhadoras não tem visibilidade enquanto tal, uma vez que estão registradas como dependentes dos titulares no cadastro, situação que viola as principais cláusulas do TTAC que disponibilizam o AFE para todos que tiveram sua atividade econômica interrompida em decorrência do desastre.

Figura 2.21-09: Acesso ao AFE pelas famílias vulneráveis – Março/2020

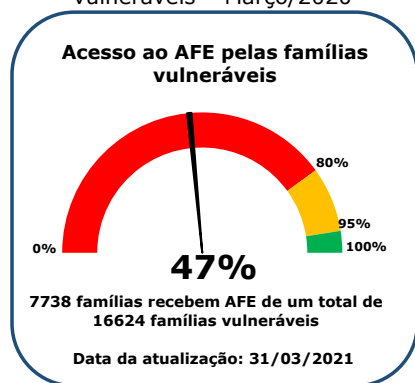
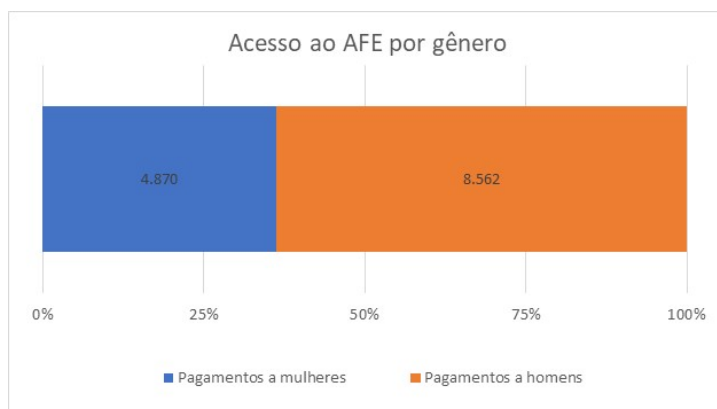


Figura 2.21-04: Acesso ao AFE por gênero



Para finalizar, destaca-se que a análise, ainda preliminar, sobre a suspensão dos AFEs quando do falecimento do titular identificou 12 casos nos quais a Fundação Renova justifica a suspensão mediante a ausência de documentação comprobatória da dependência que garanta a transferência do benefício ao dependente, estando esta documentação disponível, numa flagrante violação do artigo 16 da Lei nº 8.213/91. Durante a 52ª Reunião Ordinária da CT-OS, foi encaminhado que a Fundação Renova deverá rever tais casos, conforme já solicitado no Ofício CTOS nº 05/2021.

2.22 PG022/41: Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais

No mês de março de 2021, nenhum dos cronogramas no formato “.mpp” foi enviado pela Fundação Renova. Com isso a avaliação dos Programas através da análise dos cronogramas não pode ser realizada devido à falta de informações e consequentemente impedindo a continuidade no monitoramento dos indicadores conforme já vinha sendo elaborado nos últimos meses. Consequentemente, os indicadores Taxa de alteração dos cronogramas e Taxa de alteração dos prazos dos cronogramas não puderam ser elaborados para este relatório.

Dentre os 42 programas da Fundação Renova, o PG037 está encerrado e o PG022 e PG041 são avaliados como um único programa, assim, 40 programas foram avaliados de acordo com o status das suas definições e revisões perante o CIF.

Tendo como referência os dados coletados a partir das informações obtidas para o mês de março de 2021, foi possível verificar que em comparação ao mês de fevereiro de 2021 houve alteração de status de

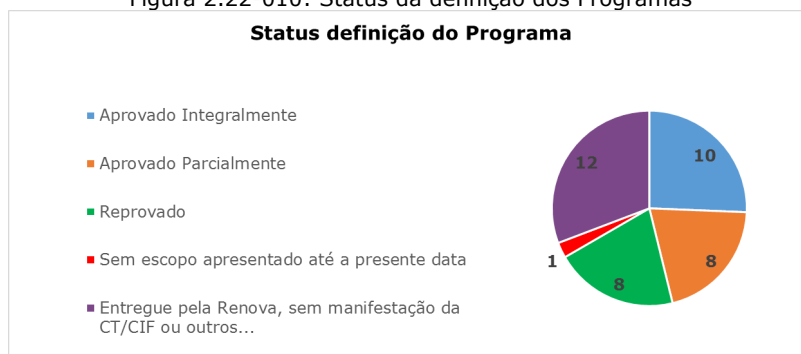
⁴⁴ O número total de famílias vulneráveis considerado neste indicador refere-se a dez/2019, uma vez que os pagamentos de AFE são reportados só até dez/2019, embora atualizados mensalmente.

definição de um dos 40 programas avaliados: o PG 24 passou do status "Aprovado Parcialmente" para "Entregue pela Renova, sem manifestação da CT/CIF ou outros".

Conforme apresentado pela SECEX ao TCU, sobre o status dos Programas, foi solicitado o encerramento do PG024 mesmo este não tendo ainda aprovação total da definição do programa.

De acordo com o status das definições dos programas, é possível verificar que somente 25% dos programas (três socioeconômicos e sete socioambientais) possuem o status de definições aprovadas integralmente pela governança externa, isto é, pelo Comitê Interfederativo (CIF). O restante encontra-se na categoria de parcialmente aprovado 20% (quatro socioeconômicos e quatro socioambientais), reprovados 20% (oito socioeconômicos), ou não possui definição de escopo apresentado até a presente data 3% (um socioambiental) e entregue pela Renova, sem manifestação da CT/CIF ou outros 30% (sete socioeconômicos e cinco socioambientais). (Figura 2.22-01)

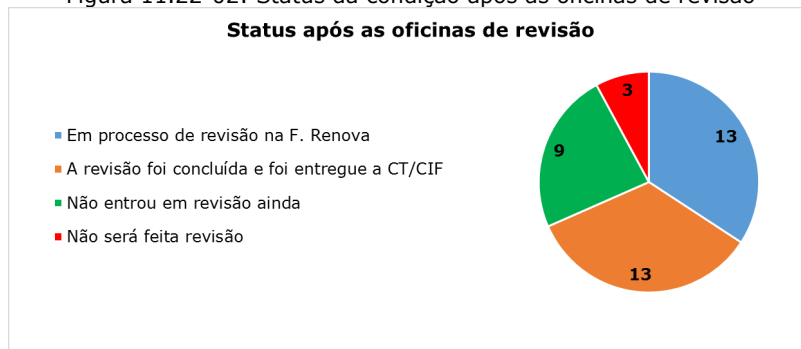
Figura 2.22-010: Status da definição dos Programas



Como resultado, então, em consideração ao status após as oficinas de revisão, não foi possível identificar programas tiveram a alteração de status.

Sendo assim foi possível identificar que 33% dos programas (oito socioeconômicos e cinco socioambientais) possuem o status de em processo de revisão na Fundação Renova, enquanto 33% encontra-se com status de que a revisão foi concluída e foi entregue ao CT/CIF (sete socioeconômicos e seis socioambientais). Outros 23% dos programas (seis socioeconômicos e três socioambientais) foram categorizados como não entraram em revisão ainda, enquanto 8% dos programas (três socioambientais) não serão feitas revisões. (Figura 2.22-02)

Figura 11.22-02: Status da condição após as oficinas de revisão



2.23 PG023/PG024: Programa de Manejo de Rejeitos e Sistemas Contenção e Tratamento de Rejeitos *In Situ*

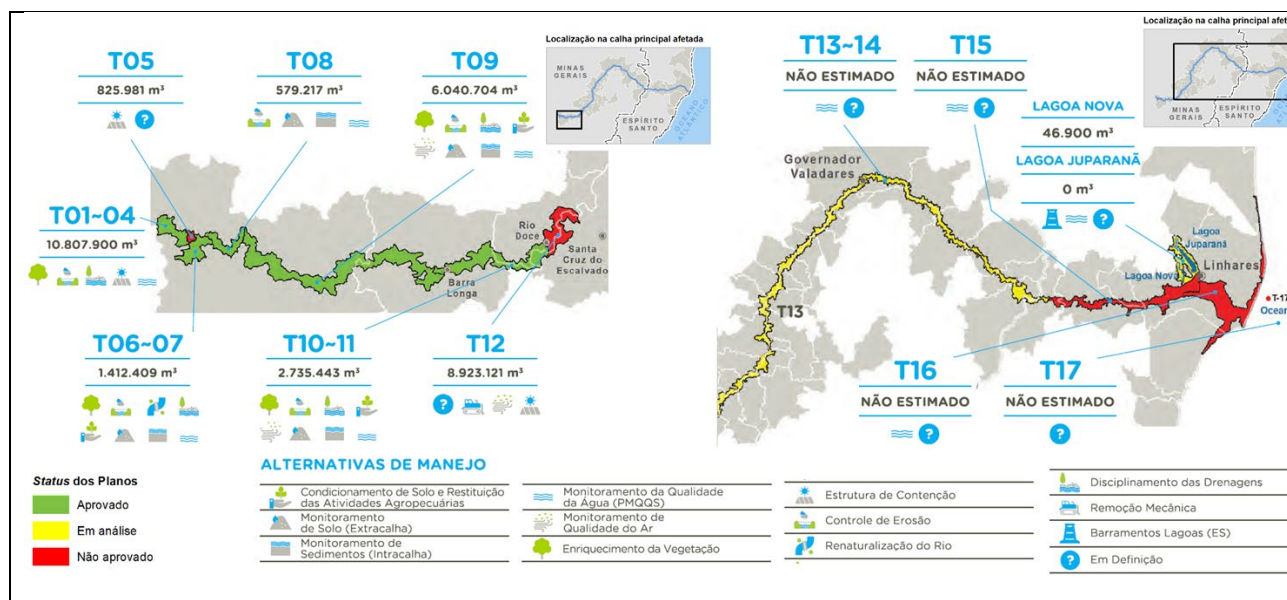
A definição de escopo do PG023 - Programa de Manejo de Rejeitos e do PG024 - Sistemas de Contenção de Rejeitos e Tratamento *in situ* foi aprovada por meio da Deliberação CIF nº 246, de 30 de novembro de 2018, com base nas Notas Técnicas da CT-GRSA nº 09/2018 nº 10/2018. De acordo com estas Notas Técnicas, os projetos estabelecidos para atendimento das obrigações do TTAC são:

- PG023: (i) Caracterização Ambiental Detalhada da Área Ambiental 1; (ii) Plano de Manejo de Rejeitos (PMR); (iii) Gestão da Qualidade do Ar; (iv) Gestão de Áreas Contaminadas; (v) Estudos Complementares; (vi) Proteção do Sistema Lacustre do Baixo Doce;

- PG024: (vii) Obras para reforço das estruturas de contenção existentes e construção de estruturas emergenciais para a contenção de rejeitos; e (viii) Propostas de estudos e tratamentos para redução do transporte de rejeitos e redução da turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves.

O principal norteador das ações no programa é o Plano de Manejo de Rejeitos, cujo objetivo é "apresentar diretrizes, conceitos, metodologias, técnicas, critérios e indicadores para tomada de decisão quanto ao manejo dos rejeitos para elaboração e execução de projetos aplicáveis a cada fração territorial nas áreas afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão" (CH2M, 2017). No mesmo plano é definido o processo de tomada de decisão em cinco fases: (1) Fase 1A – Caracterização ambiental da área afetada e Fase 1B – Complementação da caracterização ambiental da área afetada; (2) Fase 2 – Tomada de decisão e seleção das alternativas de manejo; (3) Fase 3 – Avaliação governamental da proposta apresentada; (4) Fase 4 – Comunicação aos proprietários; e (5) Fase 5 – Implementação e monitoramento da alternativa selecionada.

Figura 2.23-01: Sumário por trecho de *status* de aprovação, alternativas selecionadas e estimativa de depósitos de rejeitos em seus respectivos Planos de Manejo de Rejeito (Trechos 1 a 17).



Dos 43,8 milhões de m³ de rejeitos liberados pelo rompimento da barragem de Fundão, cerca de 31,2 milhões de m³ (71%) foram depositados até a UHE Risoleta Neves. A Figura 2.23-01 apresenta os volumes estimados dos depósitos de rejeitos, o *status* de aprovação dos Planos de Manejo de Rejeitos e as alternativas de manejo implementadas ou em implementação nos trechos 1 a 17. As seções seguintes apresentam a situação da implementação das ações de manejo de rejeitos em cada trecho.

No âmbito do Eixo Prioritário 1 – Recuperação ambiental extra e intracalha, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou, em 29 de março de 2021, uma petição à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais sobre o panorama do Eixo 1. De acordo com a petição, ao longo de suas manifestações as empresas mantenedoras substituíram a Fundação Renova de forma indevida procurando afirmar que suas obrigações haviam sido cumpridas em relação aos itens dos Eixos. Para a contestação, a AGU apresentou as Deliberações CIF nºs 393, 395, 396, 397, 400, 401, 404, 405, 406, 412, 425, 426, 474 e 475, as quais são relacionadas ao Eixo 1 e que relatam descumprimentos e insuficiências, indicando adsorção de atribuições deliberativas e de gestão pelas empresas e não pela Fundação Renova.

Trechos 1 a 4: Barragem de Fundão ao Dique S3

Durante o período emergencial, a Samarco construiu estruturas para conter o vazamento de rejeitos do vale do Fundão:

- A barragem de Germano foi reforçada com os diques Sela, Tulipa e Selinha. Foi apresentado pela Samarco na 51ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, em fevereiro de 2021, o plano de descaracterização da Cava e da Barragem de Germano que engloba, consequentemente, a descaracterização dos diques. A decisão atende a Lei nº 14.066/2020, a respeito do descomissionamento das barragens alteadas pelo método de montante. O status atual do plano envolve a remoção de rejeitos (contrapilhamento Selinha), na Cava de Germano, e a construção da 2ª fase de retaludamento na Barragem de Germano (Dique Principal).
- A barragem Santarém, que foi galgada e assoreada pelos rejeitos, foi reforçada, ampliada e foi renomeada de barragem Nova Santarém (conclusão em julho de 2017);
- Os diques S1 e S2 (conclusão em fevereiro de 2016) foram duas estruturas que contiveram vazamentos iniciais e estão atualmente assoreadas; e
- O dique S3 (conclusão em fevereiro de 2016) é uma estrutura localizada logo após a confluência dos córregos Santarém e Mirandinha, que formou um lago com capacidade de retenção de sedimentos do vale do Fundão.

O Plano de Manejo de Rejeitos (PMR) dos Trechos 1 a 4 foi aprovado com ressalvas em outubro/2018, através da Nota Técnica CT-GRSA nº 06/2018, sendo formalizadas sete requisições para atendimento por parte da Fundação Renova. As requisições 2, 4, 6 e 7 são as de maior destaque e abrangem as seguintes questões: (i) situação das nascentes existentes nos Trechos 1 a 4; (ii) projetos para recuperação de tributários e áreas de APPs; (iii) projeto de recuperação dos cânions ou “gargantas” do Trecho 03; (iv) projeto de recuperação ambiental para implementação da alternativa de “enriquecimento da vegetação com espécies nativas e monitoramento”. Essas requisições foram incorporadas pela LOC (Licença de Operação Corretiva) de Germano, através da Condicionante nº 23.

Na 52ª Reunião Ordinária da CT-GRSA foi reapresentado o avanço do cronograma de atividades do trecho 1 a 4, indicando a conclusão das atividades em janeiro de 2021, como: instalação de bueiros de acesso no ITS-02; hidrossemeadura de talude da margem esquerda, instalação de drenagens de acesso e revestimento de drenagem em concreto e pedras argamassadas no Cânion T3.

Trecho 5: Bento Rodrigues e Dique S4

Como forma de contenção de rejeitos no distrito de Bento Rodrigues, a Samarco concluiu a construção do dique S4 em janeiro de 2017. Essa estrutura foi viabilizada pelo Decreto NE nº 500/2016 (publicado pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 20/09/2016, com validade de três anos) e o TTAC do dique S4 (celebrado entre a Samarco, Vale e BHP Billiton com o Estado de Minas Gerais, sendo este representado pela SEMAD, FEAM, IEF e IGAM).

O reservatório do Dique S4 tem uma área de inundação de 281,7 mil m² na cota do vertedor (El. 697,50 m), podendo chegar a uma área de inundação de até 358,1 mil m² na cota da crista (El. 699,50 m), em cenários extremos. Das 236 propriedades mapeadas pela Fundação Renova no distrito de Bento Rodrigues, as seguintes quantidades estão submersas ou susceptíveis à variação da área inundável do reservatório do Dique S4:

- 29 propriedades estão submersas – o correspondente a uma área de 200,6 mil m² abaixo da cota do vertedor – El. 697,50 m; e
- 21 propriedades estão sujeitas a inundações – o correspondente a uma área de 46,4 mil m² abaixo da cota da crista do dique S4 – El. 699,50 m.

Em Bento Rodrigues é necessário definir e acordar com a Comissão de Atingidos o uso futuro do subdistrito, que depende da compatibilização de três fatores principais: (i) resolução da situação de uso e ocupação das propriedades particulares requisitadas pelo Decreto nº 500 de 20/09/2016; (ii) definição da forma de descomissionamento do dique S4 (remoção total ou parcial ou manutenção); e (iii) solução do conflito presente na implementação do Museu de Território em Bento Rodrigues. Cabe salientar que as negociações estão paralisadas desde novembro de 2019.

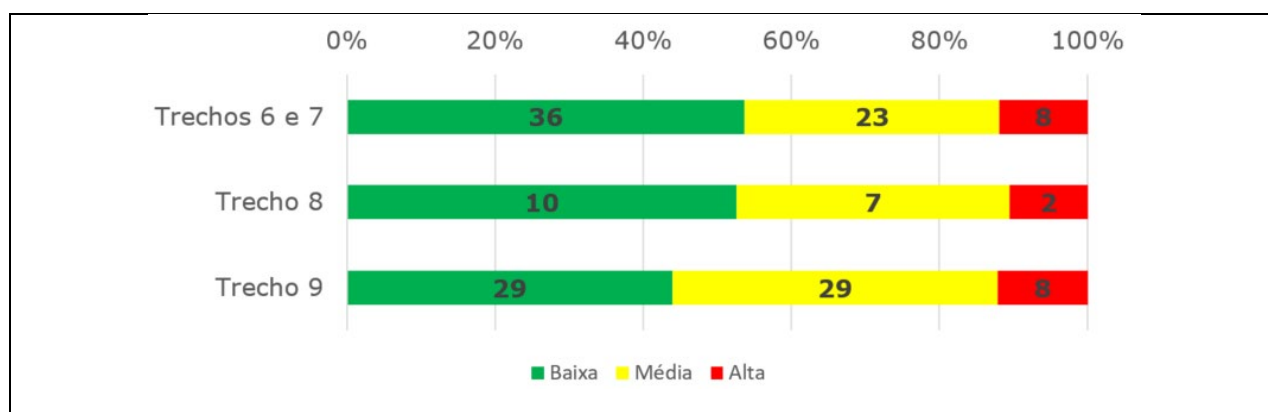
Trechos 6 a 11: Rio Gualaxo do Norte até o início do Reservatório de Candonga

Os trechos 6 a 9 correspondem ao rio Gualaxo do Norte, onde houve a deposição de aproximadamente 8 milhões de m³ de rejeitos, sendo que cerca de 86% está na fora do rio (extracalha). As principais alternativas de manejo de rejeitos desses trechos têm como objetivo controlar a erosão destes depósitos extracalha para o rio através do plantio sobre rejeitos, disciplinamento de drenagens, instalação de retentores de sedimentos e proteção de margens com enrocamento.

Dessa forma, a Ramboll desenvolveu um indicador para avaliar as condições dos depósitos de rejeitos extracalha, ou seja, verificar se essas ações de controle de erosão precisam de manutenção. Neste contexto, a Ramboll aplicou um protocolo de vistoria para identificar: (i) solo exposto, (ii) erosão laminar, (iii) erosão linear, (iv) necessidade de manutenção ou disciplinamento de drenagens, (v) necessidade de manutenção de proteção de margens e (vi) presença de gado. Em função dos resultados obtidos em campo e levando em consideração a forma de monitoramento deste indicador, a Ramboll atribui um nível de criticidade para manutenção de cada ponto vistoriado, sendo baixa, média ou alta.

Entre os meses de agosto e setembro de 2020, a Ramboll vistoriou locais previamente selecionados com base nos (i) pontos da Operação Watu (SEMAD), (ii) Pontos críticos de erosão apontados nos Planos de Manejo de Rejeitos e (iii) lista de pontos do item 3 do Eixo prioritário 1. Conforme apresentado na Figura 2.23-02, todos os trechos vistoriados apresentam menos de 12% de pontos com criticidade alta para manutenção. Em relação à campanha anterior, realizada no período pré-chuvoso 2019/2020, esses resultados apontam para uma tendência de melhora na estabilidade dos depósitos extracalha dos trechos 6 e 7 (quando 18% dos pontos necessitavam manutenção) e de manutenção de uma condição boa nos trechos 8 e 9 (quando menos de 12% dos pontos precisavam de manutenção). O indicador não apresenta atualizações, uma vez que os trabalhos de campo foram suspensos em decorrência da pandemia de Covid-19.

Figura 2.23-02: Criticidade para manutenção de pontos de controle de erosão - pré período chuvoso 2020/2021.



Na 52ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, ocorrida em março de 2021, foram apresentadas, pela Fundação Renova, fotografias das atividades de manutenção e estabilização das margens com enrocamento e disciplinamento de drenagem com aplicação de biomanta e biorretentores nos trechos 6 e 9.

Referente ao Plano de Manejo de Rejeitos dos Trechos 10 e 11, este foi aprovado com ressalvas porque não propôs alternativas de manejo para a área urbana de Barra Longa (Centro e Volta da Capela), área com maior aglomeração populacional do município. A área urbana foi alvo de ações de remoção de rejeitos no período emergencial, quando foram destinados 131,8 mil m³ para o Aterro Fazenda Vista Alegre/João Tavares e cerca de 29 mil m³ foram aproveitados para o alteamento do Campo de Futebol dos Rodoviários (localizado ao lado do Parque de Exposições de Barra Longa). Como ainda existem depósitos de rejeitos remanescentes que precisam de alguma solução definitiva, a Nota Técnica da CT-GRSA nº 14/2019 estabeleceu que a Fundação Renova deveria elaborar um Plano de Manejo de Rejeitos específico para a área urbana de Barra Longa.

Durante a Reunião CT-GRSA Gerencial nº 08/2020 realizada em 28/05/2020, a SEMAD apresentou o Ofício SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA nº. 155/2020: Convocação para o Licenciamento Ambiental, que

requer a regularização e licenciamento (modalidade a definir) das ações realizadas e previstas em Barra Longa/MG.

Segundo informado pela Fundação Renova, na 52ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, aproximadamente 15% da extensão dos tributários entre os trechos 6 a 11 precisaram de alguma manutenção, ação considerada positiva pela equipe da Fundação Renova. Devido às restrições da pandemia, as ações no município de Barra Longa/MG foram paralisadas.

No tocante à recuperação das Lagoas Marginais, a Advocacia-Geral da União (AGU) requereu em Juízo a apresentação perante o CIF dos documentos relativos ao Item 6 do Eixo Prioritário 1, com protocolo até a data limite de 13/11/2020. Em resposta, a Fundação Renova protocolou o Processo nº 1000242-22.2020.4.01.3800 apresentando novo cronograma das atividades, com data de entrega do projeto básico da destinação final do material removido em 22/03/2021 e entrega do projeto executivo para 31/05/2021. Em 22/03/2021, a Fundação Renova fez a entrega do Item 6 para análise da CT-GRSA, a qual irá subsidiar a decisão do Comitê Interfederativo (CIF) junto ao juiz da 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais.

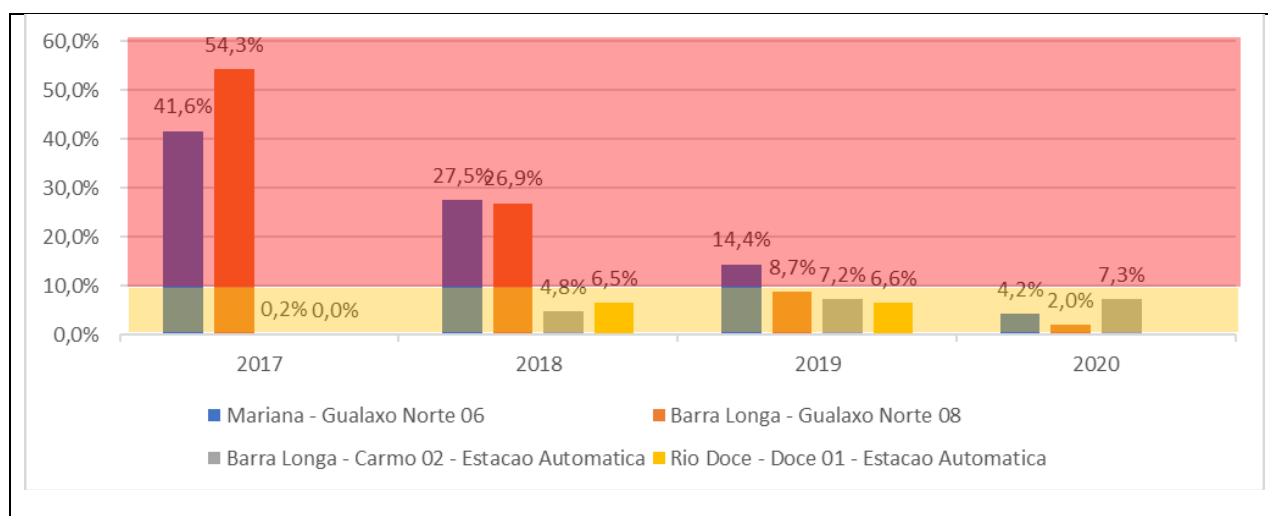
Trecho 12: Lago da UHE Risoleta Neves (Candonga) e arredores

Na 34ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, realizada em 18/06/2019, a coordenação da Câmara Técnica considerou que antes de avaliar o Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 12 deveriam ser definidas as ações de recuperação da UHE Risoleta Neves. O panorama deste trecho é apresentado no relatório do PG009 – Programa de Recuperação da UHE Risoleta Neves, cujas ações estão em processo de licenciamento.

Monitoramento da Turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce

Considerando as medições horárias de turbidez durante o período seco, de 2017 a 2020, nas estações automáticas do PMQQS entre nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves, os dados até setembro de 2020 (último mês do período seco) mostram uma diminuição na porcentagem de desconformidades, ou seja, o tempo em que a turbidez esteve acima de 100 NTU diminuiu ao longo do tempo. Cabe ressaltar que a estação automática RDO-01, localizada no trecho 11, não está funcionando desde dezembro de 2019.

Figura 2.23-03: Porcentagem de registros de turbidez acima de 100 NTU nas estações automáticas RGN-06, RGN-08, RCA-02 e RDO-01 nos períodos secos de 2017, 2018, 2019 e 2020.



Monitoramento da Qualidade do ar

Em relação ao monitoramento de qualidade do ar, a Ramboll elaborou o indicador INFRA.23.04 Qualidade ar para classificar dos resultados de PM10 (Partículas Inaláveis <10µm) em: (i) Boa; (ii)

Moderada; (iii) Ruim; (iv) Muito Ruim ou (v) Péssima. Esta classificação é baseada nos procedimentos da Resolução CONAMA nº 491/18 e IQAr da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Tabela 2.23-01 – Índice de Qualidade do Ar (IQAr) nas estações automáticas da Fundação Renova– janeiro/2020 a dezembro de 2020.

IQAr (nº de médias diárias/ %)	Barra Longa			Mariana	Rio Doce	
	Centro	Volta da Capela	Gesteira	Paracatu	Santana do Deserto	Centro
Boa	280	307	293	248	336	300
	76,50%	83,88%	80,05%	67,76%	91,80%	90,63%
Moderada	1	5	0	22	0	1
	0,27%	1,37%	0,00%	6,01%	0,00%	0,30%
Dias sem dados válidos	85	54	73	96	30	30
	23,22%	14,75%	19,95%	26,23%	8,20%	9,06%

Conforme apresentado na Tabela 2.23-01, a Fundação Renova possui três estações automáticas de medição no município de Barra Longa (1-Cento, 2-Volta da Capela e 3-Gesteira); uma em Mariana no distrito de Paracatu de Baixo; e duas em Rio Doce (1-Santana do Deserto e 2-Centro da cidade, esta última com dados disponíveis a partir de fevereiro/20). A maior parte dos dias com dados válidos apresenta IQAr “Bom”.

Trechos 13 e 14: rio Doce, da barragem de Candonga até a barragem de Mascarenhas

O Plano de Manejo de Rejeitos dos Trechos 13 e 14 foi entregue em outubro de 2019. Contudo, conforme apresentado na Nota Técnica CT-GRSA nº 13/2020, os dados primários não foram coletados de forma representativa, ou seja, houve insuficiência espacial na amostragem de solo e sedimentos para caracterização físico-química, biológica e quantificação dos eventuais acúmulos de rejeitos dentro e fora do rio (intra e extracalha).

Na 5ª Reunião Extraordinária do CIF, realizada em 28/08/2020, foram aprovadas as requisições da revisão do Plano, que preveem o adensamento da malha amostral com 65 transectos (15 anteriores+50 adicionais), caracterização de 18 lagoas marginais e realização de *screening* (coleta pontuais de sedimentos) entre os transectos. A área de potencial impacto será delimitada pela revisão da mancha de inundação, considerando as cheias de janeiro de 2016 e 2020 (com entrega prevista para abril/2021).

Durante a Reunião Ordinária da CT-GRSA, ocorrida em 23/03/2021, a Fundação Renova apresentou a atualização do cronograma do Plano de Manejo de Rejeito dos trechos 13 e 14, cuja entrega é prevista para 07/2021. Na ocasião, também foi apresentado o *status* das anuências, tendo o seguinte cenário: 89% de anuências obtidas, 8% negadas, 2% pendentes e 1% de anuências solicitadas, mas ainda sem retorno. Em relação aos transectos, estão sendo realizados ajustes dinâmicos quando necessário, em função de imprevistos como falta de anuência e dificuldade de acesso.

Em conformidade com a Nota Técnica CT-GRSA nº 22/2020, foram entregues para a CT-GRSA os três primeiros subprodutos do Estudo da Mancha de Inundação dos trechos 13 a 16: (i) Atualização dos Estudos Hidrológicos; (ii) Visita de Campo e Levantamento Topobatimétrico Complementar; e (iii) Elaboração do Modelo Digital de Terreno, respectivamente. A Nota Técnica CT-GRSA, aprovada em 7 de abril de 2021, não considerou cabível determinar a aprovação ou reprovação de tais estudos, sendo necessário atendimento às seguintes requisições, podendo-se destacar:

- i) 1º Subproduto: apresentar séries de vazões máximas por estação fluviométrica, erro e aderência dos testes das distribuições de vazões máximas, erros das vazões das cheias ocorridas em 2016 e 2020, mancha de inundação de 2020, considerar os canais de drenagem na foz do rio Doce.
- ii) 2º Subproduto: padronizar escala, apresentar informações quanto a batimetria em corredeiras e a distância entre os pontos de batimetria.

- iii) 3º Subproduto: plotar todos os pontos utilizados para a confecção do MDT, detalhamento do levantamento topobatemétrico, identificar data e hora dos levantamentos e definir escalas nos eixos para apresentação dos perfis.

Além disto, todos os subprodutos devem atender as recomendações da Nota Técnica GEAAD/FEAM nº1. O prazo para a entrega final do produto será definido na 52ª Reunião Ordinária do CIF, prevista para ocorrer nos dias 5 a 7 de maio de 2021.

Trecho 15: Rio Doce, da barragem Mascarenhas até a cidade de Linhares/ES

Entre o rompimento da barragem de Fundão (05/11/2015) e a passagem da pluma de rejeitos em Linhares/ES (21/11/2015), em caráter emergencial e determinada por decisão judicial, a Samarco construiu barramentos para evitar o contato da água do rio Doce com as lagoas de Linhares. Em 2018, os barramentos do rio Bananal e do rio Pequeno (que ligam o rio Doce à Lagoa Nova e Juparanã, respectivamente) foram reforçados para diminuir o risco de rompimento. O barramento do rio Pequeno também passou por adaptações para receber um sistema de extravasamento da água reservada na Lagoa Juparanã, sobretudo em função da constante inundação de terrenos e residências no bairro Patrimônio da Lagoa, localizada ao norte do corpo d'água no município de Sooretama/ES. Apesar dos reforços realizados nos barramentos em 2018, os coeficientes de segurança do barramento do Rio Pequeno permaneceram abaixo dos valores da norma, resultando na decisão judicial (1012064-42.2019.4.01.3800), proferida em 25/09/2019, que determinou a remoção deste barramento após a construção de uma ensecadeira de proteção.

Essa nova estrutura consiste num barramento submerso que permite a vazão da água da lagoa Juparanã para o rio Doce, porém, quando o nível do rio Doce aumenta, a ensecadeira pode ser alteada, em até 16 horas, para evitar a entrada da água do rio na lagoa. Atualmente os barramentos do rio Pequeno (ligação à Lagoa Juparanã) e do rio Bananal (ligação à Lagoa Nova) funcionam com a técnica da ensecadeira. Sendo que no Rio Bananal onde não existe a ensecadeira de proteção como no Rio Pequeno, ocorre o lançamento da ensecadeira somente quando há um aumento do nível da água a ponto de permitir o contato entre as águas no sentido do Rio Doce para o Rio Bananal.

O Plano de Manejo de Rejeitos (PMR) do Trecho 15 foi apresentado pela *Golder Associates* em fevereiro de 2020. Contudo, esse estudo apresentou problemas metodológicos resultando na sua reprovação. A Nota Técnica CT-GRSA nº 06/2020 apresenta os seguintes pontos: (i) a utilização de referências bibliográficas baseadas em estudos reprovados ou aprovados parcialmente pelo sistema CIF, sem citar ou ponderar suas respectivas ressalvas; (ii) utilização de método considerado incorreto para cálculo de linha de base (*baseline*) para a turbidez do trecho; (iii) discussão da presença de metais utilizando comparação de métodos incompatíveis de determinação de teores de metais; (iv) utilização de mancha de inundação considerada inferior à realidade, o que afeta o tamanho da área diretamente impactada (extracalha); (v) utilização de tempo de retorno (TR) de 2 anos quando já havia sido acordada a utilização de um TR de 10 anos para toda a bacia; (vi) incompatibilidade entre os resultados presentes nos anexos e os apresentados no texto; (vii) não apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pela elaboração do estudo.

Como este tema é tratado no âmbito do processo judicial do item 11 do Eixo Prioritário 1, a CT-GRSA e o CIF recomendaram o não atendimento do item em questão e, desde abril de 2020, as requisições apresentadas na Nota Técnica CT-GRSA nº 06/2020 aguardam a decisão do juiz para serem incorporadas na revisão do Plano de Manejo de Rejeito do Trecho 15.

Em 26/03/21, aconteceu a 6ª Reunião Gerencial CT-GRSA cujo objetivo era a apresentação, por parte da Fundação Renova, das considerações sobre os encaminhamentos e correções requeridas através da Nota Técnica CT-GRSA nº 06/2020, a qual reprovou a versão anterior do Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 15. Os esclarecimentos foram feitos pela Golder e dentre as alterações realizadas pode-se destacar: (i) exclusão do percentil 90% dos resultados de baseline de turbidez; (ii) inclusão de informações complementares da qualidade da água antes do rompimento; (iii) reanálise das amostras obtidas por Pacheco (2015) utilizando o método 3051a (forno de micro-ondas) pelo próprio autor; (iv) utilização dos

rejeitos da barragem de Fundão como referência e não da barragem de Germano; (v) aplicação do tempo de retorno (TR) de 10 anos para o trecho 15, até finalização da mancha de inundação.

Eixo 4 - ACP Linhares

O Eixo prioritário 4 trata de questões sobre Infraestrutura e Desenvolvimento. As tratativas relacionadas às ensecadeiras/barramentos presentes no Rio Pequeno e no Rio Bananal, são feitas pelo juiz da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, no denominado Eixo prioritário 4. O Eixo 4 está vinculado ao processo Nº 1012064-42.2019.4.01.3800, também conhecido como ACP Linhares.

Na 52ª reunião da CT-GRSA, ocorrida em 23 de março de 2021, a Fundação Renova apresentou o status das obras na região de Linhares/ES e o processo de regularização ambiental da área. As obras da região estão divididas entre Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). O PRAD Obras corresponde às áreas dos canteiros de obras e barramentos, divididos em duas partes: Sítio Santana – área do antigo barramento e canteiro de obras (Parte 1) e Sítio Cantinho da Caça – área da atual ensecadeira e canteiro de obras (Parte 2). Já o PRAD Florestal engloba os fragmentos florestais alagados pela presença desses barramentos.

A Fundação Renova apresentou na 52ª reunião da CT-GRSA que na parte 1 do PRAD Obras já fizeram o preparo de solo e plantio de braquiária; monitoramento das áreas implantadas com pastagens; replantio em área de APP na ombreira com adequação das áreas onde estava o barramento e o canal extravasor. As obras na Parte 2 dependem do descomissionamento total da ensecadeira no Rio Pequeno, ainda sem previsão. Para a área do PRAD Florestal, a Fundação Renova informou que não tem um projeto executivo, somente estudos e monitoramento das áreas que foram alagadas, com previsão de ocorrer em 24 meses, conduzido pela empresa Bio Flora. Na área do PRAD Florestal, atualmente, estão coletando anuências dos proprietários; comunicação com órgãos como IDAF, INCRA e IBAMA para consultas/licenças; sorteio e distribuição das parcelas experimentais de estudos e definição interna da matriz de segurança para validação das parcelas experimentais. Até o momento, a Fundação Renova possui anuência de 62% e recusa de 21% dos proprietários.

Em relação à regularização ambiental, a Fundação Renova informou na 52ª reunião da CT-GRSA, que a região não passou por nenhum processo de licenciamento. Segundo eles, até então, será necessário o licenciamento apenas para a destinação do volume a ser retirado da ensecadeira quando esta for descomissionada. Tratando-se dos PRADs, uma consulta foi feita à Prefeitura de Linhares referente ao PRAD Obras e outra encaminhada ao órgão estadual, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), referente ao PRAD Florestal. Em relação ao PRAD Obras foi apresentado o projeto executivo à Secretaria de Meio Ambiente de Linhares (SEMAM) e foi permitida a realização das obras. Já em relação ao IDAF, foi feita uma consulta em relação à pesquisa e monitoramento nos fragmentos florestais. O IDAF informou que até o momento, não é necessário licença, exceto no caso de retirada de elementos arbóreos e para o uso de herbicidas, em que será necessário consultar licenças específicas. Para a área de Terra Altinha, presente em Área de assentamentos da Reforma Agrária Sezínio Fernandes de Jesus, a competência é do INCRA, o qual autorizou o monitoramento e implantação do PRAD apresentado a eles. A Fundação Renova informou que será finalizada em abril a implantação das parcelas experimentais e a partir de maio, serão iniciados os estudos com a emissão dos relatórios semestrais e anuais. A elaboração do PRAD Executivos está prevista para maio de 2023.

Trecho 16: Rio Doce, da cidade de Linhares/ES até foz, incluindo praias, restinga e mangues

O Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 16 foi encaminhado ao CIF em 30/04/2020, data acordada no item 11.1 do Eixo Prioritário 1. Durante os meses de maio e junho de 2020, os membros da CT-GRSA conduziram uma avaliação de atendimento desta entrega, considerando a caracterização ambiental do trecho 16.

De acordo com a avaliação publicada na Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2020, o Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 16 deverá ser refeito, com novas campanhas de caracterização e análises ambientais, atendendo às solicitações desta nota técnica. Nesta avaliação, a CT-GRSA levantou premissas inadequadas

e incoerências, inclusive sendo necessária uma releitura dos dados para conduzir a avaliação do documento. Em relação ao atendimento das diretrizes para elaboração do PMR do trecho 16 apresentadas na nota Técnica CT-GRSA nº 01/2019, somente não foi atendida a requisição nº 05, que solicita que os estudos no ambiente costeiro atingissem o *buffer* mínimo de 300 m.

Como este tema é tratado no âmbito do processo judicial do item 11.1 do Eixo Prioritário 01, a CT-GRSA e o CIF recomendaram o não atendimento do item em questão e, desde julho de 2020, as requisições apresentadas na Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2020 aguardam a decisão do juiz para serem incorporadas na revisão do Plano de Manejo de Rejeito do Trecho 16.

Adicionalmente ao escopo do PMR, durante a 51ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, a Fundação Renova apresentou o cronograma das campanhas de campo na região da planície costeira e deltaica do Rio Doce com o objetivo de diagnosticar danos na região, em cumprimento à Deliberação CIF nº 165 e à Nota Técnica CT-GRSA nº 05/2019. Entre os dias 08 e 17 de março de 2021, foi realizada a 5ª campanha nas localidades de Comboios, Degredo e São Mateus/Itaúnas, pela Golder Associates, com entrega do segundo relatório (anual) em 19 de março de 2021. Em reuniões realizadas em fevereiro e março de 2021, o GT-Baixo Doce avaliou os dados das campanhas anteriores e discutiu a respeito da adição de mais pontos de monitoramento e de dados biológicos para as campanhas subsequentes. Desse modo, como encaminhamento, ficou decidido que seria esperada a avaliação do relatório anual para definição quanto à inclusão das solicitações.

Trecho 17: Zona marinha

A entrega do Plano de Manejo do Trecho 17 (marinho) possui alguns elementos no processo de judicialização, no âmbito do Eixo Prioritário 1 – recuperação ambiental intra e extracalha. Os relatórios de modelagem dos processos sedimentológicos conexos ao rio Doce e rios adjacentes foram entregues e avaliados pela CT-GRSA. As Notas Técnicas CT-GRSA nº 03/2020 e nº 19/2020 consideram que a Etapa I de estimativa por modelagem foi realizada, ou seja, apontam quais áreas devem ser preferencialmente amostradas em campo na Etapa II. O início das amostragens (Etapa II) depende de decisão judicial, que está pendente desde abril de 2020.

Processo de encerramento do PG024 - Sistemas de Contenção e Tratamento de Rejeitos In Situ

Em 30/11/2018, o PG024 teve a aprovação do seu escopo, projetos e objetivos, pelo Comitê Interfederativo (CIF) por meio da Deliberação CIF nº 246, com base na Nota Técnica CT-GRSA nº 09/2018. Seus objetivos abrangem as Cláusulas 154, 155, 156 e 157 do TTAC. O programa engloba o diagnóstico e obras de reforço das estruturas de contenção remanescentes do Complexo Germano (Diques da Sela, Tulipa e Selinha e Barragens de Germano e Santarém) e, além disto, é responsável pela construção das estruturas emergenciais que visam auxiliar na contenção dos rejeitos: Eixo 1, Barragem Nova Santarém, Diques S1, S2, S3 e S4.

A Nota Técnica CT-GRSA nº 09/2018, que embasou a decisão do CIF para aprovação do escopo do programa, remanejou o acompanhamento das estruturas Eixo 1 e o Dique S4 para o PG023 – Manejo de Rejeitos, apesar de serem de estruturas de contenção. O Eixo 1 foi definido como uma alternativa de manejo do contexto intracalha dos Trechos 1 a 4, enquanto o Dique S4 é tratado no Trecho 5, localizado na área de Bento Rodrigues.

Em 15 de abril de 2020, foi apresentada a minuta da Nota Técnica CT-GRSA 08/2020, com o objetivo de avaliar o cumprimento das Cláusulas 154, 155, 156 e 157 do TTAC. Nesse contexto, foram definidas as seguintes considerações:

- **Cláusulas 154, 155 e 156:** Após análise dos estudos e monitoramentos realizados para verificação da estabilidade das estruturas remanescentes, a CT-GRSA verificou a realização de obras de reforço nas estruturas existentes no Complexo de Germano, com fatores de segurança aceitáveis pela legislação vigente ($FS > 1,5$). Essas estruturas são de responsabilidade da Samarco e continuarão sendo acompanhadas pelo órgão ambiental do estado de Minas Gerais e pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Em relação aos Diques do Gualaxo, propostos no Plano de

Recuperação Ambiental Integrado (PRAI), em agosto de 2016, os órgãos ambientais e o IGAM consideraram que a construção destes diques galgáveis e filtrantes seriam responsáveis por significativo impacto ambiental, de modo que não foram executados.

- **Cláusula 157:** Para a análise do cumprimento da cláusula 157, o GTA-PMQQS protocolou a Nota Técnica nº 62 junto à CT-GRSA. Dentre as considerações realizadas, destaca-se: (i) redução dos níveis médios de turbidez para valores abaixo de 100 NTU nas séries analisadas no rio do Carmo e Doce, a partir do segundo período de seca de 2017; (ii) as análises dos dados manuais do PMQQS para o período seco de 2017 e 2018, com exceção do mês de abril que esteve sujeito a eventos de precipitação, se mantiveram abaixo de 100 NTU; (iii) constatação de que o conjunto das ações somados aos processos naturais que ocorrem no rio Gualaxo do Norte permitiram redução gradativa da turbidez, chegando a níveis inferiores a 100 NTU no período seco, após 3 anos da assinatura do TTAC. Para confirmar os critérios presentes na Nota Técnica nº 62 do GTA-PMQQS, a CT-GRSA solicitou ao IGAM uma avaliação das séries históricas dos dados de turbidez para os períodos secos de 2016 até os dados mais recentes, por meio do Despacho nº 27/2020/FEAM/CT – GRSA (17221924). Desse modo, na Nota Técnica nº 26/IGAM/GEMOQ/2020, o IGAM apresentou os resultados que apontaram redução gradativa da turbidez a partir de 2017.

Na 51ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, em 09 de fevereiro de 2021, o fechamento do PG024 foi aprovado no âmbito da Câmara Técnica, resultando na aprovação da Nota Técnica CT-GRSA nº 04/2021 que foi encaminhada ao CIF.

Em 18 de março de 2021, durante a 51ª Reunião Ordinária do CIF, foi apresentado aos membros do Comitê Interfederativo e colaboradores, toda a contextualização do PG024 visando justificar a decisão da CT-GRSA em relação ao encerramento do programa. Desse modo, foi aprovada a Deliberação CIF nº 486/2021, a qual aprova as conclusões da Nota Técnica CT-GRSA nº 04/2021 no que lhe é pertinente, isto é, no que se relaciona as questões técnicas. Esta aprovação parcial decorre do fato de que o PG024 seguirá para análise e manifestação da Auditoria Independente (Ernst & Young) e sequencial apreciação para fins da Cláusula nº 195 do TTAC que diz que *“cada programa ou projeto poderá ser individualmente encerrado, quando atingidas as metas e objetivos globais nele previstos, atestado pela Auditoria Independente, após validação do CIF, que deverá consultar o órgão ou a entidade competente”*.

2.25 PG025: Programa de Recuperação da Área Ambiental 1

O relatório mensal da Fundação Renova, publicado em março, informa a continuidade da execução das manutenções das áreas programadas.

Os dados apresentados pela Fundação Renova à Ramboll em março, relativos ao mês de fevereiro, indicam que foram realizados plantios em mais 14 ha, sendo 2 ha no município de Mariana e 12 ha em Barra Longa. As atividades de manutenção em fevereiro foram realizadas em área de 21,5 ha, sendo 18,5 ha em Mariana e 3 ha em Barra Longa.

As informações fornecidas pela Fundação Renova também indicam que nos 558 ha passíveis de implantação, há proprietários que não autorizaram a recuperação florestal, reduzindo para 432 ha a área passível de restauração. Desse previsto, foram realizadas ações de plantio ou condução da regeneração em 419 ha, permanecendo 13 ha que seriam plantados até o final de março de 2021. Entretanto, o relatório anual da Fundação Renova, publicado em janeiro, indica que o total acumulado em restauração florestal para o programa era de 457,68 ha. Esses dados foram informados nos relatórios da Ramboll de fevereiro e março. As informações estão sendo apuradas junto à Fundação Renova. Assim, serão mantidos os mesmos dados do indicador Evolução da área trabalhada (Figura 2.25-01) conforme último relatório, até que as informações sejam esclarecidas.

Figura 2.25-01: Indicador da área trabalhada no período

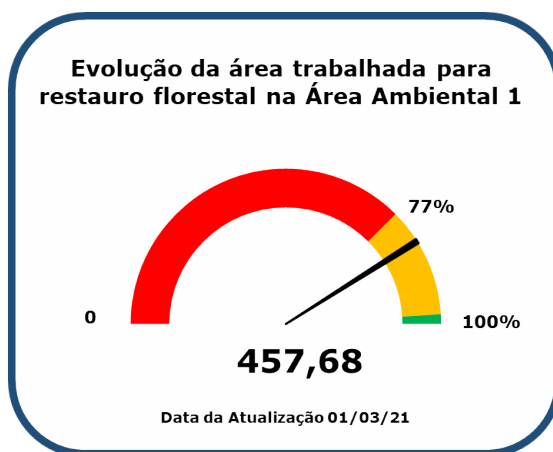
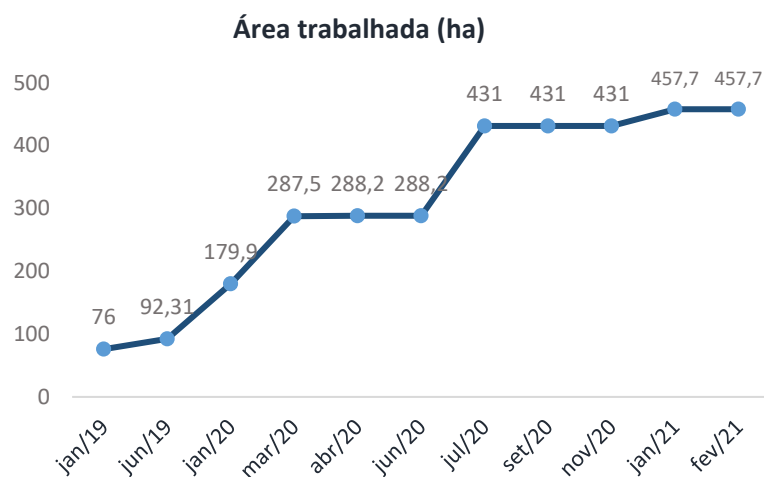


Figura 2.25-02 - Evolução do indicador durante o período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2021



Para o indicador de projetos executivos, não houve alteração. Entende-se que os projetos executivos enviados estão aderentes com as áreas implementadas até o momento e que a recuperação das áreas não contempladas até o momento pode requerer a elaboração de novos projetos (Figura 2.25-03).

Figura 2.25-03: Indicador Projetos Executivos de Recuperação Ambiental



Os investimentos do programa, informados pelo relatório mensal da Fundação Renova (março, 2021), somam R\$ 358,91 milhões, despendidos em ações relacionadas às três cláusulas, 158, 159 e 160 do TTAC, o que representa 77,5% do valor total estimado.

2.26 PG026: Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Recarga Hídrica (ARH)

No período, não houve reunião ordinária da Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-FLOR). Entretanto, o Grupo de Trabalho (GT) para reavaliação e validação das versões dos programas PG026 e PG027, realizou oito reuniões, conforme cronograma abaixo:

Quadro 2.26-01: – Cronograma de reuniões do GT Revisão do PG 26 e 27 no mês de março.

Data	Reunião	Pauta
05/03/2021	1ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	
09/03/2021	2ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	- Prazo de encerramento do Programa - Monitoramento Ecológico
11/03/2021	3ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	ATERA
16/03/2021	4ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	- CAR - Diagnóstico Participativo - DRP
18/03/2021	5ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	Recuperação em Unidade de Conservação
23/03/2021	6ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	Saneamento Rural
26/03/2021	7ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	Junção das áreas de atuação dos PGs 26 e 27
30/03/2021	8ª Reunião do GT Revisão do PG26 e PG27	- Chave de Intervenção - Parâmetros dos Indicadores

As reuniões avançaram com a análise dos programas, entretanto alguns pontos ainda serão melhor avaliados pelo GT, entre eles: chave de intervenção e parâmetros dos indicadores. Os demais pontos foram finalizados sendo totalmente acatados, rejeitados ou com eventuais ajustes.

O prazo de encerramento dos programas foi reduzido para 2031. A justificativa apresentada foi a necessidade de adequação com o encerramento do TTAC em 2031, segundo a cláusula 260, sendo necessária a otimização do cronograma dos programas.

O Monitoramento ecológico também sofreu ajustes nos prazos, sendo excluído o monitoramento aos dois anos. Entretanto, haverá uma avaliação da área no segundo ano de implantação que deverá ser reportada à CT-FLOR, por meio de informe compilado, por região, com base na avaliação das fases de implantação e manutenção das áreas para dar clareza sobre a efetividade da implantação.

A exclusão da Assistência Técnica e Extensão - ATERA foi recomendada à aprovação, com ressalva de apresentar um detalhamento no texto de ações de ATERA que serão incorporadas pelo acompanhamento técnico operacional - ATO. A exclusão do Diagnóstico Participativo foi proposto pela Fundação Renova, que entende que não haverá impactos para o programa, uma vez que a sensibilização dos produtores será realizada pelas equipes de operação nos momentos de mobilização e implantação. Após ajustes na redação, a solicitação foi acolhida pelo GT, mas deve ser avaliada nos próximos anos e, em perda de eficiência, poderá ser revista.

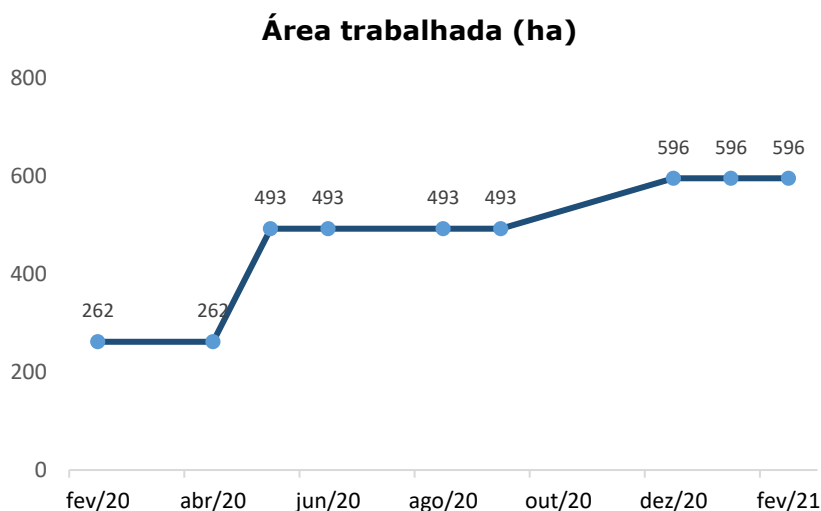
A proposta de junção das áreas de atuação dos PG 26 e 27 foi acatada pelo GT com o seguinte texto: "O quantitativo de áreas disponibilizadas em cada edital e não absorvido pelos produtores rurais naquele ano, denominado de quantitativo excedente de áreas do PG 26 poderá ser remanejado para complemento

do PG 27 em áreas que não tenham sobreposição de atuação com o PG 26. Caso o referido quantitativo excedente não seja suficiente para atendimento das demandas do PG 27 para aquele ano, a CT-FLOR poderá avaliar a possibilidade de remanejamento de cota superior de áreas do PG 26, para o PG 27".

Uma nota técnica será elaborada para a CTFLOR com a análise final das mudanças propostas para os dois programas PG 26 e PG 27.

O relatório mensal da Fundação Renova, publicado em março, informa que não há grandes números para o período. Sendo informado apenas a ampliação do número de unidades de trabalho para cinco proprietários na cidade de Coimbra - MG, alto rio Doce, com o cercamento de uma das unidades com área de 0,617ha. Também foi informada, no médio rio Doce, a liberação de sala de situação para o início das atividades do Instituto Terra na sub-bacia do Manhuaçu.

Figura 2.26-01: Evolução do indicador da área trabalhada durante o período de janeiro de 2020 a janeiro de 2021



As informações apresentadas indicam que não houve avanço para o indicador de evolução da área trabalhada (figura 2.26-01), assim como para o indicador Projetos Executivos de Recuperação Ambiental.

2.27 PG027: Programa de Recuperação de Nascentes

As atividades do programa continuam limitadas devido ao isolamento social motivado pela pandemia da Covid-19. Conforme informado para o PG 26, o grupo de trabalho (GT) para reavaliação e validação das versões dos programas PG 26 e PG 27 realizou oito reuniões, em que se avançou com a análise, entretanto alguns pontos ainda serão melhor avaliados, entre eles: chave de intervenção e parâmetros dos indicadores. Os demais pontos foram finalizados sendo acatados, rejeitados ou com eventuais ajustes.

O prazo de encerramento dos programas foi reduzido para 2031 com a justificativa de que era necessária a adequação com o encerramento do TTAC em 2031, segundo a cláusula 260, sendo necessária a otimização do cronograma dos programas.

O Monitoramento ecológico também sofreu ajustes nos prazos, sendo excluído o monitoramento aos dois anos. Entretanto, haverá uma avaliação da área no segundo ano de implantação que deverá ser reportada à CT-FLOR por meio de informe compilado, por região, com base na avaliação das fases de implantação e manutenção das áreas para dar clareza sobre a efetividade da implantação.

A exclusão da Assistência Técnica e Extensão - ATERA foi recomendada à aprovação, com ressalva de apresentar um detalhamento no texto de ações de ATERA que serão incorporadas pelo Acompanhamento Técnico Operacional - ATO. A exclusão do Diagnóstico Participativo foi proposto pela Fundação Renova, que entende que não haverá impactos para o programa, uma vez que a sensibilização dos produtores será realizada pelas equipes de operação nos momentos de mobilização e implantação. Após ajustes na redação, a solicitação foi acolhida pelo GT, mas deve ser avaliada nos próximos anos e, em perda de eficiência,

poderá ser revista.

A proposta de junção das áreas de atuação dos PG 26 e 27 foi acatada com o seguinte texto: "O quantitativo de áreas disponibilizadas em cada edital e não absorvido pelos produtores rurais naquele ano, denominado de quantitativo excedente de áreas do PG 26 poderá ser remanejado para complemento do PG 27 em áreas que não tenham sobreposição de atuação com o PG 26. Caso o referido quantitativo excedente não seja suficiente para atendimento das demandas do PG 27 para aquele ano, a CTFLOP poderá avaliar a possibilidade de remanejamento de cota superior de áreas do PG 26, para o PG 27".

Uma nota técnica será elaborada para a CTFLOP com a análise final das mudanças propostas para os dois programas PG 26 e PG 27.

O relatório mensal de fevereiro da Fundação Renova, publicado em março, informa que não há grandes números para o período.

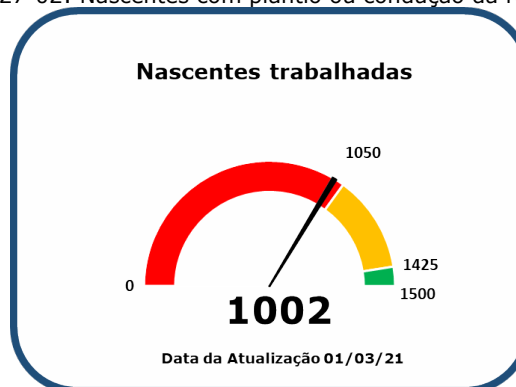
Para o indicador que avalia a existência de projetos executivos de recuperação florestal, não houve avanço no total de projetos, sendo apresentados até o momento 270 projetos para os 1500 projetos esperados para o período, referentes às nascentes do ano 2 do programa (2017/2018).

Figura 2.27-01: Nascentes com projetos de recuperação



Os números de nascentes trabalhadas também se mantêm: para o ano 1, há 441 nascentes implantadas com plantio ou condução da regeneração; para o ano 2, 525 nascentes; e para o ano 3, são 36 nascentes, somando um total de 1002 nascentes (figura 2.27-02). O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) vem sendo realizado e até o momento 237 propriedades foram contempladas com o pagamento pelo PG 27.

Figura 2.27-02: Nascentes com plantio ou condução da regeneração.



2.28 PG028: Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática

As ações do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática são norteadas pelas cláusulas 164, 165 e 166 do TTAC. A cláusula 164 trata de estudos populacionais de peixes (alínea "a"), avaliação do

estado de conservação das populações de peixes (alínea "b") e plano de ação para recuperação e conservação da fauna aquática (alínea "c").

Em relação à alínea "a", a Coordenação da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade – CT-BIO (ofício SEI nº 29/2020-CT-BIO/DIBIO/ICMBio) solicitou o protocolo à Secretaria Executiva do Comitê Interfederativo - SECEX/CIF da Nota Técnica nº 10/2020/CT-BIO/DIBIO/ICMBio, de 12 de junho de 2020, que trata do cumprimento da mesma. Com isso, em 03 de dezembro de 2020, o CIF deu por concluída a alínea "a" da cláusula 164 (Deliberação CIF nº 461), com a ressalva da Fundação Renova apresentar documentação comprobatória dos estudos especificados na NT acima.

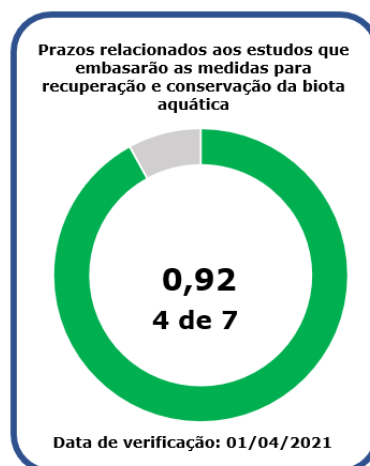
No âmbito da alínea "b", o plano de trabalho da Avaliação do Estado de Conservação das Espécies (Fundação Biodiversitas, 2020) foi realizado no prazo, seguindo o estabelecido pelas deliberações CIF números 282 e 337. Já em relação à alínea "c", tem-se o prazo para a publicação do livro do Plano de Ação em abril de 2022.

Conforme é possível visualizar na figura abaixo, o atendimento aos prazos é satisfatório (0,92) considerando a data em que a Fundação Renova realizou a primeira entrega dos documentos referentes à elaboração do plano de trabalho e execução dos estudos populacionais.

Não obstante, a Fundação Renova atrasou a entrega dos resultados dos estudos populacionais, que, nos termos da Deliberação CIF nº 51, deveriam ser apresentados em até 14 meses após o início dos levantamentos (i.e. 14/06/2018), mas foram entregues depois, com 130 dias de atraso (22/10/2018), de acordo com o ofício OFI.NII.102018.4235.

A CT-BIO tem demorado na revisão dos documentos a cada entrega, o que muitas vezes contribui com o atraso na conclusão do documento final. Os resultados dos estudos populacionais, por exemplo, foram entregues com 130 dias de atraso (a primeira entrega), mas permaneceram em revisão pela CT-BIO por 729 dias, sendo aprovados pela nota técnica que deu como atendida a alínea "a" da cláusula 164.

Figura 2.28-01: Prazos dos estudos que embasarão as medidas para recuperação e conservação da biota aquática.



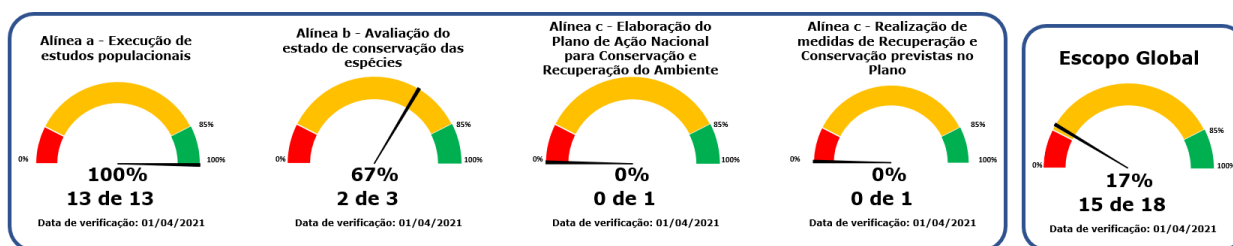
O atendimento global determinado pela cláusula 164 ainda é baixo. Isso se deve principalmente ao fato de que, por ora, foram somente elaborados os estudos que subsidiarão as ações de conservação e recuperação da biota aquática, que são os principais objetivos do programa. Quanto ao determinado pela alínea "a" da cláusula 164, o atendimento (100%) deu-se em junho de 2020 no âmbito da CT-BIO, sendo somente confirmada pelo CIF, em dezembro de 2020 (Deliberação CIF nº 461).

A avaliação dos impactos, objeto da alínea "b" da mesma cláusula, foi realizada em 2019. Conforme informação de integrantes da CT-BIO, foram garantidos os meios para a realização (organização do evento) e os resultados dos estudos populacionais (alínea "a") foram considerados no processo de avaliação. No entanto, como o escopo referente a alínea "a" descrito no Termo de Referência (TR) I (ICMBio, 2016) não trazia o nível de detalhamento de investigação sobre populações, considerando a avaliação sobre todos os critérios e limiares para categorização das espécies ameaçadas (IUCN), o mesmo foi somente utilizado para avaliação sob critério de distribuição geográfica (B), como extensão de ocorrência e área de ocupação.

Ainda no contexto da alínea “b”, no dia 26 de fevereiro de 2021, a Fundação Renova recebeu o relatório final da Fundação Biodiversitas a respeito da Avaliação do Estado de Conservação da Biota Aquática do rio Doce com as complementações anteriormente requisitadas. Espera-se que a versão final do documento seja protocolada no sistema CIF no futuro próximo.

Sobre a alínea “c”, a Fundação Renova reapresentou, em 19 de fevereiro de 2021, um documento com a Proposta do Plano de Ação para Reparação e Conservação da Biodiversidade Aquática do rio Doce (ofício Fundação Renova.2020.1103_1), elaborado pela Bicho do Mato Instituto de Pesquisa, considerando os comentários anteriormente traçados em notas técnicas. De acordo com a Proposta, o Relatório Consolidado do Plano de Ação está previsto para ser entregue em setembro de 2021, com as oficinas de planejamento e definição de metas e indicadores ocorrendo entre maio e julho de 2021. A CT-BIO está elaborando uma nota técnica a respeito da Proposta e espera-se que a mesma seja finalizada durante o mês de abril.

Figura 2.28-02: Escopo referente ao atendimento à cláusula 164 do TTAC.



Sobre a cláusula 165, o prazo para a implementação de medidas de monitoramento no Espírito Santo (Deliberação CIF nº 148, de 30 de janeiro de 2018) sofreu um atraso de 215 dias, já que os trabalhos foram iniciados somente em outubro de 2018. No entanto, uma vez iniciadas, todas as atividades de monitoramento foram realizadas em cumprimento aos prazos, até a paralização geral em março de 2020 devido à pandemia de Covid-19. Atualmente algumas das atividades de campo foram retomadas, porém, com restrições específicas à cada localidade. Importante ressaltar que a suspensão temporária das atividades poderá impactar no atendimento aos prazos anteriormente estabelecidos no âmbito do sistema CIF.

Em 17 de dezembro de 2020, o segundo relatório anual do Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA/RRDM-FEST) foi entregue pela FEST/UFES à Fundação Renova, sendo o mesmo divulgado aos integrantes da CT-BIO em 02 de fevereiro de 2021. Válido mencionar que o primeiro relatório anual do PMBA/RRDM-FEST foi aprovado no âmbito do sistema CIF somente em 22 de outubro de 2020, através da Deliberação nº 450. Ainda não existe previsão para aprovação do segundo relatório anual do PMBA/RRDM-FEST no sistema CIF.

Ao longo do mês de janeiro de 2021, membros da CT-BIO, da Fundação Dom Cabral e da Fundação Renova reuniram-se para a realização de oficinas de revisão do Termo de Referência que faz jus aos estudos necessários para o monitoramento de biodiversidade aquática (TR4). Neste contexto, em 26 de fevereiro de 2021, determinou-se, através de Decisão Judicial emitida pelo Juiz da 12ª Vara Federal, que a CT-BIO apresentasse a proposta final de revisão do TR4 em 30 dias, a qual foi cumprida com a CT-BIO entregando no dia 04 de abril de 2021. Em sequência, a Fundação Renova deverá manifestar eventuais impugnações e divergências em até 15 dias.

Também como objeto desta Decisão Judicial, determinou-se que a Fundação Renova mantenha e dê continuidade ao PMBA e ao Acordo de Cooperação Técnica com a RRDM-FEST, nos moldes vigentes, pelo prazo de 90 dias. Espera-se que, durante este período, novas tratativas sejam realizadas com vistas aos eventuais ajustes e aprimoramentos.

Figura 2.28-03: Prazos do monitoramento de biota aquática no Espírito Santo.

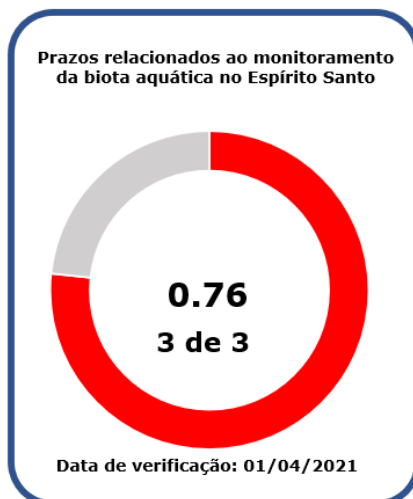
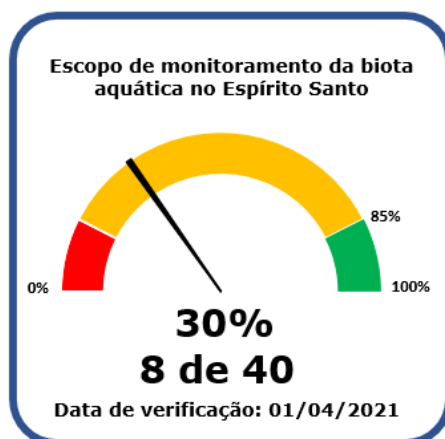
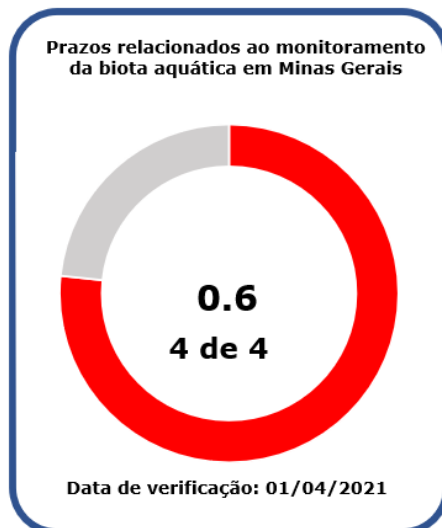


Figura 2.28-04: Atendimento ao escopo do monitoramento da biota aquática no Espírito Santo.



Em relação às atividades de monitoramento da biota aquática em Minas Gerais, a Fundação Renova informou durante a 46ª Reunião da CT-BIO, que os trabalhos realizados pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) foram retomados em 10 de agosto de 2020, após paralisação imposta pela pandemia em 20 de março anterior. O monitoramento emergencial conduzido pela UFV, iniciado em fevereiro de 2020, foi estabelecido devido aos atrasos nas contratações via edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Nos termos da Deliberação CIF nº 159, de 27 de abril de 2018, o convênio que conduzirá o monitoramento em Minas Gerais foi firmado com 182 dias de atraso e, nos termos da mesma deliberação, há um atraso de 671 dias em relação às providências necessárias às contratações e desembolsos. Ambos fatores foram determinantes para a redução do valor do indicador.

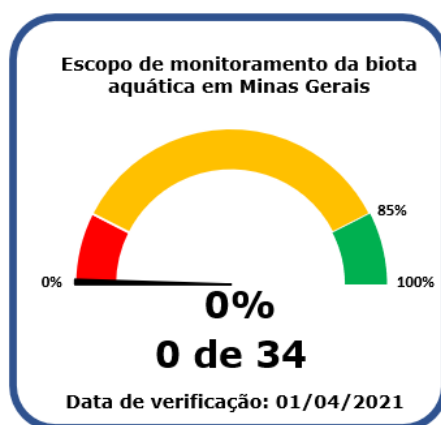
Figura 2.28-05: Prazos relacionados ao monitoramento de biota aquática em Minas Gerais.



O monitoramento efetivo, pelo atraso de quase dois anos, foi incluído nos eixos temáticos sob judicialização (Eixo prioritário 6 – Item 5). Nada obstante, conforme decisão do juiz (PJE Nº 1000412-91.2020.4.01.3800), foram mantidos os trabalhos de monitoramento conduzidos pela UFV até que os grupos de pesquisa selecionados pela FAPEMIG iniciem seus trabalhos. Neste contexto, a FAPEMIG realizou um seminário “Marco Zero”, em 14 de dezembro de 2020, onde seus pesquisadores responsáveis apresentaram os projetos de pesquisa que virão a fazer parte do programa. Em 18 de março de 2021, a CT-BIO (Ofício SEI nº 12/2021-CTBio/DIBIO/ICMBio) solicitou à Fundação Renova que apresente informações a respeito de medidas que garantam o cumprimento da Cláusula 165 do PMBA, no estado de MG. Espera-se que o solicitado seja apresentado no futuro próximo.

Quanto ao escopo, em 05 de fevereiro de 2021, a Fundação Renova apresentou o Relatório Anual (2019) elaborado pela UFV: “Estudo da Ictiofauna da bacia do rio Doce após o rompimento da barragem de rejeito da Samarco”. Espera-se que a CT-BIO se manifeste a respeito ao longo do mês de abril.

Figura 2.28-06: Atendimento ao escopo do monitoramento da biota aquática em Minas Gerais.



Sobre a cláusula 166, que trata de eventuais ações de contingência- “O presente programa deverá conter eventuais ações de contingência associadas ao monitoramento da fauna da foz do Rio Doce, dos ambientes estuarinos e marinho impactados” – levantou-se na 46ª Reunião da CT-BIO a importância de estabelecer uma Comissão para tratar da elaboração do Plano de Contingência e qualquer assunto pertinente à cláusula. A Comissão é atualmente composta por integrantes da CT-BIO e representantes dos atingidos.

2.29 PG029: Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre

As atividades do programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre, durante o período de avaliação deste relatório, coincide com o momento de quarentena em função da pandemia de Covid-19, portanto as atividades se resumiram em discussões virtuais.

Dentre os assuntos abordados na reunião da CT-BIO, foi definida a aplicação do não cumprimento da Fundação Renova à solicitação anterior da CT. Sendo assim, a pauta foi levada para o CIF para ser discutida com os membros. No dia 16/03/2021, a Fundação Renova informou que o orçamento ainda não foi aprovado pelo Conselho Curador e será enviado ao CIF assim que finalizada a aprovação interna.

A Deliberação CIF nº 478, 3 de fevereiro 2021, solicitou que a Fundação Renova apresente o orçamento relativo à construção do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres de Minas Gerais – CETAS MG, devidamente aprovado internamente, até o dia 23/02/2021. O referido ofício, vem informar que a documentação não foi entregue até o prazo solicitado, sendo assim informa ao CIF o não atendimento da Notificação e o descumprimento da Deliberação CIF nº 478.

Sendo assim, na reunião do CIF (março/2021), foi apresentada a minuta de deliberação aprovando a notificação de descumprimento da Fundação Renova, relativo à entrega do orçamento do CETAS em Nova Lima, conforme a Deliberação CIF nº 478, comunicando a aplicação das penalidades previstas.

Os relatórios mensais da Ramboll indicam que em uma escala de 0 a 1, até abril de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do PG29 pela Fundação Renova é 1 para o CETRAS/MG e 0 para o CETRAS/ES. Dentre os produtos previstos até o presente momento para o CETRAS/MG, por ora, o projeto conceitual foi entregue dentro do prazo previsto. No caso do CETRAS/ES, apesar da fase de planejamento estar em curso, nenhum produto atendeu ainda o prazo estabelecido.

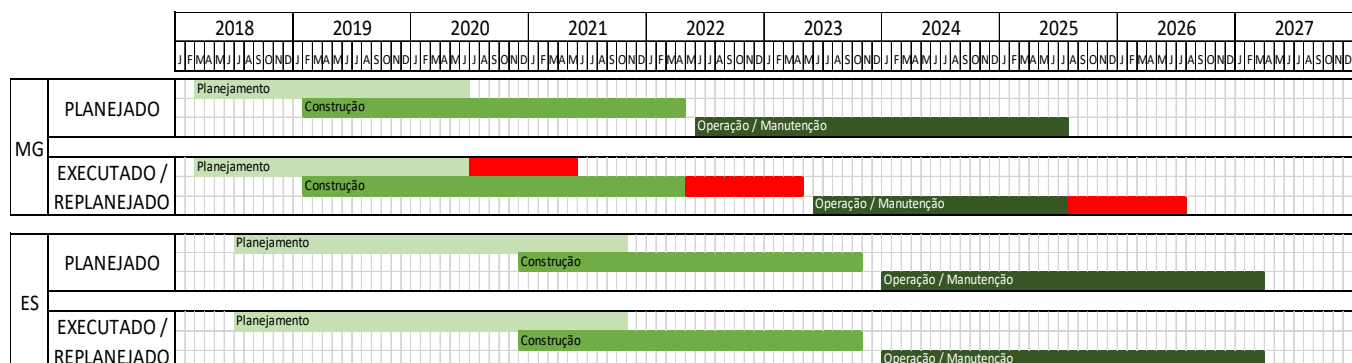
Figura 2.29-01: Atendimento aos prazos do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna



No entanto, é importante ressaltar que esse indicador avalia um planejamento readequado após um ano de atraso em relação ao inicialmente previsto na definição do programa (Figura 2.29-02; barras vermelhas). Logo, é imperativo que se mantenha esse monitoramento do cumprimento dos prazos a fim de identificar novos desvios.

Figura 2.29-02: Fases do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna

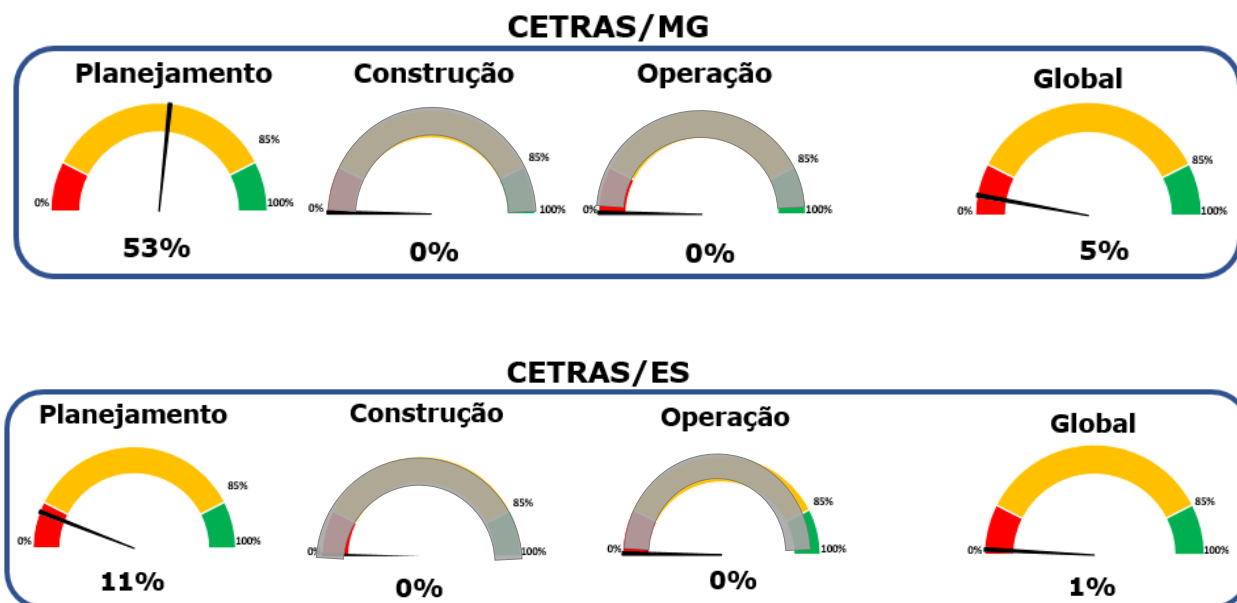
Em relação as ações do programa, foi observado que no CETRAS/MG, a fase de planejamento avançou



53% (somente 2% em relação ao mês anterior), a construção e a operação ainda não foram iniciadas. No CETRAS/ES, 11% do escopo da fase de planejamento foi concluído (1% em relação ao mês anterior) e a construção e operação também não foram iniciadas.

A Ramboll reitera, que a construção tem maior importância que o planejamento ou a operação, sendo assim, foi determinado um peso maior. Aplicando essa ponderação, o programa como um todo cumpriu apenas 5% das ações estabelecidas para o CETRAS/MG e 1% para o CETRAS/ES (Figura 2.29-03).

Figura 2.29-03: Atendimento ao escopo do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna



Um dos problemas do programa já mencionados em relatórios anteriores, é que ainda não tem indicadores aprovados pelo CIF, de forma que se possa ter um acompanhamento formal do programa. O programa ainda está em fase inicial de planejamento e os processos são muito morosos.

É importante salientar que mais um mês se passou e não houve nenhuma atualização no andamento do programa, aumentando o risco de novas mudanças no planejamento e o não cumprimento dos prazos.

2.30 PG030: Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre

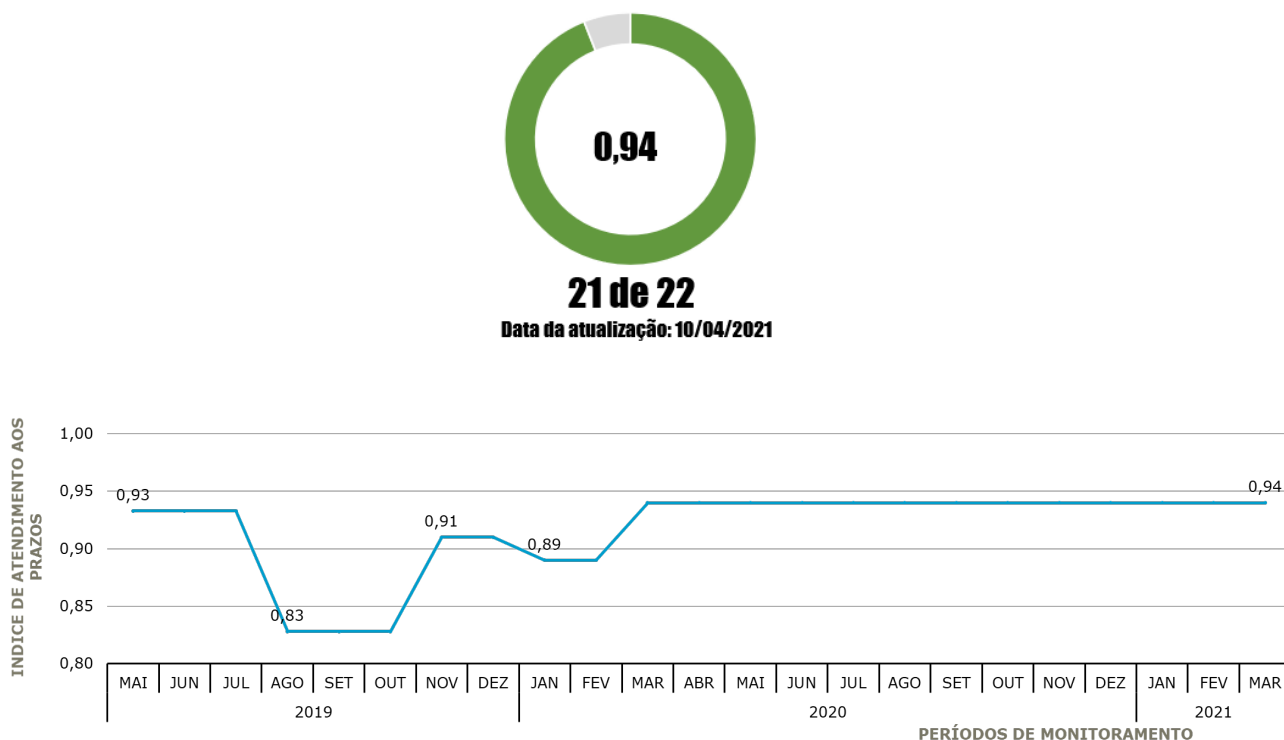
O Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre está temporariamente restrito às atividades de escritório, devido às orientações de prevenção à infecção pelo novo coronavírus.

No dia 18/03/2021, foi emitida a Nota Técnica nº 2/2021/CTBio/DIBIO/ICMBio, com avaliação do documento "PG-30 - Conservação da Biodiversidade Terrestre, Definição do Programa - Etapa 3, Setembro/2020" - Ofício Fundação Renova nº FR.2020.1570, SEI/ICMBIO nº 7903012 e seus respectivos documentos - SEI nº 7903034 e 7903046 - Atendimento à Cláusula 168 e 203 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Esta NT conclui que a nova versão do documento de definição do Programa 30 - Conservação da Biodiversidade Terrestre necessita de ajustes no cronograma do Plano de Ação e nos indicadores de desempenho do Programa.

No dia 06/04/2021, foi emitida a Nota Técnica nº 3/2021/CTBio/DIBIO/ICMBio, com análise da Proposta de Monitoramento da Biodiversidade Terrestre pela Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-BIO/CIF. Esta NT aprova a "Proposta de Monitoramento da Biodiversidade Terrestre - Instituto Ekos" - Ofício da Fundação Renova FR.2020.1744-2, de 29 de janeiro de 2021 - Atendimento à Cláusula 168 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta e 13/08/2020.

Em uma escala de 0 a 1, até março de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do PG30 pela Fundação Renova é 0,94 (Figura 2.30-01). Esse índice é considerado satisfatório, uma vez que os produtos, com as exceções citadas a seguir, vêm sendo entregues dentro do prazo especificado.

Figura 2.30-01: Atendimento aos prazos do Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre



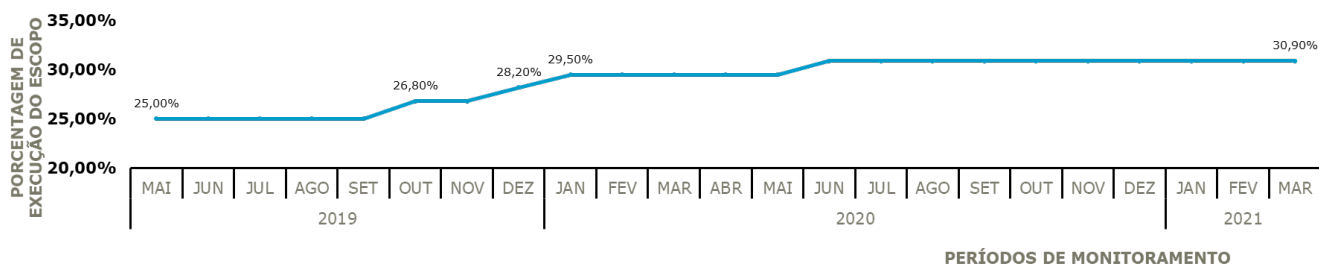
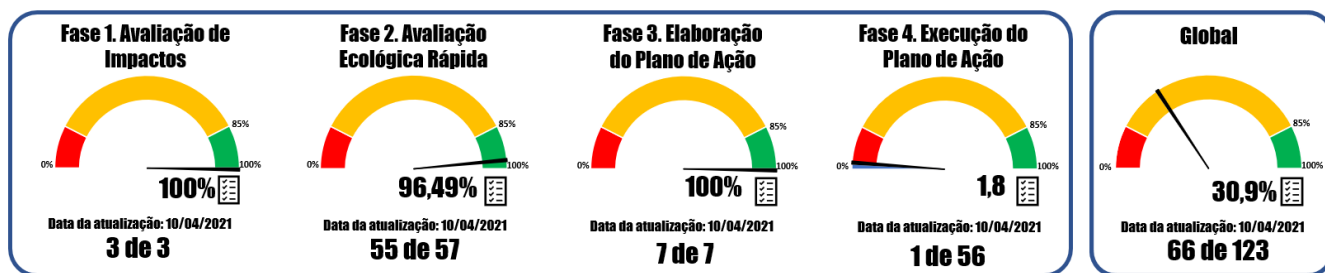
O não atendimento total aos prazos é devido ao atraso na entrega dos seguintes produtos:

- Relatório da 1ª Campanha da Avaliação Ecológica Rápida da Fauna, previsto para 30/04/2019 e entregue em 28/05/2019;
- Relatório da Campanha da Avaliação Ecológica Rápida da Flora, previsto para 30/05/2019 e entregue em 01/11/2019;
- Resumo Executivo do Plano de Ação com orçamento das ações, previsto para 30/07/2019 e entregue em 10/10/2019;
- Campanha da Monitoramento da Fauna, prevista para agosto de 2019, mas iniciada com atraso de 5 meses.

Em relação ao escopo previsto (Figura 2.30-02), as fases 1, 2 e 3 foram finalizadas, restando apenas a entrega de dados brutos e cartas de tombamento dos animais coletados durante os estudos da fase 2. As ações da fase 4, iniciada em fevereiro de 2020, ainda se encontram em processo de preparação, em razão da revisão do Plano de Ação.

A Ramboll considera que a Fase 4, durante a qual serão implementadas as ações efetivas para recuperação e conservação das biocenoses, tem um peso maior que as demais (etapas de diagnóstico e planejamento). Aplicando essa ponderação, o programa como um todo já cumpriu 30,9% das ações estabelecidas para os 10 anos previstos. O início destas ações está lento.

Figura 2.30-02: Atendimento ao escopo do Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre



De maneira geral, as ações do programa vêm sendo desenvolvidas e não há riscos atuais para o alcance de seus objetivos. O programa não conta com atrasos significativos e a cláusula 168 vem sendo cumprida.

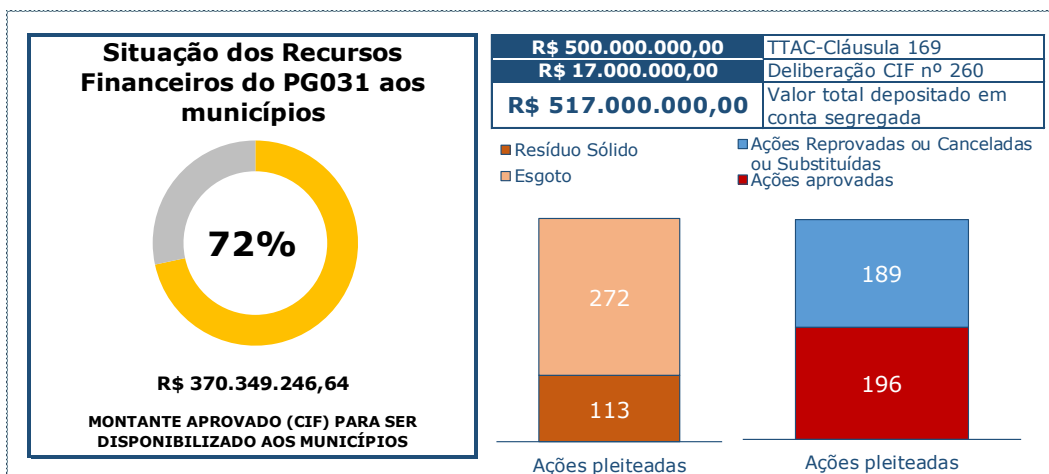
A fragilidade do programa ainda é a ausência de outros indicadores de desempenho aprovados no sistema CIF, além dos aqui avaliados.

Também recomendamos o início imediato das atividades previstas no Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre.

2.31 PG031: Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos

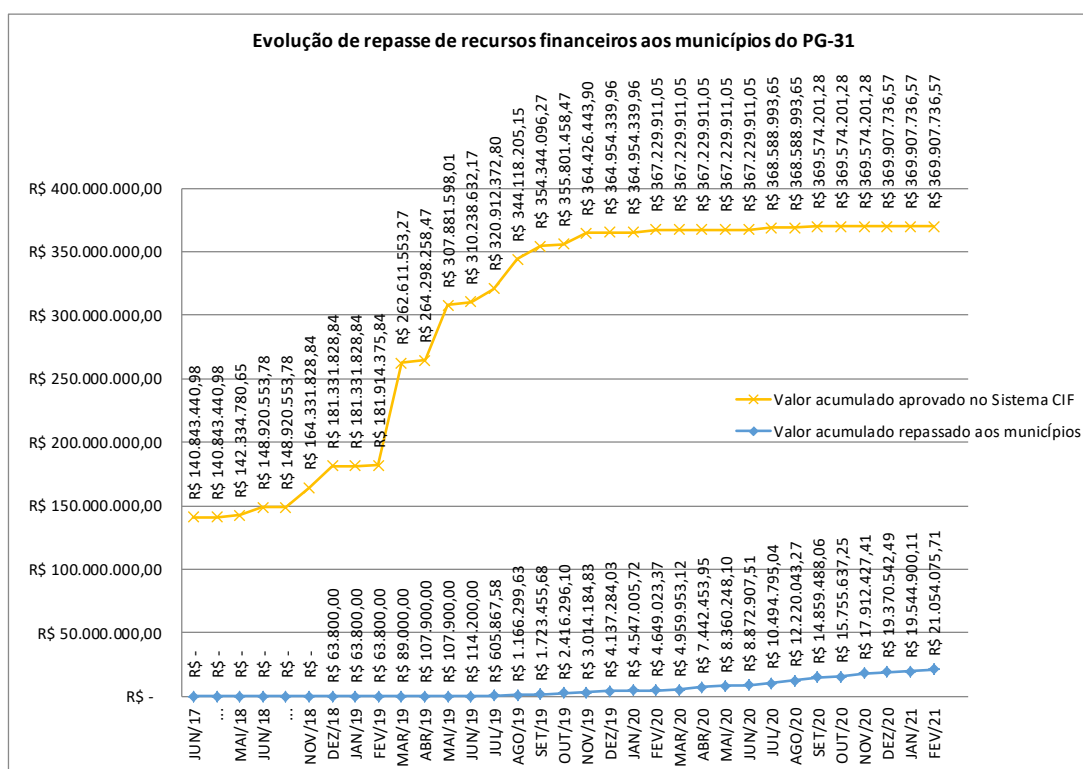
O Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos – PG031 tem como compromisso, a título de compensação, a destinação de recursos financeiros no montante de R\$ 517 milhões para 39 municípios ao longo da calha do rio Doce para ações de esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Esses recursos financeiros visam propiciar, também, um processo de aceleração de recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, regiões estuarinas, costeiras e marinhas, em especial a qualidade das águas nos tributários e assim na calha principal impactada pelo rompimento da barragem de Fundão. Para ter acesso aos recursos, até o mês de fevereiro de 2021, não houve alteração no número de solicitações feitas pelos municípios, permanecendo 385 ações pleiteadas, sendo 272 para esgotamento sanitário e 113 para resíduos sólidos. Desse total de pleitos, 196 ações estão aprovadas pelo sistema CIF e representam o montante de R\$ 370.349.246,64, o que significa 72% do total destinado ao programa. Por outro lado, o valor acumulado de repasse aos municípios até fevereiro/21 é de R\$ 21.054.075,71, o que representa 5,68% do valor total aprovado pelo CIF.

Figura 2.31-01: Situação dos Recursos Financeiros do PG031 aos municípios



Ao avaliar a evolução do PG031, pode-se observar no gráfico a seguir o baixíssimo desempenho em relação ao repasse dos recursos financeiros aos municípios até o momento (representado pela linha azul) em relação ao montante aprovado pelo CIF (representado pela linha amarela).

Figura 2.31-02: Evolução de repasse de recursos financeiros aos municípios do PG31



Nota: No gráfico anterior os valores indicados como "valor acumulado aprovado no Sistema CIF" referem-se aos pleitos aprovados com as atualizações até fevereiro de 2021, desconsiderando os valores dos pleitos substituídos ao longo de todo período.

O montante repassado de R\$ 21,05 milhões representa 34 ações para os seguintes municípios: Alpercata/MG, Baixo Guandu/ES, Colatina/ES, Conselheiro Pena/MG, Córrego Novo/MG, Dionísio/MG, Fernandes Tourinho/MG, Iapu/MG, Ipaba/MG, Ipatinga/MG, Itueta/MG, Linhares/ES, Marliéria/MG, Periquito/MG, Raul Soares/MG, Rio Casca/MG, São Domingos do Prata/MG, São José do Goiabal/MG e Sem-Peixe/MG e consórcio CIMVALPI (Barra Longa, Mariana, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros e Sem-Peixe). No mês de fevereiro/21 houve repasses aos municípios de Ipatinga, Linhares e Rio Casca referentes a parcelas de pleitos já em andamento. Portanto, destas 34 ações que receberam recursos financeiros, permanece a mesma situação reportada em janeiro e fevereiro/21, ou seja:

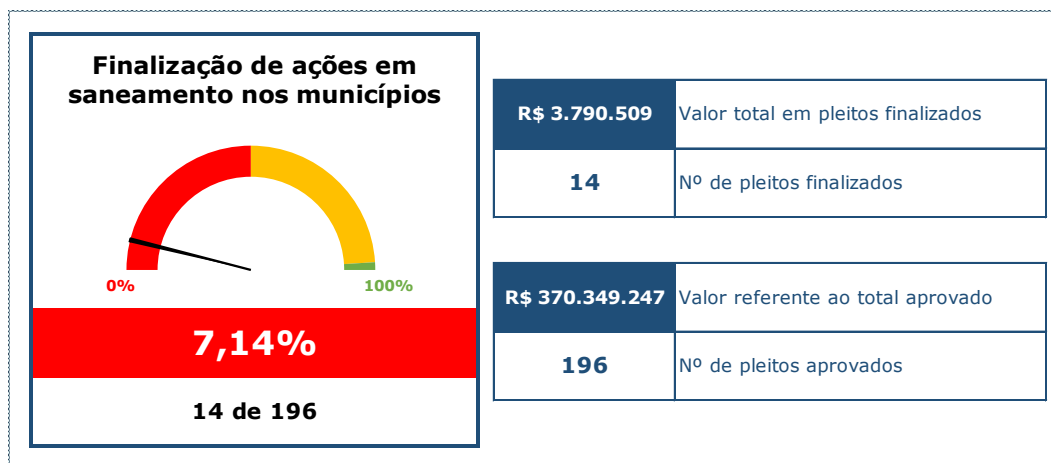
- **27 ações para esgotamento sanitário**, sendo 14 ações para elaboração de projetos de engenharia, 10 ações para execução de obras, 2 ações para aquisição de terreno para implantação de Estação de Tratamento de Esgoto e 1 ação para acompanhamento de obra;
- **7 ações para resíduos sólidos urbanos**, sendo 4 ações para elaboração de planos e 3 ações para aquisição de equipamento.

Como não foram contempladas novas ações no repasse financeiro aos municípios, permaneceram os mesmos percentuais e números absolutos em relação ao tempo para que os municípios recebam os recursos financeiros, ou seja: 76,5% dessas ações (26 pleitos) receberam após 1 ano da aprovação do CIF; 17,6% (6 pleitos) entre 6 meses e 1 ano; e 5,9% (2 pleitos) receberam dentro do prazo de 6 meses da ação ter sido aprovada no CIF. Portanto, mantém-se a situação em que a maioria das ações recebem os recursos com mais de 1 ano após a aprovação no Sistema CIF, prazo muito alongado se for considerado o tempo previsto pela instituição financeira para análise e repasse do recurso em, no máximo, 6 meses.

Em relação às ações finalizadas, das 34 ações que já receberam recursos, somente 14 dessas já foram finalizadas (2 para obras, 3 para planos, 4 para projeto, 1 para aquisição de equipamento e 2 para aquisição de terreno), totalizando o valor acumulado de R\$ 3.790.508,84, distribuídos em 6 municípios: Colatina/ES (R\$ 2.173.834,70 para obras em esgoto), Dionísio/MG (R\$ 54.500,00 para plano em resíduo e R\$ 157.500,00 para projeto em esgoto), Iapu/MG (R\$ 100.000,00 para compra de terreno para ETE e R\$ 181.190,00 para aquisição de equipamento para resíduo), Marliéria/MG (R\$ 84.497,91 para projeto em esgoto), São Domingos do Prata/MG (R\$ 139.700,00 para planos em resíduo e R\$ 605.386,23 para compra de terreno para ETE), São José do Goiabal/MG (R\$ 137.500,00 para 2 projetos em esgoto) e Sem-Peixe/MG (R\$ 156.400,00 para 2 projetos em esgoto).

Vale ressaltar que apenas 2 ações são referentes à obras no município de Colatina/ES e que a maioria das ações finalizadas ainda estão nas fases de estudos e planejamento, fases antecessoras à execução de obras, representando baixa efetividade para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce até o momento.

Figura 2.31-03: Finalização de ações em saneamento nos municípios



No mês de março ocorreu a 6ª Rodada de Reuniões com a participação dos 39 municípios e dos 7 consórcios do PG031, da Fundação Renova e de integrantes da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água – CT-SHQA. A reunião ocorreu de forma remota e foram repassadas todas as ações aprovadas no sistema CIF com os representantes dos municípios e consórcios no intuito de identificar os principais entraves ao andamento do PG031 e também com objetivo de apresentar aos novos representantes das prefeituras o funcionamento do programa. Através do acompanhamento dessas reuniões foi possível identificar 40 ações (29 para esgoto e 11 para resíduos sólidos urbanos) que estão em andamento e que, no entanto, ainda não houve repasse financeiro para esses pleitos.

2.32 PG032: Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

Nos últimos meses, os documentos que vêm sendo disponibilizados pela Fundação Renova não tem apresentado avanço nas atividades previstas para o programa. A alegação da Fundação Renova para não apresentação de atualizações dessas ações permanece baseada na judicialização do PG032 (Eixo Prioritário nº 9 – Abastecimento de Água para Consumo Humano definido através da Decisão Judicial nº 1000462-20-2020.4.01.3800 da 12ª Vara Civil e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais). Desta forma, o reporte tem se restringido ao informe de que as ações do PG032 deverão ser replanejadas conforme determinação da perícia em curso apesar de no processo judicial não haver nenhuma determinação de suspensão das atividades para aguardar definição da perícia. Nesse sentido, vale reforçar que a judicialização da questão do abastecimento de água para consumo humano se deu em razão da ineficiência na execução das ações reparatórias pactuadas no TTAC, cláusula 171, sob a responsabilidade de execução da Fundação Renova e o processo judicial instaurado visa, por meio de uma nova dinâmica decisória, imprimir *celeridade* na execução das ações, buscando efetividade na implementação dos programas em um prazo adequado, agilidade essa que não vem ocorrendo.

Ressalta-se que a nomeação do perito judicial se deu em 23 de março de 2020 e, em 19 de agosto de 2020, foi apresentado o Relatório nº 1 contendo o Plano de Trabalho da Perícia onde foram explicitados o escopo e cronograma para realização dos serviços estando divididos em: Item 1 - Avaliação dos cronogramas, estudos e projetos referentes à implementação das captações alternativas e às melhorias no sistema de tratamento; e Item 2 - Pesquisa e estudo de alternativas ao abastecimento emergencial por caminhão pipa e/ou distribuição de água mineral, incluindo a avaliação do nexo de causalidade e da condição de captação, tratabilidade e qualidade da água do manancial originalmente utilizado para o consumo humano. Nesse Relatório nº 1, o escopo para o Item 1, Etapa 1.1 – Análise dos Projetos, incluía: (1) Revisão de documentos juntados ao processo; (2) Fundamentação Técnica; (3) Análise de Cronograma; (4) Estudos de Concepção; (5) Projeto Básico e (6) Projeto Executivo, estando previsto um período de 17 meses para a conclusão dessa primeira etapa do item 1 após homologação do Plano de Trabalho que ocorreu em setembro/20. Já para o Item 2, Etapa 2.1 – Entendimento da Demanda, estava previsto: (1) Revisão de documentos juntados ao processo; (2) Visitas a Campo, (3) Verificação do Nexo Causal, (4) Construção de Banco de Dados Válidos e (5) Avaliação da tratabilidade da água bruta, em um prazo de 9 meses para a conclusão da primeira etapa do item 2 após a homologação.

Nos autos do processo, a perícia cita os ciclos de visitas aos Sistemas de Abastecimento de Água que foram realizadas em outubro e novembro/20, bem como, solicitações de uma série de documentos à Fundação Renova, entre eles estudos e projetos.

Em 29/3/21, foi juntado ao processo o Relatório nº 3, denominado “Laudo pericial de conclusão da Etapa 1.1 do Item 1 e Etapa 2.1 do Item 2 – Entendimento das Demandas”. Uma das principais constatações foi em relação à redução do escopo tanto para a Etapa 1.1 quanto para a Etapa 2.1. O escopo de análise de cronograma, estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo da Etapa 1.1 (Relatório nº 1) passaram para a Etapa 1.2 no Relatório nº 3; e o escopo de verificação do Nexo Causal e avaliação da tratabilidade da água bruta da Etapa 2.1 (Relatório nº 1) foram para a Etapa 2.2 no Relatório nº 3. Ainda, a “Construção de Banco de Dados Válidos” ficou em um item específico no Relatório nº 3. Com essa reestruturação do Plano de Trabalho, no Relatório nº 3 foi apresentado basicamente a revisão de documentos juntados ao processo. Segundo relato da perícia, a partir da análise da documentação juntada no processo foi necessária a solicitação de envio de documentos complementares pela Fundação Renova e, até 16 de fevereiro de 2021, a Renova havia apresentado 69 projetos conceituais, básicos e executivos, sendo que desses, 34 projetos executivos (ou seja, projetos completos, contendo conceitual, básico e executivo) estando pendente o envio de 46 projetos executivos (57% do total). Apesar dos 34 projetos completos entregues, não houve no Relatório nº 3 da perícia, apresentação de laudo sobre esses projetos já elaborados e já aprovados pelo município/autarquia/concessionária, o que impacta o cronograma previsto no plano de trabalho da perícia e, consequentemente, na pretendida celeridade das ações do programa. De acordo com a Decisão Judicial (ID 151060877):

(...) Extraída do cronograma submetido à aprovação do CIF, verifica-se que 38 do total de 80 projetos executivos da cláusula 171 já foram entregues, o equivalente a 47,5%; dos quais, 34 já foram aprovados pelas autarquias ou concessionária, 10 serão entregues até abril de 2020; outros três serão entregues ainda no primeiro semestre de 2020; 26, ou seja,

32,5% serão entregues até o final de 2020, restando apenas três projetos executivos a serem entregues no primeiro trimestre de 2021. (...). (Grifo nosso)

Ao colocar essas informações, extraídas do processo judicial, da previsão de entrega dos projetos executivos pela Fundação Renova em uma linha do tempo, tem-se:

Figura 2.32-01: Cronograma de Projetos Executivos



Assim, confrontando com as informações trazidas no Relatório nº 3 percebe-se que foram disponibilizados para a perícia até fevereiro de 2021 apenas 34 projetos, ou seja, menos projetos do que já estavam concluídos no início de 2020 (38 projetos executivos).

Lembrando que, conforme ofício emitido pela Fundação Renova nº FR.2021.0339, datado de 04 de março de 2021, foi suspenso o envio dos Relatórios Mensais do Programa 32 (Deliberação CIF nº 33/2017), referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2021, com a justificativa por parte da Fundação Renova de que o programa está judicializado. Durante a reunião do GT-Abastecimento da CT-SHQA, realizada em 26 de fevereiro de 2021, ficou acordado que a Fundação Renova irá apresentar nova versão do relatório, reformulando o conteúdo e o formato, até 12 de abril de 2021.

Portanto, para esse período permanece a impossibilidade de atualização dos indicadores de acompanhamento, visto que a fonte principal de dados é o referido relatório mensal da Fundação Renova. Somam-se a isso, as restrições para execução de visitas técnicas a campo devido à pandemia, para verificação *in loco* das ações e coleta de dados, que também afetaram o monitoramento do programa. Nesse contexto, permanecem os números já reportados, indicando 78 projetos concluídos até janeiro de 2021, sendo que apenas 21 obras foram implementadas (27%), de acordo com o Relatório Mensal da Fundação Renova de dezembro de 2020. Entretanto, vale salientar que, segundo o TTAC, o prazo máximo para conclusão e entrega dos projetos básicos era março de 2018, e dessa forma, o programa ainda segue com o descumprimento de cláusula. Em relação às captações alternativas, permanecem as sete localidades reportadas pela Fundação Renova como alternativa já implementada, ou seja, 30% das localidades do programa, sendo que 57% dessas localidades não apresentam inadequações de infraestrutura, documentação e qualidade. Com relação às ações reparatórias de melhorias das ETAs, o indicador não será reportado para esse período de monitoramento. Já com relação ao abastecimento emergencial durante esse último período de monitoramento foi observado que são as mesmas 29 mil pessoas (4,7%) que ainda estão sendo abastecidas de forma emergencial.

Em 31 de março, ocorreu reunião do GT Abastecimento com a finalidade de a Fundação Renova apresentar o orçamento previsto e, conseqüentemente, as ações previstas para o ano 2021. Nessa reunião foi relatado que todos os projetos se encontram paralisados aguardando o laudo da perícia e que apenas as obras que estavam em andamento anterior à judicialização permanecem em execução nos municípios de Governador Valadares, Periquito e Resplendor. Ressalta-se que o projeto é a etapa inicial e fundamental para implementação das ações do programa, mas somente após as obras será efetivada a reparação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). A Ramboll vem reportando o panorama geral das ações do PG032 indicando que existem 35 projetos concluídos, em condições de dar início às obras, entretanto nenhuma dessas obras foram iniciadas. Essa situação impacta um universo de aproximadamente 600.000 atingidos.

2.33 PG033: Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Tendo as atividades presenciais suspensas, e com a necessidade de avançar no processo de Revisão dos Programas⁴⁵, algumas das principais atividades da CT-ECLET com relação a este Programa 033 foram voltadas às propostas e adequação ou mudanças em sua concepção com relação à proposta de revisão enviada pela Fundação Renova. Houve, para tanto, várias reuniões do Grupo Tarefa (GT-33) de forma a se chegar a uma concepção deste PG033 que a CT-ECLET possa encaminhar ao CIF até maio deste ano. Na execução deste Programa em março não houve mudanças com relação aos indicadores de monitoramento.

Projeto de Formação de Lideranças Jovens: esse Projeto continua sendo o único que vem avançando, tendo sido executada parte das atividades do 1º Ciclo de Formação nos cinco territórios, incluindo-se agora o uso de uma plataforma digital exclusiva, disponibilizada pela Fundação Renova aos jovens engajados neste projeto. Ainda não se sabe, com segurança, quantos dos jovens que pertencem a famílias cadastradas como atingidas estão entre os selecionados para este 1º Ciclo, o que os executores esperam conseguir, especialmente na medida em que possam voltar a atividades presenciais, pois isso está definido como uma prioridade, neste e nos próximos ciclos do projeto. A etapa de apresentação e desenvolvimento dos Projetos por parte dos jovens deste 1º Ciclo só deve se iniciar no segundo semestre deste ano.⁴⁶

Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais: com início adiado para 2021 devido à pandemia e a dificuldades para contratar as Universidades para executar essa Formação, a Fundação Renova afirma que está sendo finalizada a contratação da UFMG/UFOP. A equipe responsável por promover essa Formação no ES (IFES) apresentou sua proposta na CT-ECLET em 26/março/2021, a qual já havia sido discutida no GT-33.⁴⁷ Essa proposta tem a seguinte abrangência:

Quadro 2.33-01: Propostas IFES

Proposta IFES	Número	Especificação	Resultados / Produtos
Escolas participantes	150	50% do total de escolas públicas existentes em 4 municípios	Inclusão, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) dessas escolas, de uma EA inter/transdisciplinar, contextualizada, multidimensional, com a participação de educadores e representantes das comunidades.
Vagas para Curso de Aperfeiçoamento	720	5 participantes por escola - 3 professores, 1 gestor e 1 agente comunitário	
Vagas para Curso de Especialização	140	1 por escola	
Bolsas de Mestrado	14	Cerca de 1 para cada 10 escolas	2 em Baixo Guandu; 5 em Colatina; 6 em Linhares; 1 em Marilândia
Bolsas de Doutorado	7	Cerca de 1 para cada 20 escolas	1 em Baixo Guandu; 2 em Colatina; 3 em Linhares; 1 em Marilândia

Com relação Plano de Ação do IFES, permanecem algumas dúvidas importantes:

- (a) Quanto à abrangência: na proposta original, esse Projeto alcançaria os 10 municípios do Espírito Santo que sofreram impactos com o desastre, mas a Fundação Renova está questionando na Justiça o reconhecimento de 6 desses 10 municípios, por não terem sido citados no TTAC. Assim, a proposta do IFES foi reduzida a somente 4 deles: Baixo Gandu, Marilândia, Colatina e Linhares, o que reduziu o número de escolas e educadores envolvidos com relação ao orçado inicialmente pela Fundação Renova; mas isso está sendo revisto, inclusive com relação a Aracruz, que teve um

⁴⁵ Conforme Deliberação CIF 465.

⁴⁶ Conforme afirmado pela Fundação Renova na CT-ECLET de março de 2021.

⁴⁷ Reunião do GT-33 realizada em 03 de março de 2021, com a presença da equipe da Fundação Renova, representantes de órgãos do governo do ES, equipe do IFES responsável pelo projeto de Formação de Educadores nas escolas dos municípios atingidos do ES.

de seus bairros citado no TTAC como atingido – Barra do Riacho. Não houve, porém, até final de março, resposta da Fundação Renova nesse sentido⁴⁸.

- (b) Quanto aos recursos a serem usados: se não forem os 10 municípios do ES envolvidos, haveria redução no valor disponibilizado para este projeto? Ou o IFES poderá propor gastos adicionais, como o provimento de material para as Escolas envolvidas ou para a execução dos projetos propostos pelos educadores ao longo do Curso de Aperfeiçoamento ou de Especialização?
- (c) Quanto a uma possível interface entre o PG033 e o PG011: no caso de Mariana e Barra Longa, a Fundação Renova está propondo que parte do Projeto de Apoio Pedagógico às escolas públicas desses municípios, inclusive as comunidades escolares de Bento e Paracatu, seja realizado pela UFOP e UFMG no contexto deste PG033, o que pode implicar em adequações para que essa interface seja aderente às realidades bem diferenciadas de cada unidade escolar.

Processo de Interfaces: ações de interface internas nos procedimentos da Fundação Renova que exigem formação dos agentes executores continuam sendo relatadas. A CT-ECLET deve propor planos de ação para interface: (a) com o PG011 (projeto de Apoio Pedagógico), conforme descrito acima; (b) com o projeto de Educação Patrimonial, relacionado ao PG012; e (c) com os Programas ligados a Povos Tradicionais (indígenas, quilombolas e outros em estudo), que se beneficiariam com a possibilidade de levar para essas comunidades projetos como os de Formação de Educadores e de Lideranças Jovens.

Projeto de Formação e Fortalecimento de Coletivos Educadores e Redes em Educação Ambiental: projeto muito atrasado, que sequer iniciou o cadastramento das instituições de Educação Ambiental potencialmente interessadas, embora isso pudesse ter sido obtido por meio das atividades do Projeto com Lideranças Jovens.

Fórum de Educação para a Revitalização: previsto para ocorrer a cada dois anos, o Fórum que deveria ser realizado em 2020 foi adiado para 2021, devido à pandemia, não havendo nada proposto até o momento com relação a isso.

Pontos de atenção:

1. No caso do Projeto de Formação de Educadores proposto pelo IFES/ES, o fornecimento às escolas de material prático (“kits”) deve respeitar as necessidades locais, evitando-se a padronização.
2. O escopo do PG033, aprovado pelo CIF em 2018, estabeleceu o prazo de 10 anos de duração, mas a proposta de revisão da Fundação Renova propõe encerramento em 2026.
3. Para todas as ações do PG033 será necessário verificar o resultado da revisão da abrangência dos municípios considerados atingidos (tendo-se excluído 6 municípios no ES e Ponte Nova em MG), pois foi aprovado pelo CIF⁴⁹ que todos os municípios atingidos seriam contemplados pelo PG033.
4. Causou estranheza a constatação de que a Fundação Renova não havia informado à equipe do IFES sobre o escopo do Programa 033, para o qual esse Instituto Federal está construindo a proposta relativa ao Projeto de Formação de Educadores no ES, tendo sido necessário a iniciativa da CT-ECLET para que tal programa fosse compartilhado com essa equipe⁵⁰.

2.34 PG034: Programa de Preparação às Emergências Ambientais

Na 52ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, realizada em 23 de março de 2021, a Fundação Renova informou que os planos de trabalho do planejamento para 2021 ainda não foram aprovados e validados devido ao agravamento da pandemia de Covid-19 nos municípios, o que gera incertezas quanto à retomada de atividades presenciais necessárias à alguns projetos, como NUPDEC, Escola Segura e Comitê Gestor de Riscos (que integra o Fortalecimento do Sistema de Proteção e Defesa Civil - PF002) e compromete o monitoramento do programa bem como a atualização dos indicadores, já que essas atividades permanecem paralisadas. Ressalta-se que os municípios de Mariana e Barra Longa decretaram “fase roxa” (Decretos

⁴⁸ Técnico da Fundação Renova responsável pelo PG033 afirmou, em reunião do GT-33 realizada com o IFES em 19/03/2021, que “concorda com alegações legais para incluir Barra do Riacho; encaminharam internamente (...), mas estão aguardando manifestação dos órgãos centrais da Fundação.”

⁴⁹ Deliberação CIF nº 178/2018

⁵⁰ Conforme solicitação feita pela coordenadora da equipe do IFES, na reunião do GT-33 realizada em 19/03/2021.

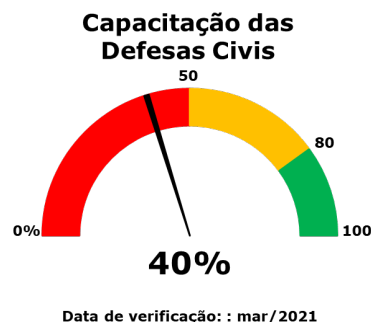
Municipais nº 10.447 e nº 1.993, respectivamente) com a suspensão de todos os serviços, comércios e atividades que não sejam considerados essenciais. Esses decretos entraram em vigor a partir de 16/03/21 na cidade de Mariana (vigente até 23/03) e no dia 15/03/21 em Barra Longa (vigente até 24/03), sendo ambos prorrogados até 04 de abril de 2021.

A Fundação Renova apresentou, ainda, as atividades realizadas de janeiro até a primeira quinzena de março de 2021. Em 03/03/21, foi realizada uma reunião com as Defesas Cíveis referente aos projetos e ações do PG34 para o ano de 2021. A modalidade de repasse de recursos, tanto para a reforma/construção das sedes das Defesas Cíveis, quanto para a aquisição de equipamentos, foi aprovada no dia 05/03/21. Também está em andamento a contratação do mapeamento e diagnóstico das áreas de risco cuja previsão de finalização do contrato é 15/04/21. O Plano de Assessoria Técnica Remota permanece em andamento com atividades de apoio às Defesas Cíveis (ações *on line* em redes sociais e grupos de WhatsApp) desde abril de 2020.

Os indicadores reportados permanecem inalterados em relação ao último relatório, exceto o indicador de Capacitação das Defesas Cíveis, devido ao agravamento da pandemia que interfere na aprovação dos planos de trabalho e definição das ações de retomada das atividades presenciais, as quais são fundamentais para o cumprimento dos objetivos de alguns projetos. A última atualização refere-se ao mês de dezembro de 2020, para o indicador de Percepção de Risco pelas Comunidades (NUPDEC e Escola Segura) e, janeiro/2021, para o Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Cíveis.

Sobre o indicador de **Capacitação das Defesas Cíveis**, foram concluídos, em 19/03/21, os módulos 2 (Prevenção, Mitigação e Preparação) e 3 (Resposta Social) do curso de curta duração, realizado no formato EAD pela UNISUL, que estavam pendentes para os quatro municípios. De acordo com o cronograma, o término do curso estava previsto para 13/03/2021. A respeito do curso de longa duração, a Fundação Renova relatou que houve atraso no cronograma e não foi possível iniciá-lo em março, sendo necessário definir uma nova data. O atraso foi justificado pelo agravamento da pandemia e a alteração na mantenedora da UNISUL, o que impacta o início do curso pela necessidade de ajustes no contrato já firmado entre a universidade e a Fundação Renova. Dessa forma, esse indicador apresentou 40% de atendimento no mês de março.

Figura 2.34-01: Índice indicador de Capacitação da Defesas Cíveis (março de 2021).



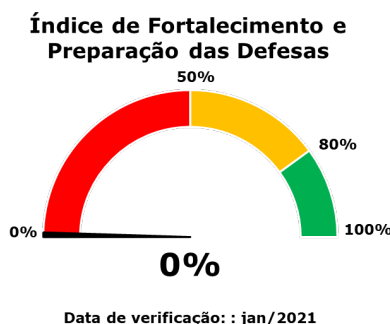
O **Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Cíveis** é composto por três fatores e permanece impactado pela pandemia de Covid-19, com atraso no cumprimento das atividades previstas, visto que o plano de trabalho para 2021 ainda não foi aprovado e validado:

- Comitê Gestor de Riscos (CGR): diversas atividades previstas no plano de trabalho 2020 do CGR não foram realizadas e devem ser reprogramadas, além de incluídas no planejamento para 2021. No mês de janeiro de 2021, havia previsão de uma oficina preparatória para os simulados dos Planos de Contingência dos municípios que não foi realizada. Um nova data será definida no plano de trabalho.
- Diagnóstico das áreas de risco geológico e hidrológico visando a elaboração do PMRR: não iniciado, pois o processo de contratação encontra-se em andamento. A Fundação Renova informou que: a APRO 240/2020 foi aprovada pelo Conselho Curador em fevereiro/2021; o processo de contratação da empresa foi concluído e as minutas dos Termos de Cooperação foram encaminhadas aos quatro municípios para análise e validação das respectivas procuradorias.

- c) **Planos de Contingência:** A Fundação Renova informou que, após o encerramento da assessoria técnica, a responsabilidade pela elaboração e atualização dos documentos de cada Plano de Contingência é das Defesas Civas; as quais estão finalizando os PLANCONs para Rompimento de Barragem.

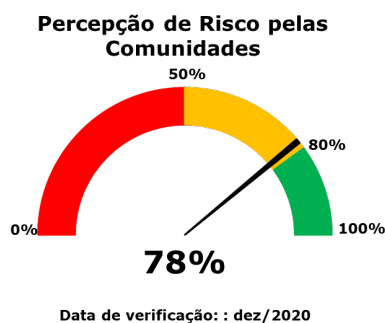
Assim, este indicador apresentou 0% de atendimento no mês de janeiro e o plano de trabalho/cronograma para 2021 ainda não foi aprovado, o que impacta na atualização do mesmo.

Figura 2.34-02: Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Civas (janeiro de 2021).



O terceiro indicador reportado, **Percepção de Risco pelas comunidades**, continua impactado pela paralisação das atividades previstas para os projetos NUPDEC e Escola Segura nos quatro municípios devido à pandemia. A última atualização do monitoramento refere-se ao mês de dezembro/2020 e permanece sem alterações, pois não foi realizada nenhuma atividade uma vez que os planos de trabalhos e cronogramas ainda não foram aprovados – segundo informação da Fundação Renova. Observa-se que todas as ações presenciais canceladas em 2020 devem ser reprogramadas para 2021 e devidamente inseridas nos planos de trabalho. Foram realizadas reuniões entre a Fundação Renova e as Defesas Civas para definições sobre o planejamento anual e a formatação dos planos de trabalho dos projetos NUPDEC e Escola Segura.

Figura 2.34-03: Indicador de Percepção de Risco pelas Comunidades (dezembro de 2020)



Em relação ao projeto de **Melhoria Estrutural das Defesas Civas**, o Conselho Curador da Fundação Renova aprovou em 05/03/21 a modalidade de repasse de recursos tanto para a reforma/construção das sedes das Defesas Civas quanto para a aquisição de equipamentos para os quatro municípios contemplados. Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado ainda não entregaram os projetos das novas sedes e a documentação necessária (processo em andamento). Para a formalização do repasse desses recursos, a Fundação Renova disse que está dando continuidade às tratativas internas e formulando o termo de repasse. Foi relatado o envolvimento da 12ª Vara Federal da SJMG na definição sobre como disponibilizar os recursos, com o objetivo de dar transparência ao processo e trazer segurança jurídica, tanto para a Fundação Renova, quanto para os municípios; incluindo a participação das Defesas Civas e prefeituras na definição das obrigações legais entre as partes.

Referente à aquisição de novos equipamentos, a Defesa Civil de Mariana relatou, durante a 52ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, que recebeu uma solicitação da Fundação Renova para devolver a caminhonete disponibilizada desde 2016 até que o repasse dos recursos fosse realizado para a compra de um veículo. Em resposta ao ofício da Fundação Renova, a Defesa Civil de Mariana justificou a necessidade

de uso do veículo (atender novas demandas que surgiram após o rompimento da barragem em novembro de 2015, incluindo a ACP de Mariana que determinou o acompanhamento da Defesa Civil de Mariana no acesso à área atingida de Bento Rodrigues e o atendimento aos projetos NUPDEC e Escola Segura) e solicitou que a caminhonete continue disponível até que seja finalizada a tramitação de repasse dos recursos.

Destaca-se um ponto crítico que trata dos impactos causados nos projetos do PG34, seus respectivos planos de trabalho e cronogramas para 2021, ainda não aprovados, em função da pandemia. Como muitas atividades de alguns projetos (NUPDEC e Escola Segura) foram suspensas em 2020 e ficaram restritas a ações *on line*, atendidas pelo Plano de Assessoria Remota, nota-se que muito pouco foi realizado do conteúdo previsto para que os objetivos dos projetos sejam cumpridos e os resultados esperados obtidos, principalmente em relação àqueles que dependem de atividades presenciais. Nesse sentido, há uma preocupação por parte das Defesas Cíveis de que as atividades do PG34 continuem paralisadas em 2021 e os projetos que integram o programa sejam encerrados em 2022 com a justificativa de foram realizados de forma remota pela Fundação Renova.

É importante observar que, embora a participação e a interação com as comunidades e escolas por meio do Plano de Assessoria Remota, para os projetos NUPDEC e Escola Segura, tenham sido muito positivas no modo *on line* para que não se perdesse o vínculo construído, essas ações não suprem todo o conteúdo previsto e as atividades programadas para cada um desses projetos. Ou seja, as atividades remotas não substituem as ações presenciais que têm objetivos e resultados específicos a serem atingidos. Dessa forma, há um entendimento tanto por parte das Defesas Cíveis como da CT-GRSA e da Ramboll de que o cumprimento de todo o conteúdo planejado no modo presencial para o PG34 deve ser garantido pela Fundação Renova quando passar o período crítico da pandemia. As Defesas Cíveis avaliam ainda que deve ser verificada a possibilidade de prorrogação dos projetos com término previsto em 2022 e diretamente afetados pela pandemia em função da necessidade de reprogramação completa para a incorporação das ações não realizadas em 2020 e 2021, além de considerar que não há previsão de reabertura das escolas em Mariana este ano, por exemplo.

Ademais, a CT-GRSA reiterou o receio de que os recursos disponibilizados para os projetos do PG34 seja findado apenas com a realização de atividades remotas e dados como concluídos sem que os objetivos e os resultados esperados tenham sido obtidos ao final do programa. A Fundação Renova afirmou que está tentando encontrar a melhor solução para essa questão e se esforçando para atender aos projetos da melhor forma possível dentro desse contexto de pandemia e levando em conta as restrições impostas em cada município. Diante dessa situação, entende-se que a execução do PG34 da forma que vem ocorrendo durante a pandemia não garante que os objetivos do programa sejam propriamente cumpridos, podendo haver perdas em seu resultado final devido a não realização de atividades presenciais previstas e essenciais à determinados projetos. O cenário diante da pandemia é incerto e não se sabe quando as atividades presenciais poderão ser retomadas e se isso ocorrerá ainda esse ano.

Assim, foi solicitado pela CT-GRSA um esclarecimento formal da Fundação Renova quanto à execução dos projetos de forma diferente daquela inicialmente prevista, com o auxílio do Plano de Assessoria Remota e a paralisação das atividades presenciais desde 2020 para o CGR, NUPDEC e Escola Segura. Além disso, a Fundação Renova deverá informar como avalia a execução e a efetividade desses projetos bem como os impactos causados nos cronogramas em função da pandemia. Deverá incluir o status dos projetos desenvolvidos, contemplando o grau de implementação (muito baixo – 0 a 20%; baixo – 21 a 40%; médio – 40 a 60%; alto – 61 a 80% e muito alto – 81 a 100%) com as devidas justificativas para cada um deles, considerando um prazo de 25 dias a partir de 23/03/21.

Com o objetivo de aprofundar essa discussão, buscar soluções e avaliar os impactos das atividades paralisadas pela pandemia nos resultados e no encerramento do programa, a CT-GRSA convocou uma reunião gerencial para o dia 06/04/2021. No entanto, essa reunião foi cancelada e uma nova data será agendada.

Por fim, na avaliação da Ramboll, a atualização dos indicadores reportados e o monitoramento do PG34 continuam comprometidos pelo agravamento da pandemia e é necessário assegurar a realização e a conclusão dos conteúdos programados do programa, conforme inicialmente previsto. Os planos de trabalho, em fase de definição e aprovação, devem incluir as atividades paralisadas e não realizadas em seus

cronogramas assim como o encerramento dos projetos não deve considerar somente as atividades realizadas pelo Plano de Assessoria Remota.

2.35 PG035: Programa de Informação para a população

A CT-PDCS, em março de 2021, solicitou à Fundação Renova por meio de ofício e uma planilha que caracterizava todos os pontos em aberto e sem respostas estabelecidos pela Deliberação CIF nº 437. Esses pontos de esclarecimentos foram assim delimitados: espaço fixo de Mariana, espaço fixo de Governador Valadares; espaço fixo de Linhares/Regência, CITs: espaços fixos, site, impresso, etc., unidades descentralizadas do CIT, sistema de informações, gestão dos espaços físicos do CIT, curadoria, interface entre os programas e o TTAC, custos, cronograma e indicadores do PG35.

Na 45ª Reunião Ordinária da CT-PDCS, a Fundação Renova trouxe uma série de justificativas genéricas e defasadas para explicar o atraso de entregas de soluções para praticamente todos esses pontos. A CT-PDCS entendeu requerer novamente uma resposta específica para cada um dos pontos e a Fundação Renova enviou as respostas à CT com um conjunto de evidências no dia 08/04/2021. Uma reunião extraordinária da CT-PDCS foi agendada para o dia 14/04/2021 para que diálogos e análises sobre essas respostas fossem realizados de modo a subsidiar a CT na decisão sobre a possível solicitação de notificação e autuação por parte do Comitê Interfederativo a partir de uma minuta de nota técnica já em trâmite entre os membros. Contudo, devido ao grande número de anexos, pode ser que a documentação, após analisada, indique uma outra tendência da CT-PDCS.

A versão revisada do programa que a Fundação Renova protocolou em 30/12/2020, via SEI/IBAMA, Ofício (FR.2020.2135) e anexo da nova definição do Programa 35 – Programa de Informação Para a População (dezembro/2020) está sendo analisada pela CT-PDCS, juntamente com as complementações enviadas em janeiro de 2021.

Essa entrega respondeu a um compromisso de melhoria técnica solicitada pela CT-PDCS, além de ter sido feita fora do prazo em mais de seis meses à Deliberação CIF nº 437 que estabelecia prazos para que a Fundação Renova cumprisse etapas necessárias à implantação dos Centros de Informações para a População (CITs), conforme Nota Técnica nº 23/2020 da CT-PDCS. O ponto mais crítico é a disposição de encurtar a manutenção do CIT após sua instalação mais atrasada ainda com a complicação da pandemia da Covid-19.

Essa novidade de caráter de regressão na definição do PG35 analisada configurou-se, de um lado, na manutenção com algumas pequenas melhorias no escopo, objetivos e metodologia, mas, de outro lado, na proposta de retroagir a contagem do tempo de 10 anos de responsabilidade pela manutenção dos CITs pela Fundação Renova não mais como deliberado pelo CIF, a contar da inauguração desses equipamentos, mas da data de assinatura do TTAC, ou seja, o prazo de manutenção já estaria sendo contado desde 2 de março de 2016, reduzindo drasticamente o montante do investimento no programa.

Em março de 2021, com esse mais ampliado atraso de implementação e inauguração dos CITs, a contar o tempo de responsabilidade pela manutenção desde a assinatura do TTAC, a Fundação Renova reduz por ora mais de seis anos no seu compromisso de investimento no programa, caso os CITs vierem a ser inaugurados no final do segundo semestre de 2022, conforme as metas e cronogramas atualizadas na referida documentação.

Na versão do PG de nov/2019, página 5, a Fundação Renova assumia a interpretação de prazo dada pelo TTAC, Notas Técnicas 15 e 16 da CT-PDCS e Deliberação CIF nº 229, alegando *"O Programa poderá ser considerado encerrado após o cumprimento do prazo estabelecido pelo TTAC, de dez anos após a efetiva implantação das unidades fixas dos CITs."* Essa mudança que retroage a interpretação de prazo de manutenção dos CITs é avaliada como um retrocesso grave da nova versão de definição do programa.

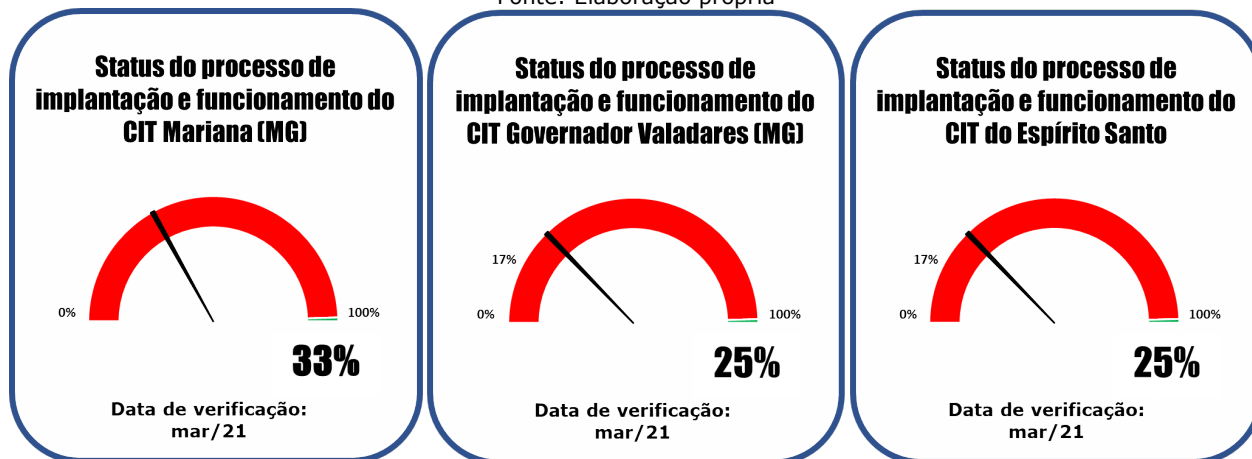
Segundo a Fundação Renova, as equipes territoriais do Diálogo estão passando por processos formativos visando a implementação com descentralização e itinerância dos CITs. A proposta piloto de descentralização compreende a disponibilidade das equipes dos Centros de Informação e Atendimento (CIA) para orientação quanto a utilização dos equipamentos instalados nos espaços físicos do CIA e

adequado acesso ao Repositório. Esse processo, no entanto, ainda não teve início devido às condições de segurança sanitária.

Como solução do sistema de armazenamento, organização e gestão de dados, ela propõe a implementação de uma Plataforma Interativa que possibilite o acesso descentralizado, *on line*, ao Repositório. Segundo informou em 29/01/2021, o processo ainda está em fase de contratação da empresa de apoio tecnológico com entrega prevista para final do primeiro semestre de 2021.

Quanto ao status de implantação dos CITs mensurados pelos indicadores de monitoramento deste programa não houve alteração nos últimos cinco meses. (Figura 2.35-01)

Figura 2.35-012: Status do processo de implantação e funcionamento dos Centros de Informação Técnica.
Fonte: Elaboração própria



Ponto de Atenção:

A nota do CIT Mariana manteve-se reduzida porque as obras para reinstalação do CIT Mariana estão paralisadas desse março/2020, em função da pandemia. Em contato da Ramboll com a Prefeitura de Mariana, em 19 de fevereiro, o secretário de Cultura e Turismo do Município informou que a nova gestão não irá aceitar a instalação do CIT no prédio do Centro de Apoio ao Turista, que foi o imóvel indicado pela Prefeitura, em 2019, para a instalação do equipamento. Essa mudança deve impactar, mais uma vez, o cronograma de instalação.

O CIT de Governador Valadares também sofrerá potenciais atrasos mais graves pois a nova gestão municipal a partir de 2021 também deve modificar o local.

A Fundação Renova alega também mais atrasos no CIT de Linhares devido ao ICMBio, parceiro neste caso, ter seu orçamento reduzido pelo governo federal que impedirá realizar duas obras bases de infraestrutura que tinha assumido para ceder o imóvel planejado para sua instalação.

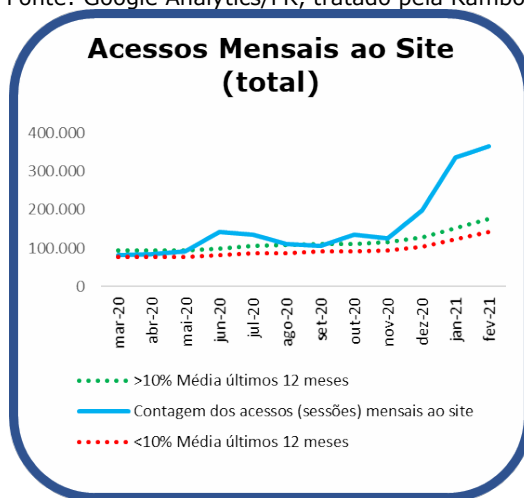
2.36 PG036: Programa de Comunicação Nacional e Internacional

Neste relatório são relatados os indicadores de monitoramento deste programa com a data de corte até fevereiro de 2021. A Fundação Renova tem uma frequência de envio dos dados do mês no início da segunda quinzena do mês subsequente. Devido a esse fato, foi feito um recorte da série histórica desde 2020 até o mês de fevereiro/21, quando se apresentou uma frequente alta no número de acessos totais ao site da Fundação Renova. Trata-se de mais um novo significativo recorde de acessos para um mês, somando-se em fev/21 mais de 364 mil acessos e sendo de longe o maior número de sessões por mês dos últimos doze meses, ultrapassando em quase 30 mil o recorde extraordinário do mês de jan/21.

As indenizações às pessoas atingidas por meio de advogados, a partir das decisões judiciais dentro do chamado "fluxo ágil", fez elevar esse número de acessos: de novembro/20 os acessos saltaram de 126.092 para 199 mil acessos, em dezembro/20; e mais ainda, em janeiro de 2021, para cerca de 335 mil acessos.

A Figura 2.36-01, que exibe o volume de acessos nos últimos doze meses, mostra que ao longo do período monitorado, apesar das pequenas oscilações, houve um aumento progressivo na quantidade de sessões de visitação no site da Fundação Renova, ficando desde de maio de 2020 acima de 10% da média de acessos.

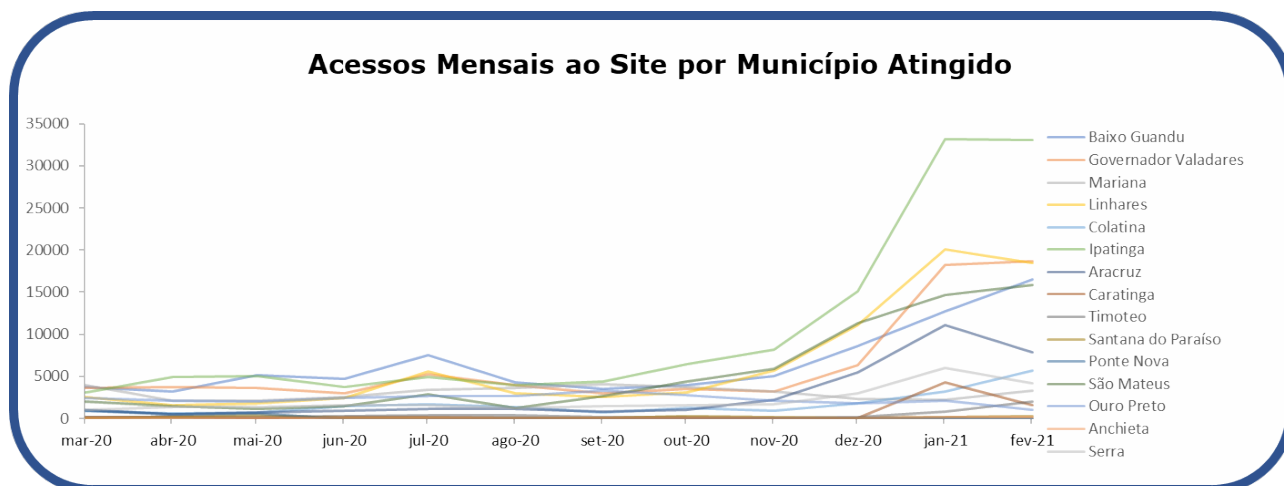
Figura 2.36-013: Acessos mensais ao site da Fundação Renova (fev/21).
Fonte: Google Analytics/FR, tratado pela Ramboll



Em fevereiro, excluindo-se os acessos à página inicial, os acessos ao Portal do Usuário mantiveram o protagonismo verificado nos demais meses (crescendo ainda mais de 158 mil, em janeiro/21, para 190 mil acessos). Os acessos ao módulo Portal do Advogado, para tratativas relativas ao chamado “Sistema Indenizatório Simplificado” manteve o nível crescimento, com uma pequena flutuação para menor passando de acima de 32 mil acessos, em janeiro/21, para quase 31 mil acessos, em fevereiro.

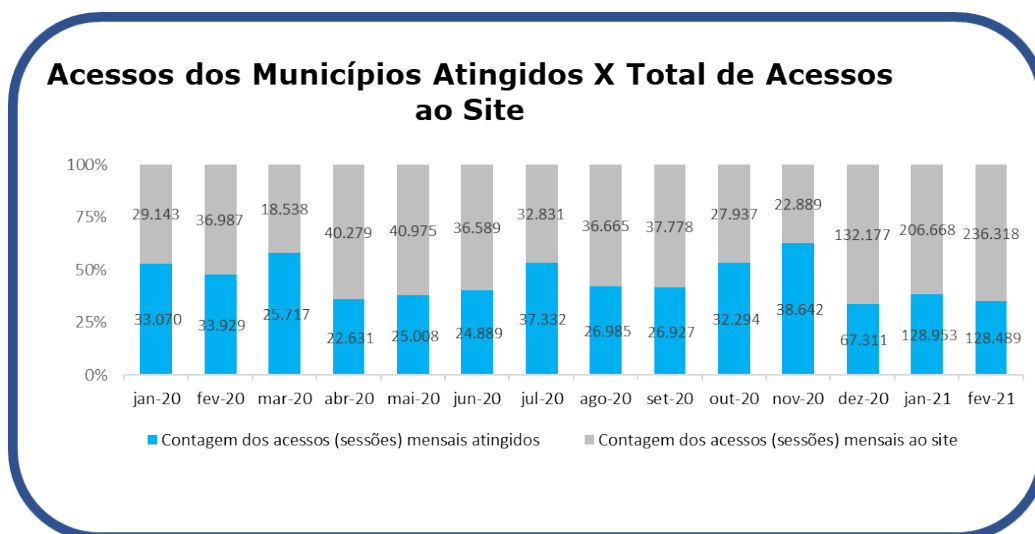
Quando se observa o comportamento de acessos identificáveis dos municípios atingidos⁵¹ ao site da Fundação Renova, ao longo do ano comparado, esse já apresenta maior oscilação, crescendo muito o patamar de sessões maior que o observado no primeiro semestre do ano de 2020 (Figura 2.36-02). Em números absolutos, o mês de fevereiro/21 apresenta o reconhecimento de 15 municípios atingidos. Quando se analisa proporcionalmente ao total de acessos, o percentual foi de 31% dos acessos oriundos de municípios atingidos, reduzindo em fevereiro o percentual dos últimos doze meses (Figura 2.36-03) comparando-se com o mês de janeiro/21, 38%. O recorde havia sido em jan/20 com 40% do total de acessos oriundos dos municípios atingidos face ao total de toda série histórica.

Figura 2.36-014 - Acessos mensais ao site da Fundação Renova por município atingido



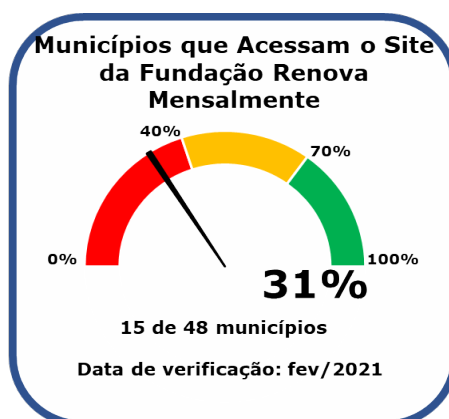
⁵¹ Há municípios que a ferramenta Google Analytics não consegue identificar. No mês de janeiro foram 95.263 acessos não identificáveis e no mês de fevereiro 109.006 acessos, o que indica um uso maior do site oriundo na região atingida.

Figura 2.36-016 - Acessos dos municípios atingidos x Total de acessos ao site da Fundação Renova



Dentre os acessos identificados, a quantidade de municípios atingidos é de 15 que acessam o site no mês fevereiro de 2021 (Figura 2.36-04).

Figura 2.36-015 - Municípios que acessam o site da Fundação Renova mensalmente



O Portal da Transparência, vinculado ao site, continua não cumprindo os requisitos importantes da Lei de Acesso à Informação, dentre eles as regras estabelecidas para transparência passiva, como prazos de respostas, direito de recurso, além da ausência de relatório das demandas de pedidos de informação. Na 45ª reunião da CT-PDCS, ocorrida em março, a Fundação Renova apresentou um planejamento para melhoria do Portal da Transparência, de acordo com o que foi demandado pela Nota Técnica nº 26. Entretanto não foi apresentando o cronograma de execução, sob alegação de que o planejamento apresentado depende de aprovação do Conselho Curador da Fundação Renova. A previsão informada é que o tema entre na pauta do Conselho Curador, agendada para 16/05/2021.

2.38 PG038: Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas

As ações do Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas são norteadas pelas cláusulas 177, 178 e 179 do TTAC. A cláusula 177 se refere ao programa de monitoramento qualitativo e quantitativo sistemático (PMQQS), a cláusula 178 ao Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Vigilância Ambiental das Intervenções (PMQQVAI) e a cláusula 179 à aprovação do plano de monitoramento pelos órgãos competentes.

O GTA-PMQQS se reuniu em 08, 11 e 22 de março. Dentre as atividades desenvolvidas, citam-se: (i) foram finalizadas as notas técnicas nº 78 que trata da revisão Bianual do PMQQS, nº 79, que trata dos

relatórios de QA/QC (garantia e controle da qualidade), e nº 80, que traz uma atualização da NT nº 16 com validadores e qualificadores para os dados do PMQQS; (ii) foram analisados os novos boletins das águas emitidos pela Fundação Renova; (iii) foram avaliados os índices de qualidade da água a ser colocados no portal e nos boletins; (iv) estão sendo avaliados os documentos e ofícios enviados pela Fundação Renova e listados como pendentes. Também no dia 22 de março, foi realizada uma reunião entre o GTA e a Fundação Renova onde foram discutidas as melhorias para o portal do PMQQS e dos novos boletins das águas.

A 51ª reunião da CT-SHQA foi realizada em 16 de março, com nove pautas do PG38, resumidas a seguir:

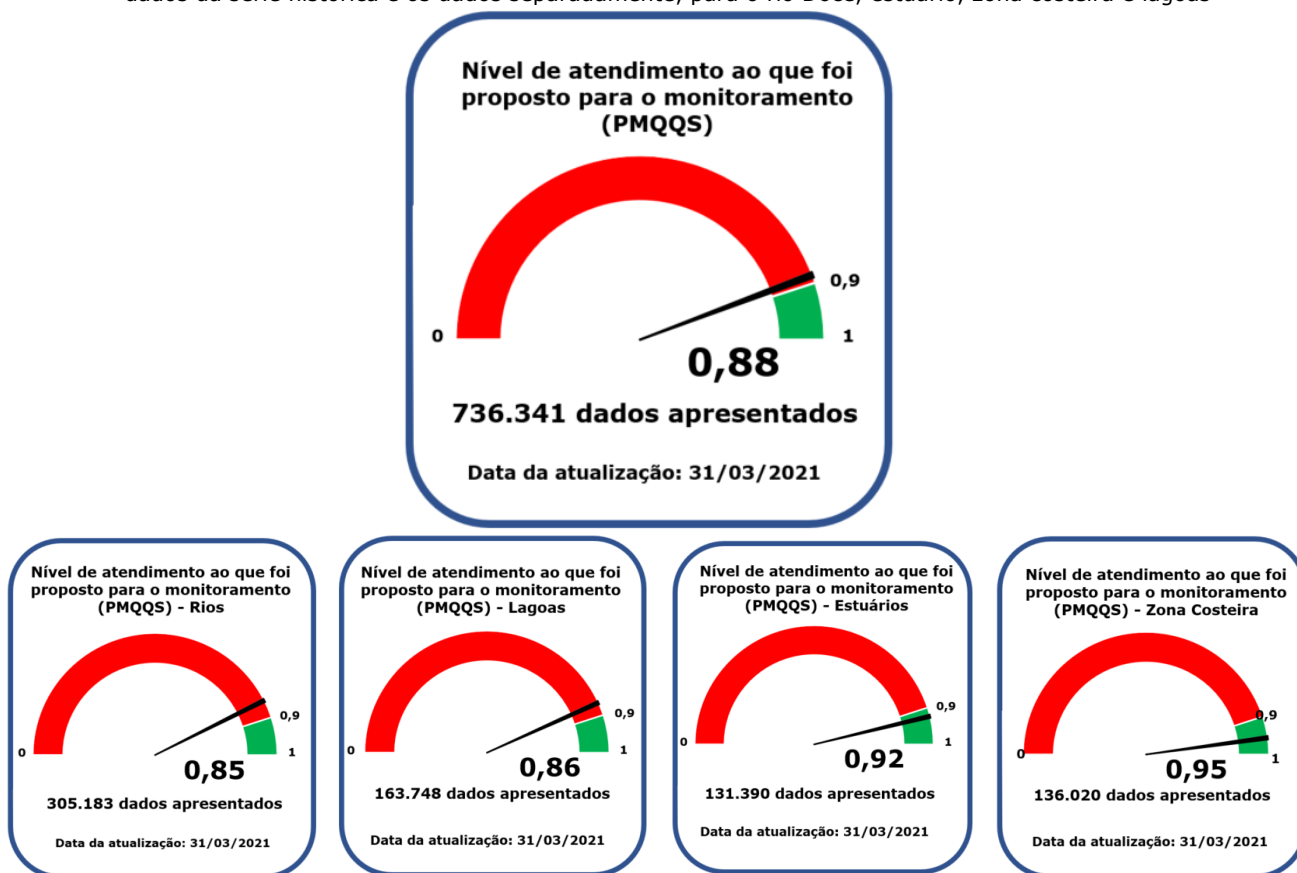
- (i) O GTA PMQQS se prepara para uma vistoria de campo das coletas do PMQQS (sem data definida ainda).
- (ii) A Fundação Renova apresentou os novos boletins das águas já publicados no site da Fundação Renova com o objetivo de fornecer informações sobre a qualidade da água para o público leigo. Os representantes do GTA-PMQQS e membros da CT-SHQA parabenizaram o trabalho apresentado pela Fundação Renova, destacando a qualidade gráfica e linguagem utilizada para o compartilhamento das informações. Entretanto, membros do GTA ponderaram sobre a necessidade de revisão textual de alguns pontos específicos, com intuito de evitar interpretações indevidas para os leitores, principalmente aqueles que possuem menor conhecimento técnico do assunto abordado, além de destacar a importância de se replicar a didática utilizada nos Boletins, para o portal PMQQS, tornando-o mais atraente.
- (iii) Foi apresentada a nota técnica nº78 que trazia pequenas correções ao documento "revisão Bianual do PMQQS" já revisado pela Fundação Renova com as considerações do GTA. Não houve objeções e a NT foi aprovada.
- (iv) Foi apresentada a NT nº 79 contendo ajustes aos relatórios de QA/QC (garantia e controle da qualidade) mensais e trimestrais do PMQQS compreendendo o período de julho de 2020 a janeiro de 2021. Entretanto, a Fundação Renova informou que nem todos os relatórios foram analisados pela NT nº 79 faltando os relatórios mensais de julho, agosto e setembro de 2020, e trimestrais de fevereiro a abril de 2020 e solicitou que a NT voltasse para a apreciação do GTA para a inclusão dos relatórios faltantes. O GTA solicitou que apenas relatórios trimestrais de QA/QC fossem emitidos pela Fundação Renova (sem necessidade dos mensais).
- (v) O GTA PMQQS questionou a Fundação Renova sobre os treinamentos com o novo laboratório responsável pelas coletas do PMQQS, a Fundação Renova informou que a CETESB não está fazendo treinamentos presenciais e que organizou um treinamento virtual liderado pela equipe interna da Fundação Renova.
- (vi) O GTA PMQQS questionou a Fundação Renova quanto às perguntas frequentes do portal do PMQQS. A Fundação Renova informou que as perguntas recebidas foram relacionadas à dificuldade de acesso aos dados. Posteriormente a Fundação Renova encaminhou as perguntas por e-mail ao GTA.
- (vii) A Fundação Renova informou que a NT nº 75, referente à definição do PG38, não foi encaminhada ao CIF, o GTA ficou de encaminhar para o próximo CIF.
- (viii) A Fundação Renova informou que a NT nº 69, que trata da análise do relatório consolidado do PMQQVAI, não foi encaminhada ao CIF, o GTA ficou de encaminhar para o próximo CIF.
- (ix) A Fundação Renova perguntou quem será o ponto focal do GTA quanto ao GT-Coloides, para alinhamento do relatório do período seco e chuvoso. O GTA informou que com a saída da técnica do IEMA, o GTA está passando por uma reestruturação e que um nome será sugerido posteriormente.

Por fim, a Fundação Renova listou uma série de ofícios e documentos pendentes para o GTA PMQQS analisar, são eles: Resposta a NT 59 GTA-PMQQS e Ofício 03/2020; Plano de Capacitação Técnica do PMQQS; Interrupção das análises de Nitrogênio Particulado e Nitrogênio Kjeldahl; Atendimento à deliberação 409 / NT nº 60 do GTA-PMQQS; Dados Complementares - Resposta à NT nº 68 do GTA-PMQQS;

Resposta NT70 GTA-PMQQS; Relatório de retomada da RDO 04; Resposta NT 71 GTA-PMQQS; Posicionamento referente a Nota técnica nº 69_GTA-PMQQS; Resumo Executivo QA/QC; Relatório informativo de retomada da operação das estações (RDO01 e RCA02). O GTA vem trabalhando nessas pendências e pretende apresentar uma resposta para cada uma delas na próxima reunião da CT-SHQA. A 52ª reunião da CT-SHQA está agendada para dia 20 de abril sem pauta definida até o presente momento.

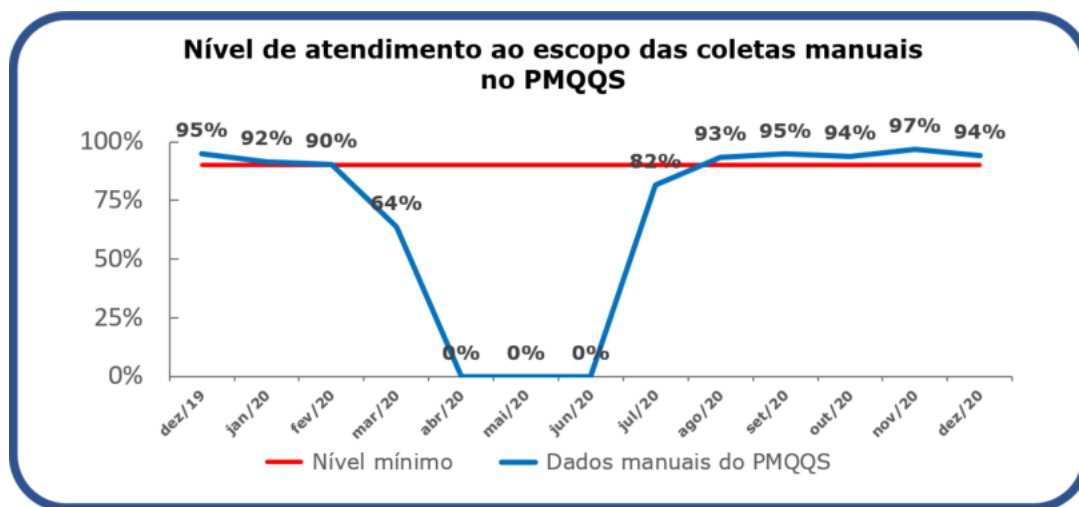
Quanto às medições manuais do PMQQS, os dados referentes ao ano 3 e 4 do monitoramento foram recentemente disponibilizados e o indicador apresentado na Figura 2.38-01 foi atualizado. Portanto, para a construção do indicador, avaliou-se as todas as medições de água, sedimento, testemunho, descarga líquida, descarga sólida, fitoplâncton, material particulado em suspensão (MPS), zoobentos, perifíton, ecotoxicologia para amostras de água e ecotoxicologia para amostras de sedimento no período de agosto de 2017 até dezembro de 2020 (excetuando os meses de abril, maio e junho de 2020 que devido a pandemia de Covid-19, tiveram o monitoramento suspenso).

Figura 2.38-017: Nível de atendimento aos requisitos do monitoramento (PMQQS) considerando todo o conjunto de dados da série histórica e os dados separadamente, para o rio Doce, estuário, zona costeira e lagoas



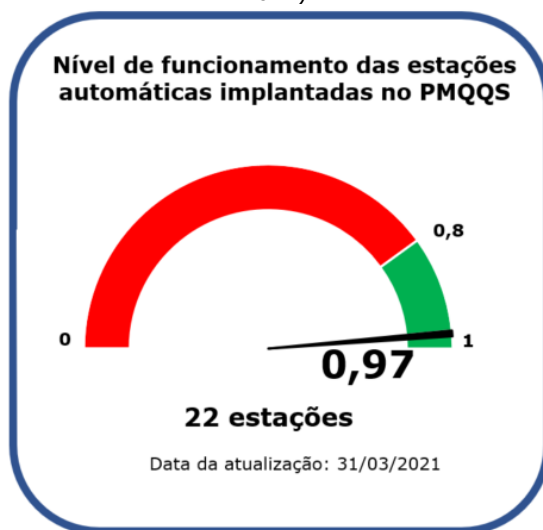
Os níveis de atendimento ao escopo do programa são similares avaliando separadamente os quatro ecossistemas – rios, lagoas, estuário e zona costeira (entre 85 e 95%). O nível global de atendimento ao escopo do programa em toda a série histórica ficou em 88%, abaixo do nível estabelecido como satisfatório pelo GTA-PMQQS que é de 90%, no entanto, quando se analisa o atendimento ao escopo nos últimos doze meses (Figura 2.36-02), percebe-se que tirando os meses da pandemia em que as coletas foram suspensas e os meses do entorno (março e julho), de maneira geral o nível de atendimento permanece acima dos 90% considerado como satisfatório. Cabe apenas ressaltar que os dados de ecotoxicologia de novembro estavam atrasados e foram recentemente divulgados e computados no cálculo, então o nível de atendimento do mês de novembro aumentou do relatório passado para este.

Figura 2.36-018: Nível de atendimento aos requisitos do monitoramento (PMQQS) considerando todo o conjunto de dados nos últimos 13 meses de dados disponibilizados.



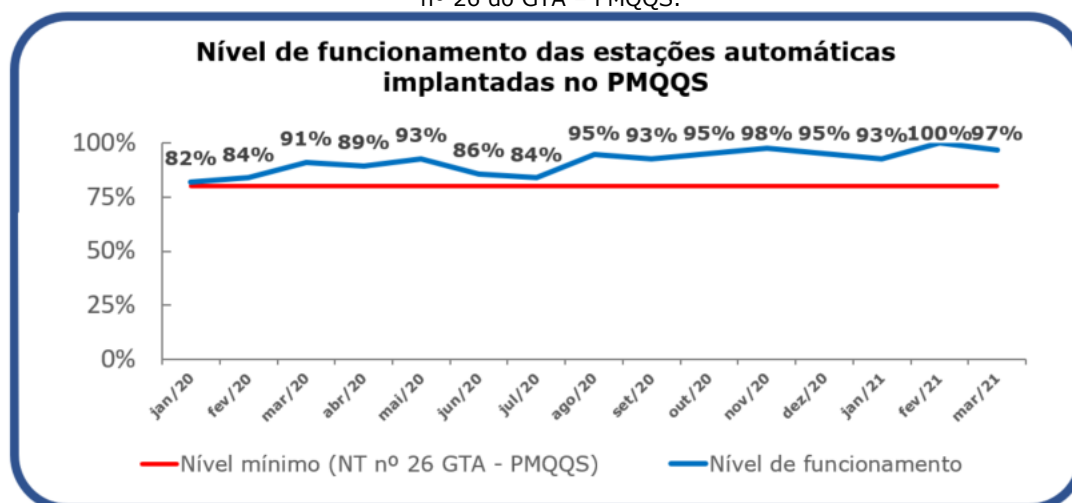
Quanto às medições automáticas do PMQQS, os dados das 22 estações e dos 11 parâmetros mensurados foram baixados no novo portal do PMQQS. Sendo assim, o resultado do monitoramento no período de 01/03 a 31/03 de 2021 é apresentado na Figura 2.36-03.

Figura 2.36-019: Nível de funcionamento das estações automáticas implantadas no PMQQS (dados de março de 2021).



Em março de 2021, todas as estações reportaram dados corretamente, chegando a 97% o nível de funcionamento das estações; os 3% faltantes se deu por falhas temporárias nas estações e dados subtraídos. Um histórico do resultado do monitoramento das estações automáticas é apresentado na Figura 2.36-04 a seguir.

Figura 2.36-020: Complemento de avaliação temporal para o nível de funcionamento das estações automáticas (tipo I e II) implantadas no PMQQS. O nível mínimo estabelecido no indicador é o mesmo proposto segundo a Nota Técnica nº 26 do GTA – PMQQS.

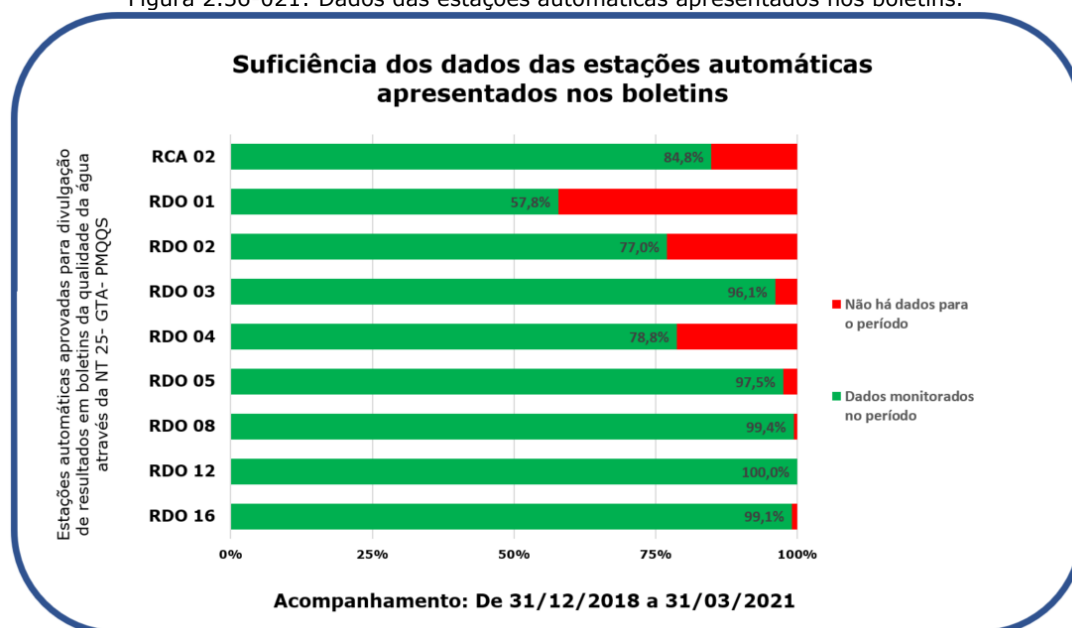


O atendimento das estações automáticas (tipo I e tipo II) ao escopo do PG38 parece ter estabilizado acima dos 90%, nos últimos 8 meses, e se mantido acima do nível mínimo (80%) estabelecido pela NT nº 26 do GTA-PMQQS, nos últimos 15 meses, podendo se dizer que o atendimento das estações automáticas se encontra satisfatório.

Quanto aos dados apresentados nos boletins publicados mensalmente na estação seca e semanalmente na estação chuvosa, no site da Fundação Renova,⁵² somente para as estações do tipo II (que é um tipo mais completo de estação, que possui um equipamento chamado de sonda multiparâmetro instalado dentro do rio, que monitora os parâmetros temperatura do ar, nível do rio, quantidade de chuvas, turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, pH, cianobactérias, clorofila a e temperatura da água), o resultado do monitoramento pode ser visualizado na Figura 2.36-05. Recentemente, o GTA-PMQQS fez uma avaliação da necessidade de se manter os boletins (que oferecem informações redundantes ao portal do PMQQS) e foi decidido por manter os boletins por apresentarem os dados de maneira sintetizada e de fácil compreensão para os mais diversos públicos. Esclarecendo que agora a Fundação Renova publica dois tipos de boletins, estes, somente com os dados das estações tipo II e os novos, com informações de análise dos dados das estações automáticas e coletas manuais.

⁵² <https://www.fundacaorenova.org/agua/qualidade-da-agua-boletins-e-relatorios/>

Figura 2.36-021: Dados das estações automáticas apresentados nos boletins.



Como mencionado no relatório anterior, a estação RDO-01 passou um longo período inoperante e por isso apresentou uma quantidade de dados fornecidos tão baixa (57,8%), registrando valores a partir do dia 05/11/2020. Quanto às restantes, a redução da porcentagem se deu por falhas nas estações ao longo do período considerado e dados subtraídos.

Assim, as ações do PG038, em atendimento à cláusula 177, estão sendo realizadas, tendo nos últimos meses alcançado os patamares satisfatórios (acima de 90%) para as coletas manuais. O indicador das estações automática mostrou atendimento ao escopo acima de 90% e encontra-se em patamares satisfatórios.

Por fim, o PMQQVAI, referente à cláusula 178, continua suspenso pela Deliberação CIF nº 275 de abril de 2019, visto que este não atendeu ao objetivo de monitorar o impacto das intervenções, por ter sido iniciado após o término da maioria das intervenções. Portanto, este não consta na matriz de cálculo apresentada nos indicadores acima.

Já a cláusula 179 que trata da aprovação do plano de monitoramento pelos órgãos competentes, pode se dizer que esta se encontra em andamento uma vez que os órgãos vêm participando ativamente de todo o andamento do programa.

2.39 PG039: Programa de Consolidação de Unidades de Conservação

No período monitorado, o Programa de Consolidação de Unidades de Conservação continuou não apresentando avanços significativos em suas entregas.

A 50ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO) ocorreu nos dias 15 e 16 de março/21, onde houve ponto de pauta relativo a Cláusula 181, trazendo a apresentação da Minuta de Nota Técnica referente à definição do Programa 39 – Unidades de Conservação (SEI 8377487) e repasses de informações referentes ao relatório de análise unidades de conservação, da reunião ocorrida no dia 5 de março entre Fundação Renova e alguns membros da CT-BIO. Ressalta-se que a Ramboll não foi convocada para tal reunião.

Na 49ª reunião ordinária da CT-BIO, a cláusula 181 foi retirada de pauta pela necessidade de “amadurecimento das discussões”. Como reportado no relatório mensal de fevereiro/21, o contrato entre a Fundação Renova e a contratada responsável pela realização dos estudos e entrega dos relatórios de avaliação de impacto foi rescindido e um novo contrato foi fechado com o Instituto Ekos, pelo menos esta havia sido a informação dada na reunião. Entretanto, na 50ª CT-BIO foi informado que o Instituto Ekos não irá entregar os relatórios faltantes mas sim a Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável

(FBDS), do Rio de Janeiro. Foi agendada uma reunião fechada, no dia 07 de abril/21, para discutir melhor sobre esta mudança, mas está clara a falta de organização e definição dos próximos passos a serem tomados quanto à entrega destes relatórios, cujo atraso chega próximo a 1 ano. Uma vez que esta etapa precisa ser vencida para que se dê andamento à implementação das ações reparatórias, as unidades de conservação englobadas por este programa continuam sem assistência.

No dia 07 de abril de 2021, ocorreu a reunião com representantes da Fundação Renova, FBDS e membros interessados da CT-BIO onde a FBDS apresentou a metodologia que utilizará, onde estudará as UCs de forma regional e não individual, seguindo um contexto mais espacial e ecológico. A intenção é fazer uma avaliação secundária dos relatórios da antiga contratada (Cepemar) e dos relatórios já entregues pelo Instituto Ekos e desenvolver uma linha de base nova para o território das UCs e não para cada UC individual. Dessa forma, irá compilar as ações propostas e entender, reorganizar, realizar análises estatísticas e elaborar relatórios sintéticos territoriais para cada grupo de UC, além de realizar uma devolutiva para os gestores das unidades, colhendo percepções. Durante a reunião, foi alertado que ao tratar as unidades como território e não como individuais, corria-se o risco de perder o objetivo principal de cada UC mas a FBDS reforçou que não irá perder de vista a perspectiva individual de cada unidade, apesar de não demonstrar como fará isso. Foi questionado também como será feito o relatório final, se será de acordo com o plano de trabalho existente e aprovado em 2018, e se seguirão as perguntas orientadoras, entretanto a Fundação Renova não soube responder, afirmando que ainda não foram definidos todos os procedimentos. Foi reforçado que a proposta da FBDS deverá ser enviada por escrito para que possa haver a aprovação. Ainda na reunião, houve a afirmação de que além da entrega dos 34 relatórios finais pendentes, de um total de 40 (6 já foram entregues pelo Instituto Ekos), o Instituto também realizará o estudo de avaliação de impacto para as 4 unidades de conservação citadas no TTAC (Parque Estadual do Rio Doce, REBIO Comboios, APA Costa das Algas e REVIS Santa Cruz). Por fim, a Fundação apresentou o cronograma de entrega desses estudos, onde a previsão de finalização das entregas vai até o fim de 2022. Destaca-se novamente, a lentidão na elaboração desses estudos, que deveriam ter sido entregues em junho de 2020. Ora, se utilizarão os dados fornecidos pela empresa anterior, para que não percam o recurso já investido, indaga-se se há necessidade de mais 2 anos para que todo o processo se finalize. Não é à toa que grande parte da metodologia empregada pelo FBDS se baseia em análises e previsões estatísticas, uma vez que se torna extremamente difícil a avaliação de impacto após 6 anos do ocorrido.

Com relação à minuta de NT referente a avaliação da definição do Programa 39, a mesma recomenda que o texto da descrição do PG39 seja organizado de forma mais coerente e evitando redundâncias, facilitando assim a sua leitura e compreensão. Além disso, foram incluídas as 15 novas UCs que devem ser estudadas, como proposto na NT 14/2020, na revisão da definição do programa. Com relação à inclusão das novas unidades a serem estudadas, após a reunião ocorrida no dia 07/04, apesar de a pauta não ter sido sobre estas novas UCs, ficou claro que a Fundação Renova não pretende incluí-las em seus estudos, pois, além dos mesmos afirmarem isto durante a reunião, o plano apresentado continham apenas as unidades citadas no TTAC, além das unidades incluídas pelas Deliberações CIF Nº 36/2016 e Deliberação CIF nº 179/2018.

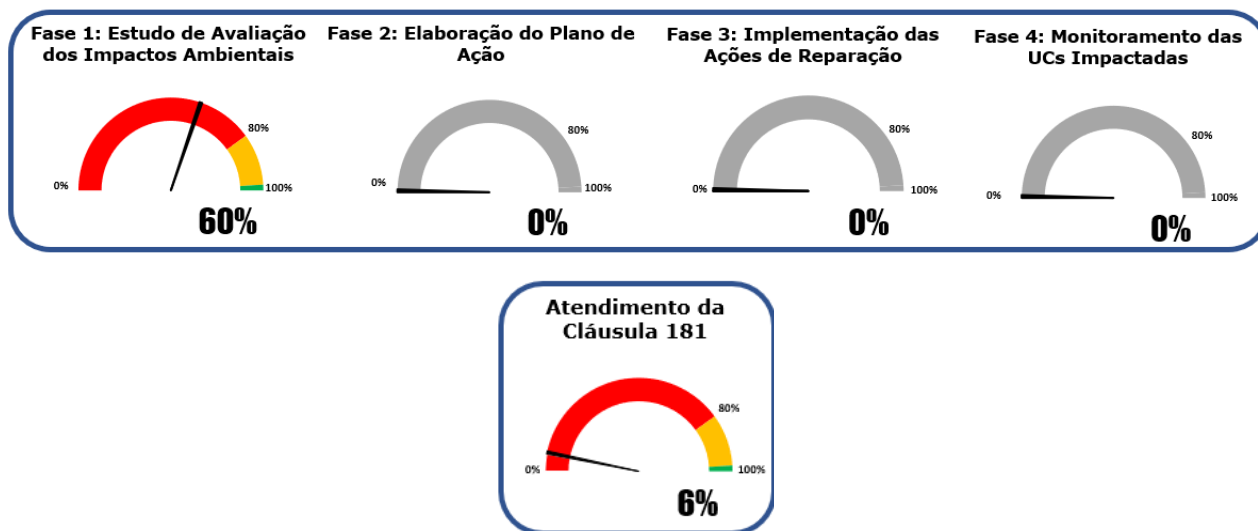
Em uma escala de 0 a 1, até março de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos da cláusula 181 do PG39 pela Fundação Renova é 0,67 (Figura 2.39-01). Ressalta-se que este valor foi calculado considerando o prazo de entrega dos relatórios finais informado no ofício FR.2020.0624, para junho de 2020.

Figura 2.39-01: Atendimento aos prazos da cláusula 181 do Programa de Consolidação de Unidades de Conservação



Como mostra a Figura 2.39-02, o PG39, como um todo, cumpriu 6% das ações estabelecidas para os seus 7 anos de duração, prazo repactuado na NT 16/2019.

Figura 2.39-02: Análise do atendimento ao disposto na cláusula 181, por fase e global, de todas as fases do programa

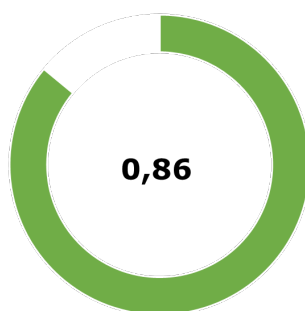


Com relação à cláusula 182, não ocorreu nenhum fato relevante no mês de março/21.

Devido à etapa de assinatura do acordo de cooperação entre o IEF e FR ter sido postergada por diversos meses, em uma escala de 0 a 1, até 1 março de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos determinados na cláusula 182 é 0,86, em razão do atraso de 276 dias para que se realizasse a assinatura do acordo de cooperação entre Fundação Renova e o IEF.

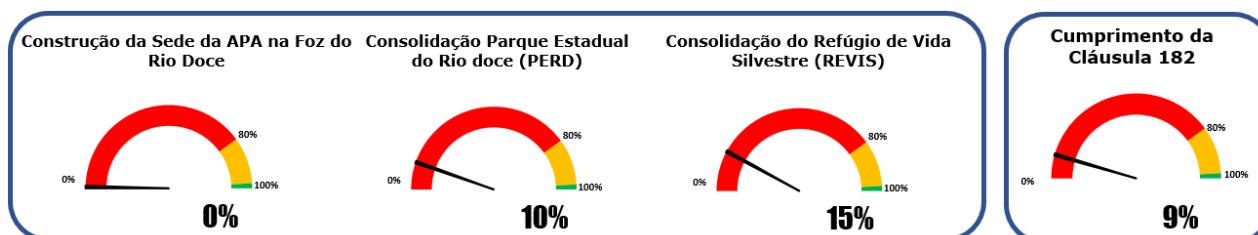
Portanto, a ação realizada com atraso afeta o indicador de atendimento a prazos (Figura 2.39-03).

Figura 2.39-03: Atendimento aos prazos da cláusula 182 do Programa de Consolidação das Unidades de Conservação.



Como mostram os gráficos da Figura 2.39-04, o programa como um todo cumpriu 9% das ações estabelecidas para os 12 anos.

Figura 2.39-04: Atendimento ao escopo da cláusula 182



2.40 PG040: Programa de Fomento à Implantação do CAR e dos PRAs na Área Ambiental 1

Durante o período de avaliação do relatório não houve reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-FLOR).

A análise do relatório mensal da Fundação Renova, publicado em março, indica um pequeno avanço das atividades de regularização do CAR para o período, conforme apresentado na Figura 2.40-01. Também foi informada a conclusão da mobilização das instituições contratadas para a implementação dos CAR nos lotes 7 e 8. As atividades de análise do tratamento do CAR no médio e baixo rio Doce, previstas no orçamento, possuem previsão de início em julho de 2021.

Foi informado o encerramento do contrato com a empresa JM Reflorestamento, que realizava a retificação dos CARs no alto rio Doce, devido à baixa demanda atual. As retificações que restaram, que são aquelas com pendências fundiárias da família ou de documentação, serão realizadas por demanda.

Figura 2.40-01: Indicador - regularização do CAR das propriedades atingidas

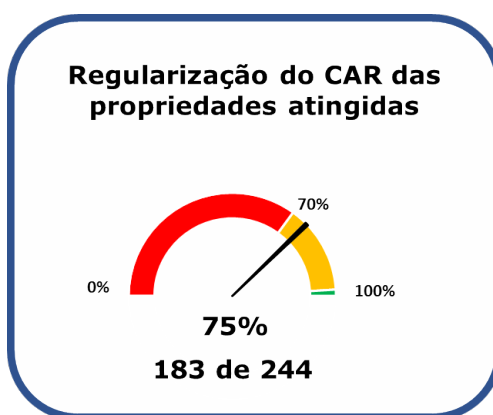
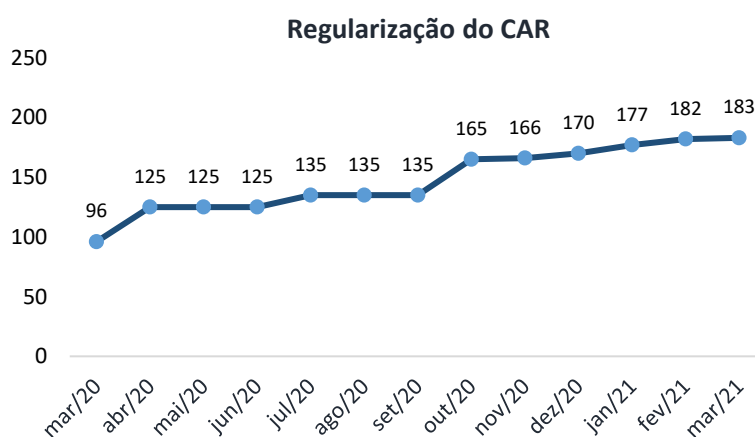


Figura 2.40-02: Evolução do indicador “regularização do CAR” durante o período de março a março de 2021



O status do programa PG40, apresentado no relatório mensal da Fundação Renova, informa que o indicador de regularização do CAR (75%) não vêm acompanhando a meta proposta (82%) para o período.

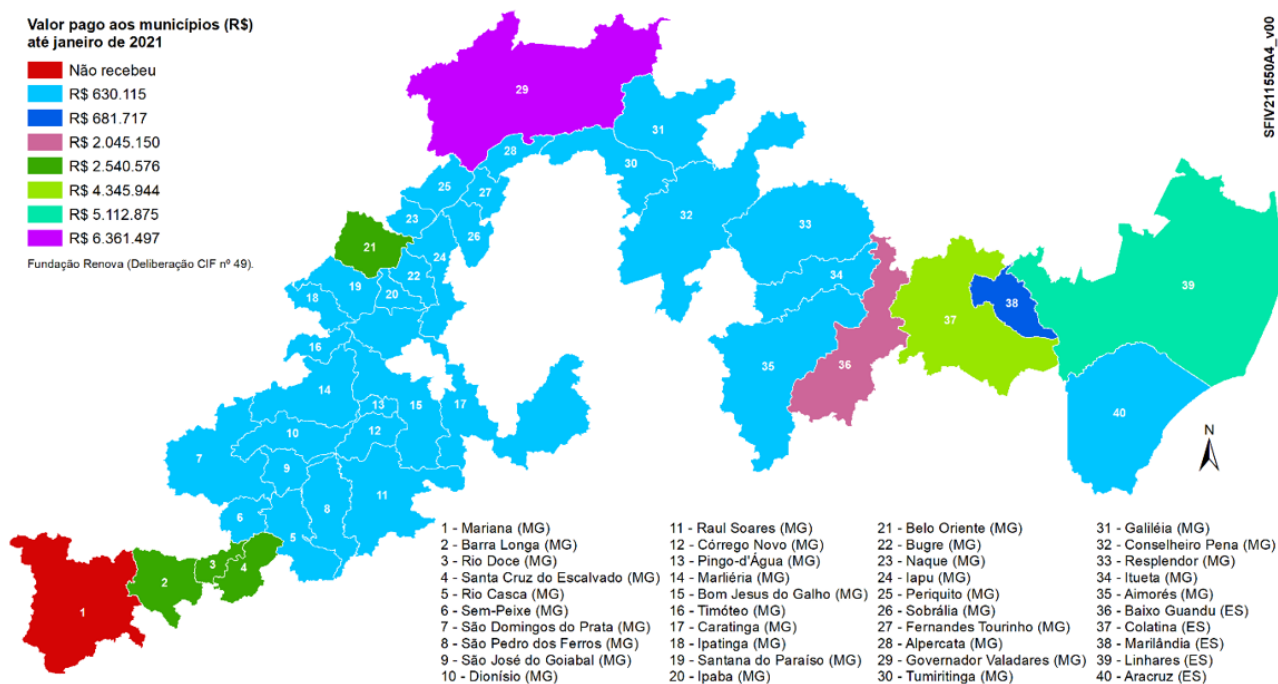
2.42 PG042: Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários

No mês de março de 2021, não houve quaisquer alterações no status deste programa. Segundo Ofício FR.2021.0484, em 30/03/21 - Deliberação 49 - MAR 21, até 31/03/2021, o ressarcimento às prefeituras

alcançou o patamar total de 39 municípios ressarcidos (97,5% dos 40 municípios previstos), somando o valor total pela cláusula 141 TTAC neste mês monitorado, em R\$ 47.612.950,49.

Apenas o município de Mariana/MG não recebeu ainda, por ter questionado os valores definidos no acordo para ressarcimento dos gastos, na justiça do Reino Unido contra a BHP Billinton, em processo extinto em 2020, e por não ser optante até momento (Figura 2.42-01). Do ressarcimento aos 19 órgãos da União e dos Estados de MG e ES, ainda persiste sem finalização o pagamento em fase de compras destinadas ao Ministério da Integração Nacional. Assim, o total ressarcido a esses órgãos permanece R\$28.770.277,39 até março de 2021.

Figura 2.42-022: Distribuição do valor pago aos municípios até março de 2021. Resultado do Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários dos Municípios (Deliberações CIF nº 208 e 254). Fonte: Ofício FR.2021.0884, em 30/03/21, com tratamento da GIS/Ramboll

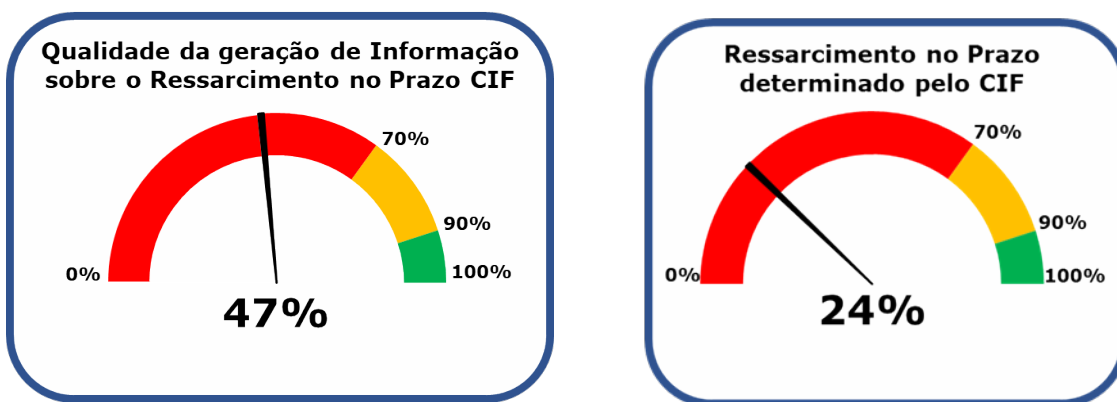


O referido relatório mensal de março continuou em versão bem resumida para apontar que não houve avanços em ressarcimentos planejados. (Ofício FR.2021.0884, de 30/03/21)

A avaliação do indicador de "qualidade de geração da Informação sobre o Ressarcimento" deste monitoramento, por manter o grau de transparência, a nota média teve pequena alteração em 46% (Figura 2.42-02). O relatório mensal de MAR/2021 constou, sem precisão de detalhes, que houve um pedido de ressarcimento residual da SEMAD, no âmbito da cláusula 143 do TTAC. Manteve-se especificada a mesma justificativa para um município, Mariana, ainda permanecer na fila do ressarcimento, alegando que ele não foi optante sem uma manifestação ativa da Fundação Renova para resolver. Nos últimos quatro meses,

esses relatórios mensais da Fundação Renova têm sido entregues no prazo determinado pela Deliberação do CIF nº 49, o que faz manter essa nota média em patamar regular.

Figura 2.42-023 – Qualidade da geração de Informação e Cumprimento do prazo determinado pelo CIF para realização dos ressarcimentos. Mês: março de 2021.



O indicador sobre o atendimento dos prazos CIF para os ressarcimentos dos gastos públicos extraordinários permaneceu com o resultado negativo de atendimento de apenas 24% do conjunto dos pagamentos dentro do prazo determinado pelo CIF (Figura 2.42-02). Como não houve mais ressarcimentos neste mês, ainda não foram concluídos o que ainda estão em aberto, o que fica evidente a média baixa geral do atendimento de prazo nos ressarcimentos. Essa questão é importante pois a Fundação Renova permanece recusando a aplicar a referida correção monetária determinada pela Deliberação CIF nº 208. Ainda permanece estagnado um dos 19 ressarcimentos aos órgãos públicos federais e estaduais, uma vez que o ressarcimento ao Ministério da Integração ficou com promessa estendida para ser finalizado em abril de 2021 "em lotes" de desembolso.

Com o desastre, e os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundação, municípios e órgãos públicos de um modo geral reduziram sua capacidade econômica de gerenciar e resolver os problemas da coletividade local. Os ressarcimentos são fundamentais para que o poder público das áreas atingidas tenha condições de exercer suas atividades e políticas de modo abrangente, atendendo à população de acordo com suas missões e finalidades.

3. MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS

A seguir, são descritas as atividades desenvolvidas para o período de 10/03/2021 à 09/04/2021.

- Monitoramento das mídias sociais com a avaliação dos sentimentos das publicações analisadas;
- Levantamento da frequência de citação das palavras de maior relevância para o projeto e aglomerados com maior influência;
- Aplicação de novas análises fornecidas pelo software, possibilitando grande correlação dos dados coletados no período;
- Informativos com as principais notícias disponibilizadas para os especialistas de cada área;
- Levantamento das principais notícias divulgadas no período estudado; e
- Suporte para indicadores.

Visando ao aprimoramento da base de dados, foram coletados dados como: avaliações das menções, frequência de citações, espacialização, principais notícias, relações entre autores únicos e acompanhamento da página da Fundação Renova em redes sociais.

Tabela 3.1-01: TOP 10 de postagens nas redes sociais em Minas Gerais de autores que mais postaram sobre o caso e o alcance de suas postagens.

Tabela 3.1-02: TOP 10 de mais seguidores nas redes sociais em Minas Gerais de postagens sobre o caso, com maior alcance.

Mais postagens				Mais Seguidores		
	Autores	Seguidores	#posts	Autores	Seguidores	#posts
1	@Valerinha_a	14	25	Rádio Itatiaia	1105689	3
2	@RobertoPensadoo	54	18	Estado De Minas	560667	1
3	Rádio BandNews FM BH	118674	8	O Tempo	377767	3
4	@Gstv08	234	5	Romeu Zema	295336	2
5	@Extensaoufmg	1653	4	Jornal Hoje Em Dia	174944	1
6	@Rmruiiz1966	1371	4	Record TV Minas	124914	2
7	@Gerusaide	1158	4	Rádio BandNews FM BH	118674	8
8	Mundo Inconfidentes	484	4	UFMG	105256	1
9	Minas De Lama	56	4	Portal UAI	103187	1
10	Rádio Itatiaia	1105689	3	@Aureacarolinax	89526	3

Tabela 3.1-03: TOP 10 de postagens nas redes sociais no Espírito Santo de autores que mais postaram sobre o caso e o alcance de suas postagens.

Mais postagens			
	Autores	Seguidores	#posts
1	A Gazeta ES	337430	3
2	Século Diário	7660	3
3	@Carloanfilho	103	2
4	@Magnosilva755	97	2
5	Jornal Folha Vitória	228697	1
6	Tribuna Online	74738	1
7	@NiltonMCoelho	7469	1
8	@Grasi_Rodrigues	3642	1
9	MPF Espírito Santo	2544	1
10	@Christianamrs	1670	1

Tabela 3.1-04: TOP 10 de mais seguidores nas redes sociais no Espírito Santo de postagens sobre o caso, com maior alcance.

Mais Seguidores			
	Autores	Seguidores	#posts
	A Gazeta ES	337430	3
	Jornal Folha Vitória	228697	1
	Tribuna Online	74738	1
	Século Diário	7660	3
	@NiltonMCoelho	7469	1
	@Grasi_Rodrigues	3642	1
	MPF Espírito Santo	2544	1
	@Christianamrs	1670	1
	@__thaylinda	1583	1
	@O_waldenia	1423	1

Figura 3.1-01: 2.672 menções foram analisadas, sendo 51.2% negativas, 46.9% neutras e 1.9% positivas.

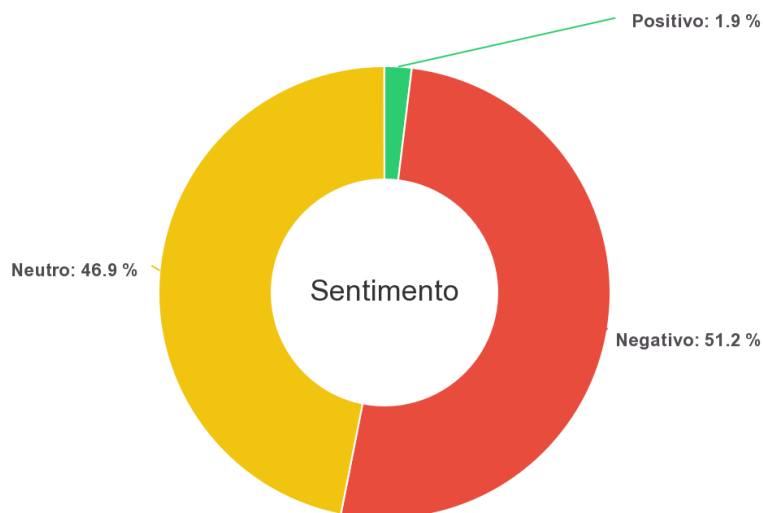


Figura 3.1-03: Das 2.672 menções foram analisadas, sendo 93.4% do Twitter, 1.3% do Facebook, 3.7% de sites RSS e 1.6% do Youtube.

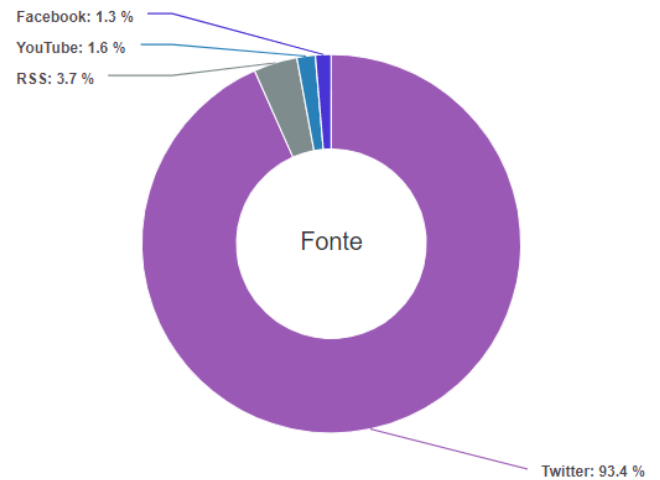


Figura 3.1-05: Nuvem de palavras de maior frequência no período 10/03/2021 à 09/04/2021.



Figura 3.1-06: Assuntos mais falados no período de 10/03/2021 à 09/04/2021.



Trending dos assuntos

Torabit

Tabela 3.1-05: Relação de municípios atingidos com portais de comunicação. Portais marcados estão relacionados a lista de assessorias técnicas escolhidas pelo MPF.

Município	Portal de Comunicação
AIMORÉS	Prefeitura Municipal de Aimorés. Link: http://www.aimores.mg.gov.br/
	Instituto Terra. Link: https://www.facebook.com/InstitutoTerraOficial/?ref=br_rs
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=noticias-de-aimores
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/aimores/noticias
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/
	Aimorés Online. Link: https://www.facebook.com/aimoresonlineoficial/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
ALPERCATA	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=alpercata
	Prefeitura Municipal de Alpercata. Link: http://www.alpercata.mg.gov.br/
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
ARACRUZ	Câmara Aracruz. Link: https://aracruz.es.leg.br/
	Prefeitura Municipal de Aracruz. Link: http://www.aracruz.es.gov.br/noticias/
	Guia de Mídia. Link: https://www.guiademidia.com.br/ouvir/es/radio-nova-onda-fm-101-9-aracruz.htm
	Site Aracruz. Link: http://www.sitearacruz.com.br/noticias.html
	Voz da Barra. Link: http://www.vozdabarra.com.br/tag/noticias-de-aracruz/
	Folha Litoral. Link: http://www.folhalitoral.com.br/site/?p=noticias
	Site Aracruz. Link: https://www.facebook.com/Site-Aracruz-489537397864073/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
BAGUARI	UHE Baguari. Link: http://www.uhebaguari.com.br/noticias/
	Aconteceu no Vale. Link: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=baguari

BAIXO GUANDU	Portal Guandu. Link: http://portalguandu.com.br/
	Prefeitura Municipal de Baixo Guandu. Link: http://www.pmbg.es.gov.br/v1/
	Sintonia FM. Link: https://sintoniafm.com.br/
	O Regional Guandu. Link: http://oregionalguandu.blogspot.com/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br/tema/baixo_guandu
	Portal Guandu. Link: https://www.facebook.com/PortalGuandu
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
BARRA LONGA	Prefeitura Municipal de Barra Longa. Link: http://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/noticias2/itemlist
	Itatiaia. Link: http://www.itatiaia.com.br
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br
	Território Notícias. Link: http://territorionoticias.com.br
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
BELO ORIENTE	Prefeitura Municipal de Belo Oriente. Link: http://www.beloorientemg.gov.br
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=belo-orientemg
	O Folha News. Link: http://ofolhanews.com.br
	TV Alterosa Leste. Link: https://www.facebook.com/tvalterosaleste/
BOM JESUS DO GALHO	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho. Link: http://www.bomjesusdogalho.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br
	Câmara Bom Jesus do Galho. Link: https://camarabomjesusdogalho.mg.gov.br
	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
BUGRE	Prefeitura Municipal de Bugre. Link: http://www.bugre.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
CACHOEIRA ESCURA	Aconteceu no Vale. Links: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=cachoeira-escura
CARATINGA	Prefeitura Municipal de Caratinga. Link: http://www.caratinga.mg.gov.br/
	Câmara Caratinga. Link: http://www.cmcaratinga.mg.gov.br/
	Diocese Caratinga. Link: http://www.diocesecaratinga.org.br/home/
	TV Super Canal. Link: http://portal.tvsupercanal.com.br/
	Voluntários de Caratinga. Link: http://voluntariosdecaratinga.blogspot.com/
	A Semana Agora. Link: http://www.asemanaagora.com.br/
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/
	Caratinga Rádio. Link: https://www.facebook.com/caratingaradio
	Caratinga. Link: https://caratinga.net/
	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
COLATINA	Prefeitura Municipal de Colatina. Link: http://www.camaracolatina.es.gov.br/
	Caritas Colatina. Link: http://site.caritascolatina.org.br/
	Diocese de Colatina. Link: http://diocesedecolatina.org.br/
	Repórter Paulo Maciel. Link: http://reporterpaulomaciel.blogspot.com/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br/tema/colatina
	Seis Dias. Link: http://seisdias.com.br/
	Linhares em Dia. Link: http://linharesemdia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=161:diario-do-noroeste&catid=46:diario-noroeste

	Patrulha Online. Link: http://www.patrulhaonline.com.br/
	Colatina Digital. Link: http://colatinadigital.com.br/
	Colatina em Ação. Link: https://www.facebook.com/colatinaemacao/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
CONCEIÇÃO DA BARRA	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra. Link: https://conceicaodabarra.es.gov.br/
	A Gazeta. Link: https://www.agazeta.com.br/
CONSELHEIRO PENA	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com
	Informe Leste. Link: https://www.informeleste.com.br/
	Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena. Link: http://www.cmcpena.mg.gov.br/
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Notícias no Leste. Link: https://www.facebook.com/www.NoticiasNoLeste/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
CÓRREGO NOVO	Prefeitura Municipal de Córrego Novo. Link: http://www.corregonovo.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=corrego-novo
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26414879/corrego-novo-mg
	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
DIONÍSIO	Prefeitura Municipal de Dionísio. Link: http://www.dionisio.mg.gov.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?s=dion%C3%ADsio
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=dion%C3%ADsio
FERNANDES TOURINHO	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
	Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho. Link: http://www.fernandestourinho.mg.gov.br/
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/fernandes_tourinho/noticias
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=fernandes-tourinho
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415217/fernandes-tourinho-mg
GALILÉIA	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	Prefeitura Municipal de Galiléia. Link: https://galileia.mg.gov.br/
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=galileia
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415314/galileia-mg
	Rede alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
GOVERNADOR VALADARES	CAT - Centro Agroecológico Tamanduá. Link: https://www.facebook.com/CATgoval/
	Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Link: http://www.valadares.mg.gov.br/
	O Olhar. Link: https://oolhar.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=governador-valadares
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Acontecendo em Valadares News. Link: https://www.facebook.com/AcontecendoEmValadaresNews/
	Rede alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	Cáritas Diocesana de Governador Valadares. Link: https://www.facebook.com/caritasdiocesana.governadorvaladares/
IAPU	Prefeitura Municipal de Iapu. Link: http://www.iapu.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=iapu
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415500/iapu-mg
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=Iapu
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/

IPABA	Prefeitura Municipal de Ipaba. Link: http://www.ipaba.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=ipaba
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=ipaba
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/noticia/?cidade=3227&cidadeNome=Ipaba
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
IPATINGA	Prefeitura Municipal de Ipatinga. Link: https://www.ipatinga.mg.gov.br/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Diário Popular MG. Link: http://www.diariopopularmg.com.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
ITUETA	Plantão Policial - Ipatinga MG. Link: https://www.facebook.com/plantaopolicialam1170/
	Prefeitura Municipal de Itueta. Link: http://www.itueta.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=itueta
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/?s=itueta
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Portal Resplendor. Link: https://www.facebook.com/portalesplendor/
LINHARES	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
	Prefeitura Municipal de Linhares. Link: https://linhares.es.gov.br/
	Jornal O Pioneiro. Link: http://jornalopioneiro.com.br/
	Site de Linhares. Link: http://www.sitedelinhaires.com.br/
	Jornal Tempo de Notícias. Link: http://jornaltempodenoticias.com.br/
	Correio do Estado Online. Link: http://www.correiodoestadoonline.com.br/
	Radar Geral. Link: https://radargeral.com/
	Linhaires em Dia. Link: http://www.linhairesemdia.com.br/
	Folha Litoral. Link: http://www.folhalitoral.com.br/site/
	Eu vi em Linhares. Link: https://www.euviemlinhares.net/
	Site de Linhares. Link: https://www.facebook.com/sitedelinhaires/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MACRORREGIÃO LITORAL NORTE CAPIXABA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MARIANA	Prefeitura Municipal de Mariana. Link: http://www.mariana.mg.gov.br/
	Minuto Mais. Link: http://minutomais.com/mariana
	Portal da Cidade. Link: https://mariana.portaldacidade.com/noticias
	Jornal a Sirene. Link: http://jornalasirene.com.br/
	Jornal Ponto Final Online. Link: http://jornalpontofinalonline.com.br/
	Jornal O Liberal. Link: https://site.jornaloliberal.net/
	O Mundo dos Inconfidentes. Link: http://omundodosinconfidentes.com.br/omundo/
	Mais Minas MG. Link: https://www.facebook.com/maisminasmg/
MARILÂNDIA	Prefeitura Municipal de Marilândia. Link: https://marilandia.es.gov.br/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br
	Colatina em Ação. Link: https://www.facebook.com/colatinaemacao/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MARLIÉRIA	Prefeitura Municipal de Marliéria. Link: http://www.marlieria.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=marlieria

	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/marlieria/noticias
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
NAQUE	Prefeitura Municipal de Naque. Link: http://www.naque.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=naque
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
PERIQUITO	Prefeitura Municipal de Periquito. Link: http://www.periquito.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=periquito
	Jornal Bairros Net. Link: https://www.jornalbairrosnet.com.br/?s=periquito
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
PEDRA CORRIDA	Aconteceu no Vale. Links: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=pedra-corrida
PINGO-D'ÁGUA	Prefeitura Municipal de Pingo-D'Água. Link: http://www.pingodagua.mg.gov.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/?s=Pingo+D%C2%B4%C3%A1gua
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br/?s=Pingo+d%27%C3%A1gua
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=Pingo+d%27%C3%A1gua
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
POVOAÇÃO	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
RAUL SOARES	Prefeitura Municipal de Raul Soares. Link: http://www.raulsoares.mg.gov.br
	Portal Raul Soares. Link: http://portalraulsoares.blogspot.com/
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/raul_soares/noticias
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=raul+soares
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/?s=Raul+Soares
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
REGÊNCIA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E SUA ZONA DE AMORTECIMENTO	Cáritas Diocesana de Itabira. Link: http://dioceseitabira.org.br/
RESPLENDOR	Prefeitura Municipal de Resplendor. Link: http://www.resplendor.mg.gov.br/
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=resplendor
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/category/resplendor/
	Portal Resplendor. Link: https://www.facebook.com/portaeresplendor/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
REVÉS DO BELÉM	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
RIO CASCA	Prefeitura Municipal de Rio Casca. Link: http://www.riocasca.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=rio-casca
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br/?s=Rio+Casca
	Viçosa Urgente. Link: http://www.vicosaurgente.com.br/?s=Rio+Casca
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=rio+casca
	Rio Doce - MG. Link: https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/
	Cáritas Diocesana de Itabira. Link: http://dioceseitabira.org.br/
RIO DOCE	Prefeitura Municipal do Rio Doce. Link: http://www.riodoce.mg.gov.br

	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=rio+doce
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?cat=121
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26417533/rio-doce-mg/noticias
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
	Rio Doce - MG. Link: https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado. Link: https://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=santa+cruz+do+escalvado
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/santa_cruz_do_escalvado/noticias
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
	O Remanso. Link: http://centrorosafortini.com.br/pdf/O%20Remanso-04.pdf
SANTANA DO PARAÍSO	Prefeitura Municipal Santana do Paraíso. Link: http://www.santanadoparaíso.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=santana-do-paraíso
	Plantão Policial Ipatinga. Link: https://www.plantaopoliciaipatinga.com.br/?s=Santana+do+para%C3%ADso
	Plox. Link: https://plox.com.br
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/noticia/?cidade=3785&cidadeNome=Santana%20do%20Para%C3%ADso
	Plantão Policial Ipatinga MG. Link: https://www.facebook.com/plantaopolicialam1170/
SÃO DOMINGOS DO PRATA	Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata. Link: http://www.saodomingosdoprata.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sao-domingos-do-prata
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/category/regiao/sao-domingos-do-prata/
	De Fato Online. Link: https://www.defatoonline.com.br/categoria/cidades/sao-domingos-do-prata/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Jornal Tribuna do Prata. Link: https://www.facebook.com/Jornal-Tribuna-do-Prata-615881868494164/
SÃO JOSÉ DO GOIABAL	Prefeitura Municipal de São José do Goiabal. Link: https://www.saojosedogoiabal.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sao-jose-do-goiabal
	Jornal Bairros Net. Link: https://www.jornalbairrosnet.com.br/?s=S%C3%A3o+Jos%C3%A9+do+Goiabal
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Gazeta do Povo. Link: https://www.gazetadopovo.com.br
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/?s=S%C3%A3o+Jos%C3%A9+do+Goiabal
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
SÃO MATEUS	Prefeitura Municipal de São Mateus. Link: http://www.saomateus.es.gov.br/
	TC Online. Link: https://tconline.com.br/
	São Mateus Nwes. Link: https://www.saomateusnews.com.br/
	Gazeta do Povo. Link: https://www.gazetadopovo.com.br
SÃO PEDRO DOS FERROS	Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros. Link: http://www.saopedro dosferros.mg.gov.br/
	Portal Caparaó. Link: https://www.portalcaparao.com.br
	Unidade de Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=s%C3%A3o+pedro+dos+ferros
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
SEM-PEIXE	Prefeitura Municipal de Sem-Peixe. Link: https://sempeixe.mg.gov.br/
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/?s=Sem+Peixe
	Unidade de Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
SERRA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
SOBRÁLIA	Prefeitura Municipal de Sobralia. Link: https://sobralia.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sobralia

	TV Alterosa Leste. Link: https://www.facebook.com/tvalterosaleste/
TERRAS INDÍGENAS TUPINIQUIM, COMBOIOS E CAIEIRAS VELHA II	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
TIMÓTEO	Prefeitura Municipal de Timóteo. Link: http://www.timoteo.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=timoteo
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Timóteo Notícias. Link: https://www.facebook.com/Timoteonoticias/
TUMIRITINGA	Prefeitura Municipal de Tumiritinga. Link: https://www.tumiritinga.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=tumiritinga
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	CAT - Centro Agroecológico Tamanduá. Link: https://www.facebook.com/CATgoval/
VALE DO AÇO	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org

Legenda:



Distritos



Municípios



Assessorias técnicas escolhidas pelo MPF